

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**



**DISSERTAÇÃO**

**“SENHORES DA HISTÓRIA”:  
REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE NA ESCRITA E ENSINO DA HISTÓRIA DE  
GUARAPUAVA/PR**

**DIEGO DA LUZ NASCIMENTO**

**Pelotas  
2012**

**DIEGO DA LUZ NASCIMENTO**

**“SENHORES DA HISTÓRIA”:  
REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE NA ESCRITA E ENSINO DA HISTÓRIA DE  
GUARAPUAVA/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História (área do conhecimento: Fronteiras e Identidades).

Orientador: Dr. Edgar Ávila Gandra

Pelotas  
2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:  
Bibliotecária Daiane Schramm – CRB-10/1881**

N732s Nascimento, Diego da Luz

Senhores da História: representação e identidade na escrita e ensino da História de Guarapuava/PR. / Diego da Luz Nascimento; Orientador: Edgar Avila Gandra. – Pelotas, 2012.

210f.

Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra (orientador)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Zeloí Martins dos Santos (avaliadora)

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (avaliador)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Janete Espig (suplente)

*A Marcos Evandro da Luz (in memoriam) e a Caroline Tecchio; dedico-lhes esta conquista com todo amor e gratidão.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao chegar ao fim deste trabalho, ainda que com a sensação de que muita coisa resta por fazer, lembro dos desafios, das experiências e alegrias vividas ao longo destes dois últimos anos. Foram muitas noites em claro ou mal dormidas, preocupações e obstáculos; no entanto, acredito que consegui vencer boa parte deles, e se isso foi possível com certeza devo muito a várias pessoas que com amor, compreensão, responsabilidade e profissionalismo ajudaram a tornar meu caminho mais fácil, as dificuldades mais brandas e as alegrias mais doces neste período. A todos esses dedico estas palavras de sincera gratidão.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas que, ao acreditarem na minha proposta de trabalho, me proporcionaram a oportunidade de alcançar esta conquista. Com muito carinho e respeito agradeço ao meu orientador e amigo, professor Edgar Avila Gandra, pela leitura sempre atenta dos meus textos, pela compreensão nos momentos de insegurança, pelo companheirismo e amizade e por ter feito parte de minha caminhada acadêmica desde a graduação.

Ao professor Sebastião Peres, por ter aceitado num primeiro momento a orientação de minha pesquisa e por ter participado de meu exame de qualificação, bem como a professora Eliane Peres, que com uma análise precisa me ajudou a elaborar e refinar as discussões pertinentes ao meu objeto.

À professora Zeloí Martins dos Santos, pela colaboração e atenção a mim dispensados, ajudando a organizar as ideias nos últimos encaminhamentos do trabalho e aceitando o convite para fazer parte da banca de avaliação final, juntamente com o professor Luiz Henrique Torres, a quem também agradeço.

Agradeço a professora Márcia Janete Espig pela competência e profissionalismo com os quais sempre dirigiu os assuntos do programa de pós-graduação em história, mas em especial, agradeço pela oportunidade que tivemos de construir uma amizade que por vezes, foi para mim um lugar de conforto frente às angústias e incertezas vividas nesta nova cidade.

Aos demais funcionários da Universidade Federal de Pelotas, em especial à Ândria Pereira, que sempre solícita, ajudou nos assuntos burocráticos e também a acalmar nos momentos de nervosismo.

O meu muito obrigado com carinho ao professor e amigo Ariel José Pires, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, que sempre que solicitado atendeu prontamente a meus pedidos de ajuda, tendo uma participação muito importante na realização deste trabalho. À Raphael Sebrian, professor e amigo, muito obrigado por ter feito parte de minha formação e por ter me auxiliado a refletir sobre esta pesquisa.

Agradeço de coração às professoras Gracita Gruber Marcondes e Alcioly Terezinha Gruber Abreu, que abriram para mim gentilmente as portas de sua casa, e pacientemente me concederam entrevista, repassaram materiais e trocaram ideias, mostrando assim que, como sempre, são preocupadas com a escrita da história de Guarapuava e com a produção do conhecimento.

À minha família que tanto amo, e que sempre foram para mim meu porto seguro, que souberam suportar as distâncias e conviver com minha ausência, mesmo naqueles momentos em que era necessário estarmos juntos. Com certeza vocês também são a razão de meu esforço.

Agradeço à minha mãe, Rose, que passou por tantos momentos difíceis para que eu pudesse estudar e ter um futuro melhor, mas sempre com um sorriso no rosto; com você aprendi e continuo aprendendo muito sobre força e perseverança. Aos meus queridos avós, Laura e Paulino, e à minha tia Glaucia, que tanto esforço fizeram para colaborar com minha educação, e que mesmo sabendo somente um pouco a ler e escrever, sempre me incentivaram a estudar; reparando seus atos aprendi muito sobre a vida. Ao meu irmão Tiago, pela força e apoio, por sempre ter estado ao meu lado em todos os momentos, e por nunca ter deixado nenhuma distância nos separar.

À Camila, que tanto me ajudou em todos os sentidos para que eu pudesse continuar investindo em minha formação; obrigado por toda a ajuda e por dividir um pouco da sua vida comigo. Da mesma forma foi decisiva a ajuda, o carinho e o apoio de Mercedes, Silvino, Andréia e Debastiani Tecchio, sem os quais eu não teria conseguido chegar ao fim desta etapa; a vocês meu sincero “muito obrigado”.

Meu especial agradecimento à minha amada Caroline; são muitas as razões pelas quais lhe sou grato, mas o apoio e a confiança que sempre depositou em mim foram muito importantes. Obrigado pela compreensão, pelo carinho e pela ajuda nos

momentos de dificuldade; obrigado pela revisão atenta dos meus textos, pela companhia nas madrugadas de estudo, por dividir comigo seus sonhos e permitir que eu aprenda sempre tanto contigo. Mesmo à distância nunca estivemos longe um do outro.

Aos amigos de todos os momentos que, cada um a seu modo, participaram da realização de mais esta tarefa. Obrigado Mônica e Paulinho Metz, Vitor Hugo, André, Ivone, com quem sempre posso passar bons momentos, embora poucos ao longo destes últimos dois anos; o carinho, amizade e incentivo de vocês me ajudaram a renovar os ânimos e seguir em frente.

Obrigado aos amigos e colegas de mestrado, em especial à Deomar Villagra e Emmanuel de Bem, com quem pude discutir, dividir as inquietações e buscar auxílio nos momentos de dificuldades na “nova cidade”. Também às colegas de turma, Edalaura Medeiros, Taiane Taborda e Vanessa Lemos, por dividir as incertezas e alegrias desse processo. À André Luiz e Rodrigo Pinnow pela companhia, pelas conversas e troca de ideias.

Agradeço aos acadêmicos e amigos do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pólo de Laranjeiras do Sul, que me acompanharam e incentivaram no caminho em direção ao mestrado; foi muito bom o tempo que convivemos e trabalhamos juntos, pude aprender muito com cada um de vocês.

Aos acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Pelotas do pólo de Três Passos, agradeço por terem participado desse momento de minha vida; vocês também são a razão deste trabalho. Muito obrigado aos colegas de trabalho, professores e tutores, em especial à Raquel Avila e Reni Wolff, que souberam compreender e por vezes supriram minhas faltas quando a dissertação exigiu mais atenção que o trabalho.

Por fim agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a realização deste trabalho e tornaram possível esta conquista. Muito obrigado.

*De fato, a representação justa de uma identidade não é aquela da qual se admite o desaparecimento? Elaborando sua relação consigo e com o mundo, o homem deve fazer frente a duas verdades as quais tem dificuldade em suportar: 1) que morrerá; 2) que será esquecido. Ambas significam a destruição de sua identidade. Talvez a segunda verdade seja ainda mais terrível que a primeira, donde o desejo permanente de fazer memória, quer dizer, deixar seu traço, sua marca, seu sinal, criar, construir, ter filhos, transmitir, assumir sua posteridade, esperando assim afastar seu esquecimento ou pelo menos atenuar sua brutalidade.*

**Joël Candau**

## RESUMO

Esta dissertação consiste em um estudo de cunho analítico-crítico sobre a construção da narrativa histórica local da cidade de Guarapuava/PR. Com esse intuito tomamos como fontes principais materiais escritos com fins didáticos e paradidáticos para serem usados no ensino da história da referida cidade. Pautamos nossas análises no referencial teórico da história cultural, buscando assim compreender tais materiais dentro de seus contextos de produção e autoria. O principal foco foi perceber o modo pelo qual os livros evidenciam um modelo de identidade do “guarapuavano”, servindo como espaço de representação da parcela social em apreço. Discutimos ainda questões relativas ao ensino de história, observando como se buscou legitimar uma “versão” sobre a história local a partir de seu ensino escolar. Percebemos que o modelo de identidade que se apresenta diz respeito a uma visão parcial da história forjada dentro do próprio grupo que se utiliza dela para se representar, estabelecendo assim posicionamentos na estrutura social. Observamos ainda que tal narrativa apresenta em sua construção elementos que fazem parte do imaginário social, destacando a figura de “heróis”, políticos e pioneiros, ao mesmo tempo em que estabelece o lugar do “outro”. É possível afirmarmos que o modelo de identidade do guarapuavano identificado nas fontes, embora seja colocado como padrão, diz respeito a um grupo social que se auto-representa e mantém seu prestígio social e político, haja vista que tal narrativa serve também como meio de manutenção e legitimação do poder deste grupo, sendo frequentemente utilizada como a história oficial de Guarapuava.

**Palavras-chave:** Identidade, Representação, História local

## ABSTRACT

This dissertation consists of an analytical-critical study about the construction of the historical local narrative of Guarapuava city, in Paraná State. With this purpose we took as primary sources written materials for teaching purposes and textbooks to be used in teaching the history of that city. We based our analysis on the theoretical framework of cultural history, trying to understand these materials within their contexts of production and authorship. The main focus was to observe the way the books show a model of identity of the person born in Guarapuava, serving as a space of representation of social portion in question. We also discussed issues concerning the teaching of history, observing how it was sought to legitimize a "version" on the local history from their school education. We realized that the model of identity that is presented is related to a partial view of history forged within the group which uses it to represent itself, thus establishing positions in the social structure. We further noted that this narrative presents in its construction elements that are part of the social imaginary, highlighting the figure of "heroes", politicians and pioneers, while, at the same time, establishing a place of the "other". It is possible to say that the model of identity of the "guarapuavano", identified in the sources, although is placed as pattern, refers to a social group that represents themselves and maintain their social and political prestige, given that this story also serves as a means of maintaining and legitimizing the power of this group, being often used as the official history of Guarapuava.

**Keywords:** Identity, Representation, local history.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01:</b> Mapa da expedição de Afonso Botelho de Sampaio e Souza para os Campos de Guarapuava .....	<b>57</b>
<b>FIGURA 02:</b> Imagem da rua Alvár Nuñez Cabeza de Vaca.....	<b>60</b>
<b>FIGURA 03:</b> Monumento a Guairacá .....	<b>64</b>
<b>FIGURA 04:</b> Ilustração do livro paradidático de Pereira, de 2006, representando os indígenas.....	<b>71</b>
<b>FIGURA 05:</b> Ilustração do livro paradidático de Pereira, de 2006, representando o colonizador .....	<b>72</b>
<b>FIGURA 06:</b> Mapa de localização do município de Guarapuava na província do Paraná em 1856.....	<b>80</b>
<b>FIGURA 07:</b> Fotografias da “família Izidoro Keche”, em 1903 e 1910 .....	<b>118</b>
<b>FIGURA 08:</b> Fotografia da Estátua Equestre do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal .....	<b>124</b>
<b>FIGURA 09:</b> Reprodução da página 133 do livro didático “Nossa gente conta nossa história” .....	<b>127</b>
<b>FIGURA 10:</b> Óleo sobre tela de Iracema Trinco Ribeiro .....	<b>138</b>
<b>FIGURA 11:</b> Reprodução da p. 220 do livro “Nossa gente conta nossa história” ...	<b>139</b>
<b>FIGURA 12:</b> Ilustração do livro paradidático de Pereira, de 2006, representando a Praça da Catedral Nossa Senhora de Belém.....	<b>140</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>A ESCRITA E O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL: LIÇÕES DE IDENTIDADE EM LIVROS DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS</b> .....	<b>13</b>
1.1 – O ENSINO DA HISTÓRIA E A IDENTIDADE: COMO E O QUE ENSINAR .....	16
1.2 – EM BUSCA DO CONCEITO DE IDENTIDADE.....	37
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>49</b>
<b>A “PÉROLA DO OESTE”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DE GUARAPUAVA</b> .....	<b>49</b>
1.1 – “ASSIM SÃO OS CAMPOS DE GUARAPUAVA”: HISTÓRIA E REPRESENTAÇÃO .....	51
1.2 – “UMA HISTÓRIA DE LUTA E CONQUISTA”: OS CAMPOS DE GUARAPUAVA E A ESCRITA DA HISTÓRIA LOCAL .....	65
1.3 – A “TRADICIONAL SOCIEDADE CAMPEIRA” E A EXPANSÃO DE GUARAPUAVA .....	75
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>88</b>
<b>QUEM É O “GUARAPUAVANO”? O PROBLEMA (OU A SOLUÇÃO) DA IDENTIDADE</b> .....	<b>88</b>
2.1 – HISTÓRIA E IDENTIDADE DO “GUARAPUAVANO” .....	90
2.2 – DE ONDE VEM A IDENTIDADE? O “PERFIL DO HOMEM GUARAPUAVANO” .....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>142</b>
<b>LISTA DE FONTES</b> .....	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>148</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>153</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>177</b>

## INTRODUÇÃO

### A ESCRITA E O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL: LIÇÕES DE IDENTIDADE EM LIVROS DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS

*Penso que você gosta de história, tal como eu gostava quando tinha sua idade, porque se refere aos homens vivos, e tudo que se refere aos homens, ao maior número possível, a todos os homens do mundo enquanto se unem entre si em sociedade, trabalham, lutam e melhoram a si mesmo – tudo isto só pode lhe dar prazer, mais do que qualquer outra coisa. Mas será que é assim mesmo?*

**Antonio Gramsci**

Existem várias formas de se pensar a história. E a partir dela, existem variados ângulos pelos quais as coisas, o mundo e as situações podem ser analisados, explicados. Em meio a nossas leituras nos deparamos com o trecho que nos serve de epígrafe e inicia as reflexões que pretendemos engendrar neste trabalho. O trecho da carta escrita por Gramsci a seu filho Délío nos remete a outra pergunta, que algumas décadas atrás, motivou o historiador Marc Bloch a escrever um livro<sup>1</sup>.

Tratando-se de conversas entre pai e filho, podemos pensar a história a partir de perguntas; no caso de Bloch quando inquirido por seu filho: para que serve a história? A resposta vem em forma de reflexão sobre a história, e também sobre a vida e todo o labor intelectual daquele autor. Já na carta escrita por Gramsci ao seu filho, a pergunta que fica sem resposta nos faz pensar se o autor questiona se Délío gosta ou não de história, ou então se seria aquilo que ele mesmo afirmara naquele momento, verdade.

Contudo, recorreremos a essas passagens para iniciar este texto porque nos remetem a questões implícitas em nossa pesquisa. Pensar os processos que permeiam a escrita da história é também pensar a história em si, seus sentidos, sua construção, disseminação e (re)significações. Nosso objeto de estudo se relaciona intimamente com as reflexões de Gramsci e Bloch a respeito da história e seu feito, afinal, a história tem sido desde sua estruturação enquanto campo do conhecimento

---

<sup>1</sup> Referência ao livro “Apologia da história” escrito por Marc Bloch em condições parecidas as quais Antonio Gramsci escreveu várias cartas, hoje publicadas como “Cadernos do cárcere”. Nos dois casos tem-se uma reflexão a respeito da história e do ofício do historiador.

científico e disciplina, espaço onde se tem travado embates em torno de identificações, pertencimentos, ocupações de espaços territoriais e intelectuais<sup>2</sup>.

Desta forma, a história se trata também de um espaço de paixões, muitas vezes cerceadas pelas regras da pesquisa acadêmica. No entanto, o interesse pelo que fizeram e fazem os homens, suas lutas e seus trabalhos, toda a transformação dinâmica da qual fala Gramsci em sua carta, fazem lembrar a maneira como Bloch descreveu o historiador no livro que citamos no começo deste texto: “(...) o bom historiador se parece com o ogro da lenda, onde farejar carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54).

Os ogros da história, tal qual os da lenda, farejam a carne humana presente nas fontes. Seguindo estes rastros procuramos compreender os processos históricos, as identidades, as maneiras com que as sociedades se representam e se entendem, e é com este interesse que nos voltamos para a análise de nossas fontes. A tentativa de desdobrar, de ler nas entrelinhas, de compreender o processo histórico que entrelaça passado e presente na “história” sobre a qual nos debruçamos são permeados por este olhar, partindo de nossas concepções e ideias de história, partindo daquilo que conseguimos “farejar” na tentativa de (re)construir<sup>3</sup>.

O trabalho que empreendemos se trata também da análise de uma “idéia de história”, de concepções e práticas acerca da mesma, que traz consigo processos intrínsecos de identificações, lutas de representações e a reafirmação de determinada identidade. Esses elementos encontram-se na escrita de livros que nos deram suporte ao trabalho que pretendemos nesta pesquisa.

Nossa principal preocupação diz respeito à que tipo de história, como ela é construída e o que defende a partir do conteúdo de livros didáticos e paradidáticos da história de Guarapuava/PR, que procuramos discutir a partir do viés das problemáticas postas pela história cultural, estabelecendo diálogos com as temáticas do ensino da história, da história local e as questões a elas inerentes. Nossas fontes para tanto se tratam de livros escritos entre os anos de 1986 a 2010 que versam a respeito da história local do referido município. Os livros estudados foram produzidos

---

<sup>2</sup> Neste caso fazemos referência aos estudos de BITTENCOURT (2008), FERRO (1989), CHOPPIN (2004), no sentido de apresentarem a história e seu ensino enquanto território de embates e possibilidades.

<sup>3</sup> Sobre esta questão fazemos referência às leituras que nos ajudaram a formular estas concepções e conceitos de história, tais como CHARTIER (1990; 2002), BLOCH (2001), CERTEAU (1982).

com a intenção de servirem de material de apoio para o ensino da história local nas escolas municipais e estaduais, no ensino fundamental e médio. No entanto, o contexto de produção, a intencionalidade e autoria nos possibilitam levantar uma gama de discussões concernentes à identidade, à representação e seus processos de construção e reiteração.

Acreditamos na importância de entender esses materiais em seus contextos de produção, considerando que não foram produzidos para circulação no meio acadêmico nem para este tipo de público. Contudo, não deixa de ser um trabalho de pesquisa, produzido de acordo com as possibilidades teóricas de seus autores, mesmo assim valendo para nós a questão de problematizar o conteúdo e as finalidades deste material.

A principal motivação para esta pesquisa surgiu a partir do contato com um livro didático intitulado “Nossa gente conta nossa história”, produzido e distribuído no ano de 1986. Este livro didático foi escrito a partir da colaboração de vários autores, tendo sido utilizado no ensino de 1ª a 4ª série no trabalho com a história de Guarapuava. A produção do material deu-se a partir de um projeto da secretaria municipal de educação e prefeitura municipal, sendo encabeçado por pesquisadores da área de história. No entanto, a partir de alguns elementos levantados com a análise deste livro nos questionamos: como se deu a elaboração deste projeto? como foi distribuído? quem foram seus escritores? o que se pode concluir a respeito da “história” evidenciada neste manual? Essas questões nos levaram a perceber o delineamento de um processo de construção de uma “narrativa histórica local”; tal processo e os elementos a ele intrínsecos é que tentaremos discutir durante esta dissertação.

Nossa discussão estará centrada na tentativa de compreender de que forma tais elementos se encadeiam na formação desta narrativa histórica, percebendo de que forma ela defende um modelo de identidade do “guarapuavano” a partir da representação de um grupo social perante outros. Para tanto, estruturamos esta dissertação – tendo em vista nossa forma de escrita e trabalho com as fontes – de forma a apresentar as características das fontes e os referenciais teóricos que nos ajudaram a pensar os conceitos a serem trabalhados para proceder à análise de seus conteúdos, dispensando dessa forma a existência de um capítulo que aborde somente a teoria. Logicamente, enfrentamos a necessária discussão conceitual, mas

mesclamos desde o início com as fontes arroladas. Logo, nos desafiamos em uma introdução expandida entabulando uma discussão que consiga inter-relacionar os principais suportes que embasam este trabalho, a saber: o ensino de história, identidade e representação. Além disso, nos dois outros capítulos que edificamos será perceptível a continuidade dessa estrutura narrativa a qual adotamos. No primeiro apresentaremos algumas considerações a respeito da escrita da história local em relação com os elementos do imaginário social, buscando entender como o espaço “Guarapuava” é construído historiograficamente. No segundo e último capítulo nossas análises estarão centradas no modelo de identidade do guarapuavano evidenciado nas fontes a partir da escrita da história local. Por fim, convidamos o leitor a seguir conosco na análise do projeto de um grupo social para a formação de uma “identidade guarapuavana”.

### **1.1 – O ensino da história e a identidade: como e o que ensinar**

Em pesquisa na secretaria de educação e prefeitura municipal a respeito do projeto para a produção do livro didático supramencionado, não conseguimos localizar o documento, que talvez nem exista. A resposta dada pelos funcionários que nos atenderam foi de que, à época do feitiço do livro, não houve elaboração de nenhum projeto escrito, e que a pessoa que poderia nos ajudar melhor seria a professora Gracita Gruber Marcondes, que esteve à frente do projeto e da organização.

Desta forma chegamos às outras fontes e ao motivo de sua escolha; a figura da professora Gracita Marcondes, desde antes conhecida por sua notoriedade no tocante à “história oficial” de Guarapuava, aparecia enquanto importante elemento para a pesquisa devido à sua produção na área de história local<sup>4</sup>. A procura por outros livros didáticos deste gênero não teve êxito, haja vista ter sido o manual de 1986 o único do tipo a ser publicado. No entanto, nessa busca nos deparamos com outros livros que também nos interessaram para a pesquisa devido sua espécie. Ainda de autoria de Gracita Marcondes encontramos livros paradidáticos sobre a

---

<sup>4</sup> Como exemplo disso pode-se fazer menção a sua presença nos jornais locais falando sobre a história da cidade, participação em comissões de organização de eventos relativos à comemorações cívicas, lançamento de livros (como o que foi lançado em julho de 2010 alusivo às comemorações dos duzentos anos do município), trabalho junto a organização do Instituto Histórico Guarapuavano.

história de Guarapuava, materiais esses que acabaram por se tornar referência no que diz respeito à história local<sup>5</sup>.

Esses livros paradidáticos nos interessaram por terem em si expresso a intenção da autora de que servissem de material de apoio à professores e alunos para o estudo sobre a história de Guarapuava. Tanto a vontade da autora como a forma de construção do texto nos dão base para discutirmos esse material a partir do diálogo com a temática do ensino de história. No entanto a categorização destes materiais exigiu atenção tratando-se de um processo complexo; enquanto o livro de 1986 foi distribuído e utilizado em sala de aula durante algum tempo, os livros paradidáticos foram para as bibliotecas das escolas, mas nem sempre estiveram presentes em sala. Contudo, não podemos negar a natureza de tais publicações, haja vista que a intencionalidade das autoras e a forma como se apresenta o texto nos permitem analisá-los enquanto livros paradidáticos. Sobre isso atentamos para o que discutiu Batista (1999) ao alertar sobre a complexidade de se classificar este tipo de livro. Conforme pontua o autor, existe uma dificuldade que ronda a pesquisa com materiais desta natureza que se trata de saber sobre sua origem: se foram gerados para a escola, destinados ou utilizados por ela (p. 544). A partir desta classificação depende a conceituação a ser empregada aos livros, sendo que para Batista

Ainda que se utilize um desses critérios (ser *concebido*, *destinado* para a escola ou *utilizado* pela escola), um problema com que qualquer conceituação termina por lidar é o da falta de indicações explícitas da utilização do impresso pela escola ou de sua destinação ou elaboração para a escola. Mesmo, por exemplo, tendo optado por restringir a impressos destinados e elaborados para escola, ALAIN CHOPIN (1988), em seu amplo levantamento sobre a produção didática francesa, termina por utilizar a noção de “*graus* de destinação pedagógica”, em razão das dificuldades para encontrar indicadores editoriais e textuais explícitos dessa destinação (1999, p. 544. Grifos do autor).

No caso específico dos livros analisados, percebemos a intenção de um determinado grupo social que busca ter a autoridade de construir a identidade guarapuavana, premissa esta que será aprofundada ao longo desse trabalho. As dificuldades apontadas pelo autor também foram presentes no momento em que

---

<sup>5</sup> Depois da publicação esses materiais sempre foram distribuídos para as escolas do município, entregues nas bibliotecas e para os professores, e constituindo-se em material de referência na pesquisa sobre a história local ou então para o ensino da mesma. O livro didático de 1986 foi mais efetivamente utilizado em sala de aula por suas características de manual, com textos, atividades de fixação de conteúdo e pela distribuição aos professores(as).

precisamos categorizar os livros a serem analisados. Por ser um processo dificultoso e demorado, não prosseguimos na pesquisa para saber demais detalhes sobre a utilização ou não desses livros em sala de aula, embora possamos afirmar com maior segurança que o livro de 1986 foi utilizado. Podemos defini-lo como livro didático a partir das características que este material apresenta; embora em seu texto Batista afirme que a definição de livro didático não seja simples e que dependa de vários elementos, sendo “um objeto variável e instável”, o autor nos dá argumentos para pensar o assunto. Após mostrar os problemas de se tomar o objeto “livro didático” como algo dado e simples, ele aponta que

[...] o modelo de livro didático que parece ter prevalecido é aquele dirigido ao aluno. A destinação a esse leitor é evidente na organização e na linguagem dos textos e impressos e em sua utilização. O prefácio e a apresentação dos livros se dirigem ao aluno; nos exercícios e atividades, as instruções também; estas, ao mesmo tempo, solicitam sua intervenção, que deve ler textos, dar respostas, discutir passagens, fazer exercícios e assim por diante (BATISTA, 1999, p. 551).

Essas características podem ser observadas no livro “Nossa gente conta nossa história”. A maneira como se encontram estruturados os conteúdos, propostas de atividades e o modo como se referem ao aluno, entre outras, nos levam ficar mais seguros para assim classificá-lo<sup>6</sup>. Enquanto este último livro foi concebido, destinado e utilizado por escolas do município, os materiais paradidáticos tem em si outras especificidades às quais devemos estar atentos. Conforme apontamos antes, esses livros foram concebidos para serem materiais de apoio para alunos e professores, e em alguns casos até destinados para as bibliotecas das escolas, passando a ser materiais de referência para a pesquisa e o trabalho com a história local, no entanto, sua utilização em sala de aula não se pode mensurar. Levamos em consideração que esses livros são definidos pelas próprias autoras como paradidáticos. A partir dos elementos discutidos a respeito da categorização desses livros, concordamos com Batista quando este afirma que “[...] qualquer conceituação construída é dependente dos interesses sociais em nome dos quais se produzem, utilizam-se e se estudam os livros didáticos” (1999, p. 570).

---

<sup>6</sup> Sobre estas características chamamos atenção para o apêndice A, que apresenta o sumário do referido livro no qual se pode perceber a forma de linguagem utilizada e a estrutura das propostas de atividade, por exemplo, e ainda no anexo A6, que se trata da reprodução da mensagem inicial do livro escrita pelo então prefeito da cidade e um dos incentivadores e entusiastas do projeto (questão que discutiremos a seguir).

Tendo em mente tais premissas, abordaremos estes livros como fontes de pesquisa que, assim como todas as outras, tem suas especificidades; são objetos multifacetados, frutos de contextos sociais e de intencionalidades, são palco de disputas e lutas simbólicas, são aportes a partir dos quais se disseminam ideias, valores, modelos, representações sociais sobre o passado, presente e futuro. Assim, as fontes principais desta pesquisa são:

- “Guarapuava: história de luta e trabalho” de 1998, escrito por Gracita Gruber Marcondes (livro paradidático);
- “Símbolos de Guarapuava” de 1988, de Alcioly T. Gruber de Abreu e Gracita G. Marcondes (livro paradidático);
- “Duzentos anos de uma caminhada histórica: 1810-2010”, também escrito por Gracita Gruber Marcondes em comemoração aos 200 anos do município (livro paradidático).
- “Em cena: GUARAPUAVA, sua história nossa vida” de 2004, livro paradidático produzido, pelas instituições municipais e estaduais de ensino da cidade em comemoração ao 7 de setembro, com trabalho organizado por Gracita Gruber Marcondes e Julia de Santa Maria Pereira (livro paradidático).
- “História de uma cidade contada por ela mesma” de 2007, também escrito por Julia de Santa Maria Pereira para o projeto “A história de Guarapuava pela ótica da arte e de seus valores culturais”, da secretaria municipal de educação e cultura (livro paradidático).

Conforme já salientamos, buscaremos compreender esses materiais enquanto frutos de determinados contextos histórico, social e político. Essa afirmação, mesmo parecendo tão óbvia, nos ajuda a explicitar de que forma refletimos sobre nosso problema de pesquisa. O conteúdo desses livros nos dá subsídios para uma análise que permite uma problematização dos mesmos e de todo o movimento que cerca sua produção, também nos alertando para uma série de indagações. De que maneira esse livros foram produzidos? Como chegaram até as escolas? Existiu participação política nesse processo? Que tipo de narrativa evidenciam tais livros? A que tipo de análise dão subsídio? Assim, tentaremos caracterizar cada um dos livros para melhor situar os contextos de nossas fontes, sendo que nesse processo contamos com a ajuda do resultado de entrevista

realizada com Marcondes e Abreu no sentido de complementar as informações e, de igual importância, criar fontes para análise.

**Nossa gente conta nossa história, 1986:** trata-se de um livro didático produzido a partir de um projeto da secretaria municipal de educação com a coordenação de Gracita Gruber Marcondes, que foi utilizado para o ensino da história local de 1ª a 4ª série. Além da coordenação geral, Marcondes participou com a pesquisa histórica, conteúdo e exercícios de integração social, ainda sendo autora de dez dentre os 42 textos com atividades que compõem o livro. Alcioly Terezinha Gruber Abreu foi responsável pelos métodos e técnicas de pesquisa, e autora de dois textos. O projeto teve ainda como colaboradores o Núcleo Regional de Educação, Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (hoje Universidade Estadual/UNICENTRO) e da Associação Educacional do Oeste do Paraná. Conforme já exposto na primeira parte deste texto, talvez não tenha existido o projeto escrito desse trabalho<sup>7</sup>. O livro é estruturado a partir de textos e atividades, principalmente de interpretação, escritos por alguns professores da rede municipal, contendo anexos proposta de teatro, os símbolos e os fundadores de Guarapuava.

Esse foi um dos livros que, como já dissemos, nos instigou a prosseguir na pesquisa em busca de materiais desta natureza e temática. É o primeiro livro escrito com fins didáticos para o ensino da história local, e apresenta intenções pessoais e políticas. No caso da autoria, em resposta ao questionamento sobre o livro na entrevista Marcondes tomou para si tanto a iniciativa quanto a responsabilidade pela execução do projeto. Nesse caso, percebemos que a mesma legitima sua própria posição social e autoridade de seu lugar de fala para edificar assim a história de Guarapuava. Quando indagada a respeito da produção do livro ela responde o seguinte:

Eu me formei lá em Irati e vim pra Guarapuava, professora do grupo escolar Visconde de Guarapuava. Me deram uma turma de 3º ano, no primeiro dia uma menina chamada Rute me perguntou: Dona Gracita, porque que Guarapuava é Guarapuava? E eu não sabia. Fiquei muito envergonhada, fui procurar, não tinha livro nenhum, não existia nada, nada [...] Tanto que este primeiro livro ele não é muito bem feito, esse “A gente conta a nossa história”, mas eu fiz como pude porque eu achava que as professoras precisavam de alguma coisa pra se apoiarem (MARCONDES, 2012, p. 13-14).

---

<sup>7</sup> Estivemos em pesquisa na prefeitura e secretaria municipal de educação, mas não conseguimos acesso aos arquivos de documentação. Quanto ao projeto, fomos informados que à época não foi escrito projeto a respeito da confecção do livro, apenas os trabalhos foram organizados por Marcondes.

Podemos perceber que existe um grau de investimento pessoal da autora em tal projeto. Ao rememorar a pergunta de sua aluna que a instigou a escrever sobre a história da cidade, Marcondes comenta que “fez como pode” por acreditar que as professoras precisavam de material de apoio para trabalhar com a história local. Ora, podemos supor que para que tal iniciativa tenha se tornado um “projeto” de feitura de um livro didático ela tenha que ter vindo de uma pessoa com alguma influência e com relacionamentos sociais e políticos que possibilitassem a viabilização de tal. Uma rápida análise nos permite fazer algumas afirmações a respeito das utilizações políticas desse livro; exemplo disso é o destaque dado à figura do então prefeito da cidade o Sr. Nivaldo Krüger, conforme se observa desde a capa do livro com o destaque que se trata de uma realização de sua administração. Além disso, alguns dos textos que compõem o livro são de sua autoria<sup>8</sup>, e existe dentro da organização do conteúdo do mesmo espaço reservado para os projetos realizados pela prefeitura municipal, como por exemplo, o “Programa Planalto Verde<sup>9</sup>” e também textos com exercícios que tratam do desenvolvimento econômico, como o cultivo e comercialização da maçã que se fez à época.

**Símbolos de Guarapuava, 1988:** o livro é escrito por Alcioly Terezinha Gruber Abreu e Gracita Gruber Marcondes e publicado pela FAFIG<sup>10</sup>. O trabalho é definido pelas autoras como material de apoio para professores e alunos das escolas locais, “[...] a fim de desenvolver, nos estudantes, o espírito de nacionalidade” (ABREU; MARCONDES, 1988, p. 08). O conteúdo deste livro nos apresenta importantes elementos a serem discutidos acerca das concepções das autoras sobre o ensino, e as relações entre a história local e nacional.

Esse livro foi elaborado a partir de um dos primeiros esforços de pesquisa e levantamento de fontes sobre a história de Guarapuava, feito pelas duas autoras. A problemática principal apresentada no livro trata-se da “falta de civismo da

---

<sup>8</sup> Nivaldo Krüger é um dos “escritores/historiadores” da história de Guarapuava, com livros e pesquisas publicados a respeito. Na entrevista Abreu comenta que “o Nivaldo sempre foi muito ligado com a história” (2012, p. 41).

<sup>9</sup> O texto intitulado “A abrangência do ‘Programa Planalto Verde’” começa da seguinte maneira: “O Programa Planalto Verde, criado pelo prefeito Nivaldo Krüger, é modelo que deverá ser implantado em outros estados brasileiros” (VAZ, 1986, p. 265).

<sup>10</sup> Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, que no início da década de 90 se transformou em Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO.

população brasileira” e do “desprezo pelos princípios éticos e morais” que desembocam “numa completa inversão de valores” (p. 09). Na apresentação está expresso o agradecimento às autoras por “[...] incentivar nos jovens estudantes guarapuavanos o interesse por sua terra e pela preservação de suas tradições” (AZEVEDO, 1988, p. 02). Em entrevista Abreu confirma a intenção do livro: “o Símbolos de Guarapuava foi feito pra ser também um material de pesquisa para professores, para alunos (2012, p. 41).

**Guarapuava: história de luta e trabalho, 1998:** escrito por Marcondes, este trabalho é definido pela autora como “[...] um livro-texto de primeiro e segundo graus, paradidático, que poderá ser usado por professores, estudantes e qualquer pessoa interessada em conhecer a História do Paraná” (MARCONDES, 1998). A publicação do material foi custeada pela UNICENTRO, e contou com colaboração da prefeitura e secretaria municipal de educação e também da secretaria de estado da educação, na pessoa do Dep. Estadual Dr. César Augusto Carollo Silvestri – ex-prefeito da cidade – tendo ainda a participação de Abreu na orientação da pesquisa científica. O referido livro também acabou se tornando referência para a pesquisa sobre a história do município, sendo utilizado por professoras(es) da rede municipal em sala de aula, pois exemplares foram distribuídos para as bibliotecas de escolas e instituições do município<sup>11</sup>.

Talvez este livro seja uma das produções sobre a história local mais conhecida atualmente, citada em pesquisas, seja como fonte ou como referência bibliográfica; quando se trata da história de Guarapuava, para os locais é a obra mais lembrada, o que demonstra o alcance de sua divulgação. Essa obra nos ajuda a pensar a centralidade dada à figura de Marcondes no tocante à história local, e também as ligações sociais da autora que a possibilitaram adquirir tal importância. Como esses livros trazem sempre o nome de políticos como apoiadores, da prefeitura municipal e demais secretarias<sup>12</sup>, perguntamos a Marcondes se existiu o apoio em troca de vinculações políticas. A resposta nos permite algumas análises, pois perguntando especificamente sobre o livro paradidático acima descrito, a autora afirma que “esse do Cesar foi a esposa dele que conseguiu (2012, p. 33), “ela era

---

<sup>11</sup> Perguntamos para Marcondes sobre a distribuição deste livro: “Eu entreguei 450 livros pras escolas municipais, 200 e tantos pras estaduais, depois fui fazer uma palestra nas escolas não tinha um” (2012, p. 43).

<sup>12</sup> Nos anexos no fim deste trabalho reproduzimos as páginas de apresentação, colaboração, prefácio, agradecimentos dos livros justamente para ter uma melhor visualização desta questão.

aluna, ela gosta muito da Gracita e respeita muito a Gracita, então, ela que conseguiu” (ABREU, 2012, p. 33). Marcondes ainda completa que “foi ela que conseguiu, a secretaria de educação que deu, que ajudou. Ele conseguiu através da secretaria de educação, eu não gastei nenhum tostão nesse livro (2012, p. 33). Talvez esta resposta nos permita apurar que, além das intencionalidades políticas inerentes ao apoio dado ao feitiço do livro, mais uma vez nos parece que a rede de relacionamentos pessoais presentes nesse processo tenha mais força para explicar a captação de recursos do que propriamente vinculações políticas. Ainda nesse sentido Marcondes afirma que “eu não sou puxa-saco, não puxo o saco de ninguém” (2012, p. 46). No entanto, não se pode dizer que não existe vinculação e interesse político, senão estaríamos sendo inocentes em tal análise, mas frente às relações sociais estabelecidas entre este grupo, elas tenham uma relevância diferente.

**Duzentos anos de uma caminhada histórica: 1810-2010, 2010:** de autoria de Marcondes, é o trabalho mais recentemente publicado, foi elaborado e lançado em comemoração aos duzentos anos do município celebrados em 2010, com os gastos de produção e publicação totalmente custeados pela autora. Outra vez temos a vontade de Marcondes expressa nas primeiras páginas de que o livro “[...] tem por objetivo servir como bibliografia básica, aos professores e alunos do ensino fundamental e médio [...]” (2010, p. 13). Este livro apresenta algumas peculiaridades em relação aos outros materiais, quanto a algumas concepções da autora e quanto à maneira de construção do texto, e parece ter um sentido especial, sendo a celebração de toda a carreira e obra da autora, nos seus quase noventa anos de idade.

O livro apresenta preocupações diferentes das outras publicações em sua forma de apresentação e conteúdo. Contém quase setecentas páginas, em capa dura, imagens e fotografias coloridas, papel da melhor qualidade. Além disso, existe a citação de autores teóricos da história, como por exemplo Hobsbawm, entre outros, contando com a inserção de várias temáticas, podendo ser entendido quase como uma “história total” de Guarapuava. Embora tenha sido lançado nas comemorações dos duzentos anos, Marcondes explica que fez o livro por estar em dívida com o grupo da loja maçônica, que lhe abriu os arquivos quando esta precisou pesquisar. Sendo assim, “o lançamento foi participação da maçonaria nos duzentos anos, porque a maçonaria tinha que prestar alguma coisa também”

(MARCONDES, 2012, p. 46). Mais uma vez podemos considerar a ação e importância da rede de relacionamentos sociais da qual a autora faz parte, pois quando perguntada a respeito da publicação e custeio deste livro, ela nos responde que “se você não põe a fotografia dos maiores você não tem vez” (p. 45). Segundo informações por nós coletadas, ainda que sem comprovação documental, o que ocorreu foi um acordo, aonde a autora financiou a publicação do referido livro com um acordo de compra pré-estabelecido por parte da maçonaria guarapuavana e do poder público municipal.

**Em cena: GUARAPUAVA, sua história, nossa vida, 2004:** o processo de elaboração deste livro deu-se de maneira diferente. Sua publicação aconteceu a partir de um projeto, fazendo parte das comemorações de sete de setembro no município, quando foi nomeada uma comissão para a organização dos trabalhos. O tema do desfile foi a história de Guarapuava, tendo resultado na publicação do livro, entregue no dia quinze de outubro do mesmo ano a todas as escolas do município como comemoração ao dia do professor. Gracita G. Marcondes e Julia de Santa Maria Pereira dividiram a história do município em itens, sorteando entre as escolas e entidades participantes do desfile, que pesquisaram sobre o tema, escrevendo os textos do livro<sup>13</sup>. Outro fato que chama atenção no caso deste livro é a mensagem do então prefeito municipal, Vitor Hugo Ribeiro Burko, que expressa a intenção de marcar a conclusão de seu 2º mandato com as comemorações ocorridas naquele setembro, bem como com a publicação do livro<sup>14</sup>.

É possível salientar que talvez este livro, pelas características apresentadas, seja um dos que mais tem em si a marca dos interesses políticos de um grupo social. Mesmo esse livro tendo sido composto por textos escritos pelas instituições de ensino e entidades participantes, ele reproduz a mesma história tradicional de Guarapuava, e usa como referência bibliográfica quase unicamente os livros anteriormente publicados de Marcondes e Abreu.

---

<sup>13</sup> Redação O Estado do Paraná. *Desfile vai encenar a história de Guarapuava*. 05/09/2004. Disponível em: <(www.pron.com.br)>. Acesso em (25 de julho de 2011).

<sup>14</sup> “Com o prestigiamento, a ajuda e a confiança da comunidade guarapuavana, estou concluindo meu 2º mandato como prefeito e deixo, para a apreciação de todos, diversos projetos [...]. desejei, ainda, que o Desfile Cívico de 7 de setembro deste ano, fosse grandioso [...]. Assim, por meio do Projeto “Em cena: Guarapuava, sua história nossa vida”, resgatamos e apresentamos, para todos, a Guarapuava de ontem e a de hoje [...]. (Vitor Hugo Ribeiro Burko, mensagem, “Em cena: GUARAPUAVA, sua história, nossa vida, 2004).

**História de uma cidade contada por ela mesma, de 2007:** também escrito por Julia de Santa Maria Pereira para o projeto “A história de Guarapuava pela ótica da arte e de seus valores culturais”, da secretaria municipal de educação e cultura. Pode ser considerado um livro paradidático pelas suas características e intenções da autora e do projeto que o custeou. É um livro que tem como público alvo crianças do ensino fundamental das séries iniciais das escolas do município, contando com texto e ilustração, narrado de uma forma como se a própria cidade estivesse contando sua história. Também traz em sua apresentação mensagens da secretária municipal de educação e do prefeito municipal, que afirma que o livro “apresenta o fazer, o pensar o sentir dos antepassados, para os que fazem parte do presente e representam o futuro”.

Apresentadas – ainda que de maneira descritiva, pois durante o desenvolvimento do trabalho serão melhor analisadas – as fontes, acreditamos que cabe aqui a justificativa do porque levar a cabo esta pesquisa. Afinal, se pensarmos que o município de Guarapuava não é o único a ter esse tipo de material produzido sobre história local, nem o único a ter livros didáticos escritos exaltando determinada história e personagens, imaginamos que o trabalho não represente novidade em termos de objeto de pesquisa. No entanto, entendemos que o fato desses materiais ainda não terem sido estudados com o foco ao qual nos propomos, bem como o espaço que ocupa tanto a produção quanto determinado grupo responsável por este tipo de história, do qual fazem parte as autoras, merecem atenção. Do mesmo modo, a perspectiva de pesquisa se deu a partir da escolha das fontes, e foi aperfeiçoada a partir de tal, pensando no que elas apresentam e representam, tendo o presente como constante (re)construção. Ora, se esses assuntos não começarem a ser trabalhados com vistas a um avanço nas discussões desse processo de construção e disseminação da história local, continuaremos incorrendo sempre na mesma repetição e cristalização de fatos e heróis, dos quais aprendemos a desconfiar ainda nos primeiros semestres dos estudos de história. A importância deste estudo se justifica pelo fato de tentarmos contribuir com as reflexões sobre a história local, bem como entender de que forma se deu o processo de construção de determinados discursos que se apresentam como únicos para a história de Guarapuava, aquilo à que chamaremos de construção de uma “narrativa histórica local”.

Nossos questionamentos recaem sobre as fontes de maneira que percebemos na escrita desses livros uma proposta de identidade e seus processos. O tipo de discurso presente nos textos, nas lições (no caso do livro didático “Nossa gente conta nossa história, de 1986), nas imagens – que usa e que cria – diz respeito a uma história que elege determinados elementos, apresenta os “grandes fatos” da história local e seus respectivos “heróis”. Percebemos nesta pesquisa, ao analisar o conteúdo dos livros, que determinado modelo de identidade do guarapuavano se coloca a partir do trabalho das autoras, legitimando o grupo social a que pertencem. O interessante é perceber de que maneira isto está sendo colocado em um texto que é conteúdo de material didático, ou paradidático, como no caso das outras produções, para ser utilizado na pesquisa sobre a história de Guarapuava. A maneira de disseminar estas ideias de identidade, esse modelo de quem é o guarapuavano, ganha outros contornos, como a manutenção do *status quo* já estabelecido na estrutura social da cidade.

Além dos elementos apresentados explicitamente nos livros sobre quais características formam o “homem guarapuavano”, muitas dessas questões podemos discutir a partir dos silêncios dessa narrativa. Conforme Saliba, “[...] mostrar um fato ou um homem é fazer com que isto tenha existência, mas o reverso é o apagamento dos outros, o aniquilamento social daquilo que se escolheu não mostrar” (2006, p. 121).

De maneira geral, essas primeiras informações que podemos levantar a respeito da escrita da história feita pelas autoras nos revela alguns traços sobre suas concepções de história; e assim sendo, percebemos qual o tipo de história é do interesse de um grupo social que seja ensinada, e como isso deve ser feito. Sabemos que a concepção de história em questão retrata uma história sem problemas, que narra fatos e lembra daquilo que convém, retratando personagens que “não devem ser esquecidos”, tendo em vista a parcialidade e seletividade dos temas abordados, das imagens utilizadas e até mesmo dos nomes que são colocados em evidência no decorrer do texto.

O jogo que se apresenta no que se refere ao modelo de identidade defendida nos livros opera na medida em que expõe uma história parcial; são as características de determinado grupo social colocadas hegemonicamente como a “identidade do guarapuavano”. Neste processo, memória, identificações e

representações são conceitos chave para procurar entender essa construção e seus mecanismos. O modelo de identidade que observamos na escrita das autoras é defendido por meio da história e da seletividade da memória, sendo construída e reiterada pelo mesmo grupo social ao qual se refere<sup>15</sup>. Essa observação pode ser afirmada também pelas características presentes na história que é defendida, na maneira como isso é feito e pelas intenções presentes no sentido da identidade/identificação. Nesse sentido observamos, a partir das idéias de Le Goff, o jogo que se apresenta entre a memória e o esquecimento. O autor afirma que:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 76).

Trata-se de uma história elitista, não problematizada, que repete e cristaliza idéias a respeito dos processos históricos do município de Guarapuava, evidenciando apenas algumas das “personalidades” e “famílias” consideradas como “os guarapuavanos”. Isso nos faz pensar na discussão de Le Goff no sentido de que essa história na qual vemos defendida a identidade está sendo feita a partir de determinado lugar social, falando sobre ele e buscando defendê-lo enquanto modelo identitário e social. Esse grupo, ou determinada parcela social do local, é também o lugar de onde falam as autoras dos livros; a história que escrevem é também a história de suas famílias, e os “pioneiros guarapuavanos” são os seus antepassados<sup>16</sup>. Isso se exemplifica na citação abaixo, parte do livro “Guarapuava: história de luta e trabalho”:

Os primeiros povoadores de Guarapuava foram os portugueses e seus descendentes que residiam em São Paulo, onde exploravam a pecuária (...) portanto, a vocação de pecuarista, de bandeirante e de tropeiro, o GUARAPUAVANO herdou dos paulistas e seus descendentes. As famílias

---

<sup>15</sup> Entendemos que este grupo social pode ser definido como “elite local”, um conjunto de pessoas que geralmente detém as posições de mando na estrutura desta sociedade, ocupando cargos políticos, detendo um maior poder aquisitivo na estrutura econômica local; por vezes podem ser considerados intelectuais, seus nomes figuram nas colunas sociais dos periódicos em circulação. Silva (2008) em sua tese de doutorado em que estudou a figura de um político guarapuavano tratou de tal conceito. A pesquisadora se referiu a Mills, citando que “Em toda cidade americana, média ou pequena, paira acima da classe média e sobre a massa da população de funcionários e operários assalariados, um grupo superior de famílias e ‘os membros desse grupo possuem a maior parte do que existe localmente para ser possuído. Seus nomes e retratos são impressos com frequência no jornal local, na realidade o jornal é deles, como deles é a estação de rádio” (*apud* SILVA, p. 92).

<sup>16</sup> Cabe aqui pensar no que nos apresenta CERTEAU (1995) sobre o lugar social de autores e obras, bem como o contexto histórico e suas implicações na escrita da história.

pioneiras de Guarapuava foram: ROCHA LOURES, CHAGAS LIMA, FRANÇA, ALVES, MENDES DE ARAÚJO, CALDAS, MENDES, ABREU, SIQUEIRA CORTES, MARCONDES, LACERDA, CAMARGO, VIRMOND (...) (MARCONDES, 1998, p. 68).

Observando o trecho acima encontramos dentre as famílias pioneiras do local o sobrenome das próprias autoras, bem como podemos ter um panorama do grupo social ao qual nos referimos. Isso nos ajuda a justificar a ideia de que a história edificada nas obras em apreço se configura na defesa de um pertencimento social, ao mesmo tempo em que evidencia isso aos demais, ou seja, a colocação das famílias pioneiras em destaque é uma forma de expressar a relação de aproximação deste grupo, as raízes identitárias no passado, bem como legitimar sua posição social no presente. Pensando que esses elementos estão ressaltados em textos com finalidades didáticas, temos que considerar o sentido que ganha a construção desta “história local”. Bittencourt nos ajuda a alicerçar essas afirmações e a interpretar essa situação quando afirma que

Várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa (2006, p. 72).

Essa generalização ou exclusão que aponta Bittencourt aparece em nosso caso de estudo, afinal, os vários elementos, personagens que são desconsiderados da história local corroboram no sentido de fortalecimento de uma identidade parcial, vista somente de um ângulo, de um local social específico. Nesse sentido, partilhamos das concepções de Chartier (1990) quando este afirma que as representações do mundo social são construídas dentro dos próprios grupos que nela se apresentam. Essas representações são discursos que visam ressaltar e impor uns em detrimento de outros, legitimando externamente a constituição de projetos de sociedade, ou justificando para os indivíduos partícipes deste próprio grupo, escolhas e condutas. Essa representação é também uma forma de leitura de mundo e de construção daquilo que se quer evidenciar, é a maneira pela qual os indivíduos dão sentido, à medida que constroem seu mundo, a partir de estratégias e de lutas de representação, elemento de sua identidade. Assim

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

Conforme o que expomos até aqui, é necessário pensar que é esta versão da história que vem a tempos sendo referência enquanto “verdadeira” história de Guarapuava e no ensino da história local, e os alunos dos mais diferenciados pertencimentos sociais e das mais diferentes etnias aprendem sobre a mesma história, o que acaba por vezes sendo algo que é imposto de cima para baixo. Fernandes (1995), ao discutir a respeito do(s) sentido(s) do ensino da história, sobre o lugar da história local neste âmbito, ressalta que por muito tempo a visão de mundo difundida a partir de materiais didáticos colaborou para o ensino de “uma história da impotência e da exclusão” (p. 44). Nesse sentido, a discussão vem ao encontro com as ideias expostas a partir de Chartier sobre os discursos e as representações do mundo social construídas a partir de determinado grupo, em defesa de seu pertencimento social, pois são essas concepções que acabam dentro das salas de aula a partir dos materiais que estudamos. Fernandes alerta que esta abordagem do conhecimento histórico acaba por impedir que o aluno reflita sobre a sua própria historicidade, não se vendo como sujeito da própria história nem como agente na construção do conhecimento (p. 48), o que nos parece ocorrer em Guarapuava com a utilização didática das obras aqui analisadas

Essa história defendida como conteúdo a ser ensinado, ao mesmo tempo em que mostra aquilo que não se deve esquecer e que auxilia na construção de uma memória excludente, acaba por não ter “ligação com as experiências sociais das crianças em seu fazer cotidiano” (FERNANDES, 1995, p. 48). Assim, a história que deve ser ensinada é definida socialmente tendo a marca deste grupo social que se empenha em sua construção e disseminação, tendo o interesse em ensinar às crianças na escola; no caso do manual didático de 1986, isso poderia ser pensado como uma maneira de “alfabetização em história”. Como exemplo disso podemos citar a mensagem escrita à autora na apresentação do livro “Guarapuava: história de luta e trabalho” pelo então prefeito do município, Vitor Hugo Ribeiro Burko:

[...] por quase duas décadas venho acompanhando de perto, com sincera admiração, o labor intelectual desta iminentíssima professora que Guarapuava inteira conhece e aplaude. Nesse gênero difícil que é a história, pois requer muita pesquisa e dedicação, a historiadora guarapuavana firmou sua reputação e colhe merecidos louros. Além disso, é uma escritora consagrada que registra de forma segura e clara, aliada a uma cultura invulgar, os fundamentos básicos dos fatos que foram a origem do nosso município (*apud* MARCONDES, 1998, p. 04).

O conteúdo do livro vem ao encontro com a idéia de história evidenciada pelo autor da mensagem, uma história que exalta o passado como grande fornecedor de exemplos para o presente e futuro, da mesma forma que deixa claro a importância da figura da pesquisadora para a história de Guarapuava. É nesse sentido que se dá o processo da construção da narrativa histórica local enquanto meio de legitimação de lugares na estrutura social, bem como define o que deve ser ensinado, como e por quem isso é pensado.

O ensino de história está – e de um modo ou de outro sempre esteve – ligado às demandas de identificação e pertencimento (social, cultural, étnico, político), sendo necessário estarmos atentos à questão das diversas maneiras como isso será trabalhado, se tendo em vista a apropriação de uma conceituação crítica, ou de outro modo, atuando no favorecimento da conservação de idéias como as que temos na tradicional história de Guarapuava. Esses “mitos históricos” parecem por vezes permanecer, mesmo que se tente sua desconstrução. Gontijo (2003) ainda afirma que a história é responsável por fornecer a “matéria prima” para o sentimento de pertença, sendo que o problema reside então na maneira como esta matéria será trabalhada e qual o sentido que será dado para ela, o da desconstrução para uma nova leitura ou o da permanência. Outro ponto que exemplifica e nos faz problematizar a questão de que tipo de ensino de história é defendido, são as intenções expressas no livro “Símbolos de Guarapuava”. Na introdução as autoras afirmam que:

Assim sendo, este trabalho justifica-se pela ausência de uma pesquisa aprofundada sobre os símbolos de Guarapuava, para ser utilizada nas escolas do município, a fim de se desenvolver, nos estudantes, o espírito de nacionalidade. Justifica-se, ainda, pela necessidade urgente de se provocar a mudança de mentalidade na população, através do ensino e da prática dos valores éticos e morais, atualmente tão esquecidos. A escola não deve apenas ensinar, mas sim, atingir seu objetivo de educar, formar a personalidade da criança e do jovem, despertando-lhes o amor à sua Pátria, para que saibam cumprir seus deveres e exigir que seus direitos de cidadão sejam respeitados (ABREU, MARCONDES, 1988, p. 8. Grifo da autora).

Nesse trecho observamos que não se trata somente de definir o que deve ser ensinado, nem somente da concepção de história, mas também de suas concepções de escola e educação. Isto se faz presente em seus textos, e esses materiais, em alguns casos, foram entregues em mãos para serem utilizados pelas

professoras<sup>17</sup>. Assim, temos a conexão entre a elaboração do conteúdo e a forma com que este deve ser trabalhado, visando a um resultado determinado.

Entendemos esses materiais enquanto uma narrativa histórica formulada por um determinado grupo, tendo em vista impor e reafirmar o seu lugar social. À medida que se busca justificar através do passado o pertencimento a determinado grupo social, se estabelecem os parâmetros daquilo que deve ser lembrado enquanto identificação. Para Carretero (2010), a história é “o instrumento privilegiado para diferenciar ‘nós’ dos ‘outros’, instância na qual se constrói uma identidade relacional” (p. 33). O autor ainda afirma que o terreno da identidade é “irrenunciável” no que diz respeito a algumas utilizações que se faz da história.

Pensando na identidade enquanto elemento sempre presente na discussão e no ensino de história, e partindo da análise das fontes, temos uma concepção de história, de ensino, de educação presente nesses livros que tende a legitimar determinada versão sobre a história local; sendo assim, se faz necessário pensar os processos da escrita dessa história.

Correa (2002) salienta que, diferentemente de outros países, como os da Europa, por exemplo, a escrita da história local no Brasil ocupa uma posição marginal na historiografia. Esse tipo de trabalho é predominantemente feito por diletantes a partir de uma narrativa subjetiva e distante das regras dos trabalhos acadêmicos. Segundo o autor, talvez seja esse o fato desse gênero de história gozar de maior prestígio junto ao público leigo (p. 11). Com relação à análise de Correa, a escrita da história local ainda se encontra muito ligada ao tipo de documentação utilizada, fontes estas que muitas vezes somente os historiadores diletantes tem acesso, sendo geralmente de arquivos familiares, o que possibilita o trabalho com documentação inédita e nem sempre disponíveis aos pesquisadores da academia.

Do mesmo modo podemos pensar este processo quanto à parcialidade e subjetividade presente nos trabalhos de história local aqui estudados. Nesse caso levamos em consideração o processo de escrita desses livros, pois verificando, por exemplo, as entrevistas orais que as autoras usam em suas pesquisas, conseguimos localizar o pertencimento social dos entrevistados – pois repetidas

---

<sup>17</sup> Como é o caso dos livros: “Nossa gente conta nossa história”, de 1986, “Em cena: GUARAPUAVA, sua história nossa vida”, de 2004. Conforme informação das próprias autoras, os livros paradidáticos também foram utilizados por professoras(es) do município, ainda que sem a orientação oficial da secretaria de educação.

vezes lembranças sobre determinados assuntos, fatos ou pessoas tendem a se tornar verdades indiscutíveis, consolidadas como processos históricos locais (CORREA, 2002, p. 14). Ainda nesta linha de discussão, que nos auxilia no entendimento de nossas fontes, o autor afirma que

Em geral, a escrita da história local diletante contém uma avaliação positiva do processo histórico devido ao tratamento demasiado subjetivo por parte de seu autor, ao selecionar os “acontecimentos” que são artificialmente ordenados a fim de lograr uma linearidade lógica e harmoniosa ao desenvolvimento local. Essa visão positiva é muitas vezes fruto da falta de discernimento entre a trajetória individual do autor, geralmente com ascensão social, e aquela coletiva da comunidade sobre a qual se escreve (CORREA, 2002, p. 151).

Devemos esclarecer que Abreu e Marcondes tem formação na área de história, tendo sido professoras no ensino superior na universidade em Guarapuava; no entanto hoje fazem parte do grupo de historiadores que, pelas características de seus trabalhos e vinculações sociais e intelectuais, categorizamos como diletantes ou então memorialistas. É neste grupo de pesquisadores que se concentra grande parte da produção sobre a história local, sendo esta mesma a que tem maior circulação entre os meios de comunicação e que serve como “discurso histórico oficial local”. Diferentemente de Abreu e Marcondes, os demais “escritores da história local” não tem formação em história, sendo que este grupo se agrega a partir da Academia Guarapuavana de Letras e Artes, também do Instituto histórico de Guarapuava. Conforme exemplificamos, as características de seus trabalhos se apresentam nas discussões de Correa. Contudo, um elemento da fala deste autor pode ser relativizado, pois toda construção histórica, em determinada medida, é imbuída de artificialidade. O próprio trabalho do historiador, a partir do momento em que se faz necessária a interpretação, e pensando na ideia de construção histórica, não consegue se eximir da artificialidade.

Outras duas questões apontadas por Correa nos ajudam a pensar alguns pontos do trabalho. Num primeiro momento, o autor sublinha a questão de que a escrita da história local exalta certos acontecimentos, dando a eles características de ineditismo. Nesse sentido Reznik (2002) afirma que, por vezes, a história local coloca em evidência acontecimentos, personagens ou o próprio local como se fossem únicos, especiais e mais relevantes que todo o resto do mundo, superdimensionando o enfoque do estudo (p. 2). Assim observamos as ideias colocadas por Marcondes no prefácio do livro paradigmático “Guarapuava: história de

luta e trabalho”, no qual um dos objetivos do trabalho é destacado pela autora como, a partir da pesquisa da história de Guarapuava, preencher lacunas na história do Paraná e da parte meridional do território brasileiro que lhe pertencia. Para a autora, o trabalho

Procura elucidar como foi a aventura daquela gente simples, homens e mulheres que, com determinação, enfrentaram o desconhecido para desbravar o sertão e abrir caminhos. Desafiaram a adversidade do meio com índios enfurecidos, feras bravias, longas distâncias, para inserir Guarapuava, Prudentópolis, Pinhão, Cândói, Pitanga, Laranjeiras do Sul, Palmas, Clevelândia, Mangueirinha, Xanxerê, Chopinzinho, Chapecó, Nonoai e outras localidades no contexto histórico-geográfico da Nação Brasileira (MARCONDES, 1998, p. 4).

A centralidade e importância dada ao processo histórico de ocupação do território de Guarapuava vem acompanhado, novamente, da afirmação e distinção entre aqueles que fizeram o bem para a “Nação Brasileira”, aqueles que representaram por muito tempo o entrave para a colonização, e a relevância de Guarapuava e dos guarapuavanos que desbravaram o sertão e o inseriram no contexto da história e geografia brasileiros<sup>18</sup>.

Chamamos ainda atenção para um último aspecto levantado por Correa que trata de uma questão que já mencionamos. Com certeza se faz necessária a análise, crítica e desconstrução deste tipo de história, mítica, de fatos e personagens. No entanto, o esforço vale para tentar entender essas produções e autores dentro de seus contextos e possibilidades, pois como salienta o autor,

[...] esse profissionais podem contribuir para a construção do conhecimento histórico das localidades de várias formas. Dentre elas, destacam-se as atividades de conscientização e preservação de documentos e do patrimônio histórico, de organização e de sistematização de arquivos particulares e públicos, de ensino e de pesquisa (CORREA, 2002, p. 17).

No mesmo patamar de importância devemos pensar que o trabalho com a história local não significa minimizar ou simplificar a trama do social, nem mesmo conceituá-lo em oposição a um contexto maior, mas sim de tentar entender esse processo de experiências e tensões sociais e políticas (REZNIK, 2002, p. 3). E

---

<sup>18</sup> Com relação a este aspecto pretendemos retornar na discussão durante o desenvolvimento do trabalho, pois existe a possibilidade de relacionar, no sentido de corrente historiográfica, essa análise, e também de outros aspectos, com a historiografia paranaense principalmente de autores ligados ao movimento paranista, que buscou criar uma identidade para o Paraná vinculados ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. Dentre eles destaca-se, por exemplo, Romário Martins.

nesse entendimento, a necessidade de percebê-lo a partir da especificidade das fontes, seus textos e contextos, é óbvia.

Choppin (2004), dentre todas as discussões que aborda em seu trabalho, salienta que o livro didático é um objeto cultural complexo, e que a função daquilo que se elege analisar nessas fontes é sempre um recorte, uma escolha a partir do olhar do pesquisador. Como qualquer outra fonte, os livros são produtos sociais concebidos a partir de motivações, intencionalidades, dentro de contextos e limites específicos, sendo objeto de leituras múltiplas e parte de um processo dinâmico de (re)significações. A partir desse olhar, o autor desdobra algumas “funções essenciais” do livro didático, a saber: função referencial, instrumental, ideológica e cultural e documental. Com base nestas categorias temos os livros didáticos enquanto “continente” de habilidades e saberes que os grupos julgam necessários transmitir, à medida que serve de instrumento para por em prática estas questões, é, e ao mesmo tempo traz em si, documentos históricos, sendo um “instrumento” de construção de identidade. Para o autor,

O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados. E os historiadores se interessam justamente pela análise dessa ruptura entre a ficção e o real, ou seja, pelas intenções dos autores (CHOPPIN, 2004, p. 557).

Precisamos salientar que neste aspecto da discussão Choppin afirma que o trabalho com a análise do conteúdo de livros didáticos é o que tem, já há várias décadas, ocupado maior parte dos trabalhos desta área, justamente por estas intencionalidades tão presentes nas entrelinhas e nos “não ditos” pelos autores destes materiais. Diante do exposto, cabe novamente retornar às justificativas apresentadas no sentido de atribuir à pesquisa caráter de relevância. Como evidenciamos, o esforço se dará em compreender os materiais didáticos e paradidáticos dentro do contexto social, com suas intenções, levando em consideração toda a gama de aspectos que cercam esses documentos, procurando perceber de que maneiras se pode pensar a história local a partir do ensino e suas tensões com as batalhas da identidade. Nesse sentido, Choppin alerta que é preciso ter cautela, pois se os livros didáticos são espelhos, podem também ser uma tela,

terreno propício para que se criem imagens da sociedade de acordo com o que alguns desejam que ela fosse (2004, p. 557).

A partir destas discussões podemos trazer mais alguns elementos para pensar as imagens (re)criadas e apresentadas pelas nossas fontes. Tomamos aqui um dos textos de autoria de Marcondes que constituem o livro didático “Nossa gente conta nossa história”. Sob o título de “Casa Velha”, assim segue o pequeno texto:

A saudade me fez voltar a um lugar que conheci.

A lembrança daquela casa branca, com flores coloridas nas janelas, parecia me chamar. Era feita de “barrote”, com muros de “taipa”, construídos por mãos de escravos e rodeada de árvores, umas cobertas de flores, outras com deliciosos frutos.

Os pássaros ali encontravam comida farta e cantavam agradecidos. A esse coral juntavam-se o zum-zum das abelhas e as batidas do monjolo, no rio que passava no fundo do quintal.

Como ainda me lembro daquele cavalinho ligeiro que apelidei de Corta-vento e que me levava a galopar pelos campos guarapuavanos, cheirando a limão!

E as peladas com bola de meia, como eram divertidas!

O Carrapicho, o caçula do capataz da fazenda, assim chamado por ter o cabelo encarapinhado e, por ser o melhor goleiro, era sempre disputado no “par ou ímpar” pelos times da garotada.

Pobre Casa Velha! Aqui estou e não tenho coragem de entrar. O que restou de toda a beleza e de toda tua alegria?

Somente essas paredes cobertas de musgo?

O campo de futebol a erosão destruiu. O rio secou com o desmatamento. A terra está nua e árida, pela falta de cuidados e a poluição exagerada dos agrotóxicos.

Diante de tanta pobreza e solidão, confesso-te, Casa Velha, tenho vontade de chorar, e por mais que me esforce, não encontro respostas para estas interrogações:

- Será isto o preço do progresso?

- Será o fruto do egoísmo de alguns, da ignorância de muitos ou da falta de patriotismo de outros? (MARCONDES, 1986, p. 34-35).

Esse texto apresenta várias imagens criadas a partir daqueles aspectos discutidos acima com Choppin. É evidente que se trata das lembranças da própria autora a respeito de sua história de infância, com uma visão romanceada a respeito de suas memórias. Os elementos compõem um cenário vívido, do qual a autora faz questão, seja possível quase sentir o cheiro; a casa construída por mãos escravas e o Carrapicho, filho do capataz da fazenda, como figura do menino negro, deixam explícito quais são os pertencimentos sociais das personagens da história. A memória da autora, tal qual observamos com Correa e também com Choppin acabam sendo matéria-prima para a escrita da história, favorecendo na criação de imagens que configuram identidades e representações. Uma das questões propostas para estudo do texto nesta atividade pergunta o seguinte: “Por que a

autora sentiu vontade de chorar quando visitou a casa velha?” As atividades de fixação de conteúdo e interpretação ao final de cada texto servem também para conduzir a interpretação do leitor.

Outros aspectos saltam à visão na análise do texto sobre a casa velha, e apresentam notadamente a identificação da autora: a presença dos elementos vento, campo e cavalo, aproximam o cenário da fazenda do casarão com o discurso do gaúcho, figura inseparável dos elementos apontados. Na concepção de Marcondes o “ser gaúcho” é elemento formador da identidade do guarapuavano, sendo que [...] por habitar o campo e se dedicar às atividades de fazendeiro criador de gado e tropeiro, viver em contato com a natureza e no trato do gado, foi chamado de gaúcho (1998, p. 67). A autora segue detalhando os aspectos gaúchos presentes e “naturalizados” nos “gaúchos de Guarapuava”:

A moda que o guarapuavano copiou dos gaúchos sulinos e platinos foi a bombacha, ou pilcha com casinhas (favos) de abelha; as bombachas brancas e claras para as festas; os palas e lenços de seda que, ao serem dobrados, cabiam na palma da mão sem amassar. Surgiram as botas sanfonadas com penduricalhos e as guaiacas [...] as guampas, isto é, os chifres que serviam para carregar água, cachaça, às vezes, pólvora [...]. Com o Tropeirismo Sulino muitos termos platinos incorporaram-se à linguagem do guarapuavano, como “tchê, peão, pilcha, bombacha, churrasco, chimarrão, chiripá, cochonilho, prenda, pala, poncho, etc...” As tradições gaúchas enraizaram-se e substituíram as CAVALHADAS, folclore trazido pelos portugueses [...]. As danças como o xote de roda e de mão trocada, o fandango e a havaneira “limpa banco” tomaram conta dos bailes nas fazendas e festas do interior. Atualmente os Centros de Tradições Gaúchas estão na Cidade e Distritos de Guarapuava com força total (MARCONDES, 1998, p. 194-195).

Freitas (2009) ao pensar na identidade gaúcha a partir de livros didáticos afirma que a figura do gaúcho é sempre representada – num intervalo de tempo considerável estudado pela autora – a partir dos mesmos elementos, recorrendo à figura tradicional, que é predominantemente masculina, associada ao campo e à lida com o gado, sempre destacando a companhia inseparável de seu cavalo, a indumentária típica, bombacha, bota, chapéu, etc. São os mesmos aspectos observados no texto de Marcondes, sendo que o guarapuavano num primeiro momento é descendente dos bandeirantes paulistas, e num segundo momento ele é gaúcho. A defesa desta característica identitária tem razão de ser pela aproximação com a “elite campeira”, conforme analisaremos no terceiro capítulo.

Para Freitas, é premente a necessidade de abordar e analisar as “pedagogias culturais”, pois esses discursos não são neutros e ensinam maneiras de

ser e de interpretar o mundo social, “[...] convidando alunos e alunas a ocuparem posições de sujeito e a se constituírem a partir de tal pedagogia<sup>19</sup>” (FREITAS, 2009, p. 212). Sendo assim, pode ser verificada nas fontes em estudo a existência de desejos de identificação e de representações do mundo social que não são problematizadas aos alunos.

No tocante à identidade, a memória atua como artifício a partir do qual se elaboram as ideias de defesa e pertencimento, atua como elemento justificador das identificações. Com isso, Pollak ilumina a questão quando afirma que

[...] a memória é um elementos constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (1992, p. 5).

O que fica evidente no texto da velha casa é que o sentimento de identidade que atua a partir da memória é uma forma de reconstrução de si, e se trata também da expressão da vontade de deixar claro quem está se pronunciando no discurso e na leitura de mundo, e de onde fala esta personagem. Em certa medida, continuam presentes os ideais da “tradicional família campeira”<sup>20</sup>, escravocrata e fazendeira, os donos dos campos de Guarapuava. O autor avança na discussão apresentando o aspecto da alteridade, da construção da identidade que se faz a partir dos pertencimentos e dos relacionamentos estabelecidos, pois “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros [...]” (POLLAK, 1992, p. 5). A lembrança e a memória de Marcondes pareciam lhe chamar, bem como fora utilizado o espaço de um livro didático para reconstruir fragmentos daquelas memórias.

## 1.2 – Em busca do conceito de identidade

Seguindo as discussões, e tendo em vista a história local e a construção de suas representações pensadas no sentido de processos interligados, nos propomos refletir sobre a identidade a fim de qualificar o olhar para as fontes. Em se tratando do tema em questão, as discussões de Cerri (2008) nos chamaram atenção.

---

<sup>19</sup> Nesse sentido ainda se faz importante sublinhar o que Silva (2011) alerta: “em certo sentido, ‘pedagogia’ significa precisamente ‘diferença’: educar significa introduzir a cunha da diferença em um mundo que sem ela se limitaria a reproduzir o mesmo e o idêntico, um mundo parado, um mundo morto (p. 100).

<sup>20</sup> Essa é uma das definições trabalhadas por Abreu em sua dissertação de mestrado sobre a posse e o uso da terra em Guarapuava.

Pensando sobre o processo da história local e suas identificações, o autor afirma que a questão da identidade se apresenta em nosso contexto enquanto aspecto dramático, haja vista que a ideia de uma identidade fixa que de ao sujeito estabilidade e certezas, não pode mais se sustentar. Cerri afirma, a partir de discussão entabulada com Ortiz e Giddens, que a modernidade acabou por diluir as fronteiras do que até então era cômodo, reivindicando assim um pertencimento a algo maior, um “pertencimento político-territorial”.

Existe uma disputa entre a tradição e o novo que, segundo Cerri “trata-se de um verdadeiro campo de batalha, onde o espólio é a identidade primeira, a auto-definição prioritária na hierarquia de pertencimentos de uma pessoa [...]” (2008, p. 31). O autor sublinha que, no âmbito dos embates e disputas da identificação, cidades, bairros e territórios tem se apresentado como “espaços contraditórios”, espaços de disputa no processo da construção da identidade, onde se encontram e se cruzam “tradições ancestrais” e as questões da modernidade e suas incertezas. O autor entende

O estudo da História Local, dialeticamente, como uma busca do particular e do diferente, daquilo que diverge e relativiza histórias e identidades mais amplas (como a nacional), simultaneamente com a demanda da universalidade humana naquilo que aparentemente é particular (CERRI, 2008, p. 33).

A história local assim apresentada se percebe como *locus* de uma procura por algo que nos faz diferentes e ao mesmo tempo tem a capacidade de nos localizar em meio a uma realidade social, como algo capaz de relativizar identidades impostas. Cerri afirma que se deve tomar precauções no trabalho com a história local, pois ele necessita ser pautado por referenciais que tenham significados e que consigam assumir significações aos alunos, caso contrário ele não conseguirá atingir o objetivo da construção do conhecimento e cai no vazio, na medida em que “o local não está no espaço e sim na experiência dos indivíduos” (2008, p. 37).

Essas considerações sobre o trabalho com a história local dizem respeito a nossa pesquisa ao observarmos a narrativa histórica construída em nossas fontes como algo que opera no sentido contrário deste processo. Essa narrativa atua no sentido de criar/reiterar imagens que apresentam as concepções de uma parcela social em detrimento aos demais, impondo determinadas memórias de um grupo como se fossem de todos, para o ensino de uma história na qual estão ausentes os

problemas. Outro trecho das considerações de Cerri nos ajuda a pensar esta questão:

O que ocorre é que há uma determinada História Local que se abriga sem problemas debaixo da sombra da História Nacional, assumindo seu papel subordinado em uma identidade planejada e executada de cima para baixo, que se centraliza em uma memória, antes que em uma História (2008, p. 39).

Percebendo desta forma, o autor nos ajuda a esclarecer alguns elementos no sentido de perceber de que maneira esse local está sendo pensado e representado, pois mostra como essas concepções de história e de ensino se alicerçam em uma história que está “debaixo da sombra” de outras histórias e contextos. Na concepção de Cerri, tratando o assunto dessa maneira se contribui para a alienação dos alunos, no sentido do distanciamento sujeito/objeto, pelo fato de que se corre o risco do indivíduo acabar assumindo uma identidade que já não é mais sua, haja vista que não se leva em consideração as pluralidades e mudanças históricas ocorridas através dos tempos, nem o fato de que “a identidade local para cada sujeito pode ser muitas coisas” (2008, p. 40).

Esta relação entre sujeito e identidade é também a discussão presente no trabalho de Hall (2006), que abre seu texto com tão propalada afirmação de que existe uma “crise de identidade” abalando as estruturas do homem pós-moderno. Para o autor, as fronteiras bem definidas do homem da sociedade moderna o localizavam e definiam no “mundo social e cultural”, premissa que fora abalada na modernidade tardia com o descentramento das identidades modernas. Hall propõe um “caminho” trilhado desde o iluminismo na tentativa de compreender de que maneira o conceito de identidade transformou-se do “sujeito iluminista” para o “sujeito sociológico”, daí para o “sujeito pós-moderno”. O sujeito iluminista tinha suas bases na idéia centrada do individual, identificando-se com bases em parâmetros de si mesmo. O sujeito sociológico, frente à complexidade do mundo moderno, passa a encarar aquilo que é a partir de seu relacionamento com as outras pessoas, sendo que na modernidade tardia – processo atravessado pela “globalização” – as fronteiras entre uma cultura e outra são porosas e possibilitam que nos identifiquemos com várias identidades possíveis.

Ora, qual seria a essencial diferenciação entre “identidade” propriamente dita e identificação? Hall observa que na pós-modernidade o que se pode chamar de

identidade fixa, aquela que estabilizava o homem moderno, não se sustenta devido às próprias modificações históricas de ordens “estruturais e institucionais”. Sendo assim, a identificação seria o processo pelo qual nos projetamos em nossas identidades, e

[...] a identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (2006, p. 12-13).

A identificação aparece enquanto um processo que culmina na identidade em si. Então, pode-se compreender que na modernidade tardia a identificação se dá em várias instâncias e com vários aspectos diferentes, possibilitando assim com que a identidade seja móvel, fluída, múltipla e que possa mudar, sem fronteiras.

Nesse ponto fazemos referência a Menezes (2000) quando este faz o seguinte questionamento: identificação faz mais sentido, ou então é mais útil, do que o termo “identidade”. Como pensar agora esta questão? Será que identificação, mesmo sendo destacada como um processo diferente se confunde com aquilo que definimos como identidade? A identificação faz mais sentido então?

Para tentar entender melhor esta questão fazemos referência ao texto de Menezes, “Crítica da noção de identidade cultural”. Nessa reflexão o autor é enfático em dizer que o “conceito” de identidade não se sustenta por uma série de questões, mas que no entanto, utilizar identificação pode ser mais útil e soar menos “artificial” do que identidade. O autor alerta para o que chama de “consciência colonizada” e os perigos desta situação na construção do conhecimento, e afirma que o que lhe moveu em direção ao esquadrinhamento do conceito de identidade seja sua ampla utilização, e que por vezes, na visão do autor, é “inadequada e desnecessária”.

Uma das primeiras problematizações colocadas pelo autor vem de Meyerson e de Wittgenstein, e diz que falar que duas coisas são idênticas entre si não faz sentido algum, sendo que falar em identidade implica falar em diferença e não naquilo que é idêntico a si mesmo. Menezes acredita que

[...] a identidade é um conceito de ontologia formal, como **ente** ou **uno**, e ele atravessa todos os modos do discurso. Assim, sua preeminência tem como contrapartida sua indeterminação relativa, havendo portanto intrínseca dificuldade de captá-lo em qualquer campo epistêmico, onde sua explicação consiste em evidenciar certo número de paradoxos (2000, p. 8. Grifos do autor).

Podemos entender que para o autor identidade é um termo que não é propriamente um conceito, mas aparece à sombra de outras problemáticas. Conceituar identidade é um processo complexo, pois invoca não aquilo que se é, mais tudo aquilo do que se diferencia e o porque; no caso, Menezes evidencia que a identidade propõe mais problemas do que efetivamente os resolve com as análise que pauta. Com certeza, a todo momento o embate que se dá entre o pesquisador e a fonte é uma relação conflituosa, e no tocante à identidade, muitas questões se colocam no âmbito deste incômodo.

Outro ponto a destacar se refere às críticas ao trabalho de Hall (2006) feitas por Menezes. Este observa que, em outras palavras, a crise não estaria exatamente na identidade, mas sim na maneira como esta fora trabalhada teoricamente, tendo sido propalada a “crise” antes mesmo de ter sido averiguado adequadamente seus usos dentre as Ciências Sociais, tendo sido usada como “moeda corrente” e não como conceito propriamente dito. Menezes mostra que Hall se contradiz no momento em que este afirma: “a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social” (2006, p. 7), e logo após admite que “o próprio conceito com o qual estamos lidando, “identidade”, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto a prova” (p. 8). E por fim, Menezes ressalta que Hall defende a ideia de que talvez o melhor seja falar em identificação, ressaltando o caráter de processo em aberto da identidade<sup>21</sup>.

Neste caso podemos pensar o seguinte: dizer que o conceito de identidade está sendo extensamente debatido significa pensar que ele precisa estar maduro ou desenvolvido? Logo depois que Hall evidencia que o conceito de identidade ainda é frágil para ser posto a prova, o mesmo afirma que não quer oferecer afirmações conclusivas a respeito com as proposições apresentadas. Isso não seria então uma afirmação condizente com sua postura no estudo proposto? Cremos que esta situação nos ajuda a pensar melhor sobre o conceito de identidade, que é presença constante na elaboração da narrativa histórica local, conforme veremos detalhadamente no terceiro capítulo.

---

<sup>21</sup> Em outro artigo de Hall, com o provocativo título de “Quem precisa de identidade?”, encontramos resposta a essa discussão quando o autor afirma que “O conceito de ‘identificação’ acaba por ser um dos conceitos menos bem desenvolvidos da teoria social e cultural, quase tão ardiloso – embora perfectível – quanto o de ‘identidade’. Ele não nos dá, certamente, nenhuma garantia contra as dificuldades conceituais que tem assolado o último” (2011, p. 105).

Para Hall, a identidade que se apresenta na pós-modernidade é um processo em constante transformação, híbrido e fluido. Nas palavras do autor, “somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual no afazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha” (2006, p. 75). E com isso podemos pensar nos elementos postos por Menezes: ora, não faria mais sentido, no caso da citação acima, pensar em identificação do que em identidades? Se esse processo se apresenta como fluido sendo possível abarcar diferentes categorias, como se sustenta a idéia de crise de identidade?

Já Menezes critica tal conceito e seus usos, e conclui afirmando que

[...] esse termo identidade é o clichê ou rótulo mais lábil e fluido que as Ciências Sociais jamais adotaram. Tudo quanto antes era conhecido como filiação, fidelidade, laços, vínculos, pertencas, lealdades, padrões, tradições culturais, status, papéis, atitude, crença, mentalidade, condição, aspecto, traço, caráter, etc., tudo hoje recebe levemente o nome de identidade. Ora, uma noção que serve para definir tudo, não define nada. Como qualquer outro lugar-comum, esse termo retira sua força e prestígio do fato de dispensar a análise crítica e a reflexão sistemática (2000, p. 15).

Diante tal afirmação, encontrar um caminho em meio a essa duas concepções tão diferentes não é tarefa fácil. No entanto cremos que as proposições levantadas por Menezes tem sentido se vistas a partir do emprego teórico do conceito de identidade. Acreditamos sim, ser o termo identidade um conceito; ora, até agora foi dessa maneira que o utilizamos nesse trabalho. No entanto é profícua a tentativa de não pensar tal conceito como um “guarda-chuva”, ou um remédio capaz de curar qualquer mal. A narrativa apresentada em nossas fontes considera a identidade enquanto aquela ideia segura de pertencimento, de estável certeza, daquilo que estabelece a partir de características sociais, culturais e políticas, quem é quem no jogo social. Vale destacarmos mais um trecho que apresenta as concepções de Marcondes, ainda no prefácio de “Guarapuava: história de luta e trabalho”:

E, considerando que o conhecimento da **História**, ou melhor, o conhecimento da **identidade de um povo** é um dos suportes para a definição de novos rumos e ascensão para o progresso, espero que esta obra contribua para a formação cultural das novas gerações e que cada cidadão guarapuavano, que também é paranaense e brasileiro, torne-se peça da engrenagem, que fará o Brasil decolar para um futuro promissor, pois é obvio, os problemas e as soluções são de cada um (1998, p. 4. Grifos nossos).

A relevância do conhecimento da história e, talvez antes, o conhecimento da identidade de um povo para a autora assume o sentido de importância para o desenvolvimento local, sendo que a intenção é contribuir para a formação cultural das novas gerações de guarapuavanos a partir do conhecimento da identidade desse povo. Pensando nas características já discutidas que assume a escrita desta história e esta identidade assim defendida, vemos que existe o esforço no sentido de que esta classificação identitária seja difundida e exaltada.

Na esteira desta discussão, e levando em conta os argumentos de Menezes e Hal, outro trabalho importante de ser destacado é o artigo de Brubaker e Cooper (2000). Os autores afirmam que o termo identidade é essencialmente ambíguo, e que as ciências sociais acabaram por se render a ele sem, contudo, contabilizar os custos. Nessa concepção o termo identidade pode significar tudo, se entendido em seu sentido “forte”, ou muito pouco se entendido em seu sentido “fraco”, e que pode também não significar nada, devido a sua ambigüidade. Para Brubaker e Cooper

We argue that the prevailing constructivist stance on identity – the attempt to “soften” the term, to acquit it of the charge of “essentialism” by stipulating that identities are constructed, fluid, and multiple – leaves us without a rationale for talking about “identities” at all and ill-equipped to examine the “hard” dynamics and essentialist claims of contemporary identity politics (2000, p. 01)<sup>22</sup>.

O caráter fluido e múltiplo atribuído à identidade faz com que por vezes esse termo se esconda por trás de outros conceitos que explicariam melhor alguns fenômenos. Quanto mais se multiplicam os sentidos que este conceito pode ter, mais ele perde o valor enquanto categoria analítica: “if identity is everywhere, it is nowhere” (BRUBAKER; COOPER, 2000, p. 01). Para os autores é importante salientar que identidade é um termo chave na compreensão da política contemporânea; no entanto isso não significa tomar ou utilizá-lo enquanto um disfarce “raso e indefinido”. Ainda diferenciam que identidade serve tanto como prática social quanto como categoria de análise, sendo importante não adotar uma pela outra: “But we should avoid unintentionally reproducing or reinforcing such

---

<sup>22</sup> “Argumenta-se que a prevalência da instância construtivista na identidade - na tentativa de suavizar o termo, absolvendo-o de seu caráter essencialista, estipulando que as identidades são construídas, fluidas e múltiplas - nos deixou sem uma razão para falar em todas as “identidades” e mal preparados para examinar a “dura” dinâmica e as reivindicações essencialistas das identidades políticas contemporâneas”.

reification by uncritically adopting categories of practice as categories of analysis” (2000, p. 05)<sup>23</sup>.

Outro questionamento dos autores neste trabalho é se, dado a ambigüidade e contradições que o termo identidade carrega, sendo tão oneroso, seria realmente necessária sua utilização. Brubaker e Cooper afirmam que não se convencem de que o termo identidade é realmente indispensável:

If one wants to trace the process through which persons sharing some categorical attribute come to share definitions of their predicament, understandings of their interest, and a readiness to undertake collective action, it is best to do so in a manner that highlights the contingent and variable relationship between mere categories and bounded, solidary groups. If one wants to examine the meanings and significance people give to constructs such as “race”, “ethnicity”, and “nationality”, one already has to thread through conceptual thickets, and it is not clear what one gains by aggregating them under the flattening rubric of identity. And if one wants to convey the late modern sense of a self being constructed and continuously reconstructed out of a variety of competing discourses and remaining fragile, fluctuating, and fragmented it is not obvious why the word identity captures the meaning being conveyed (2000, p. 09)<sup>24</sup>.

Assim como a ideia defendida por Menezes, os autores questionam se não faz mais sentido usar os outros termos que, em sua concepção, são escondidos pela ambigüidade e generalidade da identidade. Ao invés de falar em identificação, solidariedade de grupo, ou então analisar como se dão as construções de conceitos como raça, etnia e nacionalidade, se homogeneiza tudo sob a designação de identidade; é o aprisionamento de vários significados em uma só palavra.

Se levada a efeito a idéia proposta por Brubaker, Cooper e Menezes nos artigos aqui citados, essa situação poderia ser verificada no texto de Pereira (2002).

---

<sup>23</sup>“Os intelectuais devem evitar reproduzir ou involuntariamente reforçar os processos de reificação - presentes nas políticas sociais - evitando adotar acriticamente categorias da práxis como categorias de análise”.

<sup>24</sup> “Não estamos convencidos de que a "identidade" é indispensável. Se é suficiente dizer que se quer argumentar que as particularidades de auto-entendimento formam ações políticas e sociais de uma maneira não instrumental, então basta dizer somente isso. Se alguém quiser seguir o processo através do qual pessoas que compartilham algum atributo categórico chegam a definir suas situações, ao entendimento de seu interesse, e a vontade de sua ação coletiva, é melhor fazê-lo de uma forma que evidencie o contingente e a relação variável entre as categorias simples e limitada, entre os grupos solidários. Se alguém quiser analisar os significados e a importância que as pessoas dão a construções como "raça", "etnia", e "nacionalidade", que utilizem o imenso arcabouço conceitual em referência, já que não é garantia que se obtenha algum avanço utilizando a rubrica de identidade. E se alguém quiser transmitir o sentido moderno tardio de uma auto-construção e de uma permanente reconstrução a partir de uma variedade de discursos concorrentes - e ainda frágeis, hesitantes e fragmentados- não é óbvio porque a identidade seria a palavra que capta o significado que está se querendo transmitir”.

As análises da autora vem ao encontro de nossas discussões no sentido da busca por entender os caminhos do conceito de identidade, e como encará-lo a partir da análise das fontes. Na introdução de seu trabalho Pereira deixa clara que sua intenção não é tomar a identidade enquanto algo “fechado” e essencialista, nem como algo tão “flexível” e aberto que acabe por perder a consistência. Desta forma, sua intenção é encontrar um meio termo para a discussão e seu emprego:

Este estudo procurou analisar de que modo cada projeto individual concerta as suas múltiplas influências, abandonando simultaneamente a concepção essencialista da identidade e a necessidade de desdobramento do *self* em identidades paralelas, sendo mesmo possível considerar-se esta como uma persecução da idéia anterior; já que no fundo trata-se de dividir o ser em várias identidades, todas de um mesmo tipo essencialista. O que se pretende afirmar é que, se é necessário pôr totalmente de parte as concepções do ser como votado a um essencialismo, negando-lhe toda uma diversidade de papéis que são desempenhados e a multifiliação em diversos contextos, também não se pode considerar que isto signifique que cada pessoa é composta de muitos compartimentos estanques (PEREIRA, 2002, p. 109).

Mas, uma vez retomados os questionamentos levantados por Menezes, Brubaker e Cooper, podemos questionar se não faria mais sentido pensar o movimento associativo estudado<sup>25</sup> por Pereira enquanto um espaço de sociabilidade e de convivência que não seja necessariamente um espaço de construção e celebração identitária. O motivo pelo qual os associados freqüentam o local, haja vista que até mesmo portugueses são integrantes, seria porque esses conscientemente se sentem movidos pelo sentimento de fazer parte da identidade galega, e assim ter o intuito de reafirmar esta posição, ou pelo interesse da sociabilidade proporcionada pelo grupo? Então não seria melhor falar em etnicidade, sociabilidade, sentimento de pertença do que em identidade? Por outro lado, pensar que este espaço seja capaz de proporcionar aos participantes a idéia de pertencimento a determinada identidade, que é reiterada por meio da vivência do grupo também faz sentido.

Os livros que analisamos desenvolvem seus conteúdos pautados pela idéia da existência de uma identidade guarapuavana, idéia esta que não faz parte apenas de nossas análises, e sim se encontra expressa textualmente no conteúdo das fontes. Sendo assim, é inevitável nos reportarmos à discussão de identidade; se faz

---

<sup>25</sup> Tratando a respeito de movimentos associativos e construção identitária, a autora estuda um caso específico, a associação Xuventude de Galícia, que congrega emigrantes galegos em Portugal.

necessário então resolver como este será visto por nós no sentido de não pender nem a um extremo – o de negar a existência e a utilidade do conceito – nem ao outro, acreditando que o conceito pode explicar mais do que aquilo que realmente é capaz.

As discussões sobre o conceito de identidade, longe de ser uma situação resolvida, instigam a pensar no caminho para sua compreensão e utilização. A partir das ideias apresentadas não compartilhamos da concepção de que a utilização de tal conceito não seja útil, pelo contrário. No entanto, buscamos estas análises na intenção de pensar por ambos os ângulos e refinar a compreensão no empreendimento da análise, haja vista que a maneira como a concepção de identidade é defendida em nossas fontes não se assemelha com a forma que entendemos o conceito.

Para as autoras dos livros analisados, a identidade, antes de uma construção relacional, cambiante e porosa, se trata de algo capaz de estabelecer lugares e relações de pertencimento social. A identidade tal como explícita nos livros é essencialista, justifica o presente em função do passado, mas também opera camuflando processos históricos a partir de um passado que nem todos apreendem como seu. Os artifícios de identificação, tal qual utilizados, não mostram a identidade enquanto construção, mas sim atuam no sentido de justificação de ideias, da criação de imagens, transformando-as em representação.

Conforme Chartier (2002) a “presentificação do ausente”, sendo um meio pelo qual se dá a representação, atua dando corpo àquilo que já não mais existe, mas que passa a existir através de sua invocação, e toma corpo na leitura de mundo daqueles que comungam desse processo. A identidade tal qual percebida nos livros se estabelece neste sentido, quando o passado, evanescido pelo tempo, ganha corpo nos textos e produções sobre a história local, e é disseminado com o apoio daqueles que participam deste sentimento de pertença e tem interesse em se fazer presente nessas lutas de classificação. Mesmo visando à homogeneidade a partir da construção de “uma história”, acaba por excluir os sujeitos para os quais aquele passado e leitura de mundo não tem como fazer sentido. Woodward (2011) salienta que as representações, enquanto caminho da construção da identidade, atuam na produção dos significados a partir dos quais damos sentido a nossas experiências; a representação atua no estabelecimento de identidades à medida que constroem os

lugares a partir dos quais os indivíduos se posicionam e falam de si, construindo seus discursos e disputando seus espaços nas relações com o “outro” (WOODWARD, 2011, p. 19).

Desse modo, identidade atua por meio do diferente, e não idêntico, estabelecendo e marcando fronteiras simbólicas no território do social. Woodward ainda afirma que tanto as causas quanto as conseqüências destas disputas de identidade podem ser materiais, e visam os espólios conseguidos com os embates que travam. Assim, a história que temos contada por “nossa gente” não se trata da história de todos, e o passado de “luta e trabalho”, antes de ser comum, é o legado de um grupo social.

Diante do exposto, cabe agora o esforço de tentar definir de que maneira pretendemos encarar o trabalho com o conceito de identidade e estabelecer assim a sua operacionalidade. Em primeiro lugar, talvez seja útil destacar que a nossa compreensão a respeito da identidade leva em consideração que ela é fruto de – e tem como palco – um contexto social. Tal contexto trata-se de um território de disputa por espaço, classificação, distinção e legitimação de poderes na estrutura social<sup>26</sup>. Em segundo lugar, pensamos que a defesa, construção e reiteração de identidades é um processo indissociável da produção da diferença e do diferente. Assim, a partir da composição desse binômio, vemos no palco do campo social as batalhas travadas a partir das lutas de representação, pois “a identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido (SILVA, 2011, p. 91).

Desta forma, acreditamos que é possível pensar a identidade entendida enquanto processo produzido a partir do jogo dos relacionamentos sociais. Este jogo é crivado por uma extensa gama de variáveis que, ao estabelecerem suas intenções, dão existência a definições e pertencimentos. Assim, concordamos que

A identidade e a diferença tem que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo do cultural e do social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de

---

<sup>26</sup> Conforme observamos com Silva (2011), “em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido” (p. 75).

relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2011, p. 76).

Tendo em mente tais premissas, consideramos que trabalhar com a identidade não se trata, centralmente, apenas de uma categoria de análise. Para nós, a produção da identidade e da diferença está intrinsecamente ligada aos processos pelos quais a própria sociedade se produz cotidianamente. Por isso mesmo, ela guarda estreitas relações com a história e seus mecanismos, e é, ao mesmo tempo, processo de inclusão e exclusão pois,

As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas *por causa* de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto. Toda identidade tem, à sua “margem”, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado (HALL, 2011, p. 110).

Estes processos, por vezes, encontram na história o *locus* ideal para colocarem em prática seus projetos, e por isso, o exercício de analisar a escrita da mesma se constitui também do esforço de procurar entender as vias pelas quais se dão a consolidação de ideias, imagens, e de onde vêm esses elementos. Esse será nosso foco no capítulo a seguir, no qual buscaremos ainda mostrar a atuação dos mecanismos do imaginário social em ação na construção da narrativa histórica e da consolidação da identidade.

## CAPÍTULO I

### A “PÉROLA DO OESTE”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DE GUARAPUAVA

*No topo da serra o terceiro planalto  
Campanha vasta de relva macia  
Rios serenos, em corredeiras e saltos  
Belezas naturais em divina harmonia  
Ricas pastagens de falha larga  
Permeadas por succulento mimoso  
Magotes viçosos de erva amarga  
E capão de pinheiro frondoso  
Assim são os campos de Guarapuava<sup>27</sup>*

#### Introdução

“Guarapuava 200 anos: pronta para o futuro”. Este foi o slogan utilizado para as comemorações do aniversário do bicentenário deste município durante o ano de 2010. Esta frase, além de evidenciar as vontades políticas daqueles que, sendo os maiores interessados em firmar esta celebração enquanto construção de um “lugar de memória”<sup>28</sup>, se empenham em marcar seus territórios, também aponta para a percepção dos paradoxos que cercam esta representação da cidade e sua história.

A idealização presente no trecho que nos serve de epígrafe ajuda a construir a imagem do lugar idílico, ideal, e ao ler tais linhas podemos quase que sentir a brisa fresca batendo no rosto, o frescor da água dos serenos rios e o cheiro dos pastos que cobrem os campos. A construção desta imagem de lugar perfeito, embora se dirija a um grupo social determinado e tenha intencionalidades específicas, como veremos no decorrer do texto, se relaciona com o que queremos tratar.

As imagens construídas ao longo da história de Guarapuava, e que se mesclam com a própria estruturação desta cidade, são forjadas a partir de interesses próprios daqueles grupos<sup>29</sup> que se ocupam e tomam para si a missão de escrever e inscrever a história da cidade no panorama nacional. É nesse sentido que

<sup>27</sup> Esse trecho é parte da letra da música composta por Nivaldo Krüger que encerra o documentário “Guarapuava 1810: uma história de luta e conquista”, lançado em comemoração ao bicentenário do município ocorrido durante o ano de 2010.

<sup>28</sup> Lugar de memória aqui entendido enquanto conceito trabalhado conforme Nora (1992).

<sup>29</sup> Com relação a isso fazemos referência à explicação dada na introdução do trabalho, de que esse grupo social trata-se do que poderíamos chamar de “elite local”, sendo composta por grupos que se alternam no poder político, que detêm o controle dos meios de comunicação, como emissoras de rádio e periódicos. Sobre isso ver SILVA, Walderez Pohl da. *Entre Lustosa e João do Planalto: a arte política na cidade de Guarapuava (1930-1970)*. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

buscaremos observar como este processo tem tomado corpo, atentando para a escrita da história de Guarapuava e suas especificidades, buscando desvelar de que forma certas imagens são criadas, bem como observando os pesquisadores acadêmicos que tem se dedicado nesta área ao estudo da história local.

Para tanto, temos como norte as premissas postas pela história cultural, tal como pensada a partir da decifração do esquema práticas/representações, delineados por Chartier ao afirmar que a história cultural “[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (1990, p. 16-7). Seguindo nessa ideia, o autor alerta que isso não se trata de tarefa fácil, pois implica em seguir por um caminho ramificado, permeado por variáveis erigidas pela percepção do real. Conforme afirma, “são estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Dessa forma, procuramos perceber de que maneira esses materiais que nos servem de fonte e suas autoras agiram no sentido de corroborar com determinada significação do real que tem sido posta em evidência quando se trata da história local. Sublinhamos que a criação dessas representações não se trata de discursos neutros, mas visam a objetivos próprios dos grupos<sup>30</sup> nos quais são construídas, produzindo por reação um efeito por parte de quem recepciona tais imagens. Conforme Chartier

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 1990, p. 17).

Neste sentido, observamos que a criação de imagens referida no início desse texto faz parte dos jogos de representação que colocam em evidência aquilo que se tem interesse em determinado momento. A imagem da cidade localizada no topo da serra do terceiro planalto do Paraná ajuda a exemplificar os sentidos dessa

---

<sup>30</sup> No caso em estudo, se faz necessário ressaltar que este grupo social a que nos referimos não é livre de contradições internas; ele também se subdivide e convive com suas próprias tensões, no entanto, no caso da construção de sua imagem a partir da representação na narrativa histórica tais contradições por vezes não ganham relevo.

representação tal qual aqui discutida. Os campos de belas paisagens, que evidenciam o lugar propício para a fixação do colonizador e sua empresa, darão lugar à cidade que se torna palco de uma história celebrada. Tal história tem sido reiterada no sentido da efetivação das representações e também da busca pela confirmação de uma identidade que, mesmo que não corresponda a uma significativa parcela social, se apresenta com intenções de homogeneizar e sintetizar as mais variadas experiências sociais de diferentes sujeitos históricos<sup>31</sup>.

É na esteira do que expusemos até aqui que consideramos estarem relacionados em nossa análise o cruzamento das fontes principais com o material que foi produzido em 2010 com as comemorações do bicentenário do município. Observamos que os discursos proferidos nas fontes, embora sofram a ação do tempo no qual são produzidos, fazem parte de uma mesma matriz de construção memorialística da história local. Isso será melhor explicado adiante. Entendemos, conforme salienta Chartier, que

As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificando com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando (1990, p. 27).

Essas práticas estão articuladas e interligadas, e embora em épocas diferentes podemos percebê-las enquanto estratégias de manutenção de memórias e reiterações de identificações, as quais se têm a intenção de que constituam uma identidade clara, única e homogeneizante. Consideramos que a escrita da história de Guarapuava está inserida neste âmbito dos jogos de representação e classificação social, conforme discutiremos agora.

### **1.1 – “Assim são os campos de Guarapuava”: história e representação**

“Uma cidade é como um sonho”. Assim afirmou Calvino (1990) em sua obra *As cidades invisíveis*, ao entender as cidades enquanto construções, quebra-

---

<sup>31</sup> Com relação a esta questão fazemos referência à tese de doutoramento de Freitag, defendida em 2007 e que estuda o discurso historiográfico construído durante o século XX para a região do extremo oeste paranaense, cujas discussões abordaremos mais a frente.

cabeças permeados por medos e desejos. Talvez possamos pensar que esses mesmos anseios e sonhos estejam presentes também nos esquemas intelectuais criados para apresentar/representar a cidade das mais diversas formas e intencionalidades. Seja na escrita de livros, ou na inauguração de estátuas, ou ainda na elaboração de mapas, as significações do espaço tendo como base a história se operam.

Assim, determinados fatos e personagens vão criando raízes e se tornando símbolos do espaço-cidade com o encadeamento desses elementos na construção de significações. Chartier (2010), ao tratar a respeito da história e da relação que ela estabelece com o tempo e suas múltiplas leituras, destaca que o principal objetivo de uma história que se pretende entender a maneira como os indivíduos dão sentido às suas práticas se situa entre dois elementos: as capacidades desses indivíduos e os limites que os cercam. Esse olhar é válido “[...] desse modo, para as práticas ordinárias, disseminadas e silenciosas, que inventam o cotidiano (CHARTIER, 2010, p. 49).

Ao tratarmos a respeito da história de Guarapuava, alguns temas e personagens são recorrentes, bem como algumas imagens criadas a respeito da ocupação do território, desde o século XIX. Observando a conjuntura da colonização praticada por Portugal e Espanha, temos o interesse da coroa portuguesa em ocupar e defender o território a oeste da capitania de São Paulo, organizando incursões pelos sertões desconhecidos além da linha do Tratado de Tordesilhas. Os primeiros movimentos que se notam a respeito de intenções de ocupação do território dos Campos de Tibagi e Guarapuava tratam da segunda metade do século XVIII, quando em 1767 o comandante da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus foi incumbido de organizar expedições exploratórias para além da linha estabelecida no tratado entre Portugal e Espanha. Essas expedições, num primeiro momento, tratariam de reconhecer o território e observar a movimentação castelhana próximo às povoações portuguesas.

A presença das expedições exploratórias chefiadas por Afonso Botelho de Sampaio e Souza, além de sondar o território e os vizinhos castelhanos, toma contato com as populações indígenas habitantes do local. Durante o século XVIII foram onze expedições organizadas entre 1768 e 1774, o que, conforme apresenta

o estudo de Lacheski (2009) se chamou de “Conquista dos Campos de Guarapuava”.

Conforme observamos com Santos (2001), esse movimento de reconhecimento e exploração do território estaria ligado ao fortalecimento do poder da coroa portuguesa. Assim,

As expedições militares organizadas para reconhecimento da região do Tibagi faziam parte de um plano maior de defesa das fronteiras do sul, ou seja, o rei de Portugal, D. José, auxiliado pelo seu primeiro Ministro, o Marquês de Pombal, tinha como objetivo defender o território destinado a Portugal e aumentar a expansão econômica da colônia para promover o fortalecimento do poder real (SANTOS, 2001, p. 105).

Segundo a mesma autora, os Campos de Guarapuava foram descobertos em 1771, pelo tenente Candido Xavier, que fazia parte da comitiva de Afonso Botelho. A data de 8 de dezembro tem destaque na documentação, em meio a vários movimentos de reconhecimento e exploração dos ditos campos, pois foi o dia em que se realizou uma missa, simbolizando o domínio português sobre o território.

No entanto, essas primeiras investidas não lograram êxito, conforme percebemos com a pesquisa de Durat (2006) sobre a questão indígena frente à colonização. Conforme nos mostra este estudo, essa expedição se enfrentou com os indígenas Kaingang que ocupavam este território, sendo que os mesmos se mostravam amigáveis dependendo da situação que se colocava, mas a partir do momento que sentiam ameaças a si e a seu espaço, resistiam à ocupação de suas terras. Com relação a este ponto, que trata de uma imagem construída a respeito do indígena, voltaremos mais adiante.

Depois deste episódio, a expedição de Afonso Botelho ainda volta aos campos na esperança de conseguir efetivar o projeto da expedição. No entanto,

Quando chegaram ao alojamento abandonado no ano de 1772, os expedicionários se deparam com um aviso expressivo deixado pelos Kaingang. Estes haviam quebrado a cruz deixada como marco da expansão do cristianismo e tinham desenterrado os sete homens mortos na bandeira anterior. Eles não queriam outra religião e nem estabelecer aliança com os *brancos*, muito menos que fossem enterrados no seu território sagrado qualquer cadáver que não fosse do seu próprio grupo (DURAT, 2006, p. 42).

Tendo em vista o perigo de um novo ataque, a expedição bate em retirada, e deste momento em diante decorrem quarenta anos até que se obtenha sucesso na

ocupação e povoação desta região, que acontecerá no início do século XIX, marcada por outro movimento. Conforme salienta Calil (2006),

a ocupação de Guarapuava, por sua vez, foi um processo mais de uma vez iniciado e malsucedido desde a sua “descoberta”, nos começos do terceiro quartel do século XVIII. Aliás, os esforços nesse sentido eram fruto do temor, por parte do governo português, de uma efetiva ocupação espanhola, o que, de resto, já o levará a tentar a consolidação da tomada do território não só pelo estabelecimento de fortificações militares, como também, pelo “desbastamento do sertão”. E, assim, várias penetrações foram feitas através dos vales dos grandes rios, como o Iguazú, o Tibagi, o Ivaí, entre outros (*apud* LACHESKI, 2009).

Passado este momento, novamente ganham forças as ideias de tomar posse do território dos Campos de Guarapuava, e também de outros territórios próximos, a partir do início do século XIX. Conforme aponta Lacheski, a historiografia tradicional paranaense<sup>32</sup> vincula a vinda da família real portuguesa à “conquista” definitiva desta região, pois a partir de 1808 já são expedidos documentos ordenando a formação de expedições que venham povoar e proteger este espaço, efetivando assim o domínio português.

O primeiro ofício datado de 05 de novembro de 1808 expressa as ordens de D. João VI fundamentando a ocupação, conforme podemos observar no fragmento da documentação utilizada por Macedo (1995, p. 100) ao escrever a história da conquista dos Campos de Guarapuava:

(...) deixeis considerar como principiada a guerra contra esses bárbaros índios; que deveis organizar em corpos aqueles milicianos de Curitiba e de resto da Capitania de São Paulo que voluntariamente quiserem armar-se contra eles e, com a mínima despesa possível da minha Real Fazenda, perseguir os mesmos índios infestadores do meu território, procedendo a declarar que todo o miliciano ou qualquer morador que segurar alguns índios poderá consederá-los por quinze anos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier (*apud* SANTOS, 2001, p.105).

Conforme nos mostra Santos (2001) essa decisão não foi aceita de forma tranquila pelo então governador de São Paulo, Antonio José da França e Horta que, temendo que a situação de “tensão nos sertões se agravasse”, parte para a corte ao receber tais ordens tentando intervir, e pedindo para que fosse criada uma junta para discutir o assunto; “surge então, a junta da Real Expedição e Conquista de

---

<sup>32</sup> Neste trabalho defendido como dissertação de mestrado em 2009 na Universidade Federal do Paraná, Lacheski observa de que maneira os trabalhos de historiadores como Brasil Pinheiro Machado, Altiva Pilatti Balhana, Rui Wachovski, Romário Martins construíram um discurso historiográfico regional capaz de explicar a ocupação e desenvolvimento das regiões paranaenses. É desta “corrente historiográfica” que voltaremos a falar no texto.

Guarapuava, tendo como membros, o governador de São Paulo e os deputados João da Costa Ferreira e José Arouche de Toledo Rondon (SANTOS, 2001, p. 106). Essa expedição teria então o objetivo de tomar a posse definitiva dos ditos campos e promover a catequese dos índios, considerando estes enquanto elementos que poderiam ajudar na defesa das fronteiras do território. A esse respeito Durat (2006) apresenta que

O projeto de colonização dos Campos ganha outras finalidades, não as de apenas catequizá-los e civilizá-los, mas aproximá-los e conquistá-los, para que eles fossem uma barreira humana frente a uma possível ameaça castelhana. Portanto, era de extrema importância para a Coroa, tê-los como homens vassallos, igualando-os como os demais súditos que prestavam obediência e reverência à monarquia portuguesa (DURAT, 2006, p. 53).

Desta forma, temos dois movimentos no que tange a ocupação e colonização dos Campos de Guarapuava: na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX. No primeiro deles temos a presença de Afonso Botelho e Morgado de Mateus, ligados à província de São Paulo e aos movimentos de povoamento de Curitiba, Paranaguá. Num segundo momento percebemos que a vinculação se dá com a vinda da família real para o Brasil e os decretos assinados por D. João VI mandando que se ocupe definitivamente este território. Estas duas concepções são os primeiros elementos persistentes que pontuam a escrita da história local a partir da vinculação e legitimação de uma história que se justifica a partir de suas raízes no passado. É nesse sentido que estudos como os de Lacheski (2009), Durat (2006), Freitag (2007), Olinto (2007), Maria (2011) e Ferreira Junior (2007) nos ajudam a argumentar e compreender determinadas ideias de história cristalizadas na escrita “oficial” da história local.

Partindo para as fontes, conseguimos observar de que maneira esses primeiros elementos que são apresentados sobre a história de Guarapuava se constroem. A importância dada aos movimentos de ocupação e colonização dos Sertões do Tibagi apresentam a filiação a um momento histórico que, por vezes, se justifica na antiguidade, voltando no processo de colonização do Brasil, mais precisamente na história de Portugal. Isso podemos observar, por exemplo, na fala de Abreu no documentário<sup>33</sup> “Guarapuava 1810: uma história de luta e conquista”,

---

33 Este documentário foi produzido como parte das comemorações dos 200 anos do município, e conforme as informações que encontramos no site que disponibiliza a programação completa dos festejos “muita emoção e expectativa marcaram a noite desta segunda-feira, dia 14, no Cine XV, onde aconteceu a estreia do Documentário “Guarapuava 1810”, que conta a trajetória de trabalho e

em que a historiadora nos diz que “desde o século XVI, século XVII, século XVIII, veja que foi assim um período longo, havia uma disputa muito grande pelas terras do novo mundo entre Portugal e Espanha” (ABREU, 2010, Guarapuava 1810...), ou então na fala de Marcondes, afirmando que “Guarapuava já era de interesse dos portugueses, e em 1541 Cabeza de Vaca passou por aqui para tomar posse da região denominando-a Província de Vera. Depois os jesuítas de 1610 a 1632 estiveram aqui [...]” (MARCONDES, 2010, Guarapuava 1810...).

Em seu último trabalho<sup>34</sup>, para falar da ocupação dos Sertões do Tibagi, Marcondes (2010) começa na história de Portugal do século XVI com a morte de D. Sebastião em Alcácer Kibir e a união das coroas ibéricas, abordando depois disso a assinatura do Tratado de Madri e a política pombalina de reconhecimento e ocupação do território da colônia. Nesse ínterim o território do terceiro planalto paranaense já aparece nomeado como Guarapuava pela autora, conforme observamos na citação abaixo:

Nessa procura o 3º Planalto do Paraná – Guarapuava – fazia parte da estratégia portuguesa para a expansão de seus domínios até o Rio da Prata, em zona castelhana, porque os lusos já sabiam que fazia fronteira com Corrientes (Argentina); com o Paraguai, pelo rio Paraná e também porque a região é banhada pelos rios Iguaçu, Jordão, Piquiri, Ivaí e ao sul limita-se com o Uruguai (rio Goyo-em), todos navegáveis o que facilitaria o deslocamento das expedições (MARCONDES, 2010, p. 102).

Nesse sentido, notamos a importância relegada ao município na escrita dessa história no movimento de colonização e proteção das fronteiras do que era na época o Brasil colônia. O passado é (re)significado a partir da intenção de construção de representações e de historicidade ao espaço, que no entanto vem a adquirir características de vila, freguesia e cidade muito tempo depois. Assim, aquilo que pela temporalidade não pode ser considerado com tais significações, assume o

---

sofrimento da Real Expedição, a chegada aos campos e acontecimentos posteriores à conquista até os dias atuais. O filme que tem a narração do ator paranaense e global Luís Mello, mostra por meio de imagens e depoimentos de historiadores, pesquisadores e amantes da história, a origem das raízes de Guarapuava” Disponível em: (<http://www.vivaguarapuava.com.br/?p=155>). Acesso em 15 de março de 2012.

<sup>34</sup> Trata-se do livro “200 anos de uma caminhada histórica...”, que foi lançado como parte das comemorações do bicentenário do município. “Na noite desta quinta-feira, dia 20, aconteceu o lançamento do livro da historiadora e escritora Gracita Gruber Marcondes. A obra, intitulada “200 anos de uma caminhada histórica”, conta com mais de 700 páginas que, segundo a autora, é uma obra de várias facetas. O livro é um estudo aprofundado sobre a história de Guarapuava e região e o seu lançamento faz parte das comemorações aos 200 anos do município. Segundo a Presidente da Comissão Organizadora dos 200 anos, Júlia de Santa Maria Pereira, a obra é um presente para a cidade”. Disponível em: (<http://www.vivaguarapuava.com.br/?p=155>). Acesso em 17 de março de 2012.

sentido daquilo que vem a ser no tempo da historiadora: o território colonial se torna no passado Guarapuava. Em outra passagem dessa obra, com relação às expedições, a autora afirma que “Afonso Botelho no desempenho de suas funções foi o ‘grande construtor do Paraná’” (MARCONDES, 2010, p. 102, grifos da autora). O primeiro mapa apresentado no livro se trata de uma representação do território feita a partir do reconhecimento da expedição de Afonso Botelho, conforme reproduzido abaixo:

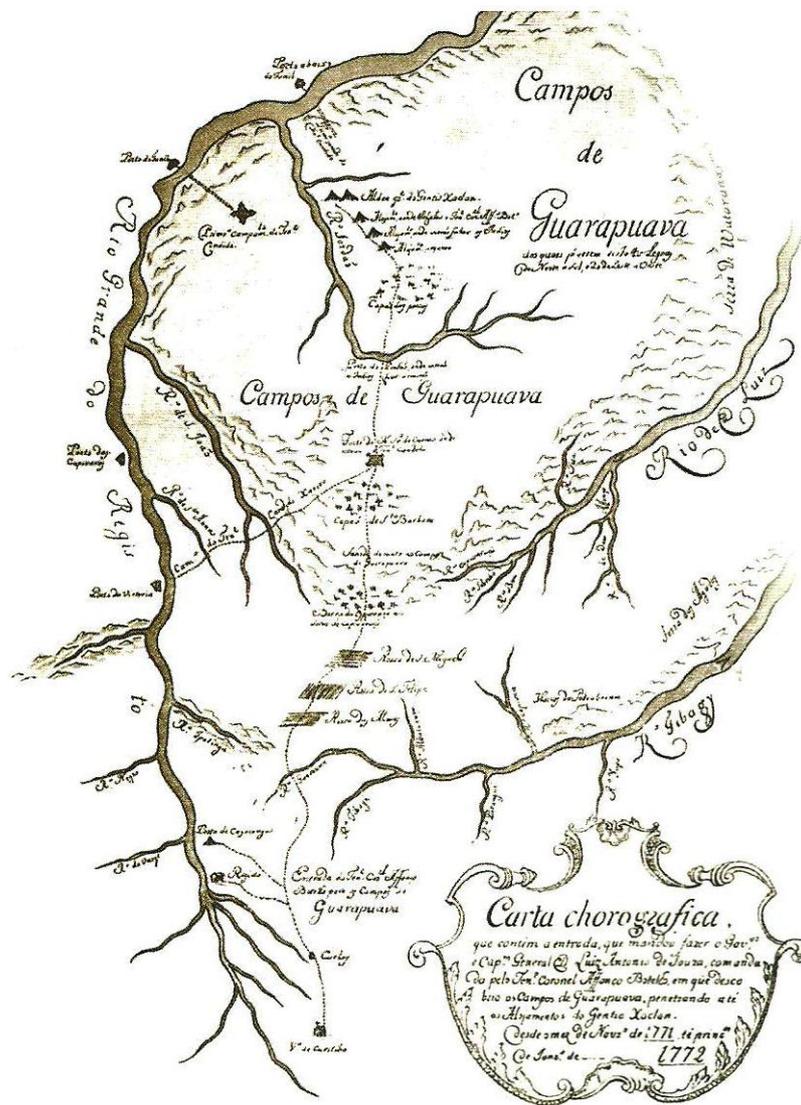


Figura 01: Mapa da expedição de Afonso Botelho para os campos de Guarapuava. Adaptado de MARCONDES, Gracita Gruber. *200 anos de uma caminhada histórica: 1810-2010*. Guarapuava: O autor, 2010. P. 105. Na legenda se lê: “Carta Corografica que contém a entrada, que mandou fazer o Gov. Cap. General Luiz Antonio de Souza, comandado pelo Ten. Coronel Affonso Botelho em que descobriu os Campos de Guarapuava, penetrando até os Alojamentos do Genticio Xoclan. Desde o mez de Nov. de 1771 até primeiro de Jan. de 1772.

Quanto ao reconhecimento do território no século XVIII, a autora defende que os campos de Guarapuava foram tomados em posse para a Coroa Portuguesa nesta primeira fase das onze expedições de Afonso Botelho, estabelecendo com este fato outro traço da “identidade” local, pois com a “[...] missa celebrada no dia 8 de dezembro de 1771 – *Dia de Nossa Senhora da Conceição – Afonso Botelho de Sampaio e Souza tomou posse dos Campos de Guarapuava para a Coroa Portuguesa*” (MARCONDES, 2010, p. 106. Grifos da autora). Desta forma, justifica e imprime historicidade ao território reportando-se à antiguidade e às vinculações com determinados elementos, como a Coroa Portuguesa, a figura de Afonso Botelho, e à religião católica. Já a figura do indígena aparece quando se ressalta o episódio traiçoeiro ocorrido em 7 de janeiro de 1772, narrado da seguinte maneira:

[...] no dia 7 de janeiro de 1772, Paulo Chaves e 7 soldados descobriram o Salto Curucacas, no rio Jordão. Dia 8 desse mês, 150 índios tocando gaitas de taquara passaram o rio e insistiram para atravessar os expedicionários às costas oferecendo-lhes bolinhos de milho. Um único cão que deles comeu, logo morreu envenenado. Caíram na imprudência de com eles atravessar o rio, cada um por sua vez: Manuel Pinto, José Pinto, Vicente Domingues, João de Ramos, o soldado Manuel Francisco, Lourenço (camarada do capelão José), um rapaz do capitão-mor José dos Santos, todos a pé, sem armas e o capitão Francisco Carneiro Lobo, que estava a cavalo. Logo que foram encobertos por uma pequena distância esses homens foram mortos, com extrema crueldade, com bordunas (cacetes de guerra) por uma multidão de índios que ficara escondida (MARCONDES, 2010, p. 107).

Encerrando o capítulo, a autora aborda a volta e a morte de Afonso Botelho em Portugal, e ressalta mais uma vez: “Foi ele o grande desbravador do Paraná no século XVIII” (MARCONDES, 2010, p. 107). Com base na interpretação dos documentos é dado sentido a história do local, são construídas imagens e nomes são destacados. Chartier (2002), ao abordar as relações do historiador e os arquivos, discutindo com Farge (1989) salienta que o historiador não retira dos arquivos as palavras tais e quais elas existem no documento, mas que esse jogo se mostra a partir das singularidades e dos usos, do revestimento de sentidos que o contexto exige, pois

pelas escolhas que faz e pelas relações que estabelece, o historiador atribui um sentido inédito às palavras que arranca do silêncio dos arquivos: ‘A apreensão da palavra responde a preocupação de reintroduzir existências e singularidades no discurso histórico, de desenhar a golpes de palavras e cenas que são igualmente acontecimentos’ (CHARTIER, 2002, p. 09).

Desta forma, é tecida a trama que nos permite identificar as relações que o indivíduo estabelece com seu mundo social. Neste caso, sublinhamos a especificidade desta construção, pois se trata de um discurso abrigado pela autoridade da história e de quem o profere. Ao afirmar as bases da história local em tal temporalidade, a autora busca por meio do recuo na história garantir a legitimidade não só de sua história, como também das pretensões de uma vinculação identitária. Sobre isso temos em Baczko (1985) uma importante reflexão que nos ancora nesta interpretação, com as discussões sobre o imaginário social e da vinculação deste com a criação e manutenção dos mitos, e em decorrência disso, das “lutas simbólicas”<sup>35</sup> a partir do poder e do prestígio. Guardadas as proporções do momento histórico ao qual se refere o autor, nas discussões com Malinowski, Baczko se refere à “técnicas de manejo dos imaginários sociais”. Conforme salienta o autor, “os imaginários sociais e os símbolos em que eles assentam fazem parte de sistemas complexos e compósitos, tais como, nomeadamente, os mitos, as religiões, as utopias e as ideologias” (BACZKO, 1985, p. 312).

Nesse sentido, talvez se possa observar a mitificação dessa Guarapuava que toma corpo no passado do século XVIII, bem como as figuras que fundam e corporificam essa construção. Conforme as reflexões postas pelo autor, entendemos que existe ligação entre a produção das representações do passado no presente e os próprios resquícios que ficaram deste imaginário ao longo do tempo, posto “[...] o facto de os imaginários sociais não funcionarem isoladamente, entrando, sim, em relações diferenciadas e variáveis com outros tipos de imaginários e confundindo-se por vezes com eles e com a sua simbologia [...]” (BACZKO, 1985, p. 312).

As vinculações sociais e identitárias construídas pelos agentes e grupos sociais fazem parte desse diálogo estabelecido entre essas escalas do imaginário, existindo assim uma escolha consciente dos símbolos e das práticas de significação que ganharão sentido no presente a partir da representação. Esse jogo se apresenta com vistas à legitimação atuando não somente na criação e significação de imagens do passado no presente, mas no estabelecimento de lugares que autorizam as falas e construções desses sujeitos, pois “os discursos e os sistemas de representação

---

<sup>35</sup> Nesse sentido Chartier assevera que a partir dos três registros de realidade que são articulados para a noção de representação, “a história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força” (CHARTIER, 2002, p. 11).

constróem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2011, p. 18).

Nesta esteira de discussão e considerando a escrita da história local pautada no estabelecimento das origens, podemos fazer uso de outro exemplo que nos ajuda a visualizar esta questão. No livro didático de 1986 existe um texto intitulado “O nome da minha rua”, junto ao título do texto temos a seguinte imagem:



Figura 02. Imagem utilizada na lição escrita por Marcondes no livro “Nossa gente conta nossa história, de 1986. Página 50. Na legenda se lê: Rua Alvár Nuñez Cabeza de Vaca – Gpuava – PR.

O texto escrito por Marcondes faz referência, usando o nome de uma das ruas da cidade, à figura de Cabeza de Vaca, e consiste num paradoxo interessante. A história se apresenta da seguinte maneira:

A minha rua fica na Vila Pequena, uma zona suburbana da cidade de Guarapuava. Ali conheço toda a vizinhança e tenho muitos amigos.

O nome da minha rua é ALVAR NUÑEZ CABEZA DE VACA, em homenagem a um espanhol, que foi o primeiro homem branco a passar pelo Oeste do Paraná, em terras que já pertenceram a Guarapuava.

Puxa! Por pouco não estávamos todos falando a língua espanhola, pois vocês sabiam que Guarapuava e todo o Oeste Paranaense eram da Espanha?

Esta região somente passou a pertencer aos portugueses depois que os bandeirantes paulistas expulsaram os jesuítas espanhóis e destruíram as aldeias indígenas que eles orientavam. (1986, p. 50).

A rua escolhida para ser representada no texto não é “qualquer” rua da cidade, haja vista que se trata do logradouro que leva um dos nomes ao qual se vincula a ideia de busca de legitimidade pela antiguidade. Como já nos referimos anteriormente, a figura de Cabeza de Vaca é mencionada por Marcondes vinculando a história local ao século XVI, pois teria sido este “personagem da história” o primeiro “homem branco” a passar pelo oeste paranaense. Em outro de seus livros paradigmáticos a autora aborda a questão afirmando que

para tomar posse do Oeste Paranaense, que lhe pertencia pelo **Tratado e Tordesilhas**, a Espanha enviou **Dom Alvár Nuñez Cabeza de Vaca** que, em 1541, fundou a **Província de Vera**, que ia de Santa Catarina ao rio Iguazu e abrangia o território guarapuavano (MARCONDES, 1998, p. 24. Grifos da autora).

A figura de Cabeza de Vaca assume duas funções nesse texto: outorga ao território a legitimidade pela antiguidade, e assim corrobora com a versão mítica da história, favorecida pelos jogos de significação/representação, e ao mesmo tempo faz referência à disputa pelo local entre Espanha e Portugal, atribuindo diferentes características a cada ocupação, sendo mais forte a ligação identitária com a última etnia, como veremos a seguir. Conforme podemos ressaltar no trecho acima descrito do texto “O nome da minha rua”, de 1986, a afirmação da autora “Puxa! Por pouco não estávamos todos falando a língua espanhola [...]” aponta para esta questão.

No livro paradigmático de 1998 a autora, ao continuar a tratar sobre a presença espanhola no Paraná aponta que para habitar a região, os espanhóis fundaram povoações às beiras dos rios Paraná e Piquiri, e que “para garantir a sobrevivência dos povoados, escravizaram violentamente os índios guaranis que, segundo a lenda, eram chefiados pelo **Cacique Guairacá**” (MARCONDES, 1998, p. 24, grifos da autora). A figura desse cacique é outro elemento mítico que relega um traço identitário ao guarapuavano dentro das ideias apreendidas da análise das fontes. Heroicamente o cacique Guairacá teria se revoltado contra os abusos dos espanhóis e guerreado durante três anos vencendo todas as tropas enfrentadas. A história local atribui a essa personagem sentidos construídos, partindo das necessidades do presente, utilizando este elemento na construção de uma representação do passado: a conquista do território pelo colonizador luso. É atribuída a essa lendária figura a frase “*Co ivi oguerecô iara*”, ou seja, “esta terra tem

dono”, corroborando para a idealização da figura do indígena segundo a ótica do benefício da colonização. Assim, Marcondes expõe o seguinte:

O lendário **Cacique Guairacá** ficou conhecido pela expressão acima quando teria se revoltado contra os espanhóis que escravizaram os guaranis. Sob esse grito de guerra “CO IVI OGUERECÔ IARA” (Esta terra tem dono), uniu 12 caciques, mais ou menos 100.000 índios das tribos guaranis, que viviam próximo ao rio Paraná e caingangues da região de Guarapuava e, durante três anos de lutas, seus comandados derrotaram todos os exércitos espanhóis que enfrentaram (1998, p. 24. Grifos da autora).

Sublinhamos que neste caso, a luta dos povos indígenas contra os espanhóis é justa e resignificada pelas características de bravura, coragem e força, ao passo que a partir do colonizador espanhol o território pode ser desbravado e apossado pelo bandeirante paulista que garante aos portugueses a chance da posse efetiva. No livro de 2006 escrito pela professora Julia de Santa Maria Pereira, “História de uma cidade contada por ela mesma”, no espaço intitulado “Dados significativos da história de Guarapuava” a autora endossa novamente a frase: “ ‘CO IVI OGUERECÔ IARA’ – esta terra tem dono, foram as palavras do Cacique Guairacá ao defender o território de Guarapuava contra os espanhóis” (p. 30).

Se voltarmos a fazer referência ao trecho do texto de Marcondes analisado mais acima, que narra o episódio ocorrido em 7 de janeiro de 1772, quando das expedições comandadas por Afonso Botelho, veremos que a figura do indígena assume outras características. O “episódio traiçoeiro” que culmina na morte de vários membros da expedição dos luso-brasileiros por uma emboscada é descrita como um ato de extrema crueldade por parte dos selvagens.

Mas, ao que sabemos este brado heróico do povo indígena contra a opressão da colonização espanhola também está presente, tal e qual, em outros locais, ao qual se atribui outro(s) autor(es). No caso do estado do Rio Grande do Sul, a figura tanto heróica quanto mítica do índio Sepé Tiaraju tem atribuída a autoria da frase em questão. Neste sentido Freitag (2011) tece considerações a respeito da ligação entre as figuras heróicas desses caciques associadas ao processo de colonização e dominação territorial ocorrido no território brasileiro. Para a autora, as práticas da memória, que se desdobram em práticas sociais, organizam e constroem a história do território, estabelecendo e solidificando discursos sobre a região, sendo que “[...] cabe a nós (des)organizarmos e recolocar a dúvida [...] mas sobretudo

colocarmos em dúvida os vários entendimentos de conquista do espaço para a nação brasileira (FREITAG, 2011, p. 02).

Essas representações assim entendidas se desdobram e povoam o imaginário social a respeito da construção da ideia de conquista e colonização do território, resignificando o elemento do indígena. Segundo a autora, as figuras dos caciques Guairacá e Sepé Tiaraju são investidas desta representação:

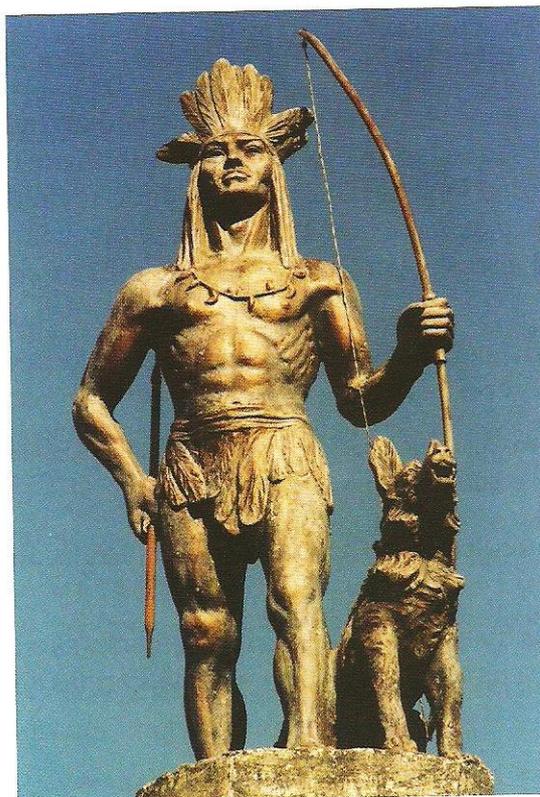
No entanto, conforme analisa Brum (2007) existe um personagem no Rio Grande do Sul ao qual também são tecidas representações sociais, se trata do Cacique Sepé Tiarajú. O primeiro teria defendido as suas terras (entende-se como espanholas) contra os portugueses, assumindo uma postura própria aquela do provalado Cacique Guairacá que teria lutado contra os espanhóis (unido aos portugueses em defesa daquelas terras). Aliás, ambos teriam proferido a frase *Esta terra tem dono* (FREITAG, 2011, p. 13-4).

Seguindo nesta esteira de análise, temos uma reflexão que nos ajuda a compreender e interpretar a questão, ligando com o mote desta discussão, sobre a escrita da história local e a construção de parâmetros e verdades legitimadoras. Conforme já abordamos acima, a figura de Guairacá assume um duplo papel na gênese da história de Guarapuava. Segundo Freitag,

Nessa dicotomia entre os caciques Sepé Tiarajú e Guairacá, evoca-se a oposição indígena ao colonialismo ao mesmo tempo em que revela como potências ibéricas eram tratadas. Ou seja, uma luta teria sido travada entre impérios, já que Guairacá e Sepé Tiaraju são simbolizados como generais. Contudo a imagem de Guairacá tece assim, o duplo discurso: o espanhol é o invasor de terras legitimamente portuguesas, os indígenas são habitantes dessas terras e confirmam a posse portuguesa. Deslegitima-se assim a posse do território por parte de suas populações tradicionais e também por parte dos espanhóis. Essas idéias, assim delineadas, escamoteiam os sentidos da presença portuguesa no território, o qual, para além de reforçar a idéia de vazio demográfico, delega aos povos indígenas, a representação social de legitimadores daquela presença (2011, p. 13-4).

A figura do cacique Guairacá permanece ainda nos dias de hoje, vigilante e ativo em seu pedestal desde o dia 19 de abril de 1978, quando fora encomendada e inaugurada pelo poder público local. Situa-se na confluência das Avenidas Manoel Ribas e Moacyr Júlio Silvestri, a que desde o dia de sua inauguração ganhou da população local o apelido de “trevo do índio”. A figura lendária do cacique, assim representada pela escrita da “história local oficial”, mistura os elementos de justificativa da colonização e disfarça tantos outros, conforme observamos com a citação acima. Segundo a discussão apresentada por Freitag, a idealização do personagem indígena adquire significados diferenciados a partir da utilização que

essa criação faz dele na construção da história de uma região, pois “o indígena é co-participante do processo de expulsão de seus pares. Esvazia-se a presença de alianças e de poderes, bem como se retifica o sentido civilizador do português junto ao processo de (re)ocupação do território naquela conjuntura” (FREITAG, 2011,p.13).



*Fig. 3. Monumento a Guairacá*

Figura 03: Monumento a Guairacá, tal como representado em: MARCONDES, Gracita Gruber. *200 anos de uma caminhada histórica: 1810-2010*. Guarapuava: O Autor, 2010.

O próprio espaço da cidade funciona como palco para a enunciação e prática das construções de representação e identidade, atuando assim no imaginário social e estabelecendo redes de significações com seus elementos. O espaço material é revestido de significados e construído intelectualmente, se tornando também palco e objeto das disputas identitárias. Assim, a história oficial não se inscreve apenas nos livros, mas nas marcas materiais do espaço urbano, e estas por sua vez encontram lugar e também ressonância na escrita da história. Nesta esteira, Baczko afirma que

todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas (o centro opõe-se a periferia, o acima opõe-se ao abaixo, etc.) a arquitetura traduz eficazmente na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental, os materiais nobres, etc. (1985, p. 313).

Segundo o autor, esses mecanismos de dominação simbólica necessitam ser difundidos para que consigam adquirir sentido e para que a “dominação simbólica” se efetive com a garantia de “controle desses meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças” (BACZKO, 1985, p. 131).

## **1.2 – “Uma história de luta e conquista”: os Campos de Guarapuava e a escrita da história local**

Conforme o que discutimos foi possível perceber o teor que determinados processos ganham na história produzida por determinado grupo social local. Procuramos destacar e analisar os processos referentes à vinculação da história local a um primeiro processo de tentativa de ocupação ocorrido no século XVIII, bem como às referências a figuras tais como Afonso Botelho, o cacique Guairacá e o próprio Cabeza de Vaca, relegando ao território, hoje Guarapuava, raízes recuadas no tempo.

Essas discussões aqui encetadas despertaram um maior interesse de nossa parte ao observar a produção decorrente das comemorações dos 200 anos do município, celebradas ao longo do ano de 2010. Os discursos fortemente marcados pela legitimação do “elogio da colonização” tenderam a reavivar e reafirmar determinados personagens, demarcando territórios de pertencimento social e evidenciando desejos políticos. Podemos afirmar isso partindo do teor dos livros que foram lançados<sup>36</sup>, do documentário produzido em alusão à “chegada dos colonizadores”, a estátua inaugurada em uma das avenidas da cidade, enfim, toda uma gama de representações produzidas das mais variadas formas, mas sempre no mesmo sentido. Nossa opção por agregar no trabalho fontes que foram produzidas neste período está ligada com a tentativa de compreender os processos sociais de

---

<sup>36</sup> Um site foi organizado para dar conta de publicar todos os preparativos e o cronograma dos eventos comemorativos, bem como às fotografias, artigos e vídeos produzidos. Este site ainda se encontra disponível no seguinte endereço: <http://www.vivaguarapuava.com.br>.

produção da história local, a vinculação dos pesquisadores que produzem nesta área e as tensões políticas que se estabelecem nesses processos. Conforme apontamos, as fontes principais dessa pesquisa, os livros de Marcondes e Abreu, são indissociáveis dessas discussões, e a figura destas autoras está ligada de uma maneira peculiar a este processo de comemoração, conforme analisaremos no próximo capítulo.

Seguindo a ordem cronológica segundo a qual se apresenta o encadeamento dos “fatos e personagens da história de Guarapuava”, toma lugar na discussão o processo de ocupação ocorrido no início do século XIX, que conforme nos referimos antes, ganha corpo com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808 e com as cartas régias expedidas pelo príncipe regente D. João VI.

As ideias cristalizadas em torno desse processo de “construção” de Guarapuava, vinculadas à figura do corajoso e heróico desbravador assume continua assumindo a função de justificar a civilização levada à barbárie. O esforço por parte de determinado grupo vinculado à disseminação desta “história oficial” reside na tentativa de justificar seu pertencimento social e suas raízes identitárias a esses primeiros desbravadores. Daí decorrem as representações criadas sobre a figura do indígena, conforme discutimos anteriormente, do colonizador que enfrentou as feras e abriu picadas a facção para proteger o território e fazer cumprir a vontade da coroa, e de toda a história “criada” para a região, calcada na ideia de um lugar “vazio”<sup>37</sup>, esperando para ser explorado. Trata-se de um campo de disputas que podemos entender, concordando com Woodward, da seguinte maneira:

Pode-se levantar questões sobre o poder da representação e sobre como e por que alguns significados são preferidos relativamente a outros. Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído (2011, p. 19).

Nesse sentido estamos observando o jogo das relações de poder, entendidos como parte intrínseca ao processo de construção das representações e identidades. Fontes (2005) assevera que não se pode pensar no poder enquanto um elemento externo que “paira” sobre a sociedade, mas sim exige de nós entender a

---

<sup>37</sup> Embora não aprofundemos neste trabalho o conceito de “vazio demográfico”, fazemos recorrência aos estudos de Freitag (2007), que ao analisar o movimento de ocupação do oeste paranaense discute a questão, e aprofunda o conceito nos ajudando a entender o processo de ocupação do que hoje é Guarapuava

maneira como as relações sociais o instauram e o mantêm a partir de seus mecanismos. Segundo a autora, é justamente nas relações sociais que organizam e dão sentido ao cotidiano “[...] onde se implanta e se exerce a desigualdade como condição de existência, que se originam os meios de coerção para assegurar a desigualdade” (FONTES, 2005, p. 12).

A história e o trabalho do historiador não estão isentos desta relação de poder, e segundo a autora, a forma com que pensamos a história hoje está estritamente ligada a esse mecanismo, o que fica claro se pensarmos na trajetória de nosso campo de trabalho ao longo do tempo: trata-se de uma questão historiográfica. Talvez possamos pensar nisso entendendo assim o poder e o alcance que determinadas versões da história ganham e como se revestem do sentido de “veracidade”. Conforme nos referimos acima, a construção dos lugares que legitimam determinados grupos e a enunciação de suas visões de mundo, externalizadas nos mecanismos com os quais operam no sentido de estabelecer a “distinção” entre o “nós” e os “demais” estão entrelaçados com a dinâmica das construções de representação, que são jogos de poder. Assim, escrever a história local com vistas ao paradigma de um grupo social significa se utilizar do poder atribuído ao indivíduo a partir do meio do qual ele fala e assim estabelecer o que pode ser lembrado e o que é melhor continuar no silêncio. Nesse sentido, não se trata apenas de uma forma de interpretar o passado, mas sim estabelecer parâmetros para as relações sociais do presente e “iluminar” o futuro que se quer, pois “os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro” (BACZKO, 1985, p. 312).

Tentar perceber de que maneira se estabelecem as conexões entre as representações produzidas, perceptíveis na compreensão da lógica do imaginário social, e de seus efeitos fora do grupo que coloca esses elementos em jogo, talvez seja algo que se possa pensar até o limite que as fontes permitirem que isso seja feito. No entanto, cabe pensarmos que as leituras provenientes, tanto da história local no âmbito de sua escrita, quanto aos seus desdobramentos sociais, podem ser vistos de diferentes formas, tanto dentro do grupo enunciador e construtor desse discurso quanto para àqueles a quem ele se dirige. Espig (1998), ao discutir imaginário e representação, aponta que

os indivíduos ou grupos, via de regra, não apreendem o mundo de forma científica. Para eles, sua representação acerca do mundo não será falsa ou alienada, mas a criação possível e aceitável no grupo ao qual pertencem e no momento histórico em que vivem. Para o pesquisador, é necessário perceber tais conexões, pois o estudo destas representações e de seus efeitos sociais possibilita uma melhor compreensão acerca da própria ação social destes grupos (ESPIG, 1998, p. 154-5).

A vinculação e o papel relegado ao processo da história de Guarapuava datado no século XIX a partir da escrita da história que analisamos foi corroborada nas comemorações do bicentenário da cidade. A produção do documentário “Guarapuava 1810: uma história de luta e conquista”, embora faça referência às personagens que legitimam o caráter de antiguidade da posse territorial – conforme apontamos anteriormente as figuras de Cabeza de Vaca, Cacique Guairacá e as expedições do século XVIII – centra o roteiro na saga da Real Expedição Colonizadora dos Campos de Guarapuava, que no século XIX efetiva a ocupação do território<sup>38</sup>. O caráter de romance que tem tal produção, revestida de qualidades épicas e heróicas, talvez tenha nesse contexto quase que um caráter didático.

A construção da representação sobre esse período da história exposta no documentário, que tem os seus significados e intenções compreendidos se analisarmos o presente, consegue extrapolar a fronteira do texto escrito e das estátuas de bronze e ganha rostos, cores, sons, teatralizando o passado. Ao mesmo tempo em que ultrapassa as páginas dos livros, a versão da história permanece a mesma, exaltando a coragem daqueles que vieram tomar posse do território obedecendo às determinações reais, e como observamos nas palavras de Pereira “chegar em Guarapuava, no sertão, saindo pelo sertão para depois chegar nos campos, nove meses, já imaginou? Esse pessoal sofreu tudo o que a gente possa imaginar” (PEREIRA, 2010, Guarapuava 1810...). A partir deste ponto, decorridos mais ou menos quinze minutos de filme, se passa a contar a saga da Real

---

<sup>38</sup> O documentário em questão foi uma produção da Soma Cine TV com direção artística do grupo de teatro guarapuavano Arte & Manhã. Este grupo vem criando peças de teatro que retratam episódios da história local, destacando-se neste sentido seu diálogo com o poder político municipal. Já na abertura do filme destaca-se a informação “um documentário com a participação de historiadores”, no entanto, todos os pesquisadores que colaboram com entrevistas para a produção do referido filme são escritores da história local sem formação na área de história nem vinculação com a academia. No entanto, temos como exceção as professoras Gracita Marcondes e Alcioly Abreu, que são historiadoras de formação, mas que no entanto tem vinculações com o grupo ligado à Academia Guarapuavana de Letras e Artes e ao Instituto histórico local, conforme explicamos na introdução deste trabalho. Devemos ainda citar que, dentre os pesquisadores depoentes, temos a presença da historiadora Zeloí Aparecida Martins dos Santos, mestre pela UNESP/UNICENTRO e doutora pela UFPR com pesquisas na área da história de Guarapuava.

Expedição, sendo que do início até aqui já se falou do índio e do território de Guarapuava nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Destacamos aqui um trecho da narração do documentário que nos ajuda a demonstrar o teor da representação construída para o colonizador neste contexto. Logicamente, transcrever em texto determinada parte da produção será sempre falho em um aspecto ou outro, pois como bem afirmamos, o sentido de que se reveste, e a própria especificidade que tem determinada linguagem – e todos os elementos que a envolvem: filmagem, maquiagem, figurino, trilha sonora, fotografia – nos impedirá de alcançar a essência desta construção. No entanto, pensemos a partir do trecho abaixo:

Pesado suor, feridas abertas, dores camufladas, pés cansados. O corpo reclama, mas não para. Lá vamos nós pelos caminhos abertos em picadas: mato, campo, campo, mato, mais um dia, mais uma noite. Um breve descansar e novamente ouve-se o grito da coragem: levantem-se! Vamos em frente! Ergam suas trouxas, recolham suas tralhas, peguem seus filhos, vamos andando, temos pressa de começar! Temos pressa de batizar nossos filhos, tomar água limpa, curar nossas feridas, apreciar a vista, chorar baixinho, começar a vida. Temos pressa! Queremos logo dizer: chegamos! Estamos em casa! Este lugar é nosso! (2010, Guarapuava 1810...)

Não resta dúvidas de que a idealização da figura do colonizador se constrói por características de coragem, sofrimento, força; são pessoas que mesmo além de seus limites físicos conseguem com bravura alcançar seus objetivos. Notemos que a imagem do lugar de destino é talhada a partir de atributos que a constroem quase que como um prêmio pelo esforço: o lugar vazio a ser ocupado, a terra prometida. Ao chegar encontrarão a água limpa, a cura das feridas abertas no caminho, uma bela paisagem e a possibilidade de começar a vida num lugar que “é nosso”! Além da construção da figura do colonizador, transparece a reiteração da ideia do território enquanto espaço a ser ocupado, e nesse sentido, a ação do colonizador é totalmente boa. Freitag mostra que

Desde o início do século XVIII esse território central do atual estado do Paraná, hoje reconhecido como região centro-oeste paranaense, representava um espaço desocupado surgido como passagem entre diferentes regiões e, portanto, deveria ser efetivamente incorporado aos domínios do Estado Português (FREITAG, 2007, p. 26).

O espaço ocupado pelo processo histórico do século XIX e suas personagens é então portador destas ideias. A chegada do colonizador luso-brasileiro representa a incorporação de Guarapuava no contexto do espaço nacional

do século XIX, e dessa forma e apresentado pela historiografia local, inclusive ensinado nas escolas. O indígena tem sua imagem construída em função dessa versão da história, como já nos referimos quando da análise da figura de Guairacá. No período do século XIX voltam as referências a este elemento, aparecendo hora como entrave, hora como selvagem que dificulta a instalação da expedição, hora como colaborador deste processo personificado na figura de Pahy, como veremos mais adiante. Nesse contexto, nos chama a atenção novamente o livro de Pereira (2006) que busca construir sua narrativa voltada para o público infantil, como se a própria cidade contasse sua história, tecendo a construção a partir de texto e imagens. Temos então o seguinte texto acompanhado da imagem que se segue:

Nos mesmos lugares onde hoje se erguem arranha-céus e residências, há 187 anos viviam índios: Camés, Dorins e Votorões.

Por toda parte índios.  
Índios que caçavam e pescavam.  
Índios que nadavam e dançavam.  
Índios que, às vezes, brigavam.

(PEREIRA, 2006, p. 11)

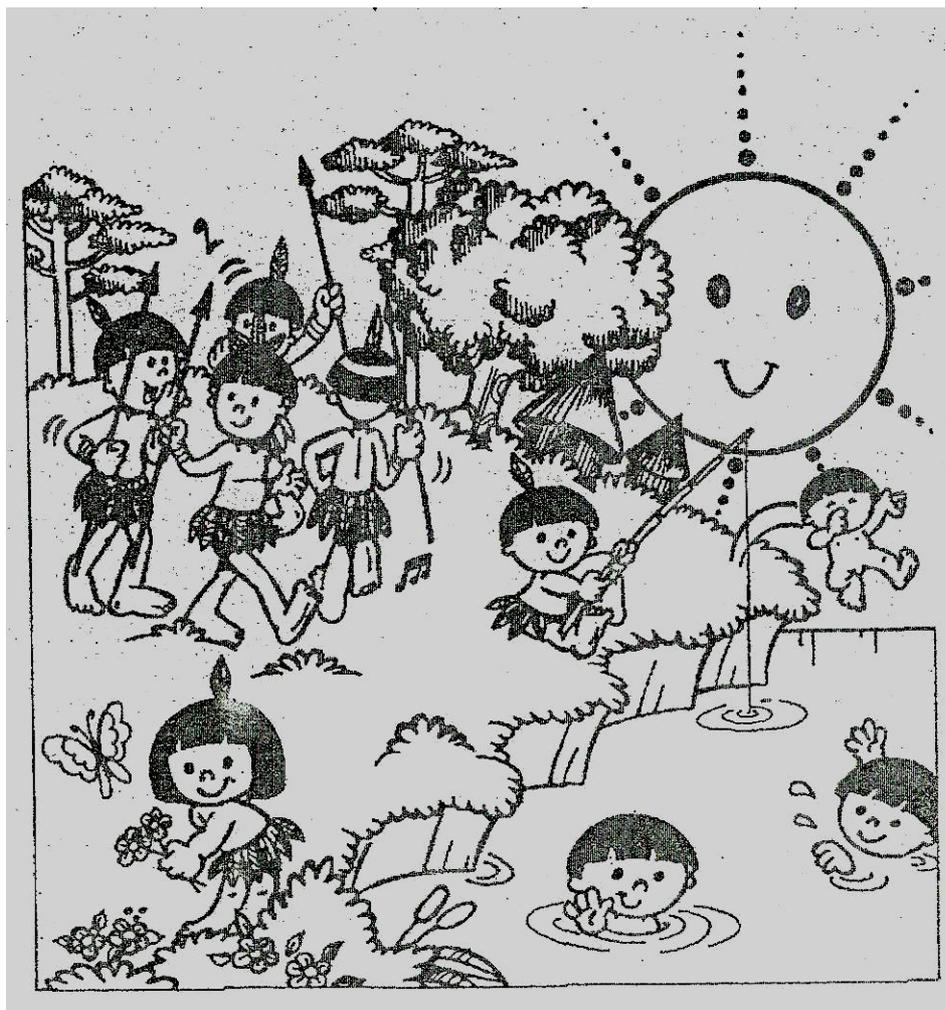


Figura 04: Adaptada de PEREIRA, Júlia de Santa Maria. *História de uma cidade contada por ela mesma*. Guarapuava: Impreset, 2006. Página 11.

Assim é apresentada a imagem do indígena ao público infantil: em perfeita harmonia entre si e com o espaço, exceto pela frase que afirma que esses “às vezes, brigavam”. Devemos levar em consideração que esse é um texto dedicado ao público infantil, o que exige uma linguagem e posicionamento específicos do autor. No entanto, não podemos deixar de notar que essa é a única referência no texto aos povos que primeiro povoavam esse local, não passando da página 11. Já na próxima página, temos o seguinte:

Um dia chegaram pessoas a cavalo. Gostaram muito de mim e chamaram-me Guarapuava. Mais tarde fiquei sabendo o porquê deste nome. Os índios já me chamavam de Guará-puava, que quer dizer lobo bravo. E, foi assim que eu nasci! (PEREIRA, 2006, p. 12).

A imagem que apresentada com este trecho do texto é a que segue abaixo:



Figura 05. Adaptada de PEREIRA, Julia de Santa Maria. História de uma cidade contada por ela mesma. Guarapuava: impresset, 2006. Página 12.

A partir desse momento o indígena sai de cena, o espaço é ocupado pelo colonizador que, como se nota na imagem, é o único elemento a contrastar com o espaço natural. Devemos fazer uma ressalva no que diz respeito a esse assunto. Munakata (2007) analisa nas pesquisas acadêmicas sobre livros didáticos das décadas de 1970 e 1980 aquilo que chama de “as belas mentiras<sup>39</sup>”. O autor observa de que maneira as análises de livros didáticos, principalmente referentes ao período da ditadura no Brasil, muitas vezes acabaram forçando interpretações e enxergando traços ideológicos em todas as partes, até mesmo naquilo de que não se tratava. Conforme salienta o autor: “a ideologia estava em toda parte onde se

---

<sup>39</sup> Referência ao livro “As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos” de Maria de Lourdes Chagas Deiró Nosella

quisesse encontrá-la” (MUNAKATA *in* FREITAS, 2007, p. 272). A exemplo do que retrata Munakata, não queremos forçar uma interpretação com estes trechos da fonte que apresentamos, no entanto, se faz necessário pensar em como essa versão se reitera em diferentes instancias dos livros analisados na pesquisa. A mesma história que temos no documentário encontramos espalhados pelo conteúdo dos livros. As imagens apresentadas, os trechos de texto bem como o documentário, corroboram com esta construção em determinados níveis, pois acabam reforçando a versão histórica que legitima a parcela social em evidência. A história serve como base para justificar os pertencimentos sociais dos grupos interessados na consolidação desta versão histórica, e com isso podemos entender de onde se extraem os elementos que, amalgamados, farão parte da identidade do guarapuavano.

Nossa observação dos processos de construção de identidade e das representações passam pela análise do estabelecimento de determinadas visões no imaginário social. Assim, se estabelece no jogo social os lugares que cada grupo ocupa, e também em que medida esses grupos tem a legitimidade reconhecida ou não. Conforme já abordamos, nesse sentido reside a importância de se entender esses processos atravessados pela categoria de “imaginário social”, pois conforme salienta Espig (1998), isso é parte fundamental da própria existência de uma sociedade ou grupo e da maneira com que este investe sentidos e entende seu universo. Aqui não se pode deixar de mencionar que se trata de um jogo de poder, é uma maneira de organização do mundo e dos papéis sociais que não se dá de maneira pacífica, e nem quer dizer que qualquer grupo tem “força” suficiente para estabelecer e exteriorizar tais parâmetros. A autora evidencia que

obviamente o exercício do poder passará pelo imaginário coletivo. Através dos imaginários sociais, um grupo não apenas designa sua identidade e elabora uma representação sobre si mesmo, como também distribui papéis e funções sociais, expressa crenças comuns e fixa modelos. Pode-se, através do imaginário, criar uma “ordem social” – daí sua importância como dispositivo de controle da vida coletiva e de exercício do poder. Às relações de força e poderio agregam-se relações de sentido, através das quais confere-se legitimidade ao poder (ESPIG, 1998, p. 162-3).

A história local assim construída, tomada por tais parâmetros, é responsável por duas formas de atuação nesse cenário: em primeiro lugar, ajuda a estabelecer no imaginário social a “ordem das coisas”, os lugares a serem ocupados e por quem o devem ser; em segundo lugar confere legitimidade e investe de poder não

somente os enunciadores de tal história, mas também legitima o lugar<sup>40</sup> do qual se pronunciam esses agentes, e ainda num desdobramento, não se pode deixar de citar o poder político em si quando se apropria de tal construção.

Feita essa discussão, retornamos ao período analisado tentando observar as especificidades de tal processo e qual é o lugar a ele reservado nos livros. Novamente Marcondes reserva uma das lições do livro didático de 1986 para tal propósito; com texto intitulado “O fortim Atalaia”, aborda a chegada dos primeiros colonizadores da seguinte maneira:

De repente a paisagem mudou e aqueles cavaleiros tiveram a impressão de penetrar num **mundo fantástico** de cristal, tão grande era a beleza dos campos guarapuavanos cobertos de gelo, reluzindo sob os raios do sol.

A natureza caprichara naquela geada para **receber os seus primeiros colonizadores**.

Ao todo eram 300 pessoas, entre **portugueses e seus descendentes**, e mais alguns escravos africanos ou nascidos no Brasil.

Já eram dez horas daquela manhã, do dia 17 de junho de 1810, quando a Real Expedição Colonizadora de Guarapuava chegou às margens de um rio, que recebeu o nome de Coutinho.

Na colina próxima foram levantadas as primeiras casas e a capela. Para **defesa contra os índios**, foi construído um cercado com 40 palmos de altura, do alto do qual um soldado ficaria de guarda ou de *atalaia*.

Este foi o célebre FORTIM ATALAIA, início da colonização de Guarapuava (MARCONDES, 1986, p. 130. Note-se que as palavras em negrito são grifos nossos, e as expressões sublinhadas se apresentam conforme o texto original).

As duas formas de narrar essa parte específica da história local pouco diferem entre si se compararmos o documentário produzido em 2010 e o livro didático do qual o trecho do texto acima foi retirado, distribuído para as escolas na década de 1986. Em ambas a figura do colonizador<sup>41</sup> é desenhada evidenciando atributos positivos. Notamos um jogo de construção de identidades, pois desde o momento de contato entre o colonizador e o bárbaro começam a se constituir

<sup>40</sup> Conforme exposto na introdução desta dissertação, podemos vincular as autoras estudadas nesta pesquisa como pertencentes ao grupo de escritores da história local que, sem formação específica na área de história – à exceção das duas – congregam suas produções ligadas, e legitimadas por locais tais como: Academia Guarapuavana de Leras e Artes, e Instituto Histórico de Guarapuava. Deve-se ainda referenciar a ligação destes locais e da produção a ele ligada com o poder político municipal em determinadas instâncias, como se observou nas comemorações do bicentenário da cidade e na formação da comissão de organização dos festejos, bem como nos eventos decorrentes de tal organização.

<sup>41</sup> Destacamos ainda a importância da figura do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, sempre citado como herói da conquista de Guarapuava, e que nas comemorações do bicentenário ganha uma estátua em um dos trevos da cidade. Retornaremos a este ponto mais a frente nas discussões.

representações. Ao se referir a tal processo, Freitag define que se trata de “construções de mão dupla”, elegendo então para analisar tal processo o conceito de “representações etno-sociográficas”, o que constitui assim “[...] a materialização de códigos culturais, experiências individuais e coletivas, enfim, maneiras de ver e interpretar espaços e de si e do outro [...]” (2001, p. 27). Desse modo, não é difícil identificarmos qual dessas leituras e construção de identidade vem sendo reiterada desde então pela história local.

### **1.3 – A “tradicional Sociedade Campeira” e a expansão de Guarapuava**

Nossa intenção nesta parte do texto foi contextualizar a história do município a fins de situar o objeto de pesquisa, bem como os objetivos que pretendemos alcançar ao fim deste trabalho. Optamos, no entanto, por abordar esta história de maneira diferente de outros trabalhos ao não fazer uma contextualização que aponta a história descritivamente situando o leitor quanto ao lugar “Guarapuava”, pois essa forma não seria condizente com o trabalho a que nos propomos. Ora, se assim fosse correríamos o risco de recorrer à bibliografia que analisamos tomando-a como referência, esvaziando qualquer tentativa de crítica a esses trabalhos. Portanto, são levados em conta alguns pontos chave que nos ajudam a situar esse objeto historicamente em meio ao processo de escrita de sua história, sendo contexto e ao mesmo tempo crítica e análise de fontes. Fato é que, discutidas as questões apresentadas, como os esforços de justificar a antiguidade da história de Guarapuava recorrendo-se aos séculos XVII e XVIII, e muitas vezes voltando na história ibérica para tal propósito, as figuras de Afonso Botelho e até mesmo do Cacique Guairacá, a idealização do espaço enquanto a “terra perfeita”, a figura do índio construída ao sabor da ótica do colonizador e a importância relegada a este último, outros “fatos” ganham importância na ordem cronológica que usualmente se apresenta nos trabalhos que tratam da história do município de Guarapuava.

Uma das principais chaves explicativas para o desenvolvimento do território de Guarapuava durante o século XIX, e que pode ser localizada numa corrente historiográfica ao analisarmos a historiografia tradicional paranaense à qual fizemos referência no início deste texto, trata de entender a evolução deste espaço enquanto formado pela passagem de grupos com finalidades comerciais. Desta forma, o

tropeirismo ganha papel central na explicação do desenvolvimento regional e daquela sociedade que, pelas próprias características de ocupação, estava centrada na propriedade latifundiária. Nesse aspecto se observa como Guarapuava é apresentada enquanto elemento central, centro irradiador de civilização em outras direções, conforme nos mostra Abreu, “continuando a expansão campeira, também de Guarapuava se procurava abrir um caminho que se estabelecesse ligação com o sul (ABREU, 1981, p. 81). Esse caminho viria depois a ser o responsável pela expansão do comércio local, estabelecendo vias de ligação com outros locais. Abreu afirma que

apesar de inúmeras dificuldades encontradas, as autoridades guarapuavanas continuaram a insistir e, a 5 de agosto de 1844, tiveram seus reclamos atendidos, quando o Presidente da Província de São Paulo, Manoel da Fonseca Lima incumbiu o Alferes Francisco da Rocha Loures de abrir um picadão (caminho de tropa) partindo de Ponta Grossa, passando por Guarapuava e Palmas em direção ao Rio Grande do Sul [...] (1981, P. 82).

Assim teria se desenvolvido o território guarapuavano com a passagem das tropas transportadas em longas distâncias de um ponto a outro, cruzando o sul do país e chegando até São Paulo. O gado que saía de lugares do Rio Grande do Sul com direção a Sorocaba invernava nos campos de Palmas e Guarapuava, despontando como primeiro grande marco de modificações na vida econômica e social de Guarapuava. A esse respeito Tembil afirma o seguinte:

A partir das atividades vinculadas ao tropeirismo, muitos fazendeiros, que não dispunham de “capital mobilizável”, apesar de possuírem gado, terras e escravos, enriqueceram com o comércio das tropas, o aluguel das invernadas e outros serviços, formando as primeiras fortunas guarapuavanas. Essas fortunas, por seu turno, dinamizaram e diversificaram a economia de Guarapuava, refletindo diretamente nas formas de organização da vida cotidiana (2007, p. 74).

A autora mostra que, para além da explicação da formação do território ligado à ideia de espaço de trânsito e passagem – o que se pode verificar, por exemplo, a partir das obras de Westphalen<sup>42</sup> - esse período gerou transformações

<sup>42</sup> Conforme bem expõe Freitag ao analisar a historiografia tradicional paranaense, mostrando que “Reflexões dessa envergadura podem ainda ser encontradas em Westphalen (1957). Segundo o juízo da autora a posição geográfica do Estado teria contribuído para o forjamento de uma característica marcante na história da formação da população paranaense. O Paraná constituir se-ia como um território de passagem, região de trânsito, de tropeiros que no decorrer do século XIX, se deslocavam em direção à região de Sorocaba. Esse pressuposto concebe assim que o espaço paranaense ter-se-ia forjado pela sua transitoriedade. Em outras palavras, um território que servia de passagem para outras regiões do país, elo entre São Paulo e Rio Grande do Sul. Dessa característica surge a

no cotidiano da população de Guarapuava, refletindo assim em seus “hábitos de consumo e socialização”, levando inclusive a elevação da Freguesia à condição de vila em 1852. Essas mudanças foram sentidas tanto no âmbito cultural quanto na organização espacial do local, sendo que a partir de 1871, a vila passa a categoria de cidade e assiste à construção dos suntuosos casarões dos fazendeiros enriquecidos com o tropeirismo (TEMBIL, 2007, p. 74). A autora ainda infere que

a cidade, nessa conjuntura, ia ganhando outros contornos que levariam a outras práticas em seu espaço. Assim, a maioria dos fazendeiros, mesmo passando grande parte do tempo em suas fazendas, passou a ter uma casa na cidade para a qual vinham por ocasiões de reuniões políticas, comemorações cívicas e festas religiosas, em especial a da padroeira Nossa Senhora de Belém (p. 75).

O trabalho da autora mostra que as mudanças na vida da sociedade guarapuavana do século XIX passa a adquirir novos contornos a partir da expansão da economia com o comércio de gado e com as invernadas. O contato com as tropas que passavam pelo local influenciam em novas maneiras de organização e sociabilidades, não somente pelo dinheiro de tal atividade, mas pela troca cultural oriunda deste contato. Sendo assim, pensar que Guarapuava e região tenham seu desenvolvimento datado somente pelo aspecto econômico pelo viés da ideia de “território de passagem” talvez seja reduzir um processo histórico que aponta para outras direções que não somente o caráter pacífico decorrente de tal visão.

Essa e outras formas de análise presentes na escrita da história local podem ser localizadas na produção historiográfica paranaense de determinada época. É nesse sentido que temos, por exemplo, a caracterização dos processos de colonização e desenvolvimento da cidade de Guarapuava, bem como a análise de seu desenvolvimento social, pautada por determinadas visões. Exemplo disso encontramos no trabalho de Abreu (1981), que em sua pesquisa sobre a posse e o uso da terra em Guarapuava delinea e apresenta a elite do local como “sociedade tradicional campeira”. A autora define da seguinte maneira:

O termo “sociedade tradicional” indica os descendentes do branco-português, negro e índio e, “sociedade tradicional campeira” é usado para definir os que, já no século XIX, dedicavam-se à pecuária extensiva, como criadores e invernadores do gado do sul.

Esta sociedade integrou-se ao comércio de gado da Feira de Sorocaba, através dos Campos Gerais, dedicando-se à criação e ao

---

população paranaense, tecida, portanto, por uma população notadamente gaúcha ou paulista advindas de caminhos por onde uma população transitava temporariamente (FREITAG, 2007, p. 86).

tropeirismo como atividade principal e à agricultura apenas para o seu consumo [...] (ABREU, 1981, p. 01).

Ao abordarmos estas questões se faz necessário pensar alguns elementos. A sociedade tal qual entendida por Abreu enquanto “tradicional campeira” trata-se de uma elite latifundiária, formada ainda nos processos de distribuição de terras como doações de sesmarias, e que manteve seu poder ligado à posse da terra e também à questões políticas, como bem veremos no texto do próximo capítulo. No entanto, esse mesmo modelo explicativo, datado da historiografia tradicional paranaense da primeira metade do século XX continua sendo adotado ao se abordar a questão a partir da qual nos voltamos para o conteúdo dos materiais que analisamos: quem é o guarapuavano? Ora, essa mesma sociedade tradicional latifundiária e criadora de gado, que detém o poder político local e também a legitimidade do lugar social que ocupa, é a que aparece adornada de adjetivos heróicos no documentário que exalta a saga do colonizador ao chegar aos campos de Guarapuava. Podemos recorrer novamente às reflexões de Espig ao abordar o imaginário social e o jogo de poder estabelecido, pensando no fato da reiteração constante de elementos que reforçam as posições sociais. Conforme a autora, “[...] a legitimidade do poder é uma mercadoria particularmente escassa no mercado dos bens simbólicos, sendo por este motivo freqüente objeto de lutas e conflitos (ESPIG, 1998, p. 163).

Outro fator que devemos levar em consideração é que essas elaborações intelectuais a respeito do local investe e constrói historicidade para o espaço, buscando dar sentido e inteligibilidade ao território por meio das ações dos indivíduos. É nesse aspecto que pensamos sobre as reflexões de Freitag; a autora mostra como determinadas “representações de regionalidade” foram criadas para o espaço do território paranaense, principalmente no que diz respeito ao extremo-oeste do estado. Levando em conta a historiografia paranaense abordada por Freitag, vemos que determinadas “chaves explicativas” da história se apresentam no processo da história local. A exemplo disso podemos citar o processo de colonização em “frentes de expansão pioneiras”, ideia presente nos trabalhos de Brasil Pinheiro Machado, e que encontramos espalhada por nossas fontes. Conforme nos mostra Freitag,

as digressões de Machado (1953) partem do pressuposto que a região Paraná surge da passagem de diferentes frentes de expansões pioneiras. Essas distintas frentes de ocupação teriam segundo sua tese, originado comunidades distintas no território paranaense. O trânsito de tropas

recorrentes pelo interior do Estado foi, por sua vez, para o autor, agente responsável pela formação do chamado "Paraná tradicional". Área edificada entre os anos 1853 e 1889, pelo grupo conhecido pelo atributo "Comunidade do Paraná tradicional", se esboça, conforme tal teoria, com a procura do ouro sobre o latifúndio da região denominada Campos Gerais. Com base na criação e no comércio do gado e mais tarde, no século XIX, apoiada em atividades extrativas e no comércio da erva-mate e da madeira, a destacada sociedade teria impulsionado novas frentes de expansão até as áreas centrais do território paranaense. A referida região, teria, portanto bases culturais sedimentadas em uma sociedade tradicional fundada no latifúndio campeiro. Grupo esse, conforme destacado teria surgido a partir do trânsito de tropas que circulavam pelo território paranaense (2007, p. 86-7).

Machado orientou na década de 1980 a pesquisa de Abreu na Universidade Federal do Paraná sobre a posse e o uso da terra em Guarapuava, na qual a mesma estabelece os parâmetros formadores da sociedade guarapuavana enquanto "[...] sociedade tradicional campeira que se expandiu de Curitiba e Campos Gerais, ocupou e povoou Guarapuava e, continuando sua marcha expansionista, ocupou e povoou os campos de Palmas, Campo Erê, São João e outros (ABREU, 1981, p. 01). Temos no livro paradigmático de Marcondes o guarapuavano representado enquanto "bandeirante", responsável por agregar territórios à nação com sua marcha expansionista. A autora afirma que

assim, quando houve a necessidade de procurar novas pastagens e também a urgência de ocupar o Oeste e o Sudoeste do Paraná (devido à ameaça dos argentinos), em Guarapuava organizaram-se **bandeiras particulares, espontâneas e de médio porte** que incorporaram centenas de quilômetros quadrados ao Brasil (MARCONDES, 1998, p. 70. Grifos da autora).

Na medida em que estas representações ganham espaço na história local, o que também podemos considerar construção de uma representação de regionalidade, observamos que passado e presente se misturam na construção de legitimidade calcada na própria temporalidade em que ganha sentido. Talvez por isso seja recorrente a apresentação de mapas em vários dos trabalhos, como o que expomos abaixo:

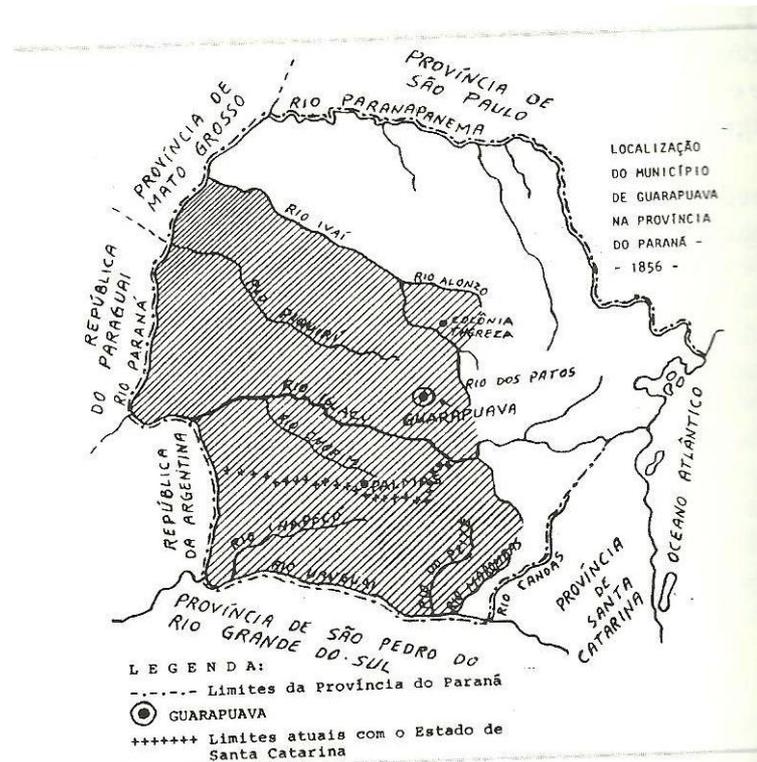


Figura 06: mapa de localização do município de Guarapuava na província do Paraná em 1856. Adaptado de MARCONDES, Gracita Gruber. *Guarapuava: história de luta e trabalho*. Guarapuava: UNICENTRO, 1998. Página 70.

A ênfase em apresentar e destacar a importância do município para o desenvolvimento do território vem carregada de uma visão de engrandecimento, e talvez essa intenção se mostre na representação do mapa que apresenta uma extensão territorial que, em certas medidas, nem chegaram a partilhar da ideia do que hoje se defende ser “Guarapuava”. Voltando ao documentário, a fala da professora Zilma Haick Dalla Vecchia nos dá a dimensão desta análise; a mesma afirma o seguinte: “dos 399 municípios, 199, veja bem, 199, a metade deles se originaram direta ou indiretamente de Guarapuava” (DALLA VECHIA, 2010, Guarapuava 1810...). Ainda neste sentido, destacamos como emblemática a fala de Abreu no mesmo documentário. Segurando em mãos uma cópia do mesmo mapa que temos disposto acima, Abreu mostra para a câmera e afirma que “então nós temos que comemorar os 200 anos de Guarapuava, mas desta Guarapuava toda (aponta o mapa com a mão) que marca, foi um feito muito grande, de vir com uma enorme de uma expedição, chegar e conseguir estabelecer uma povoação portuguesa (ABREU, 2010, Guarapuava 1810).

Devemos, no entanto, salientar que é necessário entender cada trabalho de história enquanto produto de seu tempo e de suas possibilidades teóricas e metodológicas, também das escolhas que se exige do pesquisador fazer. Os trabalhos de Abreu, Marcondes e Pereira nos fazem ter em mente essa premissa. Ora, não se pode exigir das autoras e seus trabalhos a mesma postura teórica ou a mesma visão historiográfica que temos agora ao analisar tais produções. A contribuição dada à escrita da história local, bem como ao levantamento e sistematização de fontes feitas pelo grupo em questão ao qual se filiam as autoras, e inclusive pelas próprias, tem grande importância que não pode ser negada. No entanto, ao se observar o contexto atual no qual se inserem tais produções, bem como a maneira pela qual se “organizam” os lugares na sociedade e as lutas de poder e representação a elas inerentes, não podemos deixar de inquirir.

A partir do exposto, a gama de representações criadas em torno e para a história de Guarapuava e de determinada parcela social que se vê representada nela, e por isso tem interesse em sua veiculação, nos leva a entender que se constitui um processo de produção “controlado” do qual somente um grupo específico tem acesso. “Daí a importância dos circuitos de produção e difusão dos imaginários sociais como um passo fundamental para o êxito da dominação simbólica. A possibilidade de manipulação, porém, é restrita” (ESPIG, 1998, p. 163).

Pensar a história de Guarapuava da forma que nos propomos trata-se de um exercício de crítica e de compreensão. A maneira cronológica de disposição dos fatos e personagens com que essa história vem sendo contada nos permite verificar a existência de um esquema explicativo que se desdobra, ou então, se abre como um leque e apresenta a narrativa. Escolhemos então alguns dos pontos principais para tentar expor e situar esse objeto, mostrando assim de que forma entendemos tais elementos. Talvez o último desses pontos, que depois nos ajudarão a empreender as análises do capítulo seguinte, seja o processo pelo qual passa a “tradicional sociedade campeira” em fins do século XIX e início do século XX.

Deste período em diante se pode observar uma grande dificuldade econômica desencadeada pela crise do tropeirismo, o que foi verificado a nível nacional. O transporte do gado passa a ser feito de trem, não mais pelas rotas anteriormente estabelecidas, o que veio a atingir de forma direta Guarapuava. Tembil (2007) ao analisar o processo de modernização e os discursos que buscaram

inserir Guarapuava no contexto da modernidade, aponta que este período de crise teve desdobramentos no tecido urbano, bem como nas práticas de sociabilidade dessa sociedade. A autora explica a questão da seguinte maneira:

A crise do tropeirismo, atividade diretamente vinculada à construção da imagem da cidade progressista sugerida pelo texto, representou um retorno à prática da pecuária extensiva aliada à exploração da erva-mate, que garantiu uma certa estabilidade à economia local. Contudo, apesar de possuir grandes reservas ervateiras, a comercialização não era feita em Guarapuava e, sim, em Curitiba e Ponta Grossa, o que não possibilitou a retenção de capitais. No que diz respeito à criação de gado, o que se observava, segundo Balhana, era a constante redução da produção das fazendas e, conseqüentemente, o empobrecimento dos fazendeiros, que já não dispunham de capitais mobilizáveis. A crise mundial de 1929 só viria a agravar o quadro, levando os fazendeiros a vender as terras a preços irrisórios ou arrendá-las, mudando-se para a cidade, onde passariam a viver dessa renda, de forma bastante modesta (TEMBIL, 2007, p. 89).

Esse aspecto se faz importante na medida em que implica num movimento que irá mexer com a “ordem social” dessa dita “elite guarapuavana” na primeira metade do século XX, movimento esse que reverbera até hoje na escrita dessa história, e que se pode notar nas intenções de estabelecimentos do “eu” e dos “outros”. Esse episódio não ganha muita ênfase no conteúdo dos livros de Marcondes, embora a autora aborde o assunto. O que se encontra é a seguinte informação:

Quando o comércio daquela Feira entrou em crise, os guarapuavanos, além do gado, passaram a criar também cavalos de raça. Em 1884, foram comprados vários potrilhos reprodutores na fazenda Saycan, no Rio Grande do Sul, e o **Cavalo Guarapuavano** tornou-se famoso. Mas a maior fonte de renda do guarapuavano passou a ser a **extração da erva-mate** [...] (MARCONDES, 1998, P. 78. Grifos da autora).

Mesmo assim a preferência por exaltar determinados aspectos pode ser notada, ao passo que a referência ao cavalo criado na região ganha na fala da autora quase que atributos identitários ligado ao local e a seus criadores. Fato é que na primeira metade do século XX, a “tradicional sociedade campeira”, vivenciando um período de crise e empobrecimento, passa a dividir o cenário com um outro elemento. Mais uma vez recorremos a Tembil para entender esse processo. A autora mostra que a economia da cidade ganha um novo fôlego a partir de um episódio que, novamente, não terá apenas implicações econômicas:

Esse capital, necessário a dinamização das atividades econômicas, iria surgir nas mãos dos madeireiros que se instalariam na região a partir da década de 1940, tendo em vista que Guarapuava detinha uma das maiores reservas florestais do Paraná e, portanto, mostrava-se atrativa aos investimentos desses novos homens de negócio que vinham de outros

lugares do país. Esses madeireiros iriam constituir uma outra 'elite', uma vez que não faziam parte da antiga classe dominante guarapuavana, composta por membros da sociedade campeira. A presença então, desse novo segmento iria modificar, substancialmente, as relações de poder e mesmo as relações sociais da cidade (TEMBIL, 2007, p. 92).

Dessa forma a sociedade campeira passa a dividir espaço com um novo contingente de pessoas vindas de fora, e que formará uma nova "elite" na cidade, enriquecidos pela atividade madeireira que, além de proporcionarem mudanças na organização da cidade e passarem a rivalizar nas posições de mando político local, cria uma nova camada consumidora, o que vem a estimular o setor terciário. Com esse episódio se pode marcar uma divisão nas lutas por identificação a partir das representações sociais. Esse processo é abordado na pesquisa de Maria (2011), que mostra de que maneira essa "briga", que é política e cultural na medida em que disputa por legitimação e espaços sociais, se apresenta na mídia local, por exemplo, no discurso jornalístico. Observamos que a partir deste momento existe um novo motivo no esforço de afirmar quem realmente é o "guarapuavano", tecendo-se então, a partir do jogo de espelhos característico da auto-afirmação identitária, os lugares sociais de cada grupo, o que será abordado de maneira mais detalhada no próximo capítulo deste trabalho. A disputa se apresenta então em torno da identidade verdadeira, da classificação do "eu" e do "outro". Maria mostra que

[...] essa afirmação por parte da elite campeira Guarapuavana de serem os verdadeiros construtores da cidade, tinha por objetivo controlar a política e legitimar seus discursos em torno das benesses do progresso. Portanto, esse segmento tradicional da cidade, expressava seus desejos de modernidade elaboraram um discurso dicotômico, o progresso e a mudança eram aceitáveis desde que amparados no passado. Nesse sentido, a exaltação aos bandeirantes, reconhecidos como ancestrais desta elite, no sentido de que a "ordem das coisas" estabelecida desde outros tempos da a entender que essa elite campeira deveria assumir o poder político, e não "os de fora", ou os "novos ricos", como era conhecida a elite madeireira (2001, p. 22).

Marcondes, no livro paradigmático no qual destaca a "história de luta e trabalho" do município de Guarapuava, ao abordar a questão enfatiza que o progresso veio para o local trazido no "casco das mulas", mostrando que a partir da atividade tropeira o guarapuavano pode alcançar riqueza, e conforme já salientamos acima, as referências à crise econômica são poucas. Com relação aos madeireiros que se instalaram em Guarapuava, formando um novo "grupo" na briga pela legitimidade e identificação, a autora afirma que "[...] em menos de 30 anos,

exterminaram com toda a sua vasta floresta de araucária (MARCONDES, 1998, p. 79).

Conforme apontamos, o exercício que tentamos fazer nesta parte do trabalho consistiu em situar nosso objeto de investigação, sem, no entanto, recorrer a um histórico do município desde sua gênese. Para tal intento buscamos dialogar com as fontes estabelecendo relações com a análise e aporte teórico que a norteia, evidenciando assim em que medida esses recortes dialogam e ajudam a explicar o principal objetivo desta dissertação. As pesquisas já efetuadas a respeito da história local, algumas aqui citadas, nos ajudaram a iluminar a leitura das fontes e dos acontecimentos que tomamos como tal, a exemplo das comemorações do aniversário de 200 anos da cidade.

Podemos pensar nossa pesquisa a partir dos elementos apontados por Correa (2002). O autor afirma que no sul do Brasil, a escrita da história local depende de características individuais de cada autor, geralmente “clérigos, leigos ou profissionais liberais”, que tendem a dar um caráter positivo ao processo histórico local, devido muitas vezes ao tratamento subjetivo e a falta de metodologia e subsídio teórico com os quais tratam das fontes. Outra característica apontada pelo autor diz respeito à história local encarada como parte integrante de um processo maior, sendo então desdobramento de uma história regional. “Todavia, a soma das histórias locais não resulta uma história regional, assim como as histórias regionais não constituem uma história nacional” (CORREA, 2002, p. 15).

Atentando para essas premissas, entendemos o processo da escrita da história de Guarapuava enquanto consoante com alguns dos elementos observados por Correa.

As características dessa história demonstram uma visão tradicional, que apresenta e evidencia determinados fatos e personagens. Desta forma, a narrativa histórica criada por esse grupo, não apenas escrevem a história, como também criam significações para o local, estabelecem a partir do jogo de ir e vir no tempo as representações que dão significado às suas leituras de mundo, e que almejam também se estabelecer no processo de compreensão dos demais. Nesse ínterim vão se apresentando e se fixando a(s) identidade(s) e a classificação social. Novamente nos reportamos às análises de Freitag que, ao abordar o processo de

escrita da história das cidades da região do extremo-oeste paranaense percebe que a construção dessas versões históricas buscam atrelar elementos do passado e do presente na criação de sentidos, pois “esse trabalho historiográfico cria ausentes, faz de sinais dispersos na memória local, vestígios de realidade histórica (2007, p. 149).

Pensando na análise da escrita da história de Guarapuava aqui levada em conta, cabe destacar que se percebe a vinculação da narrativa histórica em questão e a historiografia paranaense do século XX. É nesse caminho que segue a pesquisa de Lacheski (2009) já citada neste texto. A autora observa em que sentidos se deu a legitimação de uma história local e em que bases a mesma se assentou, tendo em vista que à medida em que essas versões históricas ganharam corpo, se observa além disso a construção de uma interpretação de região. Muitos aspectos dessa história local se vinculam à produção historiográfica paranaense do século XX, e um dos principais aspectos observados por Lacheski diz respeito ao espaço que ganha nessa história o processo de ocupação e conquista do território e as ações heróicas do colonizador.

Acreditamos ser evidente esse aspecto quando buscamos nas fontes os subsídios para a discussão das “raízes históricas de Guarapuava” no início do texto, fixadas nos processos de reconhecimento e posse do território a partir dos séculos XVIII e XIX, bem como o que se vê nos momentos em que fizemos referência ao documentário sobre os duzentos anos do município e a saga dos colonizadores. Talvez possamos entender que esses dois momentos – século XVIII e século XIX – sejam processos diferentes e não tenham necessariamente ligação um com o outro tendo em conta o “espaço” Guarapuava que hoje se apresenta. No entanto, servem como a antiguidade que legitima as interpretações históricas que se constroem no presente.

Embora não seja a única versão, ou a verdadeira – e nesse sentido nenhuma o é – é essa a história que ganha visibilidade. Embora essa afirmação pareça carregada de ressentimento, trata-se antes de uma postura crítica que baseia nossa própria leitura. Não podemos perder de vista que os livros aqui analisados estiveram presentes em salas de aula e bibliotecas escolares, consistindo em bibliografia de referência. Tendo em vista esse aspecto, cabe aqui uma famosa citação de Marc Ferro, presente em vários trabalhos que abordam o

ensino de história, mas que mesmo assim pode nos ajudar a expressar nossa concepção sobre o assunto:

Não nos enganemos a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à história que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida. Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, idéias fugazes ou duradouras, como um amor... mas permanecem indelévels as marcas das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções (FERRO, 1983, p. 11).

Feitas estas reflexões, resta-nos ainda apresentar uma última reflexão antes de passarmos às análises do próximo capítulo. Durante todo este capítulo fizemos referência às comemorações do bicentenário do município. Tal comemoração representou a constituição de um “lugar de memória”, tal qual o conceito que discute Nora (1992), sendo palco de inúmeras “consagrações” de diversos elementos que a história oficial do município vem colocando em voga no decorrer do tempo. No entanto, devemos salientar que essa não é a única forma de “produção histórica” a respeito dos processos locais, pois muito a academia tem se dedicado a tais pesquisas. Frente a essa questão, a academia expôs de algumas formas o seu ponto de vista a respeito desse “uso da história”. Freitag (2011), em texto que demonstra um caráter crítico, e talvez combativo a respeito do assunto, não deixa de analisar tudo aquilo que fica silenciado, soterrado pelo que se escolhe trazer a tona. A autora se expressa da seguinte forma:

Essas análises tornam-se ainda mais valiosas quando nos deparamos com os índices sociais da Guarapuava das lembranças: daquela que um dia foi conquistada, - os Campos de Guarapuava, - a medida que tomamos conhecimento dos indicadores de Desenvolvimento Humano, (IDH). Já dissemos anteriormente que Guarapuava nasce assentada no latifúndio de base campeira, no extrativismo madeireiro, nas guerras de conquista, na expulsão e morte indígenas e de brancos, bem como na presença de agregados, posseiros, dentre outros Homens pobres do campo. Acrescentamos a esses eventos, a escravização, expulsão de populações quilombolas. Hoje, infelizmente, a formação dos poderes locais assevera reflete a realidade do campo de poder político atual o qual permanece assentado em estirpes latifundiárias, ainda que, sob uma roupagem moderna. Linhagens tradicionais alternam-se no Executivo. A cultura política tradicional assenta-se ainda em práticas simultâneas. Conforme destacado por Machado (2010) coronelismo e clientelismo (ressignificados obviamente) estão presentes sobretudo nos distritos e faxinais, áreas consideradas adjacentes. (sic) (FREITAG, 2011, p. 15).

Percebemos desta forma a diferença entre o que se escolhe mostrar em cada uma das versões da história de Guarapuava, sendo que comemoração e “leitura crítica” seguem caminhos diferentes, no entanto, a última não ganha a

mesma visibilidade. Com certeza, vale destacarmos que do mesmo modo que se pode verificar intencionalidades políticas na construção da narrativa histórica neste grupo de historiadores, o mesmo é possível de ser feito com a versão da história produzida na academia. Esta última não está isenta de intencionalidades, e também se trata de um território de disputas políticas, de legitimação de imagens e representações sociais. Da mesma forma que na produção da versão tradicional da história, a academia tem interesses e vinculações políticas e sociais com a estrutura em que está inserida.

Muito do “material”, entendendo-se este enquanto narrativa histórica, de que se utilizaram na produção dessas comemorações, fazem parte das ideias defendidas na escrita da história local dos livros que analisamos. Não cabe aqui tentar encontrar a gênese que permeia tal construção, nem mesmo o estabelecimento dos “mitos” no imaginário social que ganham vez na interpretação da história local. No entanto, pensar estes processos nos ajudam na tentativa de entender de que modo, e a partir de quais elementos, se delineia um modelo de identidade do “guarapuavano”.

## CAPÍTULO II

### QUEM É O “GUARAPUAVANO”? O PROBLEMA (OU A SOLUÇÃO) DA IDENTIDADE

*O que nós estamos tentando fazer é dar para Guarapuava uma coisa que ela não teve até hoje: a sua identidade<sup>43</sup>*

#### Introdução

Ao iniciar o seu livro “História e história cultural”, Sandra Pesavento fala sobre os deuses no Monte Parnaso. Talvez fosse Clio a filha diletta de Zeus e Mnemósine no panteão dos deuses, pois teria esta, assim como sua mãe, a tarefa de “fazer lembrar” o passado, e mais que isso, transformava seu canto em narrativa, fixada com o estilete da história. Ao fazer tal analogia, a autora introduz a discussão a respeito do panorama atual da história cultural, afirmando que hoje o perfil de Clio é bem diferente da época dos deuses.

Pensando a produção e escrita da história pautada pelos parâmetros da cultura enquanto “produção da vida” em seu significado mais amplo, e aqui nos referimos à história cultural enquanto marco teórico dessa pesquisa, não temos a ideia das certezas dadas, ou então do fim lógico no qual desembocaríamos – pensando nas tradições de algumas escolas históricas anteriores – mas sim uma única certeza: de que tudo pode ser contado e recontado mais de uma vez, por pontos de vista diferentes, sendo a história uma (re)construção fruto desse processo.

Ganha então sentido o fato de que o olhar estabelece aquilo que pode, ou deve, ser retirado das fontes; elas se mostram e são vistas de maneiras distintas, dependendo do problema que se pretende responder. Ao ter em mente tais premissas, abordamos dentre os materiais estudados não somente aquilo que eles nos dizem textualmente, mas também o que se encontra nas entrelinhas, e, na maioria das vezes, diz muito mais do que está escrito. Cabe ressaltar que a construção, a qual definimos enquanto a representação de um grupo social,

---

<sup>43</sup> Esta frase, para nós tão significativa pela problemática desta pesquisa, foi retirada do depoimento de Julia de Santa Maria Pereira ao documentário dos 200 anos, já referido no capítulo anterior.

reiteração de identidades e identificações, não se trata somente do que está contido nos textos, mas de todo o processo que é permeado pelo “imaginário social”, o que não é material<sup>44</sup>, contudo não deixa de ser sensível, e pode ser captado pelas sutilezas, tanto do texto quanto do olhar do pesquisador. Sendo assim, encarada a representação enquanto elemento construtor e legitimador das identidades, entendemos que

Nesta medida, a força das representações não se dá pelo seu valor de verdade, ou seja, da correspondência dos discursos e das imagens com o real, mesmo que a representação comporte a exibição de elementos evocadores e miméticos. Tal pressuposto implica eliminar do campo de análise a tradicional clivagem entre real e não real, uma vez que a representação tem a capacidade de se substituir à realidade que representa, construindo o mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem (PESAVENTO, 2005, p. 41).

O mundo dos sinais e dos símbolos permeia a todo instante nossa leitura do processo que classificamos como “construção/reiteração” da identidade do guarapuavano. Afinal, o que tem de diferente essa ideia? Em que reside a peculiaridade desta palavra – guarapuavano – no contexto da escrita da história local pelos agentes sociais aqui levados em conta? Pode ser que realmente não exista nenhuma peculiaridade, ou então que esta seja “a mesma” de tantas outras histórias locais de outras regiões do país.

Pensar nesta esteira nos parece caro com vistas a dialogar com as demais pesquisas acadêmicas a respeito dos processos históricos de Guarapuava, e de tentar compreender em que âmbito se justifica uma “identidade guarapuavana”. Partindo das peculiaridades dos livros analisados, e por isso mesmo considerando nosso diálogo com o ensino de história, arriscaremos aqui a tentativa de determinar quais são os parâmetros que legam ao guarapuavano sua identidade, ou conforme entendemos, aquilo que se constrói com intenções de que seja hegemônico. A análise das fontes será auxiliada pelo resultado da entrevista por nós realizada a fim de compreender um pouco mais da lógica da construção dessa ideia de história. Acreditamos ser necessária e legítima a vontade de compreender tal processo e tais

---

<sup>44</sup> Esse pensamento se justifica se, novamente, atentarmos para as discussões do clássico texto de Baczko, já citado neste trabalho, que nos aponta que desta forma “[...] se define um código coletivo segundo o qual se exprimem as necessidades e as expectativas, as esperanças e as angústias dos agentes sociais. Por outras palavras, as relações sociais nunca se reduzem aos seus componentes físicos e materiais.” (BACZKO, 1985, p. 307). Ou seja, nossa análise busca compreender também traços desse “imaginário” que, no caso, permeia a construção de nossas fontes.

agentes históricos, que de maneira alguma tiveram uma contribuição intelectual menos importante que a nossa.

## 2.1 – História e identidade do “guarapuavano”

Conforme vimos nas discussões anteriormente encetadas, a escrita da história local no município de Guarapuava tem seus lugares definidos e suas características distintas. Há de se ter em mente que as diferenças entre essas produções não são nenhum privilégio deste local, se pensarmos, por exemplo, no que aponta Correa (2002) ao tratar do assunto no âmbito da historiografia local do sul do Brasil. A história acadêmica, por razões que não cabe elencarmos aqui, em diversas situações não tem o mesmo alcance do que o trabalho produzido por grupos de escritores memorialistas e/ou diletantes. A escrita da história acadêmica, cercada pelos “rigores” da teoria-metodologia, talvez a faça menos palatável para o grande público que não conhece tanto da área. Por seu turno, as características da produção da história de cunho memorialístico conseguem ter o alcance que nem sempre a primeira atinge.

A história de nomes, fatos, curiosidades, às vezes romanceada<sup>45</sup>, que se vincula ou então é abraçada pelos anseios políticos locais, quase sempre ganha espaço na mídia se fazendo entender de maneira mais fácil, e se investindo (ou melhor dizendo, sendo investida) do caráter de narrativa oficial. Neste âmbito, memória e história se confundem e dão lugar no presente a sentidos que parecem muito mais antigos do que são na verdade. Justifica-se, no entanto, a tentativa de compreender tais processos à luz das discussões historiográficas, e da ideia de que a história é fruto do seu próprio tempo e possibilidades. Entendemos então que

Consciente da dimensão política e da abrangência de seu trabalho, o historiador tenta compreender o homem através de vestígios. Nunca houve objetividade, nem atores, nem historiadores, mas apenas pontos de vista de outros pontos de vista. Tampouco verdade proveniente de arquivos ou testemunhos. O passado não existe mais, e o historiador é apenas um indivíduo inserido em sua própria história (CADIOU *et al.* 2007, p. 11)

---

<sup>45</sup> Em entrevista que nos foi concedida por Marcondes, uma das últimas frases ditas pela autora é a seguinte: “É, a vida da gente é um romance, ainda mais 88 anos atrás” (2012, p. 49). A constatação da autora foi reafirmada por Abreu na mesma conversa, quando ela diz que “Ela é desse tipo, romântica e tal, eu já sou diferente [...]” (2012, p. 47).

A construção histórica é sempre algo que acontece a partir/no presente, sendo resultado dos mais diversos anseios. Em nosso caso, a tentativa de entender de que forma se defende determinado “perfil identitário” que foi fruto de uma conjuntura específica é um desejo que se liga às preocupações que se observam nas pesquisas acadêmicas a respeito da história de Guarapuava e do Paraná. No entanto, não é mais legítimo este desejo do que aquele que viu emergir da historiografia local a construção e consolidação da história que ora se analisa.

Investigar em tal campo os pertencimentos defendidos e a forma como isso se apresenta significa perceber os processos da escrita da história local, bem como os embates e lutas de classificação (tomando nesse sentido o próprio campo de produção da história) dos grupos sociais. Podemos entender a narrativa histórica produzida neste contexto enquanto suporte da defesa e reiteração de identidades, sendo que o contrário pode ser considerado verdadeiro. Os elementos aos quais a produção dessa história recorre apontam nesse sentido, conforme tratamos anteriormente; os filtros da memória operam na construção de tal montagem.

Os fatos, os personagens, as intencionalidades, e a própria perpetuação desse quadro no discurso histórico local indicam o nível em que se operam as distinções sociais. Sendo balizadas por instâncias que remetem ao simbólico, ao imaginado, ao representado, a história que ganha corpo traz consigo aquilo que é de desejo dos que se vêem nela representados. A narrativa histórica, que ganha materialidade nas páginas dos livros, nas cenas teatralizadas, nas imagens de bronze e nos nomes das ruas e praças é envolta por aquilo que se opera no campo da imaterialidade, do simbólico. Entendemos desta forma que

Talvez por isso o conceito de imaginário seja virtualmente mais apropriado quando se trata de perceber a riqueza da diversidade social. Ao não dividir a sociedade meramente em classe dominante *versus* classe dominada, mas destacando a existência de grupos diferenciados e de imaginários diferentes no seio de uma mesma sociedade, o conceito de imaginário parece ampliar a possibilidade de análise em relação ao conceito de ideologia. Ao mesmo tempo, recoloca a própria questão da dominação, ao perceber as classes subalternas como elementos ativos na construção de imaginários e na possibilidade de resistência cultural e objetiva diante das ideias vindas da classe dominante (ESPIG, 1998, p. 165).

No entanto, não se pode deduzir se existe ressonância destas concepções de classificação social dentro de uma parcela maior da população. Talvez, o pertencimento, que acontece a partir do jogo das classificações – e por isso mesmo

estabelece quem está dentro e quem está fora mediante a presença do outro – tenha um sentido diferente para o grupo bem maior de pessoas aos quais se quer atingir. Podemos supor que o sentido de “ser guarapuavano” para Abreu, Marcondes, Dalla Vecchia, Pereira, pessoas intelectualizadas e que atuam na construção dessa identidade, seja diferente se comparado à concepção de um trabalhador volante – o chamado “bóia-fria” – ou então de um agricultor pobre e analfabeto, trabalhador dos faxinais e rocios da região. A história que mais tem alcance social, mesmo que as vezes não seja de interesse dessa população consumi-la, é aquela que se produz pelo grupo de “guardiões da memória”.

Mais uma vez fazemos referência à pesquisa de Freitag (2007) para nos ajudar a exemplificar, de maneira geral, a natureza dessas produções. Ao se debruçar sobre os estudos da história local para entender o processo de colonização e construção historiográfica do extremo oeste paranaense, a autora observa que tal história se justifica pelo forte apelo à memória e a construção identitária para conferir legitimidade às bases de tais narrativas. Desta forma entendemos em que sentido operam as lutas de representação, pois conforme afirma a autora

Tem-se nesses estudos sobre as cidades o discurso que se sustenta por uma memória histórica proposta a sintetizar experiências individuais, estabelecendo elementos unificadores que aglutinam a diversidade das experiências pessoais, propondo a aceitação de elementos comuns a todos, ainda que não correspondam à realidade dos sujeitos. Enquanto as memórias individuais, tais narrativas historiográficas são detentoras de experiências sociais. Por sua vez, o discurso concebido através das páginas de cada texto, retêm poder de organizar socialmente essas experiências, estabelecendo verdades e forjando identidades sociais, lugares, papéis e hierarquias [...] (FREITAG, 2007, p. 155).

Essas “histórias” acabam sendo o *locus* da defesa empreendida em favor das definições de identidades. Conforme afirma Candau, “em alguns casos, a manipulação da memória e os inumeráveis esquecimentos da História [...] objetivam autenticar, essencializar e naturalizar as identidades [...]” (2011, p. 167). Atuando em favor – ou sendo “cooptada” – por interesses políticos, a história tradicional coloca todos sobre o mesmo guarda-chuva, ao mesmo tempo em que estabelece os lugares sociais e legitima lugares de poder. Portanto, temos nessa história definições de pertencimento social que buscam ser gerais e atingir a todos sendo que, no entanto, isso ganha significados diferentes para uns e para outros.

A exteriorização do projeto de identidade ganha corpo pelos meandros da representação, no momento em que “presentifica”, da corpo àquilo que até então era “ausente”. Não existe então oposição nem divisão entre o real e o representado, mas sim a operação que atua nos dois sentidos na organização do mundo social. Concordamos com Chartier quando afirma que

De fato, essa noção permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como o indivíduo e os grupos se percebem e percebem os demais. As representações coletivas, da maneira como são definidas pela sociologia de Durkheim e Mauss, incorporam nos indivíduos, sob a forma de esquemas de classificação e juízo, as próprias divisões do mundo social. São elas que transmitem as diferentes modalidades de exibição da identidade social ou da potência política tal como fazem crer os signos, as condutas e os ritos (2010, p. 49-0).

No caso da história de Guarapuava, existe um momento específico em que o retorno ao passado e, por conseguinte, a escolha seletiva de memórias, tem um impulso peculiar. Desde a década de 1990 se observa um movimento em direção à revalorização do passado, na tentativa de reconstituição e de retomada de uma memória que se julgava perdida no tempo.

O processo de modernização pelo qual passou a cidade (especialmente desde a década de 1950) talvez seja o motivo que veria décadas após o desejo de retorno do passado que se esvaiu. Conforme a atividade tropeira deixou de ser exercida, e com os reflexos econômicos que isso causou para a região, a elite local formada pela “tradicional família campeira” se vê em dificuldades e em meio a um período de decadência, sem os recursos necessários para manter o estilo de vida com o qual haviam se acostumado durante o fausto período vivido até então<sup>46</sup>. A partir do momento que a exploração da madeira leva para a cidade um novo grupo social, e com isso novas perspectivas de crescimento econômico, os anseios por uma cidade moderna farão com que os vestígios materiais da cidade colonial, considerada um atraso ao progresso, sejam eliminados. É nesse sentido que seguem as análises de Tembil, sendo que a autora afirma que

O crescimento da atividade madeireira, aliada, na sequência, à intensificação do fluxo migratório resultante da vinda dos suábios na década de 1950, e do alargamento das fronteiras agrícolas que atraiu contingente populacional do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e de outras

---

<sup>46</sup> Com relação a este aspecto, Tembil afirma que “assim como a prosperidade advinda do tropeirismo refletiu-se na cidade, também a crise da ‘tradicional sociedade campeira’ iria impor seu ritmo ao quadro urbano. Os eventos oficiais ficariam mais esporádicos, chegando alguns ao desaparecimento. Novamente Guarapuava se ressentia da estagnação e voltava à baila o desejo de integração com outras cidades, através das vias de transporte (2007, p. 89).

idades do Paraná, nas décadas de 1960 e 1970, modificou substancialmente a vida da cidade guarapuavana, uma vez que implicou transformações nas bases produtivas e na posse da terra que, até então, fundava-se na relação “latifundiário-proletário rural” (2007, p. 93).

Essas mudanças, mais do que modificações no contexto econômico local, provocariam também alterações no quadro social da cidade. Guarapuava passa por várias transformações em seu tecido urbano que, logicamente, terão reflexos na estrutura social. Num primeiro momento, no afã de se integrar ao rol das “cidades modernas”, os vestígios da cidade de modelo colonial, como os casarões e prédios públicos provenientes daquela época, foram substituídos por uma nova configuração urbana, condizente com a premissa do desenvolvimento e modernidade<sup>47</sup>. Tembil afirma que

[...] verificamos em Guarapuava que a sociedade que valorizava seu *status* de “tradicional” [...] procurou, nas décadas de 1960 e 1970, superar a cidade que traduziria sua origem. Essa mesma sociedade, em especial na década de 1990 em diante, procura por vestígios da cidade que em outro momento buscou superar. Isso nos coloca diante das temporalidades que orquestram o tempo da cidade e dos imaginários urbanos construídos em diversos momentos de sua história (2007, p. 163).

Desta forma, num segundo momento, após todas as transformações que deram a cidade o ar de “moderna”, existe o desejo de retorno ao passado, a busca pela cidade que continha os traços do passado que antes foram rejeitados. Isso se mostra no discurso de preservação patrimonial promovido pelo poder público, bem como por alguns segmentos sociais locais, também no discurso da imprensa, que passa a se voltar ao passado de maneira saudosa, na tentativa de buscar “revive-lo” a partir da preservação dos poucos vestígios que sobraram, evidenciando assim uma maior preocupação com a “memória e a história da cidade” (TEMBIL, 2007. p. 207). Consideramos importante destacar tal discussão por motivos que cercam nosso objeto de estudo. Em primeiro lugar, a temporalidade das fontes eleitas para a pesquisa se enquadra justamente no período em que Tembil defende existir esse movimento de (re)valorização do passado. Ora, conforme tentamos expor até aqui, esse movimento se dá ancorado na seletividade da memória o que, se expressa nos jogos de representação e na defesa de identidades, centrando-se em um grupo social específico, e tendo como terreno fértil a produção historiográfica local. Assim,

---

<sup>47</sup> Nesse sentido, a partir das décadas de 1940-50, a exploração da madeira propicia uma melhor configuração econômica local, bem como a integração da cidade com outros centros a partir do transporte do produto, mas também num aumento populacional e na reconfiguração do tecido urbano (Tembil, 2007, p. 206).

a partir da década de 1990, pelas especificidades apontadas pelo estudo de Tembíl, temos um contexto profícuo para a defesa de uma definição de identidade para o guarapuavano. Em segundo lugar, esses parâmetros nos quais se baseia tal identidade se relaciona com seu contexto, bem como com o “imaginário” sobre a cidade e seu quadro de relações sociais.

Nesta esteira, podemos encarar as fontes analisadas enquanto produções que ocupam um lugar na criação de sentidos para o local, o que se justifica na tentativa de construir e classificar intelectualmente determinado espaço, e isso atravessa, e é atravessado pelos jogos de classificação e identificação. Essa perspectiva se observa no trabalho de Lacheski (2009), quando a autora define as produções sobre a história de Guarapuava, tal qual o mesmo gênero aqui estudado, enquanto construção de memória histórica e de identidade para o espaço, aonde os autores são entendidos como “interpretes regionais”. Discutindo com essa interpretações, podemos considerar que a defesa de determinada identidade para esse sujeito, “o guarapuavano”, passa ainda pela esteira da sistematização da história da região, sendo que as interpretações sobre o espaço se constituem a partir da prática da historiografia local.

A pesquisa de Lacheski, conforme apresentamos com as discussões de Tembíl, observa que o período tem a especificidade de buscar no discurso de valorização do passado os elementos necessários para justificar a construção da narrativa histórica sobre o local. Segundo a autora, essa ideia de história se vincula fortemente com o discurso de conquista territorial, legitimando a colonização, sendo possível conceber o esforço intelectual enquanto a criação de uma identidade que é, também, regional.

Os elementos que operam na construção desta história local se inserem no esforço do jogo das temporalidades, idas e vindas do passado, no sentido de construir uma história que legitime o espaço e seus agentes, pois “[...] uma região é o resultado de uma série de representações, dentre elas, a representação historiográfica. Representação que por sua vez, também possui uma historicidade própria (LACHESKI, 2009, p. 07). Embora não seja o mote central de nossa discussão, a ideia da autora pode ser levada a efeito se ponderarmos que o contexto e as características dessa produção historiográfica operam no sentido do subjetivo,

do simbólico, do imaginário, legitimando e justificando uma “história” para o “espaço/região”. Observamos que

[...] à medida que se trabalha com construções de representações sobre um determinado espaço geográfico, se nega a possibilidade de caracterizá-lo somente a partir de critérios objetivos ou naturais que o definam como região. Isso porque qualquer ordem do discurso que procure explicar, buscar identidades e especificidades de um dado território nomeado de região, incidirá naquilo que Pierre Bourdieu chamou de “poder simbólico” ou de “campo de lutas simbólicas”. Nesse sentido, a definição da identidade regional em Guarapuava se deu a partir de objetos de representações mentais (atos de percepção e apreciação, conhecimento e reconhecimentos) e representações objetais (mitos, emblemas, bandeiras), ou estratégias interessadas na manipulação simbólica (LACHESKI, 2009, p. 08).

A definição da identidade do guarapuavano passa por essa discussão. fruto e também palco dos jogos de representação, os sentidos que estas produções adquirem diante às tensões sociais podem ser entendidos como objeto utilizados pelo estabelecimento dos grupos que os forjam. Candau ao tratar da memória e da identidade observa que as relações que a primeira estabelece com a escrita tem a ver com a dinâmica de partilha e dos sentidos que ela adquire ao ser “socializada” desta forma. Escrever é também uma forma de se impedir que se “esqueça”, passando tal exercício pelo crivo daquilo que se deseja lembrar e de uma maneira de se operar nestas escolhas. O autor afirma que

auxiliar de uma memória forte, a escrita pode, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e reforçar a metamemória. Assim, o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos (CANDAU, 2012, p. 109).

Entendidas as especificidades das discussões feitas por este autor, da mesma forma podemos refletir com o que ele apresenta pensando que, ao mesmo tempo em que a narrativa histórica lega e legitima a coerência da criação de uma identidade para o espaço em si, também nesta via se constituem os jogos da criação da identidade para o indivíduo, pois conforme Candau, “transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo” (2012, p. 118).

Podemos fazer referência a mais uma questão antes de prosseguirmos com a análise das fontes. A partir de nossas pesquisas e leituras, também do diálogo com os trabalhos a respeito da história de Guarapuava que tem sido defendidos recentemente, observamos que as discussões mostram preocupações com a

identidade do guarapuavano, dentro dos jogos de representação dos grupos sociais locais, podem ser localizadas em diferentes temporalidades, também com aspectos peculiares dependendo de cada contexto e intenções. Exemplo disso temos no estudo de Maria (2011). O autor, ao analisar as colunas sociais do jornal *Folha do Oeste*, no período entre as décadas de 1959 a 1964, observa as mudanças ocorridas em Guarapuava na metade do século XX, das quais já fizemos referência anteriormente.

Os novos contingentes populacionais chegados na cidade a partir da década de 1950 passam a disputar espaço com a “elite campeira” estabelecida, o que impulsiona uma disputa no jogo das identidades e representações que compõe a estrutura das relações sociais. A postura do “nós” diante do “outro” pode ser verificada neste contexto e entendida como disputa pela identidade do guarapuavano, pois conforme afirma Maria,

[...] essas disputas que se evidenciavam no cenário político e nas características urbanas da cidade, aonde os recentes grupos chegados impunham uma nova lógica de ação, fazia-se como espaço de resistência, onde a partir de uma série de estratégias e de códigos os grupos mais tradicionais, sobretudo a aristocracia rural, também denominada Sociedade Campeira, ainda impunha o seu domínio sobre o mercado de bens simbólicos e a quem eles deviam ser atribuídos (2011, p. 119).

Esse período, conforme o estudo, vivenciou um processo específico de lutas de classificação identitária, sendo impulsionada pela defesa do *status quo* de determinada parcela social diante à eminência de outro grupo capaz de representar uma ameaça a tal organização. Desta forma, se localiza nesse período uma luta pela identidade, que foi observada de maneira mais específica por Maria a partir das representações identificadas na análise das fontes periódicas.

Também com o resultado de outra pesquisa em um periódico local podemos estabelecer relação entre as análises levantadas e a questão da identidade do guarapuavano. Em pesquisa realizada em uma edição especial do jornal “O Pharol”, que circulou na cidade de Guarapuava em algumas décadas do século XX, pudemos identificar que a força do apelo aos elementos do passado, principalmente com relação aos ilustres guarapuavanos advindos da “tradicional família campeira”, acabavam por delinear um modelo de identidade que se defendia para o guarapuavano. Este jornal publicou uma Edição Especial em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil que cobriu todos os festejos ocorridos na

cidade nesta ocasião. Ao invés de tratar de aspectos referentes ao centenário no âmbito nacional, como no início se propôs a fazer, o jornal usa um discurso apologético aos “grandes homens guarapuavanos<sup>48</sup>” e aqueles que seriam os “legítimos filhos desta terra<sup>49</sup>”. Partindo desses elementos, foi possível identificar a construção da identidade guarapuavana no contexto de produção daquela fonte e como esta construção foi reiterada pelo ato da comemoração cívica.

A partir do conteúdo do jornal, conseguimos observar como se deu o jogo entre presente e passado e, como os elementos deste último são utilizados no sentido de legitimar a identidade de um grupo social, apresentando-se a memória enquanto elemento chave neste processo. O discurso jornalístico foi marcado por sua construção, visto que fala do mesmo grupo social que o produz, mostrando às pessoas que não faziam parte deste grupo o que era “ser guarapuavano”. Assim, não é apenas o fato de comemorar a passagem do centenário da Independência do Brasil, não se trata somente da publicação de uma edição especial do jornal em questão, mas sim, é a leitura da realidade social feita dentro deste próprio grupo que é evidenciada, é a defesa de um projeto de sociedade baseado na tradição, na memória, na identificação que se defendia e se construía, é o desejo de diferenciação inerente à identidade que se põe em prática.

Pensando nestes dois momentos específicos, nos quais as pesquisas nos possibilitam entender as práticas sociais e as representações como anseios por definição de identidades e pertencimentos, observamos que o jogo das identidades está presente nestes contextos, o que é próprio da dinâmica cultural das sociedades, corroborando com as discussões que entabulamos e a forma como entendemos o imaginário social. Assim, mesmo percebendo que se tratam de contextos históricos diferentes, que por seu turno fazem parte de processos específicos e talvez não constituam um *continuum*, é interessante o exercício de tentar compreender tal processo, mesmo que isso não se trate do objetivo central deste trabalho. Outra questão interessante se coloca ao observarmos o quanto desta narrativa e das construções de representações que buscam uma definição de identidade – pensando no caso dos estudos que tratam da primeira metade do

---

<sup>48</sup> Guarapuava: Fundação da cidade. **Jornal O Pharol**, Edição comemorativa do Centenário do Brasil, ano IV, setembro de 1922, nº. 129.

<sup>49</sup> Idem.

século XX – ainda ressoa na construção do conteúdo dos livros e da produção da história local.

Talvez tal imbróglio se esclareça para nós com a compreensão do estabelecimento dos imaginários sociais. Segundo Baczko, os mesmos ancoram e ramificam a partir de si tantos outros pontos de referência no mundo do simbólico, passando por este aspecto determinada “organização” de posições e papéis sociais. Entendido desta forma, o imaginário social elaborado por determinado grupo se apresenta ainda como uma possível resposta aos conflitos e anseios coletivos. Nesta esteira o autor afirma que

[...] através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e expõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’ [...]. Porém, designar a identidade coletiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu ‘território’ e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os ‘outros’; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc. O imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais (BACZKO, 1985, p. 309).

Entendendo dessa maneira esses processos, vemos que assim se podem explicar os anseios de afirmação da identidade local, que embora não seja de todos, é colocada como hegemônica, mas atua principalmente no estabelecimento de posições e *status* social. Cada contexto que levantamos acima teve seus processos peculiares, no entanto, a preocupação em se constituir e reiterar uma identidade existiu. Ao pensarmos no contexto que emerge a partir da década de 1990 em diante, pudemos perceber que diversos fatores ocorridos pelo menos ao longo de quatro décadas desencadearam a preocupação de “reviver” o passado do qual nos falam Tembil e Lacheski. Logicamente que isso traz à baila as preocupações com a identidade, vista principalmente nos jogos de representação dos grupos sociais, um dos principais aspectos que conseguimos evidenciar.

Woodward empreende tal discussão destacando que no contexto das rápidas transformações que ocorrem no mundo contemporâneo, as lutas pela afirmação e manutenção das identidades ganha relevo e,

Mesmo que o passado que as identidades atuais reconstruem seja, sempre, apenas imaginado, ele proporciona algumas certezas em um clima que é de mudança, fluidez e crescente incerteza. As identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem (2011, p. 25).

Podemos pensar o cenário apontado pela autora acima em nosso caso; as transformações no contexto histórico destacadas por Tembil impulsionam o movimento das necessidades do presente em direção ao passado, vindo neste contexto a produção da história local aqui tratada, e nesta última, o lugar propício para os debates de identidade. Nesta esteira, as discussões que Woodward entabula com o conceito de “identidade cultural” de Hall (1990) demonstram que a reivindicação por identidade reconstrói e transforma constantemente o passado, pois,

Ao ver a identidade como questão de ‘tornar-se’, aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum (WOODWARD, 2011, p. 29).

Tendo ao horizonte os parâmetros estabelecidos pelas reflexões acima, cabe o exercício de identificar a partir de quais categorias a identidade do guarapuavano aparece sendo construída e reiterada nos livros. Antes de passar à análise do material há uma última questão a ser posta que está imbricada com o que colocamos até aqui: tanto os materiais quanto suas autoras são produtos sociais de seus contextos, ligadas à determinada “realidade” que propiciou suas ideias, assim como assevera Certeau (1995) ao tratar da *operação historiográfica*. O autor entende que a narrativa historiográfica é produto de uma prática social na qual o historiador não é imune nem ao seu tempo nem às relações que estabelece com ele e todas as suas variáveis.

Com base nas reflexões de Agra do Ó, ao discutir a perspectiva de Certeau, entendemos que “O lugar, constituído historicamente, é uma possibilidade e um limite. Ele funciona como uma maquinaria que permite ou impossibilita que narrativas sejam pensadas, tecidas, dadas a ler (2004, p. 52). Sendo assim, já não constitui mais novidade pensar a produção historiográfica como um produto de seu lugar social, de suas articulações e tensões, tanto com o produtor de tal narrativa quanto como produto final. Mesmo assim, vale salientar que é importante considerar tal perspectiva ao tomarmos os livros enquanto produções historiográficas, e que suas autoras, tanto quanto nós, se enquadram na discussão de Certeau sobre o “lugar social” de produção da história. Nesta instância, tentando compreender os livros enquanto fruto de seu tempo e possibilidades, é caro levar em consideração tais variáveis;

A construção da narrativa historiográfica, o que se faz em um certo lugar, ou em referência a ele, é uma prática. Com isso se quer dizer que há no seu fazer-se componentes técnicos, operacionais. E, mais, como aponta Certeau, o lugar que a história reconhece, em si mesma, às técnicas e à interpretação define sua maior ou menor proximidade em relação à ciência ou à literatura. A história, enfim, é construída a cada instante, pela sociedade, a partir de condições de possibilidade — entre as quais se destaca o aparato técnico que se encontra à disposição do historiador. O gesto do historiador, que é o de ver como cultural cada fragmento do real que lhe cai sob os olhos, é mediado por operações, por procedimentos técnicos (Agra do Ó, 2004, p. 53).

A crítica procedida leva em conta que não podemos esperar dos trabalhos aquilo que eles não podem nos dar, ou então o que gostaríamos que eles mostrassem. Os livros trazem em si os referenciais teórico-metodológicos que foram escolhidos ou então possíveis em seu contexto; em determinados casos se aproximam mais da literatura e do romance do que dos trabalhos de pesquisa histórica<sup>50</sup>, e são em tudo cheios de especificidades e singularidades tanto quanto suas autoras. Tais características exigem cautela, no entanto, tornam ainda mais saborosa a busca pelas respostas a que pretendemos.

## **2.2 – De onde vem a identidade? O “perfil do homem guarapuavano”<sup>51</sup>**

Pensar o processo de construção da identidade como nos propomos não se trata de algo que aconteceu de maneira tranquila. Em primeiro lugar pelo fato de nossa preocupação com a utilização do conceito; conforme apresentamos na discussão teórica da introdução. O conceito de identidade vem sendo posto à prova a partir do trabalho de alguns autores, sendo que atraíram nossa atenção na tentativa de refinar as concepções sobre o assunto. E em segundo lugar pela questão de que o trabalho de interpretação do conteúdo das fontes é sempre um exercício que exige cautela.

Outro elemento que atravessa as discussões que empreendemos se trata da subjetividade. Ora, discutir os processos de identificação e de construção de

<sup>50</sup> Nesse sentido podemos pensar nas especificidades em se levar em conta as diferenças entre analisar a dissertação de Abreu sobre a posse e o uso da terra e o livro ilustrado de Pereira, conforme detalhamos na introdução do trabalho, ou ainda das diferenças encontradas na forma de apresentação dos livros de Marcondes em comparação com seu último trabalho.

<sup>51</sup> Tal expressão faz referência a um opúsculo de mesmo título escrito em 2006 pelo senhor Murilo Walter Teixeira, formado em odontologia e historiador memorialista da cidade, vinculado à Academia de Letras, Artes e Ciências e ao Instituto Histórico de Guarapuava e do Paraná. Autor de vários livros sobre a história da cidade.

representações que passam pela constituição de um “imaginário” social trata-se de admitir que temos em mente a existência um mundo “sensível”, um mundo paralelo no qual impera o simbólico. Conforme afirma Pesavento, o historiador da cultura trabalha com o conhecimento do sensível, “[...] que opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo” (2005).

Além disso, discutir a identidade implica em um caminho de mão dupla, o qual só tem sentido se forem considerados os dois lados. A identidade é fabricada a partir da demarcação do território das diferenças, mas não se trata de uma relação de oposição entre as duas instâncias, e sim de dependência. A partir desse jogo entram em cena as formas de distinção e classificação do mundo social, pois “a diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, freqüentemente na forma de oposições [...]” (WOODWARD, 2011, p. 42). É nesse sentido que Pohl também argumenta sobre a importância de levar em conta essa relação, pois não se trabalha com a construção de identidade sem atentar para aquilo que é seu produto e sua razão: a diferenciação. A noção de diferença também se trata de um conceito construído no jogo social, e sobre isso o autor atenta que

Il est néanmoins nécessaire de distinguer, d'une part, un continuum de particularités plus ou moins à l'origine de différences entre les individus et les groupes humains et, d'autre part, le jugement social par lequel quelqu'un 'fait la différence', à savoir trace les lignes claires et nettes d'un paysage d'identités et de distances. La notion de différence a, tout comme l'identité, une origine historique. Dans les débats philosophiques et anthropologiques actuels, elle est souvent comprise comme un état fondamental où le fait d'être différent et la mise à distance excluent *de facto* ce qui est identique à soi (POHL, 2005, p. 194)<sup>52</sup>.

Portanto, pensar dessa forma significa de levar em conta que o processo de construção da identidade se dá em função de variáveis: classificação, diferença, legitimidade de lugares de poder, estabelecimento de espaços e representações sociais e demais aspectos que perpassam a esfera do simbólico. Sendo assim, é ainda uma questão de alteridade, relação esta que segundo Pohl deve ser encarada

---

<sup>52</sup> “No entanto, é necessário distinguir, por um lado, o conjunto de particularidades da origem da diferença entre os indivíduos e os grupos humanos e, por outro lado, o julgamento social para o qual se faz a diferença, ou seja, saber das linhas claras e nítidas de uma paisagem de identidades e diferença. A noção de diferença, assim como a identidade, tem uma origem histórica. Nos debates filosóficos e antropológicos atuais, ela é frequentemente discutida, e muitas vezes entendida como um estado fundamental entre a diferença e o distanciamento entre aquilo que é idêntico a si mesmo” (tradução nossa).

tendo em conta que “bien souvent, alors que l’identité était perçue et formulée sur un mode très spécifique, l’altérité était considérée de manière beaucoup plus globale (2005, p. 195)<sup>53</sup>. Não é novidade afirmarmos que o processo é complexo, no entanto, caminhos podem ser desenhados a partir do que se encontra nas fontes e da forma com que se conjugam os referenciais teóricos.

As várias ramificações que compõe a trama da estruturação do mundo social se tratam de categorias produzidas por práticas que as articulam. O “mundo como representação”, assim como nos fala Chartier (2010), é produto de práticas complexas e multifacetadas, que nos fazem discutir sobre o real e o imaginado, sobre as práticas de distinção e classificação do mundo social, processos que não são tomados pela representação enquanto simplesmente o espelho do real, mas que seguem além dessa concepção. Conforme salienta o autor,

Entendida dessa maneira, a noção de representação não nos afasta nem do real nem do social. Ajuda os historiadores a se desfazerem da "ideia muito magra do real", como escrevia Foucault, que durante longo tempo foi a sua, insistindo na força das representações, sejam elas interiorizadas ou objetivadas (p. 51).

É nesta esteira de discussão que se justifica considerarmos válida a premissa do cuidado com a utilização do aparato teórico, pois ter em mente os princípios postos pela história cultural, e a interpretação de mundo decorrente desta, significa “não manipular” o imaginário ou o simbólico ao sabor daquilo que se quer interpretar, mas tomá-los como categorias que podem conduzir o pesquisador na busca por repostas às suas “situações problema”. Em nosso caso, esta reposta pode vir no auxílio da compreensão dos parâmetros definidos para a dita “identidade guarapuavana”.

Julgamos pertinente neste ponto a referência ao trabalho de Olinto (2007), que nos ajuda a entender a produção da identidade a partir da diferenciação, no caminho de mão dupla entre o “eu” e o “outro”. Em sua pesquisa, ao abordar os leprosos em Guarapuava no início do século XX, um dos aspectos apontados pela autora é a maneira com que as qualificações/desqualificações operam para a construção do ser social e seu lugar no mundo. Estabelecendo a analogia entre a consolidação de identidades e a edificação de “pontes e muralhas”, entre “nós” e os

---

<sup>53</sup> “frequentemente, enquanto a identidade é percebida e formulada de um modo mais específico, a alteridade é considerada de maneira bem mais abrangente (tradução nossa).

“outros” e para nós mesmos, Olinto percebe que, de maneira mais ampla, a identidade defendida para o guarapuavano pode ser entendida da seguinte maneira:

Os índios serão lembrados principalmente de maneira mítica pelos discursos fundadores – como na construção da figura do Guairacá, que representaria o nascimento de um sentimento nacional na sua luta contra os espanhóis. Quanto aos europeus, serão o principal alvo de uma complexa e às vezes sutil, construção de identidades diversificadas entre alemães, italianos, franceses, ucranianos, austríacos, poloneses e suábios. Esses grupos aparecem identificados através de termos como: trabalho, cultura, civilização e religiosidade. A participação dos africanos será definida em uma frase: “os escravos foram trazidos pelos portugueses e contribuíram com suas danças, seu misticismo e hábitos alimentares. O resto é silêncio pois, ao se construir uma memória, é necessário esquecer-se muitas outras (OLINTO, 2007, p. 248).

Alguns dos aspectos apontados neste trecho já foram referenciados no texto – como a construção da imagem do indígena e do colonizador, que doravante serão aprofundadas – outros prenunciam elementos dos quais começaremos a tratar; acreditamos, contudo, na possibilidade do surgimento de novas perspectivas, por meio dos diálogos estabelecidos e da abordagem dada ao tema. Pensando nesta escala, quanto à produção social dos “iguais” e dos “diferentes”, nos chama atenção quando a autora assevera que “a identificação não perde o seu foco relacional, ao perguntar pela qualificação de uma figuração de grupo, inquire também sobre uma figuração desqualificada de outro” (OLINTO, 2007, p. 248).

Neste ponto é difícil para nós separarmos as impressões do pesquisador daquelas experiências vividas no âmbito do indivíduo por tanto tempo inserido em tal contexto. Talvez possamos separar em dois momentos distintos nossa vivência com o processo de construção da referida identidade, balizados pelo antes e depois do conhecimento proveniente dos estudos de história. Acreditamos que isso não significa uma falta de percepção crítica de tal contexto antes de o observarmos sob o prisma da historiografia, no entanto, nos colocamos a pensar sobre o primeiro contato que tivemos com alguns dos livros paradigmáticos sobre a história de Guarapuava ainda enquanto estudantes do ensino fundamental desta cidade. Talvez hoje, com um olhar peculiar, observemos o quão diferente de nós é aquele “guarapuavano” que nos foi apresentado há alguns anos. Esse mesmo estranhamento voltou a nos incomodar quando, em sala de aula, já não ocupávamos mais a posição de aluno, mas sim de professor.

Hobsbawm (1998), em um de seus ensaios que compõe o livro “Sobre história” comenta, dentre outros assuntos, a respeito dos sentimentos que atravessam o historiador ao se levar em conta a responsabilidade que recai sobre seus ombros no momento em que este, ao fazer história, também cria um produto social, que tem “funções sociais e políticas”. O que nos parece é que nunca estamos isentos destas dimensões, e talvez por isso a objetividade seja limitada; ora, a própria escolha do tema com o qual se quer trabalhar, tanto quanto na “construção de identidades”, pressupõe gosto, “paixão”, conforme sublinha Hobsbawm, “os historiadores não ficam nem podem ficar do lado de fora de seu objeto como observadores objetivos e analistas *sub specie aeternitatis*. Todos nós estamos mergulhados nas suposições de nosso tempo e lugar [...]” (1998, p. 291).

Ao analisar em um estudo de caso uma conferência internacional sobre memórias dos massacres alemães em algumas aldeias no norte da Itália na Segunda Guerra Mundial, o autor ressalta o papel e as ligações dos historiadores do tema frente aos sobreviventes e historiadores locais. Ao mesmo tempo em que emergia a importância social de tratar desse episódio, não parecia ser de interesse dos principais envolvidos naquele contexto em reavivar suas memórias, o que fez com que pairasse um clima de tensão no ar. Além de retratar as relações entre a busca do universal e da identidade, e o ofício do historiador, talvez o elemento que abordamos acima também justifique o título do ensaio: “Não basta a história de identidade”.

O historiador não é um “caçador” ou “desconstrutor de mitos”. Nosso trabalho nos instiga à discussões, discordâncias, que permitem avanços – ou não – em relação ao que já está posto. A produção historiográfica “tradicional local” da cidade de Guarapuava nos permite vislumbrar um modelo identitário que, por razões de opção teórica e também das que discutimos nos parágrafos acima, não consideramos ser possível existir como tal, colocada hegemonicamente, mas sim tratar-se da visão e dos interesses de determinado grupo social. Conforme já afirmamos, não podemos categorizar os livros como trabalhos memorialísticos, embora possuam esta característica, no entanto, encarando tais obras enquanto “lugares de memória<sup>54</sup>”, concordamos novamente com a posição de Freitag ao

---

<sup>54</sup> Nesse sentido consideramos a conceituação feita por Nora (1993). O autor observa que a memória e a história são processos distintos, e assevera que os lugares de memória são construídos porque

analisar livros sobre a história local do extremo-oeste paranaense. A autora afirma que

[...] as obras aqui destacadas, funcionam como guardiãs da memória local, a despeito do palco de disputa, que envolve a sociedade em todas as suas dimensões. Essa disputa por identidades implica na eleição de valores a serem seguidos ou negados, mas, sobretudo, em projetos que triunfarão ou que serão derrotados (FREITAG, 2007, p. 155).

Talvez em nosso caso, enquanto projeto à que se propôs, tal construção histórica tenha conseguido triunfar ao se estabelecer na legitimação da história local, ganhar espaço junto às intenções de grupos políticos e ser a história lida ou levada ao conhecimento de uma maior parte da população local, por um lado pelo espaço da mídia – jornais, estações de rádio, TV – por outro nos bancos escolares.

Bittencourt (2007) aborda algumas questões que nos fazem pensar um dos elementos da construção dos livros e seu contexto. A autora faz referência aos movimentos que aconteceram entre as décadas de 1980 e 1990 de reformulações curriculares e a introdução de outras propostas para o ensino de história, fruto principalmente do contexto político de redemocratização. Assim, “a indagação que percorria os debates entre educadores e historiadores relacionava-se a qual história deveria ser ensinada (p. 46).

Decorrente disso, o modelo de “formação do cidadão crítico e consciente” passa a ganhar as cores da problemática da identidade social tentando fugir do ideário nacionalista do regime militar. Ganha força então discussões sobre o ensino da história regional e local que passam a existir e se concretizar enquanto proposta em tal contexto, no entanto isso “[...] não necessariamente visa à formação de uma identidade regional e repete, em menor escala, a organização de uma história nacional fundada nos feitos de chefes políticos” (BITTENCOURT, 2007, p. 49).

Talvez não seja possível em nosso caso afirmar que os livros estejam ligados a tais preocupações, pois verificamos antes disso uma ligação em nível de interesses locais, e também vinculada às relações pessoais/sociais das autoras. No entanto, não se pode perder de vista que esse foi o contexto de discussões que se

---

os meios da memória não mais existem, pois, “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares (NORA, 1993, p. 08). Assim, bibliotecas, museus, memoriais, arquivos, livros, comemorações, podem ser lugares de memória dependendo da dinâmica e das demandas sociais por isso, pois “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (p. 09). No entanto, para a história ela será sempre alvo de suspeitas.

apresentaram em proporções nacionais. Analisando a intencionalidade das autoras expressa logo nas primeiras páginas dos livros, que podemos tomar como parte de um projeto de “legitimação da história local e construção/reiteração de identidade”, destacamos no mínimo dois aspectos relevantes que se ligam com as discussões apresentadas por Bittencourt.

Em primeiro lugar, a imagem criada de “cidadão guarapuavano” é perpassada pela ideia da importância de uma consciência antes de tudo “nacional”, do “cidadão brasileiro”, ordeiro e capaz de conduzir o país ao progresso. Tal assertiva pode ser confirmada analisando um trecho do prefácio do livro paradigmático “Guarapuava: história de luta e trabalho”, aonde se lê que

Não se melhora o Brasil se cada um de nós não melhorar e isso não será feito nem com paternalismo, nem com os rigores da lei [...] mas **ensinando à criança e ao jovem** a respeitar as leis, o semelhante, a família, o trabalho de cada um, a natureza, a amar e respeitar o seu país (MARCONDES, 1998, p. 06. Grifos da autora).

Na introdução do livro “Símbolos de Guarapuava”, tal elemento se expressa até mais enfaticamente, abordando a “perfeita harmonia nacional” e o civismo, conforme podemos ver no trecho abaixo:

Entre os elementos integradores, o civismo tem função preponderante e, para que possa ser desenvolvido, seu ensino e prática deverão ser iniciados na infância, nos primeiros anos da escola de 1º grau

[...] este trabalho justifica-se pela ausência de uma pesquisa aprofundada sobre os símbolos de Guarapuava, para ser utilizada nas escolas do Município, a fim de desenvolver, nos estudantes, o espírito de nacionalidade

A escola não deve apenas ensinar, mas sim, atingir seu objetivo de educar, formar a personalidade da criança e do jovem, despertando-lhes amor a sua pátria, para que saibam cumprir seus deveres e exigir que seus direitos de cidadãos sejam respeitados (ABREU; MARCONDES, 1988, p. 08. Grifo das autoras).

A função do ensino de história tal qual concebida pelas autoras se apóia na formação do cidadão que tenha consciência de seu papel e responsabilidade para com o país, como engrenagens de uma máquina, cada um desempenhando o seu papel em seu devido lugar. Esta característica tem ligação com o que foi apontado por Bittencourt, pois o processo de construção desta história local destinada ao público escolar da maneira como interpretamos “[...] não necessariamente visa à formação de uma identidade regional e repete, em menor escala, a organização de uma história nacional fundada nos feitos de chefes políticos” (2007, p. 49). Em segundo lugar, existe expressa a vinculação com a ideia de uma “história regional”,

que leve em consideração os aspectos da constituição daquele espaço. Isso se expressa, por exemplo, no seguinte trecho do prefácio do mesmo livro paradigmático citado na página acima; nas palavras da autora:

O presente trabalho é um livro-texto de primeiro e segundo graus, paradigmático, que poderá ser utilizado por professores, estudantes e qualquer pessoa interessada em conhecer a **História do Paraná**.

Surgiu com o propósito de contribuir para que sejam sanadas as lacunas existentes no conhecimento da História de Guarapuava e da **parte meridional do território brasileiro que lhe pertencera** [...]

Teoricamente, apoiou-se na interpretação da História Regional, no método histórico aliado às técnicas quantitativas

[...] espero que esta obra contribua para a formação cultural das novas gerações e que **cada cidadão guarapuavano, que também é paranaense e brasileiro**, torne-se uma peça da engrenagem, que fará o Brasil decolar para um futuro promissor [...] (MARCONDES, 1998, p. 06. Grifos nossos).

Notamos que a referência à preocupação com a história regional vem expressa quando Marcondes aponta a interpretação teórica em que se baseia, bem como nas ideias que demonstra sobre espaço e territorialidade. Ao mesmo tempo, o que se tem é a escrita de uma história local que, ao pretender trabalhar com a categoria de “região”, cria para o espaço uma historicidade que eleva Guarapuava como centro irradiador de desenvolvimento, uma espécie de cidade mãe<sup>55</sup> de todos os demais municípios que vem a se desmembrar depois. O trabalho de Marcondes promete ajudar a conhecer a história do Paraná e da porção meridional do Brasil, o que um dia foi Guarapuava.

Destarte, este se trata de um dos elementos que, sendo parte da construção de historicidade para o “espaço/local”, torna-se assim um dos traços da identidade não apenas da região, mas do guarapuavano em si. Ao tratar da grandeza da extensão territorial que num primeiro momento constituiu a região que veio a ser Guarapuava, os mecanismos da representação articulam e dão “existência” no presente àquilo que “poderia ter sido<sup>56</sup>”. No livro “Guarapuava, história de Luta e trabalho, vemos tal aspecto, por exemplo, no seguinte trecho:

Por tradição o guarapuavano é pecuarista e foi bandeirante e tropeiro. Assim, quando houve a necessidade de procurar novas pastagens e também urgência em ocupar o Oeste e Sudoeste do Paraná (devido à

<sup>55</sup> Tal ideia se completa com as discussões que empreendemos no primeiro capítulo ao abordar esse elemento enquanto parte da legitimação criada para o local a partir da escrita de sua história. Se confirma quando, por exemplo, citamos as falas de Abreu e Dalla Vechia em depoimento ao documentário dos duzentos anos, e a ênfase dada ao resgate “de tudo o que um dia foi Guarapuava”

<sup>56</sup> Conforme mostrado no primeiro capítulo do trabalho, com frequência se utilizam os mapas da primeira formação do território guarapuavano, tal qual o destacado na figura 06, na página 79.

ameaça dos argentinos), em Guarapuava organizaram-se bandeiras particulares, espontâneas e de médio porte que incorporaram centenas de quilômetros quadrados ao Brasil.

Foram esses bandeirantes que ampliaram a área do Município de Guarapuava para 175.000 km<sup>2</sup> [...] (MARCONDES, 1998, p. 70)

Não por acaso, o texto vem logo abaixo do subtítulo “Ampliando o território nacional”, no capítulo VIII intitulado “O guarapuavano”. Devemos relativizar que, sendo Guarapuava um dos territórios de ocupação e colonização dentre os mais antigos do Paraná, é provável que a região tenha tido essa importância no contexto de (re)conhecimento e efetivação da posse territorial. O que se pode ler nas entrelinhas dessa interpretação histórica é uma certa “frustração” por parte do grupo social que o constrói no sentido de que o potencial de Guarapuava não foi aproveitado, por algum motivo, o que faz com que a cidade ainda aguarde pela oportunidade de desabrochar para o progresso, conforme os argumentos que apresentamos no primeiro capítulo que corroboram com tal visão. Essa ideia ainda pode ser levada a efeito ao repararmos no slogan utilizado para as comemorações do bicentenário do município: “Guarapuava 200 anos: pronta para o futuro”. A esse respeito destacamos a fala de um dos memorialistas da cidade em depoimento para a realização do documentário, reafirmando as esperanças sempre depositadas no futuro e o sentimento de insatisfação:

Os nossos duzentos anos de Guarapuava não são um ponto de chegada, são um ponto de partida. Eu acho que desses duzentos anos que vai ser o ponto de partida de completar, recuperar coisas da história (HOLOCESKI, 2010, Guarapuava 1810...)

A instituição da narrativa histórica como se apresenta parece, em vários momentos, estar pontilhada de “ressentimento” quanto ao desenvolvimento econômico do município, não pelos índices de desenvolvimento humano que se apresentam, nem sempre tão atrativos<sup>57</sup>, mas pelo fato de Guarapuava não ter atingido o potencial frente àquilo que poderia ter sido. Em se tratando do jogo das representações, essa característica se transforma, transportada para o futuro, num traço da identidade do guarapuavano que personifica, tanto no passado quanto no

<sup>57</sup> Segundo informações encontradas no “Caderno estatístico do município de Guarapuava”, divulgado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES – o município de Guarapuava encontra-se em 82º lugar nos índices de desenvolvimento a nível estadual, e em 1.240º lugar a nível nacional. Logicamente, números ganham mais efeito se forem interpretados levando em consideração o contexto do qual são retirados, e as vidas as quais representam. Informação disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85000>. Acesso em 25/05/2012.

presente, o sujeito que mesmo tendo lutado foi por algum motivo tolhido, impedido de alçar Guarapuava ao posto de que tinha direito, ao seu “destino” que se apresentava claramente “manifesto”. Podemos perceber a construção dessa imagem a partir do conteúdo das fontes; os textos que compõe o manual didático de 1986 revelam esses elementos, tal como o que se intitula “A terra do fogo aceso”:

Foi grande a influência do tropeirismo na história de Guarapuava. Ele desempenhou papel importante na sua economia, na sua cultura e no seu desenvolvimento social e político.

Os tropeiros eram portadores de notícias: foram também os divulgadores de novos costumes. Transportavam mercadorias.

Através das atividades tropeiras os comerciantes de gado enriqueceram e Guarapuava tomou novos rumos, porque os seus campos foram aproveitados para invernar e engordar o gado que vinha do sul do Brasil e do Uruguai (PACHECO in: “NOSSA GENTE CONTA NOSSA HISTÓRIA” Orgs. 1986, p. 142)

Ou ainda, quando trata das fases econômicas no texto “Guarapuava e sua economia”, temos o seguinte:

e) Fase da MADEIRA: Após a Segunda Grande Guerra muitas serrarias instalaram-se no Município de Guarapuava, que era então a maior reserva florestal da América do Sul.

Os pinhais foram devastados e o Município assistiu à evasão dessa imensa riqueza, para outras localidades (MARCONDES, 1986, p. 255).

Mesmo tendo sido o bandeirante que soube procurar e explorar novas terras quando houve a necessidade, irradiando a civilização para o território meridional do Brasil ainda desabitado, o pecuarista que soube enriquecer e desenvolver o território por meio das atividades tropeiras, ainda assim o guarapuavano não conseguiu fazer de Guarapuava a cidade desejada. Esse fato deveu-se a outros fatores que não a falta de vontade, coragem ou persistência atribuída aos guarapuavanos do contexto. Mais uma vez, a referência ao período da exploração da madeira vem carregada de uma visão negativa que aponta para a devastação das reservas florestais. Além disso, existe o sentimento de prejuízo, haja vista que o beneficiamento da madeira não acontecia em Guarapuava e sim em outras regiões, não gerando tanto lucro para o local quanto para outras cidades<sup>58</sup>.

Sobre a situação atual do município nos permitimos fazer algumas considerações. Por exemplo, o desenvolvimento industrial não tem tanta

---

<sup>58</sup> Devemos também fazer referência ao que foi discutido a respeito da figura dos madeireiros, que sendo em sua maioria pessoas que chegadas de outras localidades, formaram um grupo que foi visto com desconfiança pelos guarapuavanos, o que gerou uma disputa social por legitimação e identidade.

expressividade, e que a maior parte da geração de empregos está no setor terciário, com baixos salários e com a presença de bolsões de pobreza, entre outros<sup>59</sup>. A primeira indagação que surge é a da discrepância entre as propaladas potencialidades de Guarapuava, cristalizadas pela escrita da história local tanto para o passado quanto para o futuro, e a situação do presente em que se encontra a referida cidade. Tendo em vista a maneira como pensamos tal aspecto na constituição da dita “identidade do guarapuavano”, julgamos pertinente acrescentar essa questão ao roteiro de entrevista realizado com Marcondes e Abreu. Durante a entrevista, antes mesmo de abordarmos este elemento, as entrevistadas tocaram no assunto e conduziram a conversa até este ponto, e a fala das autoras corrobora com a interpretação que apresentamos. Prestemos atenção nos seguintes trechos:

Então na realidade, eu acho que Guarapuava não foi, Guarapuava e seu povo, não foi respeitado fora daqui, como merecia [...] Então o que falta e até hoje você pode vê o que o governo do estado projeta, não sei o que, não sei o que, não sei o que, Guarapuava ta fora, e essa região de Guarapuava aqui, Inácio Martins, a micro-região aqui é um bolsão, se você for analisar os IDH que eles têm por aí, é o pior do Paraná (ABREU, 2012, p. 31).

A falta de merecido respeito e reconhecimento por parte dos “de fora” para com os guarapuavanos é um dos aspectos apontados na tentativa de explicar o “atraso” ou “estagnação” que deixa o município para trás, excluído pelo governo do estado, um potencial desperdiçado. Neste ponto, Marcondes indica novamente a extensão do território de Guarapuava e do ressentimento com relação ao episódio das madeireiras. Referindo-se aos municípios vizinhos, a autora afirma que:

Eram todos, toda essa área era área de Guarapuava porque de Guarapuava saíram 199 municípios [...] E você vê a madeira toda daqui foi pra Ponta Grossa, porque que não seguraram a madeira aqui? (MARCONDES, 2012, P. 32).

Destarte, temos a impressão que se configura uma situação em que vários entraves, na maioria das vezes exteriores, impedem o crescimento de uma cidade com as totais condições de ser uma potência. Claro, não se discute aqui a legitimidade, veracidade, importância ou não dos fatos que relegaram Guarapuava a um “atraso econômico”; tentamos entender de que modo esse artifício ajuda na

---

<sup>59</sup> Aqui fazemos referência ao estudo de Borges Filho, defendido como tese de doutorado em 2005 na Universidade Federal de Santa Catarina: BORGES FILHO, Álvaro de Oliveira. Estrutura de Referência aplicada à Gestão Estratégica capaz de promover o Desenvolvimento Regional Sustentável na região de Guarapuava-PR. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). UFSC. Florianópolis.

reafirmação da identidade e se encaixa dentro dos esquemas simbólicos da constituição do imaginário. Em um trecho do depoimento no documentário Dalla Vecchia afirma que:

Guarapuava tem que reconquistar o seu lugar dentro do Estado do Paraná e dentro do Brasil. Porque a história é isso, a história não está pronta e acabada, ela tem que ser vista e revista (DALLA VECCHIA, 2010, Guarapuava 1810...).

Assim, o guarapuavano é representado como injustiçado, o que por outro lado reforça a ideia oposta: ele é corajoso, perseverante, empreendedor. É nesse sentido também que – levando em conta o papel que esses livros ocuparam na rede de ensino local e a importância de que ainda são investidos – observamos as colocações de Bittencourt sobre o ensino de história e o papel da história regional/local aviltadas anteriormente. Para a autora, é necessário levar em conta a forma com que se estrutura tal elemento

[...] para que a redefinição da constituição de identidades sociais não se fragmente em estudos de “caso” e se tornem dogmáticas e maniqueístas, repetindo o percurso muitas vezes delineado pela constituição de uma identidade nacional elitista e excludente (BITTENCOURT, 2007, p. 50).

Pensar tais questões trata-se de um processo que carrega o peso de estar continuamente entre idas e vindas para dentro e fora de diferentes contextos de temporalidades. Na tentativa de entender as visões constituídas no presente e a força de que os esquemas de representação são imbuídas, concordamos que

O fato é que a leitura das diferentes temporalidades que fazem com que o presente seja o que é, herança e ruptura, invenção e inércia ao mesmo tempo, continua sendo a tarefa singular dos historiadores e sua responsabilidade principal para com seus contemporâneos (CHARTIER, 2010, p. 68).

Embora nosso trabalho se situe na chamada história do tempo presente, o recuo ao passado foi necessário na tentativa de compreender o que tornou possível a consolidação de um juízo de história, de sujeito, de identidade. Dessa forma entendemos que tais materiais são produto de seu “lugar social” específico, mas trazem em si traços, especificidades que nos reportam à constituição de um imaginário local. A partir dos variados aspectos que possibilitam a legitimação das representações utilizadas pelos grupos frente às disputas de poder e prestígio, o espaço do ensino de história se apresenta enquanto terreno fértil para se determinar o estabelecimento de posições sociais.

A escrita da história local se encaixa nesses parâmetros, haja vista que materiais como o manual didático de 1986 e os livros paradidáticos que foram para as escolas, apresentam um modelo de sociedade que diz respeito à uma construção histórica específica, que expressa a constituição de uma identidade relacional. Ao mesmo tempo em que o projeto se coloca hegemonicamente, as posições sociais do “eu” e do “outro” são estabelecidas. Partilhamos então da ideia de que

É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social (WOODWARD, 2011, p. 42).

Os elementos eleitos para fazer parte da construção da identidade do guarapuavano participam desta aceitação dentro do grupo interessado em “classificar”, estabelecer os lugares de cada um na sociedade. São parte desses sistemas não somente as características em si utilizadas para a definição e identificação, mas o próprio aporte em que se encontra distribuída e estabelecida esta narrativa. A construção dos materiais é um dos meios usado para a exteriorização desse projeto que encontra, a partir da escrita da história local e do ensino da mesma, palco para sua atuação. Retornando para a análise da entrevista realizada com as autoras, cabe destacarmos as respostas dadas quando indagamos a respeito da escrita e do ensino da história de Guarapuava. Marcondes afirma que o fator mais importante nesse caso é

Preservar a memória. Porque sem memória não existe identidade. Sem conhecimento da identidade, porque trabalha, ninguém ama aquilo que desconhece, não é? Não tem prazer em fazer progredir aquilo que ele considera seu, família, pátria, pedaço de chão (MARCONDES, 2012, p. 23).

Já Abreu considera que

É muito importante, por isso que eu critico a falta de comemoração da data de 9 de dezembro, porque ali né, as pessoas faziam suas preleções, faziam, como é que foi como é que não foi, o povo que assistia ficava conhecendo um pouco daquela história, agora quando passa em branco cada vez vai ficando mais esquecida, então, a história é muito importante e a escola tem um fator fundamental aí pra preservação e pra divulgação desta história (ABREU, 2012, p. 23)<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> No caso a autora se refere à data de comemoração do aniversário da cidade, dia 9 de dezembro. Este dia marca a instauração da Freguesia de Nossa Senhora de Belém e também a data dedicada à santa de mesmo nome. O estabelecimento deste marco ganha relevância na formação identitária do guarapuavano não somente pelo fato político da posse da terra e da figura que se soma ao episódio –

Na primeira resposta a história aparece enquanto *locus* privilegiado de manutenção da memória para a partir daí ser possível o processo de identificação. Assim, a história local guarda uma memória pronta que será matéria prima para a identidade, desembocando por fim no progresso de Guarapuava. Por seu turno, na concepção de Abreu esses processos ganham sentido na escola, aonde a história é “divulgada”. É evidente na fala da autora a ideia de que a história de Guarapuava é levada ao conhecimento “do povo” por pessoas específicas, como as que faziam antes seus discursos nas comemorações cívicas.

Assim como nos livros, as fontes produzidas com base na história oral evidenciam as concepções de história e identidade das autoras fazendo se mesclarem suas impressões de sujeitos desse processo histórico e de construtoras da narrativa. A história de vida se mistura com a história de Guarapuava por elas escrita, ao passo que se trata da história de suas famílias/antepassados. Ao produzirem materiais sobre a história local, bem como no momento da entrevista oral, as autoras transparecem o seu lugar e identificação na estrutura social, tanto individual quanto coletivamente, sendo que a atuação da seletividade da memória se processa na história construída, pois

O homem é um ser permanentemente em busca de si mesmo, de suas referências, de seus laços identificadores. A identidade, além de seus aspectos estritamente individuais, apresenta dimensão coletiva, que se refere à integração do homem como sujeito do processo de construção da História. A História, conquanto processo, é compartilhamento de experiências, mesmo que inúmeras vezes sob forma de conflitos. A memória, por sua vez, como um dos fatores presentes no resgate da história compartilhada, é esteio para auto-reconhecimento (DELGADO, 2006, p. 51).

No momento da entrevista esses aspectos se misturam e se expõem, sendo uma situação com especificidades por se tratar de duas autoras que falam a respeito de suas obras e pesquisas e que são, ao mesmo tempo, sujeitos de tal processo. A construção de uma ideia de guarapuavano se dá por meio das vivências e experiências sociais próprias desse grupo que se empenhou na construção da imagem, e nesse sentido o pertencimento social de Abreu e Marcondes também influenciam, como vimos na introdução dessa dissertação.

No jogo das classificações e identificações que vão definindo quem é o “personagem principal” deste enredo, a história eleita para o local é dotada de sentidos que entrelaçam aspectos da construção deste espaço numa ideia de “Guarapuava histórica<sup>61</sup>”, juntamente com as características do “sujeito” que a constituiu, e que continua sendo tomado como parâmetro. Os pertencimentos sociais em jogo na construção da identidade do guarapuavano são presentes nos livros pela evidência dada, por exemplo, às ditas “famílias tradicionais” ou então às principais personalidades postas em relevo. Assim, ao se ressaltarem os feitos dos grandes homens do passado não se deixa esquecer a posição social de seus descendentes do presente.

A evidência dada aos “sobrenomes” das ditas famílias pioneiras faz parte do rol de memórias às quais se recorre para se reiterar a identidade; isso acontece ao mesmo tempo em que se constrói a imagem dos “heróis” locais, e nesse sentido também se justifica as classificações e os pertencimentos sociais expressos na construção do eu e do outro. Percebemos este elemento tanto na construção da ideia de “guarapuavano” quanto na própria vinculação e sentimento de pertença social das autoras, haja vista que seus próprios sobrenomes ficam em evidência no decorrer dessa construção. Esses aspectos podem ser observados, por exemplo, no trecho retirado do último livro de Marcondes, que segue abaixo:

FAMÍLIAS PIONEIRAS: Rocha Loures, Chagas Lima, França, Alves, Araújo, Mendes, Mendes de Araújo, **Abreu**, Caldas, Siqueira Cortes, **Marcondes**, Lacerda, Camargo, Roseira, Lustosa, Virmond, Ribas, Martins, Lopes Branco, Ayres, Silvério, Sampaio, Gonçalves, Almeida, Guimarães, Ferreira, Maciel, Werneck, Cleve, Queiroz, **Santa Maria** e outras (MARCONDES, 2010, p. 131. Grifos nossos).

Ao elencar os sobrenomes dos pioneiros, mais uma vez temos a evidência do grupo social que a elabora, bem como o pertencimento dos agentes envolvidos nesse processo, que fazem parte do mesmo. Além do mais, a imagem de família apresentada no livro é construída com referência aos sobrenomes tradicionais. Conforme afirma a autora, os pioneiros de Guarapuava reproduziram neste local o modelo de “família patriarcal rural”, de costumes conservadores, o que dará, por sua vez, origem ao que Marcondes define como “família tradicional guarapuavana”. Citando a ideia de que a família brasileira teria sido resultado do transplante da

---

<sup>61</sup> Aqui fazemos referência à interpretação de Lacheski (2009), quando esta considera os pesquisadores enquanto “interpretes regionais” a partir de sua produção e visão historiográfica.

organização familiar portuguesa, a autora por fim afirma que “foi de toda essa herança cultural e genética que surgiu o tipo regional guarapuavano [...] (MARCONDES, 2010, p. 130). Embora existam referências ao índio e ao negro na formação da população de Guarapuava – conforme veremos a seguir – o elemento ao qual se busca legitimidade identitária é a figura do colonizador, português, chefe de família e grande proprietário de terra.

A construção dessas imagens sedimenta as distinções sociais ancoradas e confirmadas pela construção histórica, que é sempre produto dos anseios do presente. Portanto, a imagem de família apresentada e defendida com essas características, não apenas “conta” uma história de como foi no passado, mas está associada àquilo que se quer defender hoje. Já no livro didático existe outro texto, intitulado “As Sesmarias”, que nos ajuda demonstrar tal aspecto:

- Vovô, o que eram as sesmarias? – Perguntou a neta a seu avô.
  - Sesmarias, disse ele, eram grandes extensões de terras incultas que o Governo doou aos primeiros povoadores.
- Nossa família, por exemplo, veio de Palmeira a Guarapuava para trabalhar na pecuária e aqui adquiriu uma sesmaria, com seis léguas quadradas.
- Meu avô, o Coronel Pedro Lustosa de Siqueira, chegou a possuir dezoito mil alqueires de terras, onde fundou nove fazendas (SIQUEIRA, 1986, p. 137).

Com este trecho também podemos defender nosso posicionamento com relação à representação social posta em ação. Em primeiro lugar, observamos que a imagem de família construída “didaticamente” na história se vincula aos pioneiros, sendo estes os personagens principais; a figura do Coronel Pedro Lustosa de Siqueira ilustra o patriarca, grande proprietário de terra e de distinto sobrenome. Num segundo momento, podemos indagar sobre o pertencimento social da própria autora do texto: escrito pela professora Maria Aparecida Ribas Siqueira a partir de entrevista concedida por Antonio Lustosa de Siqueira, autores e personagens se confundem no jogo das classificações e representações. Na mesma esteira, destacamos o seguinte trecho retirado do livro paradidático:

Entretanto, apesar de tantas dificuldades, a fé, a garra, o trabalho e a coragem das **Famílias Pioneiras** tornaram realidade o Povoado do Atalaia, a Freguesia de Nossa Senhora de Belém, a Vila de Guarapuava e, finalmente, a Cidade de Guarapuava (MARCONDES, 1998, p. 69. Grifos da autora).

A essas famílias “corajosas e trabalhadoras” ainda se atribui o grande feito de ter conseguido construir a cidade em meio a situações adversas. Da mesma forma, o livro de 2004 organizado por Pereira também conta com um tópico intitulado “Famílias Tradicionais Guarapuavanas”, de onde retiramos o fragmento abaixo:

Os primeiros tempos da povoação de Guarapuava foram muito difíceis, devido à longa distância dos outros centros, à falta de estradas, à necessidade de sobreviver num território onde tudo estava por fazer e, ainda, por ser habitada por feras bravias. Apesar de tantas dificuldades, a fé, a garra, o trabalho e a coragem das Famílias Pioneiras tornaram realidade a cidade de Guarapuava (Em cena: Guarapuava..., 2004, p. 50).

Novamente se ressalta a imagem da “família construtora” às quais se deve o que existe no presente. Os costumes e a organização do núcleo familiar guarapuavano são creditados aos colonizadores portugueses, que implantaram sua cultura em Guarapuava, pois “os luso-brasileiros reproduziram o mesmo estilo da Família Patriarcal Rural, uma grande família com costumes conservadores [...]” (Em cena: Guarapuava..., 2004, p. 50). O texto ficou a cargo da Escola Municipal Hildegard Burjan, mas assim como quase todos os outros, cita Marcondes e Abreu como referência. Merece destaque a imagem utilizada para representar a “família guarapuavana” no último livro de Marcondes, o que vem ao encontro das hipóteses que levantamos quanto à construção dessa identidade, que se refere à representação de um grupo social feita a partir dele próprio



Figura 07: família Isidoro Keche em 1903 e 1910. A imagem é utilizada no livro quando o texto aborda as famílias pioneiras. Adaptada de MARCONDES, Gracita Gruber. *Duzentos anos de uma caminhada histórica: 1810-2010*. Guarapuava: O Autor, 2010.

Por meio desses artifícios se legitima o passado que é de interesse, ao mesmo tempo em que são colocados em evidência os parâmetros que constroem a identidade guarapuavana. As reflexões de Bittencourt nos ajudam a alicerçar essas afirmações, pois segundo a autora as ilustrações de textos didáticos por vezes ajudam a cristalizar estereótipos e disseminar valores dos grupos dominantes (2006, p. 72).

À criação da imagem da família podemos vincular outro aspecto importante que ajuda a relegar ao guarapuavano a qualidade de corajoso, forte, bravo e trabalhador: a figura do(s) herói(s). Esse elemento permeia toda a construção da história local e coloca em relevo certos vultos, como os pais de família, pioneiros, “verdadeiros” responsáveis pela consolidação de Guarapuava. Conforme se tecem os fios da trama dessa história, a característica se acentua como um traço identitário que estará presente no rol daquilo que define o guarapuavano. Essas “pessoas”, que ganham foros de “personagens”, têm espaço especial nos livros e na história da

cidade. A exemplo disso transcrevemos abaixo um trecho do livro de 2004, sub-intitulado “Personalidades que se distinguiram na história de Guarapuava”:

- 1 – Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal: Comandante da Real Expedição Colonizadora de Guarapuava e fundador do Fortim e Povoado de Atalaia.
- 2 – Tenente Antônio da Rocha Loures: SubComandante da Real Expedição Colonizadora e fundador da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.
- 3 – Padre Francisco das Chagas Lima: fundador da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava e primeiro Vigário de Guarapuava.
- 4 – Manoel Marcondes de Sá: primeiro Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, em 1853.
- 5 – Francismo Manoel D’assis França: primeiro professor de Primeiras Letras para o sexo masculino. Foi, ainda, o primeiro Juiz de Paz e um dos fundadores da Loja Philantropia Guarapuavana.
- 6 – Frederico Guilherme Virmond Júnior: fundador da primeira grande firma comercial Sá Virmond e Cia, conhecida como “A sociedade”, sendo, ainda, um dos fundadores da Loja Philantropia Guarapuavana.
- 7 – Pedro Aloys Schere: autor da primeira planta do Quadro Urbano de Guarapuava, em 1864, e um dos fundadores da Loja Philantropia Guarapuavana.
- 8 – Antônio de Sá Camargo, o “Visconde de Guarapuava”: Comandante da Guarda Nacional organizador do contingente que defendeu as fronteiras na Guerra do Paraguai, ocupou cargos públicos, contribuiu para a criação de escolas, de igrejas, de estradas, do Teatro Santo Antônio, do Cemitério Municipal e de sua capela.
- 9 – Eugênio de Santa Maria: Tabelião, foi um dos fundadores do Clube Guaíra e ajudou a fundar o Partido Republicano Federal, em Guarapuava.
- 10 – Luiz Daniel Cleve: fundador do primeiro jornal de Guarapuava “O Guayra”, em 4 de abril de 1893. Foi quem denominou Guarapuava de “Pérola do Oeste” e, ainda, um dos fundadores do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo.
- 12 – Luiz Antônio Ciscato: construiu a primeira usina geradora de energia elétrica e inaugurou a primeira usina hidrelétrica de Guarapuava, no Rio Jordão.
- 13 – João Rodrigues Becker e Silva: fundou o Instituto Becker, de nível secundário, onde nasceu o primeiro Corpo de Escoteiros de Guarapuava e, talvez, do Paraná.
- 14 – Francisco Missino: fundou a Casa Missino & Cia, primeira Casa Bancária.
- 15 – Miguel Antonowick Bohomoletz: segundo médico do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo. Criou o primeiro serviço de água tratada que abasteceu o hospital, as escolas, a Prefeitura, os prédios públicos e 100 residências do quadro urbano.
- 16 – Antônio Lustosa de Oliveira: fundador de vários jornais em Guarapuava, sendo o de mais longa duração a Folha do Oeste. Fez funcionar o primeiro cinema mudo, em Guarapuava, com música ao vivo. Foi um dos fundadores do Aeroclube e o deputado que conseguiu o maior número de prédios públicos para Guarapuava.
- 17 – Afonso Alves de Camargo: guarapuavano, foi Governador do Estado do Paraná, Deputado Estadual em diversas legislaturas. Iniciou a construção do ramal ferroviário Riozinho-Guarapuava.
- 18 – Pedro Lustosa de Siqueira: primeiro Prefeito de Guarapuava.
- 19 – Dom Frederico Helmel: primeiro Bispo Diocesano de Guarapuava, tendo tomado posse em 1966.
- 20 – Alcides Ragassi (Padre Egídio): foi um dos fundadores da Paróquia Santa Cruz. Trabalhou pela fundação da primeira Instituição de Ensino Superior em Guarapuava, a FAFIG, hoje UNICENTRO.

- 21 – Anna Joaquina da Purificação Lacerda: primeira professora de Primeiras Letras para o sexo feminino.
- 22 – Bibiana Berrier Bittencourt e Leonídia Ferreira das Neves: educadoras dos primeiros tempos de Guarapuava.
- 23 – Escrava Juliana: primeira enfermeira, em Guarapuava.
- 24 – Maria Lourenço (escrava forra): primeira parteira, em Guarapuava.
- 25 – Laura Rosa de França: doadora da imagem de Nossa Senhora de Belém.
- 26 – Rosa Lustosa Danguy de Siqueira: trabalhou para a fundação do primeiro leprosário em Guarapuava e contribuiu para a construção do Hospital São Roque, de Piraquara.
- 27 – Tânia Mara Franco de Souza: “Miss Guarapuava”, foi a que mais títulos conquistou, como Rainha do Mate do Paraná (1962), Miss Guarapuava e Miss Paraná (1963), 2º colocada no Concurso de Miss Brasil, no Rio de Janeiro, ficando com o título de Rainha da Beleza Nacional. Desfilou em Lima, Bogotá, Cidade do México. Classificou-se em 6º lugar no Concurso de Miss Universo, realizado em Long Beach.

Optamos por transcrever o texto na íntegra, pois ele demonstra inclusive na maneira como está organizado, o espaço que ocupam esses indivíduos na história e na construção da identidade local. Esse grupo social é que constrói a ideia de “identidade guarapuavana”, e isso se dá a partir do momento em que ele próprio se representa mediante aos de “fora”. Eleger este ou aquele enquanto modelo de “guarapuavano” significa legitimar quem tem voz e vez na estrutura social; não se cria o herói sem que este processo implique em desconsiderar tantos outros indivíduos, no entanto, a escolha deixa clara a parcialidade e a posição social de seus autores. Bem verdade é que todos estes elementos se entrecruzam a todo momento: o modelo de família apresentado, a criação dos heróis e o pertencimento social desse grupo que escreve a história, a qualificação/desqualificação – índios, negros, europeus, imigrantes – constituem categorias que classificam socialmente o guarapuavano.

O texto reproduzido apresenta resumidamente o que encontramos distribuído pelos demais livros, e nos permite levantar alguns elementos. Em primeiro lugar, existe uma ordem ao serem citadas as “personalidade guarapuavanas”; não por acaso os primeiros são os tenentes Diogo Pinto e Rocha Loures e o padre Chagas. Talvez esses sejam os primeiros a figurarem no panteão dos heróis, e vem seguidos de uma série de outras “ilustres figuras”, não por acaso todos homens e de sobrenomes que facilmente se encontram ao abrir a primeira página de qualquer um dos livros, e que também podemos verificar elencados um a um nas “famílias pioneiras”. Este indivíduo que é sempre apresentado como “o guarapuavano”, além de ter o sobrenome tradicional, é uma figura política (senador,

deputado, prefeito), ou então com título de nobreza (Visconde de Guarapuava), muitas vezes comerciante, banqueiro ou fazendeiro, enfim, pioneiro e empreendedor a quem se atribui a construção da cidade.

Também se apresentam as figuras ligadas à religião católica, e por fim algumas mulheres são destacadas sem tantos atributos se comparadas à descrição dos homens: duas escravas sobre as quais pouco se fala, duas “senhoras da sociedade” e uma Miss, representante da “beleza da mulher guarapuavana”. No caso das duas figuras citadas como “educadoras dos primeiros tempos”, não encontramos referência ao fato de que Bibiana Berrier de Bittencourt chegou à Guarapuava em meados da década de 1840, acompanhando seu marido, Francisco José de Bittencourt, que estava condenado a cumprir pena como degredado na referida cidade<sup>62</sup>.

Embora possamos afirmar que essa característica se estende a todos os ditos “ilustres” guarapuavanos, sempre citados como exemplo para a sociedade, ela ganha um sentido especial quando se trata dos colonizadores pioneiros e seus feitos nos tempos difíceis de ocupação do território, quando existia “[...] a necessidade de sobreviver num território onde tudo estava por fazer e habitado por feras bravias [...] cobras venenosas e índios que envenenavam as fontes [...]” (MARCONDES, 1998, p. 68). Além de terem lugar garantido nos textos e lições sobre a história de Guarapuava, esses “heróis pioneiros” são os principais homenageados no documentário sobre os 200 anos. Nessa encenação, que consideramos uma dupla representação, os historiadores e demais entrevistados deixam claro quem consideram serem os “heróis da história” de Guarapuava, exaltando os feitos dos primeiros guarapuavanos. Ao se referir à expedição colonizadora e seu contexto, o Bispo Dom Antônio Wagner da Silva afirma o seguinte:

A história é linda, é magnífica, e ela nos conta o trabalho, a luta, o empenho daqueles que aqui vieram por primeiro, daqueles que entenderam a beleza desta região, que entenderam as possibilidades desta região, aqui se fixaram e nos deram o que temos hoje (2010, Guarapuava 1810...).

Na continuidade da fala do bispo, Dalla Vechia afirma que “cada um de nós é um herói dentro dessa história”, ao que segue do depoimento de Marcondes

---

<sup>62</sup> Sobre este aspecto retomaremos mais adiante. Em poucas passagens dos livros analisados encontramos referência ao fato de que Guarapuava foi local de degredo no século XIX e que, de uma maneira ou de outra, os degredados também fizeram parte da formação da sociedade local.

reiterando que “os primeiros foram uns gigantes, eles enfrentaram o desconhecido (2010, Guarapuava 1810...). Ainda tendo em conta os pioneiros da expedição, em seu depoimento Martins também apresenta igual concepção: “eu acho que essas pessoas foram os heróis, porque naquelas épocas não tinha recurso nenhum, era tudo a lombo de burro” (2010, Guarapuava 1810...). Podemos então ter uma ideia da imagem construída a respeito desse processo histórico, e junto com ela quem se busca reviver e dar voz. Mais emblemática do que todos os depoimentos anteriores consideramos ser a afirmação de Abreu quando a autora diz que “existem pessoas que são talhadas para terem ideias, boas ideias, porque tem que ser boas ideias” (2010, Guarapuava 1810...). Ou seja, não é qualquer um que tem a capacidade para ser o herói da história, é preciso selecionar aqueles que ocuparão esse posto, e essa seleção é operada pela seletividade da memória e parcialidade da história, e na concepção de Abreu, essas pessoas já estão predestinadas a isso.

Alguns dos outros depoentes apresentam outras ideias, afirmando que os heróis são as mulheres, os anônimos, mas ao fim a concepção reafirmada acaba sendo sempre a mesma, haja vista que os anônimos, os escravos e as mulheres acabam tendo um segundo plano na narrativa heróica da conquista de Guarapuava. Devemos ressaltar o depoimento da professora Zelo Martins dos Santos, que apresenta uma visão diferente dos demais e relativiza a questão, afirmando que

Essa história não se construiu sozinha. Dentro das listas nominativas a gente percebe a Maria, a Esmeralda, que são escravas que estão com seus nomes determinados dentro destas listas nominativas, os próprios índios que interagiram, os próprios degredados. A primeira professora dentro desse contexto da história, ela não era uma grande proprietária, ela era esposa de um degredado que veio acompanhar o marido, e ela que vai trazer o conhecimento para essa população que estava se formando (SANTOS, 2010, Guarapuava 1810...)

Assim como no depoimento que acabamos de destacar, Santos mostra uma visão diferente dessa “história”, mais preocupada em compreender as especificidades do processo histórico. Essa preocupação também se evidencia no artigo escrito a respeito da ocupação dos campos de Guarapuava e disponível no site dos 200 anos. No entanto, podemos afirmar que no geral a intenção do documentário, assim como dos livros, é constituir o rol dos nomes que devem ser lembrados, reafirmando a figura do “guarapuavano heróico”. Essa característica não é própria apenas do documentário, embora tenha ganho força neste contexto de comemoração, mas se encontra disseminada pela construção dessa história local

específica, o que podemos aviltar como um dos traços identitários do guarapuavano presente na mesma. A última fala do narrador que encerra o documentário continua fazendo referência aos pioneiros:

Quem são eles, que encontraram os caminhos outrora desenhados, que mancharam troncos, semearam o alimento e marcaram território. Quem são aqueles que abriram clareiras, afastaram as incertezas, resgataram a fé e plantaram a esperança. Quem são estes, sem nomes e sobrenomes, destemidos senhores, corajosas mulheres, atrevidos seres que amassaram os secos capins, quebraram o gelo dos campos, desafiaram o perigo, mudaram o destino e fizeram história! (2010, Guarapuava 1810...).

Embora o trecho acima inicie com a pergunta de “quem são eles?”, para nós a resposta é clara, e conforme demonstramos alguns parágrafos acima, não é difícil saber seus nomes, sobrenomes e pertencimentos sociais. Ao exaltarem os pioneiros que “desafiaram os perigos e fizeram a história”, se opera o jogo das representações e se mostra o pertencimento do próprio grupo responsável pela consolidação desta narrativa histórica. Em seu último livro Marcondes afirma que “[...] não seria demais recordar que o registro da memória, a partir da análise da contribuição pioneira daqueles que nos antecederam constitui o mais forte alicerce para a construção da identidade social e coletiva de um povo (2010, p. 118). O que observamos com o discurso em prática a partir do documentário é que este se apresenta como uma forma de fazer justiça a um período da história de Guarapuava e um grupo de pessoas que ficou esquecido e sem o devido valor. Na opinião de Marcondes,

Essa dívida de Guarapuava ela tem que ser saudada. Tanta contribuição, tanto esforço, onze anos de dificuldades que eles passaram, todo esse trabalho. Foi o tempo mais difícil de nossa história, ele precisa ser dignamente reconhecido, comemorado, pois ainda estão à espera da justiça no tribunal da história (2010, Guarapuava 1810...)

A comemoração dos duzentos anos de Guarapuava em 2010 nada mais foi do que uma data inventada, que foi propícia para o momento, fruto do desejo de grupos políticos com intenções específicas, que não vem ao caso enumerar. Assim, essa construção histórica, ao selecionar a memória, serviu de matéria prima capaz de justificar as atitudes presentes. Dentre as figuras já nomeadas que ganham características heróicas, uma delas se destaca. O Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, de “injustiçado” passa a ser exaltado como o principal herói dos tempos difíceis da ocupação. A inauguração de uma estátua equestre que o representa em uma das rotatórias da Avenida Manuel Ribas em Guarapuava foi um dos eventos comemorativos aos duzentos anos da cidade



Figura 08: Estátua equestre do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Acervo do autor.

Altivo e vigilante sobre o seu cavalo, a figura de Diogo Pinto de Azevedo Portugal parece ocupar o lugar que tanto tempo esperara. Não é demais afirmarmos que ao ocupar este lugar, ele não representa somente a si, mas àqueles que dele se utilizam para legitimar seus lugares sociais. Talvez o sentido que alcança para este grupo não seja o mesmo que possui para grande parcela da população, haja vista que desde a sua inauguração a estátua virou ponto de referência na cidade sendo chamada de “trevo do cavalo”. Ainda a respeito da busca por justiça à figura do herói Azevedo Portugal, Marcondes considera que

Também, é preciso voltar ao passado e provocar questionamentos sobre as permanências culturais que chegaram até nós; algumas positivas e podem ser comprovadas pelas fontes; outra nem tanto, como “a *ideologia do discurso em bases enganosas*” tão presente em nossos dias, que dificulta a vida das comunidades, silencia a História e tira o mérito de quem realmente merece.

Diogo Pinto de Azevedo Portugal [...] foi uma de suas vítimas e por isso seu trabalho nesses duzentos anos não foi registrado com a merecida láurea e está aguardando que Guarapuava, - que foi por ele definitivamente conquistada e povoada – renda-lhe a justa homenagem de um monumento que lhe perpetue a memória, como tantos outros que, com mérito existem nesta cidade (2010, p. 118. Grifos da autora).

A construção ou reafirmação do herói não se trata de um processo isolado ou individual, mas ajuda a por em evidência que tipo de guarapuavano se deslinda a partir de nossas análises. Podemos considerar que a construção da história a partir de tais parâmetros se dá incorporando, afirmando e (re)significando aspectos do imaginário social local. É neste sentido que concordamos

[...] que estes imaginários empregam facilmente as linguagens mais diversas: religiosa e filosófica, política e arquitetônica, etc. [...] todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas. (BACZKO, 1985, p. 313).

Os indivíduos, na disputa e construção de identidades, deixam suas marcas gravadas tanto na estrutura e organização social quanto no tecido urbano. Os nomes das ruas, das praças, os monumentos públicos servem de aparato para que a memória que se quer viva não seja esquecida, e possa assim atuar nos processos de representação. É desta forma que ganha corpo a construção da identidade do guarapuavano, pelos ditos e pelos silêncios, pelo escrito e pelo que se interpreta nas entrelinhas. Ganha forma um indivíduo que lutou heróicamente nos tempos difíceis, o pioneiro a quem se deve a cidade do presente.

Destarte, a elaboração dessa narrativa histórica e do modelo identitário em questão apresentam dicotomias, contradições, disfarces sutis que, intencionais ou não, vão sendo moldadas e adquirindo forma. Como situação que exemplifica essa dicotomia temos o caso do lugar que ocupam e do papel destinado aos indígenas e aos negros nesta história. Conforme fizemos referência, a origem étnica do guarapuavano é pautada num discurso mascarado pela tríade branco, negro e índio; no entanto, se prestarmos atenção na ordem das coisas veremos que tal concepção não se sustenta e se contradiz em vários momentos. Sobre a formação étnica do guarapuavano, em um dos livros paradigmáticos temos o seguinte:

Os elementos étnicos, isto é, formadores do povo guarapuavano foram:

- a) o **branco**, representado pelo português ou seu descendente, que foi o colonizador;
- b) o **negro** ou seu descendente, trazido da África como escravo;
- c) o **índio**, de pele vermelha, que habitava a terra quando foi descoberta.

A miscigenação ou cruzamento dessas três etnias originou o guarapuavano, um **tipo regional** de estatura mediana, mais para alta. Pele clara, às vezes morena. Olhos e cabelos pretos ou castanho escuro e de boa aparência (MARCONDES, 1998, p. 66. Grifos da autora).

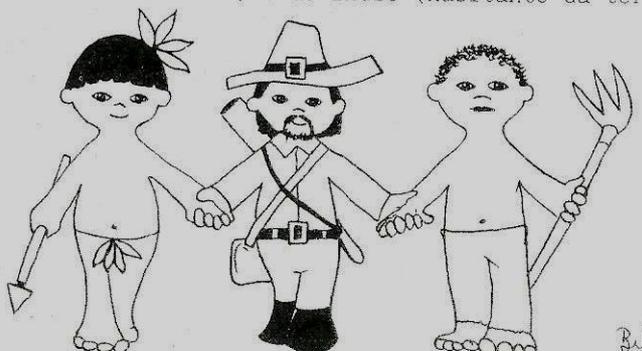
Assim o guarapuavano, tipo regional que resulta desta mistura étnica tem características que continuam permitindo “que ele seja identificado como branco, pois a pele somente às vezes é morena, mas no geral é clara”. No livro didático há a mesma ideia da miscigenação, tendo destaque para o uso das imagens que ilustram o texto intitulado “A população de Guarapuava”<sup>63</sup>. Na imagem abaixo notamos que o texto inicia afirmando a miscigenação pela tríade brancos, negros e índios, inclusive representada pela imagem das três etnias. Mas, logo após a imagem, o texto passa a falar dos imigrantes europeus, e vem seguido de uma foto que apresenta uma dança ucraniana. Tirando esses momentos pouco se encontra nos livros a respeito da mistura de etnias que teria originado o “tipo regional guarapuavano”. Segue então, em quase todos os casos, a ênfase ao colonizador, português, sesmeiro, pioneiro.

---

<sup>63</sup> Reproduzimos a página do livro tal e qual se encontra no original, com texto e imagens, para melhor ilustrar a análise feita.

### A POPULAÇÃO DE GUARAPUAVA

Como nas demais regiões do Brasil, a origem étnica do guarapuavano vem do branco (português colonizador), do negro (escravo africano) e do índio (habitante da terra).



Para cá também vieram pessoas de outras regiões do Brasil e de países estrangeiros.

Os grupos estrangeiros que vieram para Guarapuava foram: alemães, franceses, poloneses, italianos, austríacos, ucranianos, sírio-libaneses, japoneses e iugoslavos.



- Grupo folclórico - Ucraniano

Cada grupo trouxe seu modo de vida e seus costumes, influenciando na vida do Município; uns dedicaram-se à agricultura, outros à pecuária, indústria e comércio.

As pessoas que se transferem de um lugar para outro, dentro do mesmo país, são chamadas de MIGRANTES.

As que vêm de países estrangeiros são IMIGRANTES.

As que saem do país são chamadas de EMIGRANTES.

Figura 09: imagem retirada de: Governo do Município – Guarapuava. Nossa gente conta nossa história. 1986

No último livro de Marcondes encontramos o mesmo conceito quando se trata da identidade étnico-cultural do guarapuavano. No entanto, logo após apresentar tal concepção Marcondes cita Abreu e afirma que

Nesse contexto, os brancos e africanos colonizadores, por uma questão de sobrevivência foram obrigados a se adaptar ao meio e aceitar a contribuição cultural do índio. Desse modo substituíram muitos traços culturais trazidos de sociedades mais evoluídas, muito embora conservassem alguns deles (ABREU *apud* MARCONDES, 2010, p. 23)

Ou seja, pela falta de opção do colonizador se deu a mistura com os indígenas e a adaptação a seus costumes. A recorrência à miscigenação étnica para explicar a formação do guarapuavano é uma ideia falsa, que está apenas na superfície da narrativa, e na medida em que a se desenrola, os lugares que ocupam os três elementos étnicos são facilmente distinguidos, conforme mostramos com o que foi analisado até o momento no texto. Continuando a análise do conteúdo do livro que retiramos a última citação, Marcondes tenta sintetizar as características resultantes da mistura étnica:

Assim surgiu o caboclo guarapuavano que cultivou, à sua maneira, os hábitos e os modos de vida transmitida pelos colonizadores.

Do branco, herdou a amizade e solidariedade com os vizinhos nas alegrias e sofrimentos, que se traduziram pelas visitas constantes, pela presença obrigatória nas festas de casamentos e batizados; pelo grande número de compadres, que os tornavam meio parentes e responsáveis pelos afilhados na falta de seus pais.

Do índio, o caboclo guarapuavano herdou a altivez, o espírito de liberdade, a alegria, a inocência, a bravura.

Do negro, conservou a índole humilde, forte, conformada, lenta, reservada e desconfiada; o medo do sobrenatural, as credences do mau olhado, das bruxas e as benzeduras; o gosto pelas festas, pelas roupas coloridas, pela música dolente e pela poesia (MARCONDES, 2010, p. 24).

Notamos a diferença entre as características que a autora considera serem provenientes de cada uma das etnias, bem como o estereótipo pertinente a cada uma delas. De início temos a afirmação de que o modo de vida e os hábitos foram deixados pelos colonizadores, assim como a amizade, fraternidade e os laços de compadrio que uniam as famílias. Diferente disso, com relação ao índio a herança se define pelas características que podemos comparar com a construção dos personagens indígenas retratados nos romances. A contribuição do negro se relega o misticismo, o medo, a desconfiança e atributos quase folclóricos. Dessa forma, além de um discurso contraditório, ganham força a reiteração da identidade e a produção/reafirmação das diferenças. Ora, ao mesmo tempo em que se admite a miscigenação se opera a desqualificação, definindo o “eu” e o “outro”. Assim, concordamos que

Diferenciações como essa são elaboradas a partir do processo de identificação da população brasileira através dos discursos de diferenciação pela tríade brancos, negros e índios em vários momentos do século XX. Para além dessas diferenciações sancionadas, a experiência na diversidade é muito mais complexa já que é mergulhada num universo de interdependências. A identificação não perde o seu foco relacional, ao perguntar pela qualificação de uma figuração de grupo, inquire também sobre uma figuração desqualificada de outro (OLINTO, 2007, p. 248).

Assim são estabelecidos os lugares na narrativa histórica, e também por isso se define quem é o guarapuavano. Ao nosso entendimento, é esse o modelo de identidade que se quer ensinar com a história local nas escolas e que se quer por em evidência para a população em geral. Embora se admita a participação do índio e do negro na formação da sociedade, a ênfase recai sobre o colonizador português. Esse aspecto se afirma conforme observamos com a análise do modelo familiar em evidência nos livros e também da principal preocupação do documentário. É neste sentido que se encontram afirmações como “os primeiros povoadores de Guarapuava foram os portugueses e seus descendentes, que residiam em São Paulo, onde exploravam a pecuária [...]” (MARCONDES, 1998, p. 68). Ou então, “os pioneiros para cá trouxeram as suas famílias, os seus recursos, seus escravos, seu gado; transplantaram a cultura portuguesa com sua língua, seus costumes, seu folclore, a religião católica [...]” (MARCONDES, 2010, p. 129).

A ênfase dada à figura do português e a construção da imagem do colonizador atuam no sentido da “desqualificação” e consolidação da imagem dos outros, os negros e índios. Ao mesmo tempo deixam margem para a definição de outra característica identitária do guarapuavano: ele é gaúcho. Tal característica é defendida tendo em vista o meio geográfico, as atividades econômicas desenvolvidas e a proximidade e comunicação com o sul do Brasil por meio do tropeirismo. No trecho abaixo temos expressa essa concepção:

Por habitar uma região de campos limpos; dedicar-se às atividades de fazendeiro e criador de gado, “viver em contato com a natureza, no trato com os animais” e pelos fortes laços de amizade com os habitantes das regiões platinas, selados pelo tropeirismo, o guarapuavano foi popularmente chamado de “gaúcho guarapuavano” (MARCONDES, 2010, p. 131).

Esse traço de identidade, no entendimento da autora, embora tenha sido adquirido pela vivência com a cultura platina e sulriograndense ganha uma conotação diferente. Seguindo nas explicações de Marcondes, a autora especifica que “[...] gaúcho é o habitante do campo, o cavaleiro hábil e valente que vive em

contato com a natureza e no trato com o gado” (2010, p. 131). No entanto, não seria demasiado supor que este termo ganha um significado diferente quando está unido ao adjetivo “guarapuavano”, pois ajuda a endossar a criação da identidade com as características de valente, hábil, heróico. Seguindo, Marcondes explica o uso da bombacha, da bota e das esporas e também dos termos incorporados ao linguajar do guarapuavano. Para completar, afirma que “[...] os Centros de Tradições Gaúchas apresentam-se na cidade e distritos do Município de Guarapuava cultuando o folclore gaúcho com força total” (2010, p. 134).

Acreditamos que a defesa desse traço cultural naquilo que entendemos como reiteração da identidade do guarapuavano serve também para reforçar a imagem do bandeirante, tropeiro, fazendeiro, grande proprietário de terra<sup>64</sup>. Essa é a imagem criada para o “homem” de Guarapuava, aquele que ocupou o território, expandiu e fez prosperar, e por isso não pode ficar esquecido. Reproduzimos uma das histórias do livro didático que acreditamos comprovar essa hipótese. Intitula-se “Promessa cumprida”:

Os fazendeiros de Guarapuava estavam assustados com os prejuízos que os tigres vinham causando a seus rebanhos.

Naquela ocasião tornou-se necessário caçar aquelas feras.

O senhor Manoel Julião era o caçador mais famoso daquele tempo, e só atirava na cabeça do animal para não estragar o couro.

Certa vez, dirigiu-se à casa de comércio do Sr. Hilário França, para comprar uma pitada de fumo e, como não tivesse dinheiro, prometeu que no dia seguinte traria um couro de tigre para pagar a dívida.

Todas as pessoas presentes riram de sua promessa e ele confirmou: “O Compadre Manuel Lustosa viu um tigre, ali no mato, rondando o seu rebanho. Como o compadre não mente, então amanhã eu trago o couro do bicho”.

No dia seguinte, apareceu com o couro do tigre e todos passaram a acreditar mais na palavra do Sr. Manoel Julião, embora muitos caçadores gostem de inventar “estórias” (SIQUEIRA, 1986, p. 80).

A história tem como personagens principais, além do caçador, os fazendeiros de Guarapuava. Prestando atenção veremos que os nomes dos personagens não são fictícios, e que seus sobrenomes fazem parte das tradicionais famílias aqui elencadas. Sem querer exagerar, conforme a cena é descrita, o lugar em que se desenrola e a referência ao laço de compadrio do caçador com o fazendeiro, quase podemos lembrar dos coronéis do início do século XX. Outro fator importante é que, da mesma forma que a história da sesmaria, anteriormente citada,

---

<sup>64</sup> Conforme encontramos no livro paradidático, “por tradição, o guarapuavano é pecuarista e foi bandeirante e tropeiro” (MARCONDES, 1998, p. 70).

esta também é escrita pela professora Maria Aparecida Ribas Siqueira baseada na entrevista com Antônio Lustosa de Siqueira, com certeza da mesma família do Lustosa “personagem”.

Conforme ganha relevo a imagem de homem guarapuavano, os contornos dados ao “outro” da história são definidos. Voltando ao caso do índio e do negro, sua existência não é negada, mas a forma com que se constrói a sua representação possibilita entender a construção das diferenças na via de mão dupla da identidade. Com relação ao indígena, seu espaço na história é definido em alguns momentos pela participação no processo de colonização, tendo como principal representante a figura do cacique Guairacá<sup>65</sup>. Em outras vezes é apresentado como entrave ao processo de colonização que precisa ser superado, exaltando como foi difícil a vida dos pioneiros que precisaram sobreviver em meio a “[...] índios que envenenavam as fontes, incendiavam as casas, matavam o gado (MARCONDES, 1998, p. 68).

No livro de 2004 assim como no livro didático o principal destaque que se dá ao índio refere-se aos usos e costumes e também às lendas indígenas, na maioria das vezes apresentados como credices e superstições, não como cultura. O manual didático, por exemplo, na parte que fala sobre o índio afirma que estes foram os primeiros habitantes do Brasil e que hoje seus “costumes e hábitos” estão mudados devido ao contato com os brancos; divide o conteúdo esquematicamente em tópicos que são: 1 – alimentação; 2 – vestuário; 3 – sua moradia; 4 – suas armas; 5 – instrumentos musicais; 6 – seus chefes; 7 – religião. Já no documentário a figura do indígena aparece somente no início, assim representada:

Ali não se pode ver onde começa o índio e onde termina a terra. Conectados por suas raízes, convicto como um sentinela, preso em sua missão. Ali, no seio da natureza respira a pele vermelha e pulsa forte o coração de um bravo (2010, Guarapuava 1810...).

Mais uma vez toma corpo a figura do indígena envolta numa narrativa romântica, quase literária, e ao mesmo tempo sendo apresentado como selvagem,

---

<sup>65</sup> Ressaltamos que “A produção historiográfica carece de reflexões em torno das imagens que povoam *Guairacá* e suas ações junto a conquista portuguesa sobre estas terras. Quer seja tecendo uma discussão em torno das tramas da conquista daquele território envolvendo alianças políticas entre portugueses e indígenas, quer seja relativa aos enfrentamentos entre os dois grupos, o que permanece é uma visão de história como sucessão de eventos. *Esta terra tem dono!* Tal exclamação, supostamente proferida pela autoridade indígena, legitima o projeto de conquista dos domínios territoriais portugueses dos Campos de Guarapuava, - *Coranbang-Rê*, - nos séculos XVIII e XIX (FREITAG, 2011, p. 11).

incivilizado. O depoimento que narra um dos primeiros encontros entre os índios e os colonizadores comenta o seguinte: “eles foram muito bem recebidos, receberam presentes de roupa, de comida, principalmente de música, pois índio adora música” (MARCONDES, 2010, Guarapuava 1810...). Santos pondera que “esse é um momento importante pra gente pensar neste conceito de civilização, é um momento realmente pra reflexão” (2010, Guarapuava 1810...). Destacamos mais uma passagem referente ao indígena retirada do livro paradigmático. O trecho é o seguinte:

O Padre que catequizou os índios camés, e uma parte dos vatorões, foi Francisco das Chagas Lima que, para torná-los mais disciplinados e atentos à religião cristã, oferecia-lhes como prêmio uma pedra de açúcar ou um pedaço de rapadura.

Para ganhar a confiança, a fim de atraí-los ao catecismo, muitas vezes o Padre Chagas dormiu, como eles, numa tábua, sobre uma pele de lobo guará e passou fome, dando-lhes o que possuía para o seu próprio sustento (MARCONDES, 1998, p. 39).

O texto se presta à construção de duas imagens distintas a partir de um mesmo processo: os índios mais uma vez figuram como os indivíduos sem civilização, que não conhecem a “verdadeira” religião cristã, ao passo que com isso se exalta a figura de outro dos heróis da colonização de Guarapuava, o Padre Chagas<sup>66</sup>. A catequese consiste em um processo necessário para converter e disciplinar os “selvagens”, praticada por um dos responsáveis pela consolidação de Guarapuava.

Quando passamos para o exame da figura do negro observamos algumas coisas interessantes. Em primeiro lugar, o negro nesta história é sinônimo de escravo; não existe nenhuma análise do elemento étnico negro que não se refira à escravidão. Nos dois livros paradigmáticos, além das análises que fizemos sobre a mistura étnica, existem capítulos dedicados a “escravidão em Guarapuava”, ou então “escravidão africana. No livro didático essa temática se encontra distribuída nas histórias e, no geral, este assunto também vem acompanhado do destaque aos abolicionistas guarapuavanos. Em um texto dos capítulos sobre a escravidão, Marcondes observa que

---

<sup>66</sup> Todos os livros analisados e também o documentário dão destaque, quando se trata do período da ocupação dos campos de Guarapuava, a três figuras principais: o Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, conforme já analisado, ao Padre Chagas e ao Tenente Antônio da Rocha Loures, os chamados “fundadores de Guarapuava”. Ao final do livro didático existe uma biografia resumida dos três. No último livro de Marcondes ganha destaque uma biografia mais completa desses três personagens.

Foi grande a contribuição cultural africana para a nossa civilização e se fez sentir notadamente no vocabulário, com palavras como: babá, neném, dindinho (queridinho), bumbum, pipi, cocô, sunga, Sinhazinha e também outras.

Na religião, com os cultos afro-brasileiros como o candomblé, a macumba, as superstições, as crendices e as benzeduras (1998, p. 62).

Na formação étnica do guarapuavano a partir da tríade branco, índio e negro, este último é responsável pelos atributos de misticismo e superstição, e da mesma forma que o índio, não se toma enquanto contribuição cultural. Ainda no documentário destacamos a fala da mesma autora, afirmando que “Guarapuava deve muito ao braço forte do negro” (MARCONDES, 2010, Guarapuava 1810...). Também no livro didático na lição “A escravidão em Guarapuava”, a mesma autora defende que

Guarapuava deve muito aos escravos, porque foram eles que ajudaram a defender as fazendas e os rebanhos contra os ataques das feras e dos índios.

Montaram guarda à Vilinha, quando ela nascia; construíram as taipas para conter o gado e abriram clareiras na mata, para produzir alimentos.

Foi o escravo que passou noites indormidas velando o sono do Sinhô branco e de sua família, quando o índio estava enfurecido (1986, p. 154).

O “escravo” aparece no processo em relação ao elemento “fazendeiro”, ao mesmo tempo em que se reafirma a figura do índio violento<sup>67</sup>. Acreditamos que assim como no caso dos indígenas, tal construção legitima duas visões conjuntamente. Em outro trecho do texto de seu último livro, Marcondes se refere da seguinte forma sobre a resistência negra à escravidão:

Os escravos resistiram à escravidão assumindo atitudes de rebeldia: fugas, tarefas mal feitas, queimando ou entornando tachadas de doces e de sabão; aborto provocado, fazendo corpo mole no serviço, fingindo de doentes, fazendo greve de fome, ministrando veneno na comida dos patrões ou no leite dos recém-nascidos; praticando a vingança através da feitiçaria e da bruxaria ou se suicidando para dar prejuízo ao senhor (2010, p. 152).

A autora segue afirmando que nesses casos, os senhores e feitores aplicavam castigos muito severos aos escravos, mas “em Guarapuava, como atrás nos referimos, os castigos foram mais suaves [...]” (2010, p. 153). Embora se apresente a figura do escravo consonante como a historiografia tradicional o tem apresentado – inclusive como sendo próprio deles a “feitiçaria e a bruxaria”, palavras

---

<sup>67</sup> Neste sentido também somos provocados a pensar que tipo de efeitos a criação de tais imagens pode provocar na criança leitora ao trabalhar com tal texto e ser levada a pensar na figura do índio enquanto violento, enfurecido, ou então de um senhor que era “bonzinho” com seus escravos, como no caso dos outros exemplos.

que aparecem no sentido pejorativo – o senhor de escravos de Guarapuava é considerado diferente dos demais que aplicavam castigos severos aos “rebeldes”. Essa ideia é apresentada nas lições do livro didático. Destacamos no mínimo dois momentos que demonstram essa concepção; o primeiro deles é retirado do texto “As sesmarias”, que já teve uma parte analisada quando tratamos das famílias pioneiras. A história das fazendas do Coronel Pedro Lustosa de Siqueira continua da seguinte forma:

Nessas fazendas trabalhavam muitos escravos e ainda cheguei a conhecer dois deles: o Tio João e o Damásio.

Conforme as suas declarações, fiquei sabendo que ali os escravos eram bem tratados e que, certa ocasião meu avô convidou uns compradores de bois para o almoço e estes, muito assustados, perguntaram: “Nesta casa os escravos comem à mesa com os seus senhores?”

- Comem sim, respondeu vovô, porque nesta casa não existe discriminação racial.

Quando houve a abolição, os seus escravos, mesmo libertos, continuaram trabalhando **para aquele que não foi um Senhor de Escravos, mas o patrão e o amigo.**

O Coronel Pedro Lustosa de Siqueira foi o primeiro Prefeito Municipal de Guarapuava e um dos grandes batalhadores pelo desenvolvimento da região (SIQUEIRA, 1986, p. 137. Grifos nossos).

Neste trecho nos chama atenção o fato de serem os próprios escravos a deporem a favor de seu senhor afirmando que todos eram bem tratados. Não se pode afirmar que a informação seja incorreta ou então fazer juízo de valor, pois sabemos que nem sempre a relação entre senhores e escravos era somente de dominação física, e que havia sim espaço de manobra e negociação por parte dos escravos. A resposta dada pelo Coronel aos visitantes explicando que os escravos comiam à mesa porque ali não existia preconceito é anacrônica, no entanto se pode aceitar, pensando no fato de que a história constitui uma lição a ser trabalhada com crianças e tal tema poderia ser debatido. É evidente a idealização da figura do coronel fazendeiro, talvez parente da autora da história e do entrevistado. Representante dos grandes proprietários de terra, e da figura masculina em geral que tem espaço em nossas fontes, essa história ajuda a legitimar e afirmar aquele que foi o primeiro prefeito do município. Em outra das lições do livro didático destacamos um trecho da história intitulada “Como eram tratados os escravos em Guarapuava”:

A maioria dos Senhores dispensou-lhes um bom tratamento, havendo, contudo, algumas exceções.

Um ex-escravo, ABEL SÉRGIO DE OLIVEIRA, filho de Flora, uma escrava do Capitão Frederico Guilherme Virmond, quando entrevistado pelo jornal CORREIO DO OESTE, em dezembro de 1969, declarou:

“Nhô Frederico não deixava surrá escravo. Só se ele era muito safado. Então apanhava de rabo-de-tatu para dá exemplo pros outros”.

Outro fato que comprova esse tratamento é a lealdade de Job a seus Senhores, que eram do Partido dos Maragatos. Por isso, ele não pisava na calçada do Guaíra, que era o clube dos Pica-paus (MARCONDES, 1986, p. 156).

Da mesma forma que o texto anterior, o trecho acima reforça que os próprios escravos poderiam falar a favor de seus senhores que os tratavam bem, “com raras exceções”. Outra vez se desenha a imagem do escravo e do fazendeiro, dessa vez o Capitão Frederico Virmond, um em relação ao outro, embora os dois não estejam representando somente a si, mas a seus grupos específicos. O próprio ex-escravo entrevistado parece dar o aval de que existiam escravos que mereciam, “pediam” para apanhar de seus senhores por serem “safados”. Nos diferentes livros, junto com o assunto “escravidão” sempre se destacam os “abolicionistas guarapuavanos”, listados por nome

Europeu, escravo, índio, esses três indivíduos ganham adjetivos e pesos diferentes quando se trata da formação do guarapuavano. Embora essa construção se apresente sob o falso discurso da igualdade, o que se tem na prática é justamente o contrário: a produção das diferenças, parte fundamental da constituição de identidades. Concordamos com Olinto quando a autora afirma que

[...] alguns indícios da produção das diferenças podem ser percebidos na composição de dicotomias quando da herança deixada por esses “fundadores”. Assim, enquanto os europeus trazem o trabalho, os africanos a dança, os primeiros a civilização, os segundos o hábito, a espiritualidade dos primeiros é chamada de religiosidade, a dos segundos é misticismo (2007, p. 248).

Cabe ainda destacar o lugar, ou melhor, o “não lugar” ocupado pelos degredados que cumpriram pena em Guarapuava durante parte do século XIX e que, de uma forma ou outra, estiveram presentes na estruturação social desse lugar. Guarapuava foi uma colônia de degredo durante parte do século XIX, e recebeu vários condenados. Conforme afirma Pontarolo (2010), o mecanismo de degredo para Guarapuava não pode ser tomado somente como intenção de ajudar na ocupação do território isolado e despovoado. O autor afirma que existiu um “movimento de inserção social, segundo o qual os degredados eram reinseridos na hierarquia da sociedade” (2010, p. 148). No entanto, esse traço não aparece na constituição da formação do guarapuavano a partir dos estudos aqui considerados. De todos os livros retiramos um trecho no qual Marcondes se refere aos

degradados. Ao afirmar que a vida nos primeiros tempos não foi fácil para os pioneiros, a autora assevera o seguinte:

A situação piorou com a chegada dos criminosos degradados. Guarapuava foi, durante 40 anos, um local de desterro. Geralmente eram condenados à morte, a quem a Lei dava uma oportunidade de se regenerar, tornando-os proprietários. Mas, como vinham apenas com a roupa do corpo, encostavam-se nas fazendas como agregados para comer, plantar e criar animais como meeiros, a fim de conseguirem recursos para fazerem as suas próprias posses.

Muitos poucos cumpriram a pena. Logo praticaram novos crimes e quando perseguidos pela polícia local, refugiaram-se nas matas do Pinhão, pois naqueles campos localizavam-se as fazendas mais distantes (MARCONDES, 1998, p. 68. *Sic*).

É fácil notar pelo exposto no trecho acima que não existe a intenção de atribuir aos degradados participação na formação da sociedade guarapuavana. Os silêncios muitas vezes mostram mais do que aquilo que está explícito. A seletividade da memória e a parcialidade são características próprias da constituição da leitura de mundo dos grupos sociais. Sabendo que a representação não corresponde a um “real”, no sentido daquilo que existe verdadeiramente, o mundo do simbólico existe enquanto campo aonde os agentes sociais colocam em jogo o que lhes é possível a partir de sua bagagem cultural, de suas estratégias de representação. Desta forma, concordamos que

A rigor, todas as sociedades, ao longo de sua história, produziram suas próprias representações globais: trata-se da elaboração de um sistema de ideias-imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros. Seriam, pois, representações coletivas da realidade, e não reflexos da mesma. Há, assim, uma temporalidade da história nas representações (PESAVENTO, 1995, p. 16).

Mais uma vez, ao pensar dessa maneira, nos colocamos na condição de quem busca compreender os mecanismos capazes de distinguir, classificar e representar os indivíduos dentro de uma leitura de mundo. Tal leitura dá forma à construção de uma narrativa histórica que é, ao fim e ao cabo, resultado e aparato do processo. Desta forma, nos resta analisar o último elemento que dá contorno àquilo que entendemos como “identidade guarapuavana”, sendo este a religião católica.

O espaço ocupado nos livros pelas imagens da santa padroeira da cidade, da primeira missa realizada como símbolo da posse efetiva do território<sup>68</sup>, da igreja matriz<sup>69</sup>, entre outros, dão relevância a essa característica. Enquanto as crenças indígenas ocupam nos livros o lugar destinado às lendas<sup>70</sup>, as religiões de matriz africana figuram como credences, bruxarias e superstições, a religião católica ganha destaque como “a fé que uniu os guarapuavanos” (MARCONDES, 1998, p. 54), ajudando a reforçar o traço identitário que se quer preponderante: o do europeu/português. É dessa forma que se explica, por exemplo, a “escolha” do lugar aonde seria erigida igreja matriz, e posteriormente se estruturaria a povoação.

De acordo com a lenda, Nossa Senhora de Belém escolheu o lugar de sua igreja em Guarapuava. A sua imagem foi doada por D<sup>a</sup> Laura Rosa de França, que se casou em Sorocaba com Francisco Ferreira da Rocha Loures, filho do Tenente Antônio da Rocha Loures.

Quando D<sup>a</sup> Laura se preparava para vir a Guarapuava, recebeu de sua mãe uma imagem de Nossa Senhora de Belém. A mãe recomendou a Laura que trouxesse a imagem nos braços, para proteger dos perigos da viagem que ela faria a cavalo.

A viagem foi longa, por campos, florestas, rios sem pontes. Os viajantes subiram a Serra da Esperança e, quando iam atravessar o vau de um rio, foram atacados pelos índios camés. Na luta morreram muitos escravos e índios. D<sup>a</sup> Laura foi atingida por uma flecha na perna e seu cavalo, assustado, começou a correr.

Implorando a proteção da Santa, ela prometeu que, no lugar em que fosse salva, colocaria aquela imagem numa igreja. Imediatamente o animal foi dominado e quando se encontrava onde hoje é a Catedral, ela foi alcançada pelos companheiros de viagem.

A imagem foi, mais tarde, colocada na Igreja Matriz de Nossa Senhora de Belém, cujo oratório foi construído por seu tio, o Padre Chagas. O rio onde houve a luta passou a se chamar rio das Mortes (MARCONDES, 1998, p. 51).

A passagem acima descrita exemplifica de que modo se entrelaça a religião católica com a constituição da identidade do guarapuavano. Parte do sistema simbólicos de (auto)representação social na narrativa histórica, a fé católica é diretamente vinculada com a figura do colonizador. Assim como das outras vezes, os personagens da história figuram no mesmo processo, mas definem diferentes posições sociais. Ao observarmos a imagem abaixo, percebemos novamente a contraposição civilização *versus* barbárie; ao carregar a imagem da santa no colo, a pioneira carrega consigo o sinal da civilização e do desenvolvimento. Esgueirando-

<sup>68</sup> Prestando atenção vemos que este o tema representado nos azulejos que recobrem o pedestal que suporta a estátua equestre do Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, conforme figura 08.

<sup>69</sup> Neste caso podemos observar, como um exemplo, o lugar ocupado por tais imagens nas ilustrações e fotografias das capas dos livros, conforme anexos da dissertação.

<sup>70</sup> Tal característica pode ser observada nos apêndices do trabalho, os quais apresentam as tabelas com as divisões de capítulos dos livros e seus respectivos títulos e subtítulos.

se à espreita, o selvagem nu mais uma vez ganha a característica do entrave à colonização, sendo representado como o inimigo a ser combatido.



Óleo sobre tela: Iracema T. Ribeiro

Figura 10: Óleo sobre tela de Iracema Trinco Ribeiro. Imagem adaptada de MARCONDES, Gracita Gruber. *Guarapuava: História de Luta e trabalho*. Guarapuava: UNICENTRO, 1998.

Não podemos julgar que a constituição destas imagens de identificação sejam um processo essencialmente deliberado, haja vista que a construção das representações atua através dos elementos constituídos no imaginário social. Desta forma entendemos a atuação de tais elementos enquanto mecanismos que, ao aflorarem as tensões sociais, também buscam resolvê-las a partir da definição da identidade. Consideramos então que

O discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estáticos da realidade social, podem vir a ser instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade. Concluindo, a representação do real, ou o imaginário, é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo (PESAVENTO, 1995, p. 18).

Tendo em mente essas discussões, é possível pensarmos na proporção que podem tomar os elementos definidores da identidade ao serem assim representados. Na imagem abaixo o texto da lição do livro didático trata da saga da pioneira que trouxe a santa no colo para Guarapuava. O texto vem precedido da imagem da santa, sendo, portanto símbolo que ganha função específica ao se situar nas páginas de um livro didático.

### A SANTA PADROEIRA DE GUARAPUAVA



- Nossa Senhora de Belém - Padroeira de Guarapuava - PR

A imagem de Nossa Senhora de Belém acompanha Guarapuava desde a sua fundação.

Conta-se que quando a comitiva de Francisco Ferreira da Rocha Loures atravessava o vau de um rio, foi atacada violentamente pelos índios camés.

Esse rio foi, por isso, denominado Rio das Mortes.

Laura Rosa de França Loures, esposa de Francisco da Rocha Loures, trazia consigo a imagem da santa, que lhe fora dada como presente por sua mãe.<sup>8</sup>

Ferida na perna por uma flecha, pediu fervorosamente a proteção de Nossa Senhora de Belém.

Ela escapou da chacina, protegendo a imagem como a sua própria vida, trazendo-a até onde está situada a sede do nosso município.

A imagem que Laura Rosa conseguiu salvar, intacta, encontra-se no altar-mor de nossa Catedral.

(Bernadete D. Farah)

<sup>8</sup> Entrevista datilografada, concedida pelo Sr. Benjamin C. Teixeira, em 1969.

Figura 11: imagem retirada de: Governo do Município – Guarapuava. Nossa gente conta nossa história. 1986

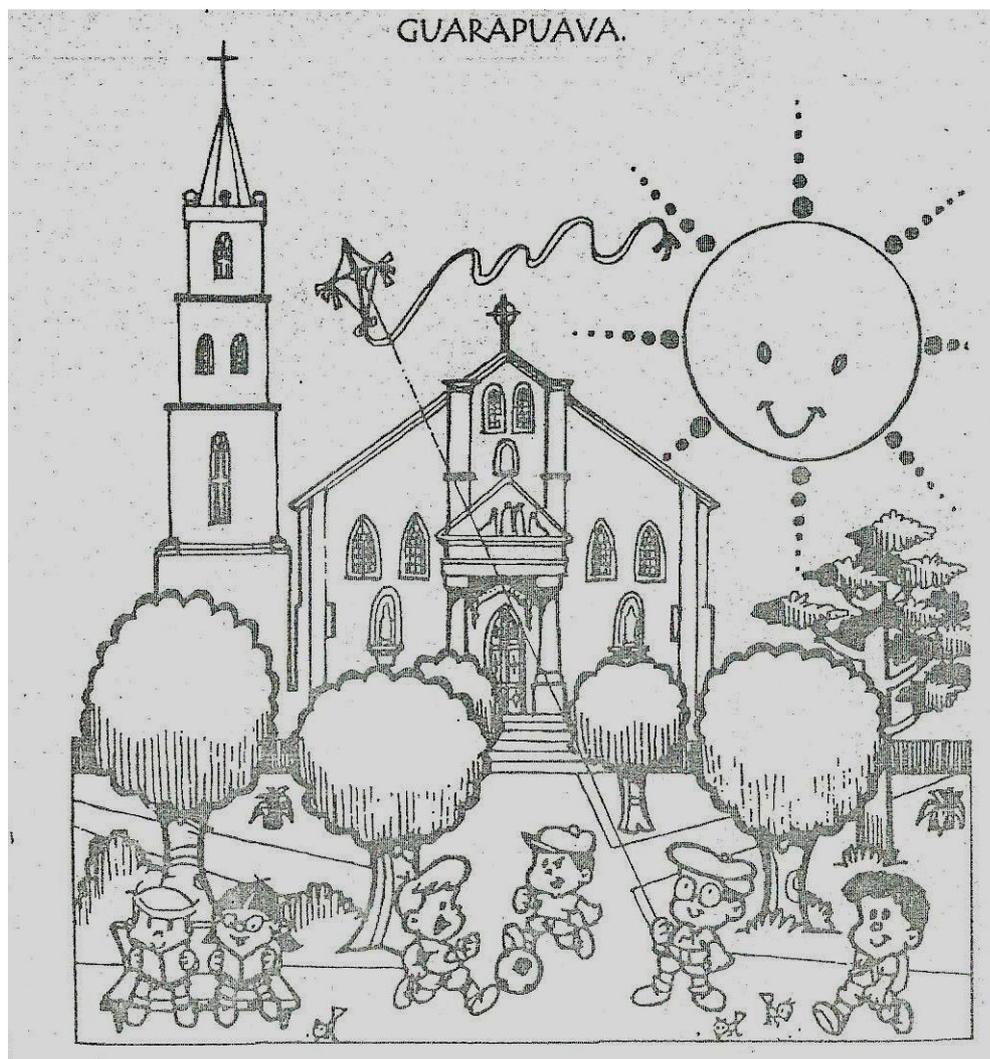


Figura 12: imagem adaptada, retirada de: PEREIRA, Julia de Santa Maria. *História de uma cidade contada por ela mesma*. Guarapuava: Gráfica Impresstet, 2007.

Ao analisar a reprodução acima, vemos a imagem da cidade ao ser representada, enquanto referente do “real” e também construção do imaginário, toma corpo e misturando-se à presença da igreja matriz, o que evoca duas instâncias diferentes mais que se completam: em primeiro lugar, legitima a religião católica tomada como traço identitário e entendida como “[...] a força que uniu os guarapuavanos nos primeiros tempos” (MARCONDES, 1998, p. 54); e num segundo momento invoca a memória dos pioneiros que “construíram” a cidade, e conforme afirma a autora, “[...] era o ponto de encontro onde, aos domingos, todos se reuniam para participar das missas, celebradas em latim” (1998, p. 54).

Sem a intenção de simplificar um processo complexo, podemos tomar a constituição da identidade guarapuavana tal qual a montagem de um painel que se

utiliza de várias imagens diferentes, porém interligadas. Cada uma dessas imagens parece ter sido criada por um procedimento específico, sendo este o contexto da formação social, das rupturas e continuidades que vieram a constituir o amplo conjunto de referentes e significados a que chamamos de imaginário. Nesse jogo com distintas peças, cabe aos jogadores a decisão de qual será a montagem e o resultado final, ficando este resultado, muitas vezes, atrelado à posição dos jogadores diante de tal cenário. Frente a essa discussão é perceptível a edificação de uma narrativa histórica local onde se apresenta um projeto de manutenção da elite local, não homogênea politicamente, divergindo muitas vezes, mas se auto-preservando e buscando impedir a abertura de espaços para outros personagens identificados, por esse agrupamento social como “de fora”, não merecendo destaque na história local de Guarapuava. Logicamente temos presente que essa construção identitária é uma via de mão dupla, pois, ao mesmo tempo que se constrói o “guarapuavano” se limita e define o outro, o estrangeiro, potencialmente perigoso para esse agrupamento social.

Considerando que a história por vezes é capaz de responder aos anseios e tensões sociais, pensar a legitimação da identidade a partir da construção de uma narrativa histórica para Guarapuava significa tentar compreender que respostas foram possíveis de ser alcançadas. Além disso, não se pode perder de vista que “[...] a *representação* que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social (CHARTIER, 2002, p. 177. Grifo do autor). Sendo assim, ter em mente a construção de um modelo de identidade significa estar atento às forças que movem os grupos sociais nesta direção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Logo nas primeiras páginas desta dissertação fizemos referência ao livro de Marc Bloch, obra na qual o autor explicita o que era, a seu ver, o “ofício de historiador”. Ao longo das pesquisas, leituras e análises que fizemos para a escrita deste trabalho, pudemos refletir um pouco mais a respeito de nossa prática bem como da função social do fruto de nosso trabalho. Consideramos, no entanto, que embora tenhamos feito um grande esforço para assumir aqui a postura de historiador, muito deste trabalho foi escrito, talvez com esforço igual, levando em conta a visão de “professor pesquisador em história”.

Por isso nossa preocupação, além de girar em torno de uma história social que leva em conta as implicações sociológicas da cultura, nos impeliu a discutir as demandas impostas pelo ensino de história, haja vista a natureza própria das fontes. No entanto, devemos destacar ainda dois eixos principais de discussão, prestamos atenção aos processos de escrita da história e às variantes de que são crivados.

Tratou-se, sobretudo, de um trabalho de crítica, sempre acompanhado de um esforço de compreensão; afinal, Bloch em suas reflexões perguntou se “[...] estaríamos tão seguros sobre nós mesmos e sobre nossa época para separar, na trupe de nossos pais, os justos dos malditos?” (2001, p. 126). Com certeza a resposta negativa a tal pergunta nos leva a assumir uma postura de humildade diante de nosso ofício, haja vista que temos consciência de nossas próprias fraquezas presentes neste trabalho, e de todos os méritos que contém as obras aqui analisadas. Ainda sobre o exercício de crítica e o historiador mediante dele, concordamos que

Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: “compreender”. Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de esperanças. Palavra, sobretudo, carregada de benevolência. Até na ação, julgamos um pouco de mais. É cômodo gritar “à força!”. Jamais compreendemos o bastante (BLOCH, 2001, p. 128).

Pensar a história desta maneira é estar atento às vicissitudes presentes no processo de sua escrita. Tal processo foi ao que tentamos estar sempre atentos, tanto no objeto das análises empreendidas quanto no processo de construção da dissertação. Destacamos ainda que “compreender, no entanto, nada tem de uma atitude de passividade” (BLOCH, 2001, p. 128), e por isso mesmo acreditamos na

relevância deste estudo. Sendo assim, nos permitimos agora retornar a alguns pontos que foram trabalhados durante o texto, não para reforçar as posições já tomadas, mas sim na tentativa de amarrar algumas discussões.

Em primeiro lugar, observamos que os diálogos estabelecidos com a temática do ensino de história foram pertinentes neste trabalho no sentido de entender as fontes em sua especificidade. Embora a categorização desses livros tenha sido um tanto complexa, levamos em conta a intencionalidade das autoras e a finalidade dos materiais para assim poder caracterizá-los como sendo didáticos e paradidáticos. Uma vez estabelecidos tais parâmetros, pudemos ter uma maior clareza quando da análise de seu conteúdo e estrutura, bem como, do jogo político que também está presente na elaboração de materiais e definição de conteúdos para aulas de história.

As discussões com o ensino escolar da história ainda nos ajudaram a pensar as formas como se procura disseminar a narrativa histórica construída para o local, bem como a maneira com que as estratégias de representação se colocam em “prática”. Acreditamos que a história tal qual apresentada nestes materiais serviu de suporte para fazer circular e ter maior abrangência as concepções de história, identidade, sociedade, família, homem, mulher, herói, etc. calcadas na experiência e na leitura de mundo de um grupo social na busca por se auto-afirmar. Com relação a imposição destes “modelos”, consideramos que “[...] os estudantes e as estudantes deveriam ser estimulados, nessa perspectiva, a explorar as possibilidades de perturbação, transgressão e subversão das identidades existentes” (SILVA, 2011, p. 100). Além do mais, ao pensar no ensino da história local, os diálogos estabelecidos com Bittencourt nos alertam que

torna-se fundamental aprofundar estudos sobre os diferentes sujeitos que participaram e participam da história local e nacional, sejam indígenas, trabalhadores urbanos ou rurais, políticos, empresários, fazendeiros, religiosos, etc. (2007, p. 49-50).

Outro elemento ao qual procuramos sempre estar atentos é o fato de que trabalhamos com a escrita da história local, e essa temática por si guarda especificidades, pois “[...] a História Local e Regional apresenta inúmeras possibilidades de descrição, de análise, de crítica, de interpretação e, ademais, de revisão historiográfica (BARBOSA, 1993, p. 02). Nesta perspectiva, as análises aqui empreendidas tentaram descortinar alguns dos mecanismos de construção da

história de Guarapuava, que marca um campo de disputa política e manutenção de poderes estabelecidos. Esta história parece estar imbuída de um sentido maior e operando em diferentes vias ao mesmo tempo: a) ela opera no sentido de criar uma historicidade para o “espaço físico Guarapuava”, por vezes até mesmo antes dele existir como tal, procurando assim justificar as raízes históricas pela antiguidade; b) ela atua nos processos de classificação dos lugares sociais por meio do estabelecimento do “padrão identitário” que emoldura o guarapuavano modelar para o grupo social em questão; c) é o espaço privilegiado de representação de um grupo social, sendo ele próprio o principal produtor desta história; d) por vezes ela é “cooptada” por grupos políticos – ou então sua produção leva em conta os interesses de tais, como o caso do manual didático ou então da comemoração do bicentenário do município – que utilizam esta narrativa histórica “tradicional” como meio de legitimação de suas posições de mando e seu “lugar social”; e) ela opera também na justificativa da situação presente, idealizando no passado um “destino manifesto” que não se cumpriu, da mesma forma que idealiza o futuro de plenas possibilidades.

Percebemos que tal história se ancora na memória e se empenha em reafirmar no presente determinados traços e personagens do passado. E justamente neste processo de seleção da memória que se opera a construção e reiteração da identidade: as “imagens criadas” e utilizadas para representar Guarapuava e os guarapuavanos figuram como artifício capaz de expressar pertencimentos no jogo social, afinal, “a identidade e a diferença tem a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com a disputa e luta em torno dessa atribuição (SILVA, 2011, p. 96).

Desta forma, encontramos uma gama de elementos capazes de dar a definição e classificar os indivíduos a partir da leitura de mundo do mesmo grupo que o opera. Assim, o guarapuavano foi (é), por natureza, tropeiro e pecuarista, e quando houve a “necessidade” de defender a posse do território e expandi-lo, foi bandeirante. Essas características podem ser verificadas na ligação existente com as figuras do grande proprietário de terra, patriarca da “tradicional família campeira”, e do bandeirante paulista, se relacionando com a ideia dos movimentos de colonização partindo de São Paulo. Sublinhamos ainda que essas preposições nos permitiram ligar esta produção à historiografia tradicional paranaense de nomes como Balhana, Machado, Martins, Wachowicz, e outros.

Além disso, a preponderância de algumas características em detrimento de outras podem ser avaliadas enquanto a construção da figura do “nós” e do “outro” nos jogos de identificação. O destaque dado à figura do português na definição da origem étnica do guarapuavano é uma dessas constatações; embora existam referências aos indígenas, aos negros, aos imigrantes, aos degredados, entre outros, a maneira como se encadeia a narrativa nos permite avaliar os lugares relegados a cada um desses elementos na constituição da sociedade. O texto e as entrelinhas, os silêncios e as ausências também constroem a narrativa; afinal, a representação se constitui do jogo dos presentes e ausentes. Por isso, pensar o terreno da constituição da identidade e da diferença é trabalhar com o processo da representação e do imaginário, pois

Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação (SILVA, 2011, p. 91).

A representação não é um terreno neutro, pelo contrário, é o campo próprio das lutas de distinção e de poder, da luta pelos bens simbólicos que distinguem e apresentam uma versão da realidade. Essa versão não é, nem tem a pretensão de ser, mais ou menos verdadeira do que o real, mas é em si um modo de exibição dos desejos dos grupos sociais. Conforme Hall, a representação

[...] tem a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Tem a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (2011, p. 109).

Tentamos percorrer ao longo desta dissertação alguns dos caminhos desenhados pelos esquemas de representação. Vimos que a escrita da história local está permeada e entremeada de intenções e definições de identidade; mas não podemos considerar que seja somente este o seu objetivo. Trata-se de um espaço onde podemos observar com maior clareza devido às especificidades a ele inerentes. Tentamos, no exercício de análise, considerar as premissas que nos fazem tomar a escrita da história enquanto uma “operação historiográfica”, fruto de um contexto e de intenções, marcada em sua essência por variantes que a fazem ser o que é. Esse motivo também nos faz atentar à importância de tais obras; com certeza a história local deve muito ao trabalho de Abreu, Marcondes, Dalla Vechia,

Pereira, Teixeira, dentre outros pesquisadores que levantaram grande volume de documentação sobre a história de Guarapuava, organizaram arquivos, coletaram depoimentos de história oral, publicaram pesquisas de grande importância dentro de seus contextos. Tais trabalhos deram azo a um grande número de pesquisas que vieram a fomentar produções sobre a história local.

Destarte, as demandas historiográficas e sociais a nós colocadas exigem que essa história seja objeto de reflexão, e acreditamos que essa é uma das principais forças que move a produção histórica. Encaramos esta empreitada tendo em mente que a história não se faz somente de datas, heróis, nomes e sobrenomes. A história é, sobretudo, uma representação do passado construída sempre no presente, no complexo território da diversidade de opiniões, papéis e intenções; cabe a cada historiador tomar o caminho a ele possível, ou o que melhor lhe parece.

## LISTA DE FONTES:

### BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Alcioly T. G.; MARCONDES, Gracita G. *Símbolos de Guarapuava*. Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava: Guarapuava, 1988.

Governo do Município. Guarapuava. *Nossa gente conta nossa história*. 1986.

MARCONDES, Gracita Gruber. *Guarapuava: história de luta e trabalho*. Guarapuava: UNICENTRO, 1998.

MARCONDES, Gracita Gruber. *Duzentos anos de uma caminhada histórica: 1810-2010*. Guarapuava: O Autor, 2010.

PEREIRA, Julia de Santa Maria. *História de uma cidade contada por ela mesma*. Guarapuava: Gráfica Impresset, 2007.

Prefeitura Municipal de Guarapuava; Secretaria Municipal de Educação (org.). *Em cena: GUARAPUAVA, sua história, nossa vida*. Guarapuava, 2004.

### DOCUMENTÁRIO:

“GUARAPUAVA 1810”: uma história de luta e conquista. Documentário. Produção Soma Cine TV. Direção artística CIA Arte & Manha. Roteiro: David Felchak, Rita Felchak, Joelma Baitel. Concepção: David Felchak, Joelma Baitel. Direção de Produção CIA Arte & Manha. Narração Luis Mello. Edição e Finalização: Thyago Basso Bueno. Direção de fotografia: Farpa Gomes. Co-direção: David Felchak, Direção: Cláudio Roberto da Silva. Disponível em: <<http://www.superinformado.com.br/guarapuava/%E2%80%9Cguarapuava-1810%E2%80%9D-esta-disponivel-na-internet/>>.

### ENTREVISTA ORAL:

Entrevista concedida por Gracita Gruber Marcondes e Alcioly Terezinha Gruber Abreu, realizada em 04 de março de 2012, com termo de autorização assinado. Gravação em vídeo e áudio, 114 min. e 14 seg. Transcrição: 50 páginas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. (orgs.) *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- AGRA DO Ó, Alarcon. Michel de Certeau e a “Operação Historiográfica. *VEREDAS FAVIP*, Caruaru, vol 1, n. 02, p. 48-56, jul./dez. 2004.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: Enciclopédia Einaudi (vol. 05, Anthropos – homem). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s/d., p. 296-332.
- BARBOSA, Agnaldo de Souza. *A propósito de um estatuto para a história local e regional: algumas reflexões*. Disponível em: <(http://www.franca.unesp.br/PROPOSITO\_REGIONAL.pdf)>. Acessado em 20 de maio de 2012).
- BASTOS, Maria H. C.; BENCOSTA, Marcus L. A.; CUNHA, Maria T. S. *Uma cartografia da pesquisa em história da educação na Região Sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (1980-2000)*. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar> Acesso em 15 de junho de 2010.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (orgs.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Mercado de Letras, 1999.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. Livro Didático entre textos e imagens. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.
- \_\_\_\_\_ (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_ *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- \_\_\_\_\_ *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* São Paulo: EDUSC, 2001.
- BORGES FILHO, Álvaro de Oliveira. *Estrutura de Referência aplicada à Gestão Estratégica capaz de promover o Desenvolvimento Regional Sustentável na região de Guarapuava – PR*. 2005. Tese (doutorado em Engenharia de Produção). UFSC. Florianópolis.
- BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Beyond “Identity”. *Theory and Society*. Vol. 29, n. 1, p. 1-47, 2000. Fev. 2000.
- BRUM, Ceres Karam. Tradicionalismo e educação no Rio Grande do Sul. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 138, p. 775-794, set./dez. 2009.

CADIOU, François [et al.]. *Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARRETERO, Mario. *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto e GONZÁLES, Maria Fernanda (orgs.). *Ensino da história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CERRI, Luis Fernando. Cidade e identidade. Região e ensino de história. In: ALEGRO, Regina Célia. (orgs.). *Temas e questões para o ensino da história do Paraná*. Londrina: EDUEL, 2008.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CORREA, Silvio Marcus. História local e seu devir historiográfico. *Métis: história e cultura/ Universidade de Caxias do Sul – v.1.n.2, jul./dez. 2002 – Caxias do Sul: Educs, 2003.*

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIEHL, Antônio Astor. *Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

DURAT, Cristiano Augusto. *Os processos incorporativos do indígena Kaingang de Atalaia à sociedade luso-brasileira: o papel do catolicismo*. Dissertação (mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: 2006.

ESPIG, Márcia Janete. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 10, dezembro de 1998. Disponível

em: <(http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6220/3711)>. Acessado em: 15 de maio de 2012.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a história local. In: *Ensino em Re-vista*, v. 4, p. 1, jan./dez. 1995. pp. 43-51.

FERNANDES, Marcos Aurélio Machado. *Poder e comércio: a associação comercial e industrial de Guarapuava (1955-1970)*. Curitiba: Editora CRV, 2010.

FERRO, Marc. *A história vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática do ensino de história: experiências, reflexões e aprendizado*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

\_\_\_\_\_. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papyrus, 2000.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. *História & ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FONTES, Virgínia. História, poder e práticas sociais. In: *Tempos históricos/ Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus Marechal Cândido Rondon. Colegiado do curso de história. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Lider, 2005.*

FREITAG, Liliane da Costa. *Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação*. Tese (doutorado em história). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca: UNESP, 2007).

\_\_\_\_\_. *Co ivi guerecô iara, em nome dos pais, dos filhos e da tradição: a conquista do rural e a região criada*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH, São Paulo, Julho de 2011. Disponível em <(http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300932145\_ARQUIVO\_AspraticasquetracejamregioesnoambitodesuasinterdisciplinaridadestalveztenhasidoumArtigo2011anpuhvalido.pdf)>. Acessado em 19 de abril de 2012.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas técnicas para o trabalho científico: explicitação das normas da ABNT*. Porto Alegre: s. n., 2010.

GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru: EDUSC; Uberlândia: EDUFU, 2004.

GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. (orgs.) *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, Vol. I, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Eric. Não basta a história de identidade. In: \_\_\_\_\_. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LACHESKI, Edilane. *Guarapuava no Paraná: discurso, memória e identidade (1950-2000)*. Dissertação (mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2009.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 5º ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

MARIA, Maurício de Fraga Alves; TEMBIL, Márcia. História cultural e elites locais. In: CAMPIGOTO, José Adilçom; SCHODOLAK, Hélio (orgs.). *Estudos em história cultural na região sul do Paraná*. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

MARIA, Maurício de Fraga Alves. *Crônicas da alta sociedade: discursos, representações, cotidiano nas colunas do jornal Folha do Oeste (Guarapuava, PR, 1959-1964)*. Dissertação (mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis: 2011.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de Menezes. *Crítica da noção de identidade cultural*. Paper apresentado na XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Simpósio 02: —Subjetividade, Identidade e Brasilidade||. Brasília, jul. 2000.

MUNAKATA, Kasumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos César de. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto história*. São Paulo, n. 10, dezembro 1993, p. 1-28.

OLINTO, Beatriz Anselmo. *Pontes e Muralhas: diferenças, lepra e tragédia no Paraná no início do século XX*. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

PEREIRA, Inês. Identidades em rede: construção identitária e movimento associativo. *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 40, 2002, pp. 107-121

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

\_\_\_\_\_. Em busca de uma outra história: imaginando imaginários. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 9-27. 1995.

POHL, Walter. *Aux Orígenes d'une Europe ethnique: transformations d'identités entre Antiquité et Moyen Âge*. In : *Annales HSS*, janvier-février, 2005, n. 1, pp. 183-208.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 02, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PONTAROLO, Fábio. *Homens de ínfima plebe: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 59-72.

REZNIK, Luís. *Qual o lugar da história local?* Disponível em: <(www.historiadesaogoncalo.pro.br)>. Acesso em 25 de setembro de 2011.

SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos. *Visconde de Guarapuava: personagem na história do Paraná: trajetória de um homem do século XIX*. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

\_\_\_\_\_. *Rememoração/Comemoração: 200 anos da chegada do colonizador nos Campos de Guarapuava*. Disponível em: <(http://www.vivaguarapuava.com.br/?p=101 )>. Acessado em 24 de abril de 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SILVA, Walderez Pohl da. *Entre Lustosa e João do Planalto: a arte política na cidade de Guarapuava (1930-1970)*. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

TEMBIL, Márcia. *Em busca da cidade moderna: Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias*. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A – Apresentação do sumário do livro didático “Nossa gente conta nossa história”**

Governo do Município – Guarapuava. <b>Nossa gente conta nossa história</b> . 1986.		
<b>AUTORES</b>	<b>TÍTULO DOS TEXTOS</b>	<b>TEXTOS SUPLEMENTARES/CONTEÚDOS TRABALHADOS</b>
Silvino Antônio Turco	Poesia: <b>MENINO QUE VAI À ESCOLA</b>	Você sabe se orientar?
Terezinha Aguiar Vaz	<b>GUARAPUAVA PARA VOCÊ</b>	Alfabeto; Poesia: FLOR DO MEU PARANÁ (Laudenora Ferreira); Localização de Guarapuava; Limites de Guarapuava.
Giocondo Fagundes	<b>DONA MAÇÃ E DONA UVA NÃO TÊM ÁGUA E PROVOCAM CHUVA</b>	Sílabas
Gracita Gruber Marcondes	<b>CASA VELHA</b>	Zona Rural e Zona Urbana; Comunidade; O uso do M e do N, do R e do RR.
Bernadete Denck Farah	<b>MÉDICOS DA TERRA</b>	O uso do S e do SS
Gracita Gruber Marcondes	<b>O NOME DA MINHA RUA</b>	Sinais de trânsito
Alcioly Terezinha Gruber Abreu	<b>ESTA TERRA TEM DONO</b>	Usos e costumes indígenas
Gracita Gruber Marcondes	<b>E OS PORTUGUESES DESCOBREM GUARAPUAVA</b>	Encontro vocálico; Encontro Consonantal.
Gracita Gruber Marcondes	<b>RESPONDA SE FOR CAPAZ</b>	Vamos conhecer mais alguma coisa sobre o nosso município?; Sinais de pontuação 1.
Maria Aparecida Ribas Siqueira	<b>PROMESSA CUMPRIDA</b>	Sinais de pontuação 2
Silvino Antônio Turco	<b>FIO DE BIGODE</b>	Sinais de pontuação 3
Déris Souza de Matos	<b>BRINCOS-DE-</b>	Substantivo 1

	<b>PRINCESA</b>	
Telma B. França	<b>PARABÉNS E FELICIDADES</b>	Substantivo 2
Raquel Eliane Rosas Fernandes	<b>O IMBUZEIRO</b>	Clima e solo de Guarapuava; Riquezas naturais; Riquezas minerais e Fauna.
Nikon Tembil	<b>ROSINHA E OS PINHEIRAIS</b>	Substantivo: Gênero e Número
Terezinha Aguiar Vaz	<b>AS SERRARIAS</b>	Diálogo
Bernadete Denck Farah	<b>A CONQUISTA PELA UNIÃO</b>	Cooperativismo; Sinônimos; Antônimos.
Terezinha Aguiar Vaz	Jogral: <b>ERVA-MATE</b>	Acentuação e anotações léxicas
Gracita Gruber Marcondes	<b>O FORTIM ATALAIA</b>	A população de Guarapuava; Sílabas tônicas.
Maria Aparecida Ribas Siqueira	<b>AS SESMARIAS</b>	Classificação das palavras quanto à acentuação
Elisabete Maria Pacheco	<b>A TERRA DO FOGO ACESO</b>	Poesia: JOÃO CELESTE, O TROPEIRO (Elisabete Maria Pacheco)
Maria Helena Juri Reston Pinto	<b>ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b>	Poesia: CHAFARIZ DA MINHA INFÂNCIA (Silvino Antônio Turco); Número do substantivo.
Gracita Gruber Marcondes	<b>A ESCRAVIDÃO EM GUARAPUAVA</b>	COMO ERAM TRATADOS OS ESCRAVOS EM GUARAPUAVA (Gracita Gruber Marcondes); Poesia: ABOLICIONISTA GUARAPUAVANO (Terezinha Aguiar Vaz).
Gracita Gruber Marcondes	<b>HENRIQUE, O LOUCO</b>	Graus do substantivo
Bernadete Denck Farah	<b>A VIAGEM</b>	Meios de comunicação; Guarapuava e as comunicações.
Maria Helena Juri Reston Pinto	<b>VIDA NA FAZENDA</b>	Descrição; Adjetivos.
Terezinha Aguiar Vaz	<b>COSTUMES E CRIATIVIDADE</b>	Indústria; Comércio; Artigos.

Virgínia Maria Chociai Thamm	<b>UMA ATITUDE INTELIGENTE</b>	Bens públicos e Serviços públicos; Tributação municipal; O Município.
Bernadete Denck Farah	<b>CONVERSA COM O CARTEIRO</b>	Redação de carta, bilhete, aviso e notícia
Bernadete Denck Farah	<b>A SANTA PADROEIRA DE GUARAPUAVA</b>	Pronomes
Gracita Gruber Marcondes	<b>O SUSTO DO BOITATÁ</b>	Folclore guarapuavano: Cavalhadas, Folia do Divino, Dança de São Gonçalo e tradições Gaúchas
Bernadete Denck Farah	<b>O VELHO PROFETA</b>	Verbos
Laura Maria Bastos Pupo	<b>VIDA SOCIAL</b>	Conjugação de verbos
Terezinha Aguiar Vaz	<b>NOSSAS FESTAS</b>	Guarapuava e sua economia
Nivaldo Kruger	<b>PROGRAMA PLANALTO VERDE</b>	A abrangência do Programa Planalto Verde; Sujeito.
Maria Helena Juri Reston Pinto	<b>QUE GOSTOSA!</b>	NOSSAS MAÇÃS (Silvino Antônio turco); Predicado.
Vitório Dela Bruna	<b>VALENTIN, O AGRÔNOMO</b>	A educação em Guarapuava
Gracita Gruber Marcondes	<b>TAREFA BEM FEITA</b>	Recursos culturais e artísticos de Guarapuava
Laura Maria Bastos Pupo	<b>A BANDA JOVEM</b>	O RECANTO DO JORDÃO (Maria Helena Juri Reston Pinto); Poesia: DOMINGO NO JORDÃO (Silvino Antônio Turco).
Maria Helena Juri Reston Pinto	<b>A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GUARAPUAVA</b>	MEDICINA CASEIRA (Bernadete Denck Farah); Advérbio.
Alicioly Terezinha Gruber Abreu	<b>A EXCURSÃO</b>	Escudo, Bandeira e Hino de Guarapuava
		Tenente Coronel Diogo Pinto de

Gracita Gruber Marcondes	<b>FUNDADORES DE GUARAPUAVA</b>	Azevedo Portugal; Tenente Antônio da Rocha Loures; Padre Francisco das Chagas Lima.
-----------------------------	-------------------------------------	---

**APÊNDICE B – Apresentação do sumário do livro paradidático “Guarapuava: história de luta e trabalho”**

MARCONDES; Gracita Gruber. <b>Guarapuava: história de luta e trabalho.</b> Guarapuava: UNICENTRO, 1998.		
<b>CAPÍTULO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>SUBTÍTULOS</b>
Capítulo I	<b>CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO FÍSICO</b>	Localização do Município de Guarapuava; Coordenadas Geográficas; Clima – Densidade – Solo; População – Taxa de Crescimento – Eleitores; Tradição Vocacional; Macrorregião 4 do Estado do Paraná; Microrregião Campos de Guarapuava; Superfície – Limites – Distritos; Hidrografia – Topografia; Mapa do Município de Guarapuava.
Capítulo II	<b>ORIGEM DO NOME</b>	Por que nossa terra se chama Guarapuava; O Lobo Guará; Antigos nomes de Guarapuava; Alguns apelidos de Guarapuava.
Capítulo III	<b>A GUARAPUAVA ESPANHOLA</b>	A Província de Vera; Guairacá; A Paz pela religião; A destruição das Reduções Jesuíticas; O domínio espanhol em Guarapuava; Marcos que lembram a Província de Vera.
Capítulo IV	<b>O DOMÍNIO PORTUGUÊS</b>	A chegada dos portugueses a Guarapuava; A primeira missa e a posse da terra; Os diamantes da serra; O rio Jordão; Soneto “rio Jordão”; O rio Pinhão.

Capítulo V	<b>OS PRIMEIROS HABITANTES DA TERRA</b>	Os filhos da terra; Os índios caingangues; Um mundo mágico religioso; Uma pedra de açúcar era o prêmio da catequese; Sábias lições; Educação e organização social e política; A lenda do fogo; Os funerais; Brincadeiras indígenas; Costumes indígenas; Herança indígena; Onde estão os Filhos da Terra?; O índio guarani.
Capítulo VI	<b>A COLONIZAÇÃO DE GUARAPUAVA</b>	A Real Expedição Colonizadora; Como nasceu a Cidade de Guarapuava; A Santa que escolheu o lugar de sua igreja; Patrimônio cultural que merece ser preservado; Relembrando o passado; A fé que uniu os guarapuavanos.
Capítulo VII	<b>A ESCRAVIDÃO EM GUARAPUAVA</b>	Nossas raízes africanas; A origem do escravo guarapuavano; O comércio de escravos; Um presente diferente; Vida de escravo; Resistência e castigo; A campanha abolicionista; A abolição da escravatura em Guarapuava; Contribuição cultural africana.
Capítulo VIII	<b>QUEM É O GUARAPUAVANO</b>	Qual a sua formação étnica?; Distribuição da população por condição social – Séc. XIX; Por que o guarapuavano é chamado de gaúcho?; Os pioneiros; Primeiros tempos: anos difíceis; Explorando o sertão; Ampliando o território nacional; Bandeiras guarapuavanas; Guarapuavanos fundando povoados e vilas; A mulher guarapuavana; As precursoras.
		Trabalho e vontade de vencer

Capítulo IX	<b>DESENVOLVENDO A ECONOMIA</b>	desenvolveram a economia; Os tropeiros transportando o progresso no casco das mulas; Guarapuavanos no Tropeirismo Sulino; A economia atual – Agricultura; Pecuária; Produtos industrializados; Cooperativas; Ecologia – Preservação da natureza; Os pioneiros do comércio e da indústria em Guarapuava.
Capítulo X	<b>IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA</b>	A contribuição dos nossos irmãos estrangeiros; Portugueses, africanos e franceses; Ucranianos, austríacos e poloneses; Árabes e sírio-libaneses; Italianos e alemães; Suábios do Danúbio e Japoneses; Grupos Folclóricos.
Capítulo XI	<b>FOLCLORE</b>	Brincando de ciranda e de rodar piões; As cavalcadas; A lenda da “Lagoa das Lágrimas”; Cobra ou dragão; A lenda da Intendência; A lenda do baile das feias; A lenda da “Capela do Degolado”; As profecias e os contos de João Maria; A dança de São Gonçalo; As festas juninas da Guarapuava de outrora; A Bandeira do Divino; A mesada de Anjos; A tropeada; Pratos típicos; Encontro de Arte Folclórica.
Capítulo XII	<b>MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA</b>	Picadas caminhos e estradas melhoraram a qualidade de vida; Transportes coletivos; Terminal rodoviário de Guarapuava; Transporte ferroviário; Transporte aéreo; Transporte coletivo urbano – Estação da Fonte; Conheça o antigo nome de sua

		rua; Praças e parques; Guarapuava e as comunicações; Imprensa escrita e falada.
Capítulo XIII	<b>ÁGUA TRATADA E SANEAMENTO BÁSICO</b>	A água que jorrava da fonte e os chafarizes da Vila; Enfim água encanada.
Capítulo XIV	<b>ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>	Os lampiões a querosene que fizeram a magia da cidade; A luz elétrica.
Capítulo XV	<b>EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	O tempo em que só os homens aprendiam a ler; Colégios e escolas de Guarapuava; Universidade do Centro-Oeste – UNICENTRO.
Capítulo XVI	<b>RECURSOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS</b>	Uma banda, uma saudade; Artesanato e Artes Plásticas; Artes Cênicas; FETECO (Festival de Teatro Amador); Coral Unicanto; Museu Entomológico “Hipólito Schneider”; Museu Municipal “Visconde de Guarapuava”; Biblioteca Municipal “Padre Ruiz de Montoya”; Biblioteca “Blandina Catarina Turco”; Arquivo Histórico Municipal; Casa da Cultura; Casa do Imigrante; Conselho Municipal de Preservação da Memória; Espaço Cultural; Criatividade dos artistas – CRIARTE; Usina do Conhecimento.
Capítulo XVII	<b>LAZER E ESPORTES</b>	Clubes sociais, recreativos e esportivos; Clubes de futebol; Ginásio de Esportes “Joaquim Prestes”; Parque Recreativo do Jordão.
Capítulo XVIII	<b>SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	Cuidados com a saúde pública e assistência social; Promoção social.

Capítulo XIX	<b>ADMINISTRANDO GUARAPUAVA</b>	A evolução político-administrativa de Guarapuava; Relação dos prefeitos eleitos e nomeados pela ditadura; Relação dos prefeitos substitutos; Paço municipal.
Capítulo XX	<b>MOVIMENTOS ARMADOS</b>	Guarapuava na Guerra do Paraguai; A revolução que dividiu os guarapuavanos em pica-paus e maragatos.
Capítulo XXI	<b>OS SÍMBOLOS DE GUARAPUAVA</b>	Escudo; Bandeira; Hino de Guarapuava.
Capítulo XXII	<b>GUARAPUAVA HOJE</b>	Guarapuava, seu potencial e seu futuro
	<b>LEITURAS COMPLEMENTARES</b>	Histórico do local “Parque da Cidade”; Como se trajava a mulher guarapuavana; A indumentária masculina; A bombacha em Guarapuava; Influência platino-riograndense; Presidentes da Câmara Municipal de Guarapuava.

**APÊNDICE C – Apresentação do sumário do livro “*Em cena: GUARAPUAVA, sua história, nossa vida*”**

Prefeitura Municipal de Guarapuava; Secretaria Municipal de Educação (org.). <b>Em cena: GUARAPUAVA, sua história, nossa vida.</b> Guarapuava, 2004.	
<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO/AUTOR</b>	<b>TEMA</b>
Escola Mun. Prof. Pedro Itararé	<b>A ORIGEM DO NOME DA CIDADE</b>
Escola Mun. Abílio Fabriciano de Oliveira	<b>HABITANTES PRIMITIVOS</b>
Escola Domingos Sávio	<b>LENDAS INDÍGENAS</b>
Centro Mun. de Educação Infantil Palmeirinha	<b>DOMÍNIO ESPANHOL – A LENDA DA INTENDÊNCIA E A LENDA DE PAI ZUMÉ</b>
Escola Mun. Dom Bosco	<b>CACIQUE GUAIRACÁ</b>
Escola Mun. Pof <sup>a</sup> Julieta Aciutti	<b>GUARAPUAVA PORTUGUESA</b>
Centro Mun. de Educação Infantil Santa Cruz	<b>EXPEDIÇÕES DE AFONSO BOTELHO DE SAMPAIO E SOUZA</b>
Escola Mun. Prof. Ruy Virmond Marques	<b>A FAMÍLIA REAL PORTUGUESA E A OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA</b>
Escola Mun. Antonio Lustosa de Oliveira	<b>O FORTIM ATALAIA</b>
Centro Mun. de Educação Infantil Boqueirão	<b>FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE BELÉM DE GUARAPUAVA</b>
Centro Mun. de Educação Infantil Bonsucesso	<b>DIOCESE DE GUARAPUAVA</b>
Centro Est. de Educação Básica para Jovens e Adultos	<b>OUTROS CREDOS, TEMPLOS E IGREJAS DE GUARAPUAVA – FUNDADOS ATÉ 1960</b>

Escola Mun. São Pedro	<b>GUARAPUAVA ONTEM E HOJE</b>
Escola Mun. Roberto Cunha e Silva	<b>ABERTURA DA ESTRADA DAS MISSÕES: O TROPEIRISMO</b>
Escola Mun. Dalila Haenisch Teixeira	<b>A ESCRAVIDÃO NEGRA EM GUARAPUAVA</b>
Escola Mun. Manoel Moreira de Campos	<b>ESCRAVO ROCEIRO E ESCRAVO DE GANHO</b>
Escola Mun. Irene Guimarães Pupo	<b>A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA EM GUARAPUAVA</b>
Escola Mun. Capitão Wagner	<b>IDENTIDADE ÉTNICO-CULTURAL DO GUARAPUAVANO</b>
Escola Mun. General Eurico Dutra	<b>FUNDAÇÃO DA VILA DE GUARAPUAVA E ELEVÇÃO À CIDADE</b>
Escola Mun. Sofia Horst	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA</b>
Escola Mun. Profª Carlita Guimarães Pupo	<b>NOSSOS IRMÃOS IMIGRANTES</b>
Colégio Estadual Manoel Ribas	<b>A ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM GUARAPUAVA</b>
Escola Mun. Benedita dos Santos	<b>O SANEAMENTO BÁSICO EM GUARAPUAVA</b>
Centro Mun. de Educação Infantil Vila Carli	<b>TEATRO SANTO ANTÔNIO</b>
Escola Mun. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck	<b>PRESÍDIO DE GUARAPUAVA E GUARDA NACIONAL</b>
Jeep Clube Serra Acima	<b>A POLÍCIA MILITAR EM GUARAPUAVA</b>
Escola Aldeia do Sol	<b>O CORPO DE BOMBEIROS DE GUARAPUAVA</b>
Escola Mun. Santa Cruz	<b>OS MILITARES EM GUARAPUAVA</b>

Clube de Desbravadores Pérola do Oeste	<b>PARTICIPAÇÃO DE GUARAPUAVA NA GUERRA DO PARAGUAI</b>
Colégio Aliança	<b>A REVOLUÇÃO FEDERALISTA EM GUARAPUAVA</b>
Escola Mun. Enoch Tavares	<b>LENDA DO BAILE DAS FEIAS</b>
Escola Mun. Raul Henrique Lupattelli	<b>LENDA DA CAPELA DO DEGOLADO</b>
Centro Mun. de Educação Infantil Primavera	<b>AS PROFECIAS DE JOÃO MARIA</b>
Escola Mun. Maria de Jesus Taques	<b>AS FESTAS JUNINAS DE GUARAPUAVA</b>
Centro de Educação Infantil Vitória	<b>AS CAVALHADAS EM GUARAPUAVA</b>
Centro de Educação Infantil Primeiros Passos	<b>LAGOA DAS LÁGRIMAS</b>
Centro Mun. de Educação Infantil Morro Alto	<b>LENDA DA LAGOA DAS LÁGRIMAS</b>
Escola Mun. Vila Palmira	<b>FESTA DO DIVINO – MESADA DE ANJOS</b>
Centro de Tradições Gaúchas “Chaleira Preta”	<b>A DANÇA DE SÃO GONÇALO</b>
Escola Mun. São José	<b>BANDAS DE MÚSICA</b>
Escola Mun. Prof. Chester Kochanski	<b>SABATINAS DE ARTE E CORAIS</b>
Escola Mun. Padre Estanislau Cebula	<b>MEMÓRIA URBANA – CASARÕES ANTIGOS</b>
Escola Mun. Profª Silvanira Acyoli Lins Penha	<b>PRAÇA 9 DE DEZEMBRO</b>
Escola Mun. Hildegard Burjan	<b>FAMÍLIAS TRADICIONAIS GUARAPUAVANAS</b>
Centro Mun. de Educação Infantil Vila Bela	<b>AS VESTIMENTAS GUARAPUAVANAS NO PASSADO</b>

Escola Mun. Hipólita Nunes de Oliveira	<b>OS CARNAVAIS GUARAPUAVANOS DE OUTRORA</b>
Escola Mun. Prof. Dionísio Kloster Sampaio	<b>CICLOS ECONÔMICOS DE GUARAPUAVA</b>
Escola Mun. Profª Dirce Terezinha Jaeger	<b>MUSEUS DE GUARAPUAVA</b>
Escola Mun. Alcindo de França Pacheco	<b>EVOLUÇÃO DOS TRANSPORTES EM GUARAPUAVA</b>
Escola Mun. Prof. Francisco Contini	<b>MARIA FUMAÇA</b>
Escola Mun. Carolina G. Franco	<b>COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE GUARAPUAVA, NOS PRIMEIROS TEMPOS</b>
Escola de Educação Infantil Arca de Noé	<b>A REDE BANCÁRIA EM GUARAPUAVA</b>
Centro Mun. de Educação Infantil Santana	<b>HISTÓRICO DOS HOSPITAIS DE GUARAPUAVA</b>
Escola Mun. Profª Luiza Pawlina do Amaral	<b>ESPORTE E LAZER</b>
Escola Mun. Princesinha	<b>SÍMBOLOS DE GUARAPUAVA</b>
Centro Est. de Educação Profissional Francisco Carneiro Martins	<b>ÍCONES DA HISTÓRIA DE GUARAPUAVA</b>
Escola Mun. Princesa Isabel	<b>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA</b>
Escola Rural Mun. Prof. Reinhardt Maack	<b>IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS-NÚCLEO EM GUARAPUAVA</b>
Centro Estadual de Educação Profissional Arlindo Ribeiro; Escola Mun. Prof. Conrado G. de Oliveira	<b>O ARTESANATO EM GUARAPUAVA</b>
Escola Santa Terezinha do Menino Jesus	<b>ARTES PLÁSTICAS EM GUARAPUAVA</b>

Escola Mun. Gabriel Hugo Rios	<b>CORREIOS – IMPRENSA ESCRITA – ATÉ 1900</b>
Complexo de Ensino Campo Real – Colégio Objetivo	<b>IMPRENSA ESCRITA E FALADA EM GUARAPUAVA A PARTIR DE 1900</b>
Escola Mun. Lúcia Scheidt Curi	<b>LITERATURA GUARAPUAVANA</b>
Escola Mun. Profª Carmen Teixeira Cordeiro	<b>PERSONALIDADES QUE SE DISTINGUIRAM NA HISTÓRIA DE GUARAPUAVA – DESTAQUES DE ONTEM E HOJE</b>
Colégio Nossa Senhora de Belém	<b>A CULTURA GUARAPUAVANA</b>
Escola Mun. Elcídia de Santa Maria Pereira	<b>VOLUNTÁRIOS “LOBO SOLITÁRIO”</b>
Colégio Estadual Maria de Jesus P. Guimarães; Grupo Escoteiro “Guará-Puava”; Grupo Escoteiro “Manoel Ribas”	<b>O ESCOTISMO EM GUARAPUAVA</b>
	<b>PROMOÇÃO SOCIAL</b>
	<b>PROGRAMA BAIROS EM AÇÃO</b>
	<b>FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DO MENOR (FUBEM)</b>
	<b>A SAÚDE EM GUARAPUAVA</b>
	<b>CENTRO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (CESOC)</b>
	<b>COMUNIDADE KOLPING DO VERBO DIVINO</b>
	<b>BANDA JOVEM MAESTRO LEONEL ROSSETIM</b>
	<b>FANFARRA MUN. JOZOEL DE FREITAS</b>

	<b>ASSOCIAÇÃO DE GUARDAS E VIGIAS DE GUARAPUAVA</b>
	<b>3ª REGIÃO DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DO PARANÁ (MTG/PR)</b>
	<b>CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS “FOGO DE CHÃO”</b>
	<b>CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS “LAÇO DE OURO”</b>
	<b>GRUPO DE DANÇA DE SALÃO “ORGULHO PAMPEANO”</b>
	<b>APADEVI</b>
	<b>APAE</b>
	<b>EQUIPE GUARÁ TRILHA</b>
	<b>MOTO CLUBE BUGRE’S</b>
	<b>GRUPO DE DANÇA CAMPEIRISMO</b>
	<b>16º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR</b>
	<b>CORPO DE BOMBEIROS</b>
	<b>26º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA</b>

**APÊNDICE D – Apresentação do sumário do livro paradidático “Duzentos anos de uma caminhada histórica: 1810-2010”**

MARCONDES, Gracita Gruber. <b>Duzentos anos de uma caminhada histórica: 1810-2010.</b> Guarapuava: O Autor, 2010.		
<b>CAPÍTULO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>SUBTÍTULOS</b>
Capítulo I	<b>ASPECTOS FÍSICOS E HUMANOS</b>	Nome; Localização; Clima; Índice pluviométrico; Solo; Microrregião Campos de Guarapuava; Superfície primitiva; Limites atuais; Distritos; População; Identidade étnico-cultural; O homem da roça; Os ícones; Relevo; Hidrografia.
Capítulo II	<b>MEIO BIOLÓGICO</b>	Vegetação e flora; Preservação do meio ambiente.
Capítulo III	<b>O ESPAÇO VITAL HUMANO – O HOMEM PRÉ-HISTÓRICO</b>	O indígena; Usos e Costumes dos Kaingang; Habitação; Alimentação; Vestuário; Casamento e Religiosidade; Agricultura; Pecuária; Trabalho; Brincadeiras Infantis; Os funerais; Educação e Organização Social; O Índio Tupi-guarani.
Capítulo IV	<b>LENDAS INDÍGENAS</b>	Lenda da Criação; Lenda do Fogo; Lenda de Naipí e Tarobá; Resistência Kaingang; Tradições, assaltos, emboscadas; O massacre dos Xetá; Principais líderes indígenas:

		Guairacá, Pahy, Yongong, Luiz Tigre Gacon; O legado cultural indígena; Onde estão os filhos da terra?; A Pastoral Indígena e Indigenista.
Capítulo V	<b>ESPAANHÓIS NO OESTE PARANAENSE</b>	Colombo a serviço da Espanha; A reação portuguesa; A posse espanhola; O Ciclo Encomendero; O Ciclo Jesuítico; O socialismo cristão guarani; O Ciclo Bandeirante.
Capítulo VI	<b>EXPEDIÇÕES AO SERTÃO DO TIBAGI</b>	A procura da Serra de Apucarana; Expedições de reconhecimento do Sertão do Tibagi; A descoberta de Guarapuava pelos portugueses; A posse da terra
Capítulo VII	<b>O DOMÍNIO PORTUGUÊS</b>	Diogo Pinto de Azevedo Portugal; O Fortim Atalaia; Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava; A Catequese: Padre Francisco das Chagas Lima; Antônio da Rocha Loures.
Capítulo VIII	<b>A SAGA DOS PIONEIROS DE GUARAPUAVA</b>	Famílias pioneiras; Indumentária masculina; O uso da bombacha; A influência platino-rio-grandense; A garra das pioneiras; Mulheres sesmeiras.
Capítulo IX	<b>ESCRAVIDÃO AFRICANA</b>	A escravidão africana em Guarapuava; A origem do escravo guarapuavano; Vida de escravo; Resistência e castigo; Abolição da escravatura; Contribuição cultural africana; Discriminação racial; Belmiro Sebastião de Miranda; Job de Siqueira Cortes; Abel Sérgio de Oliveira.
Capítulo X	<b>A EXPANSÃO TERRITORIAL</b>	Colônia de Sacramento; Desbravamento do sertão do Brasil Meridional; Athanagildo Pinto Martins; Os Campos de Palmas;

		O Caminho das Missões; Comunicação com o Sul, com Mato Grosso e o Paraguai; O Campo do Paiquerê ou Campo do Mourão; Comunicação com a Argentina.
Capítulo XI	<b>ESTRUTURA FUNDIÁRIA E EVOLUÇÃO ECONÔMICA DE GUARAPUAVA</b>	Estrutura fundiária; Evolução econômica: a pecuária; O ciclo do ouro; O tropeirismo; Estrada das Missões; A importância do tropeirismo; Saldos positivos do tropeirismo; O cavalo “guarapuava”; Tradicionalismo; A pecuária de alta linhagem.
Capítulo XII	<b>FATORES ECONÔMICOS</b>	Erva mate; Suinocultura; Setor madeireiro; A cultura da maçã; Evolução da agropecuária e o capital financeiro no campo.
Capítulo XIII	<b>PICADAS, TRILHAS, CAMINHOS, ESTRADAS</b>	Trilhas e caminhos; A estrada de rodagem; Estratégica: BR 35; Rodovia federal 277; Transportes coletivos intermunicipais; Transporte coletivo urbano; Transporte ferroviário; Transporte aéreo.
Capítulo XIV	<b>OS DESMEMBRAMENTOS</b>	Colônia Thereza; Palmas; Problema social do Contestado e a Guerra dos Peludos e Pelados; Estado das Missões; Território do Iguaçu; Emancipação de Prudentópolis; Emancipação de Foz do Iguaçu; Laranjeiras do Sul; Pitanga; Palmital; Inácio Martins; Cantagalo; Candói; Campina do Simão; Goioxim.
		Vendedores ambulantes; A sociedade Sá, Virmond e Cia; O Sítio Santa Maria;

Capítulo XV	<b>COMÉRCIO E INDÚSTRIA</b>	Casa Missino; Mercearia Ukraína; Ponto Chique e Padaria Triunfante (hoje mercado); Casa São José; Casa Haick; Casa Favorita; Grupo Gelinski; Casa Real; Farmácia Amaral; Farmácia Keche; Farmácia Trajano; Santa Maria Cia. de Papel e Celulose; Distritos industriais de Guarapuava.
Capítulo XVI	<b>BANCOS OFICIAIS EM GUARAPUAVA</b>	Primeira Casa Bancária de Guarapuava; O primeiro banco; Bancos oficiais: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.
Capítulo XVII	<b>A CONTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES</b>	Colônias guarapuavanas; Os portugueses; Africanos; Franceses; Ucranianos; Poloneses; Austriacos; Italianos; Alemães; Suábios do Danúbio; Árabes e Sírio-Libaneses; Japoneses.
Capítulo XVIII	<b>CULTURA POPULAR – FOLCLORE</b>	Cultura e folclore; Mitos e lendas; Lenda do Pai Zumé; Lenda da Princesa Floripes; Lenda do Segredo; Lenda da Intendência; Lenda da Santa; Lenda da Lagoa das Lágrimas; Lenda da cobra com cabeça de dragão; Lenda do Baile das Feias; Lenda da Capela do Degolado; Lenda do Fogo Vivo; Lendas aculturadas; Lenda do Negrinho do Pastoreio; Lenda do Saci Pererê; Lenda do Lobisomem; Lenda da Mula sem cabeça; As Cavalhadas;

		Os Contos e profecias de João Maria; A dança de São Gonçalo; Romaria do Divino; Mesada de Anjo; Festas Juninas; O fandango em Guarapuava; A tropeada; Pratos típicos; Grupos folclóricos; Suábios do Danúbio; Grupo iraliano Anima; Serse Polski; Odessa; Sonhos d'Além Mar; Grupo Recreativo Esportivo Árabe; Grupo Espanhol Ambrujo Andaluy; Panamérica; Utamaduni; CTG Fogo de Chão; Laço de Ouro; Orgulho Pampeano; Chaleira Preta; Encontro de Arte Folclorica.
Capítulo XIX	<b>EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA</b>	Fortim e Presídio de Atalaia; Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava; Vila de Guarapuava; Termo de Guarapuava; Comarca de Guarapuava; Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.
Capítulo XX	<b>URBANIZAÇÃO</b>	Ruas; Largos; Praças de Guarapuava.
Capítulo XXI	<b>SANEAMENTO BÁSICO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>	
Capítulo XXII	<b>MEIOS DE COMUNICAÇÃO</b>	Correio; Telegrafo; Telefone; Imprensa escrita (jornais); Imprensa falada (rádios); Televisada.
		Primeiros professores; Primeiros colégios particulares; Ginásio Estadual de Guarapuava

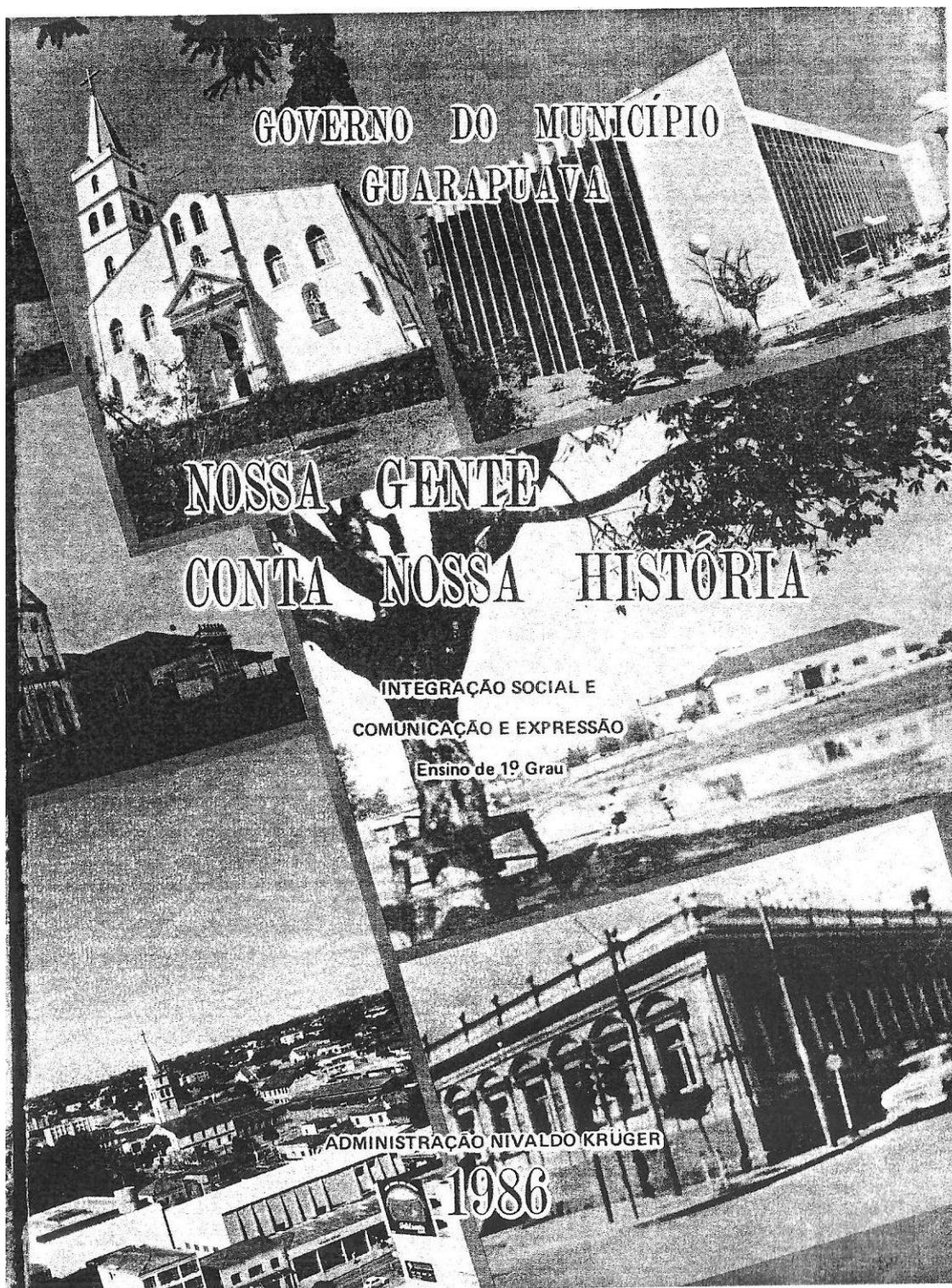
Capítulo XXIII	<b>EDUCAÇÃO – RECURSOS CULTURAIS</b>	(Manoel Ribas); Escola Normal Secundária “Prof. Amarílio”; Colégio Agrícola Arlindo Ribeiro; Núcleo Regional de Educação de Guarapuava; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); APADEVI; Ensino Particular; Ensino Superior; Museus, Arquivos e Centros de Documentação; Usina do conhecimento; Conselho Municipal de Preservação da Memória; Casa da Cultura; Casa Benjamim Teixeira; Academia de Letras, Artes e Ciências de Guarapuava; Instituto Histórico de Guarapuava
Capítulo XXIV	<b>CREDOS RELIGIOSOS</b>	Diocese de Guarapuava; Igreja Paroquial Nossa Senhora de Belém (hoje Catedral do Bispado); As Festas da Padroeira; Padre Francisco das Chagas Lima (1º Vigário – Vide Capítulo VII); Cônego Antônio Braga d’Araújo; Dom Frederico Helmel; Paróquias: Santa Terezinha; Santa Cruz; Santana; Nossa Senhora de Aparecida; São João Bosco; Santuário de Schoenstat; Convento São José dos Frades Menores Missionários; Santuário Divina e Trina; Seminário Nossa Senhora de Belém; A Caridade Social; Igrejas de outros tempos.
Capítulo XXV	<b>CLUBES SOCIAIS, RECREATIVOS E ESPORTIVOS</b>	Guairá Country Clube; Sociedade Cultural Educativa Beneficente “Rio Branco”; Grêmio Esportivo do Oeste; Demais sociedades; Clubes de Futebol; Bandas de Música;

		Corais; Carnavais de Guarapuava; Os piqueniques; As serestas; Os espantados (surpresas).
Capítulo XXVI	<b>ARTES CÊNICAS</b>	Teatro Santo Antônio; Sociedade Dramática “Amiga do Progresso”; As sabinas de arte; Grupo de teatro da FAFIG; Companhia de Teatro Arte & Manha; Balé dos anjos; Academia de danças Romani; Cinemas.
Capítulo XXVII	<b>ARTESANATO – ARTES PLÁSTICAS</b>	
Capítulo XXVIII	<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	O Degredo; A Guarda Nacional.
Capítulo XXIX	<b>A POLÍCIA MILITAR</b>	A Polícia Militar em Guarapuava; 16º Batalhão de Polícia Militar; O Corpo de Bombeiros.
Capítulo XXX	<b>O EXÉRCITO NACIONAL EM GUARAPUAVA</b>	15º Regimento de Cavalaria; A Segunda Grande Guerra; Os pracinhas guarapuavanos na 2ª Grande Guerra; 1º Esquadrão Independente de Cavalaria; 26º Grupo de Artilharia de Campanha.
Capítulo XXXI	<b>MOVIMENTOS ARMADOS</b>	Ataque ao Quartel de Polícia Militar; A Guerra do Paraguai; Revolução Federalista; Revolução de 1924; Ataque do caudilho Leonel Rocha; Revolução de 1930; A Revolução Constitucionalista.
Capítulo XXXII	<b>CUIDADOS COM A SAÚDE</b>	Hospitais; Centros Integrados de Atendimento – CIAS.
Capítulo XXXIII	<b>HISTÓRICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL</b>	

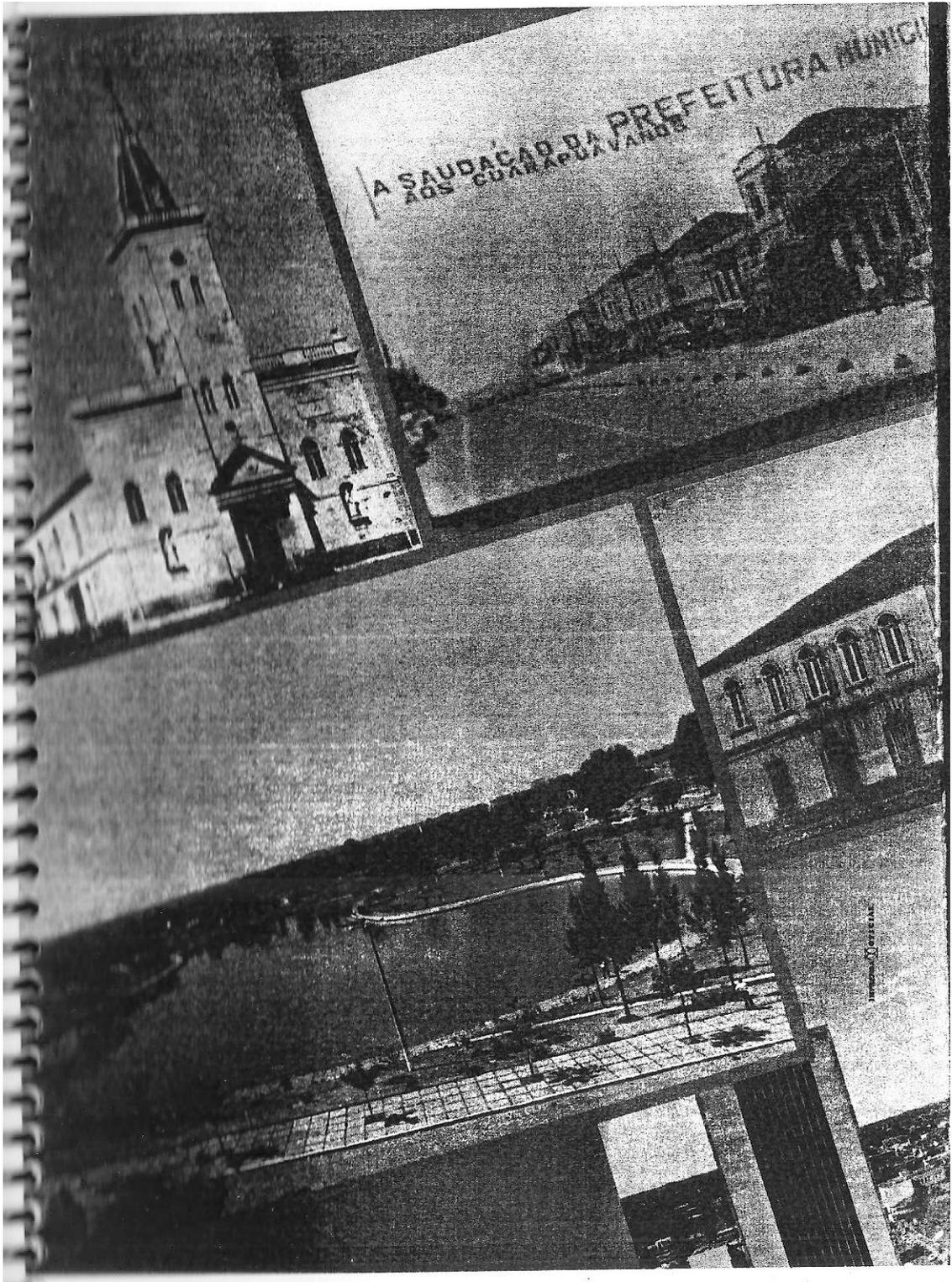
Capítulo XXXIV	<b>A LOJA MAÇÔNICA PHILANTROPIA GUARAPUAVANA</b>	
Capítulo XXXV	<b>O POTENCIAL TURISTICO DE GUARAPUAVA</b>	
Capítulo XXXVI	<b>MEMÓRIA URBANA</b>	
Capítulo XXXVII	<b>CLUBES DE SERVIÇO</b>	Rotary Club de Guarapuava; Rotary Club de Guarapuava Guairacá Distrito 4640; Rotary Club Lagoa; Clube Soroptimista Internacional de Guarapuava.
Capítulo XXXVIII	<b>ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUARAPUAVA – SERVIÇOS SOCIAIS DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA</b>	ACIG; SENAC; SESI; SENAI; SESC.
Capítulo XXXIX	<b>O ESCOTISMO EM GUARAPUAVA</b>	

**ANEXOS**

**ANEXO A – Capa do livro didático “Nossa gente conta nossa história”**



ANEXO A1 – Verso da capa



**ANEXO A2 – Ficha catalográfica****FICHA CATALOGRÁFICA**

Governo do Município - Guarapuava. Nossa gente conta  
nossa história. 1986.

**CAPA:** - Prof. José Luís Andrade Vigil

**ILUSTRAÇÕES:** Prof<sup>a</sup>. Adelita Maria Rozetti  
Bernadete Echeverria

**FOTOGRAFIAS:** Luiz Carlos Maia

**DATILOGRAFIA:** Eliane Prezepiorski  
Roseli Alexuis Frari

## ANEXO A3 – Organização e coordenação do projeto

### ORGANIZAÇÃO:

Secretaria Municipal da Educação e Cultura.  
Secretária: Prof<sup>a</sup>. Laura Maria Bastos Pupo.

**COORDENAÇÃO GERAL:** Prof<sup>a</sup>. Gracita Gruber Marcondes.

**METODOLOGIA DO ENSINO:** Prof<sup>a</sup>. Laura Maria Bastos Pupo.  
Prof<sup>a</sup>. Maria Helena J. Reston Pinto.  
Prof. Silvino Antônio Turco.

**MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA:** Prof<sup>a</sup>. Alcioly Therezinha  
G. Abreu.

**PESQUISA HISTÓRICA:** Prof<sup>a</sup>. Gracita Gruber Marcondes.

**COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO:** Prof<sup>a</sup>. Bernadete Denck Farah.

### EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO:

Prof<sup>a</sup>. Bernadete Denck Farah.  
Prof. José Luís Andrade Vigil.



### CONTEÚDOS E EXERCÍCIOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL:

Prof<sup>a</sup>. Gracita Gruber Marcondes  
Prof<sup>a</sup>. Bernadete Denck Farah

**REVISÃO DOS CONTEÚDOS:** Dr. Plínio Antonio de Sotti Lopes

Prof<sup>a</sup>. Dêris de Souza Matos  
Núcleo Regional de Guarapuava -  
Área de Ensino:

Prof<sup>a</sup>. Mail Marques de Azevedo.  
Prof<sup>a</sup>. Marisa Ribas Spira.  
Prof<sup>a</sup>. Nerci Apda. Guiné.  
Prof<sup>a</sup>. Rosemari B. Gbede.

**REVISÃO GRAMATICAL:** Prof<sup>a</sup>. Dêris de Souza Matos

## ANEXO A4 – Colaboradores do projeto

### COLABORAÇÃO:

1. Prefeito Nivaldo Krüger, como entusiasta incentivador da cultura do povo guarapuavano.
2. COMUNIDADE GUARAPUAVANA: com as informações que originaram grande parte dos textos.
3. Professores da Rede Municipal de Ensino: com a coleta e registro das manifestações culturais, na cidade e nos distritos do município de Guarapuava.

Destaca-se, ainda, a participação:

- Do Núcleo Regional de Educação - Guarapuava-Área de Ensino.
- Da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava.
- Da Associação Educacional do Oeste do Paraná - ASSOESTE.

GUARAPUAVA-PR

1986

## ANEXO A5 – Professores participantes do projeto

RELAÇÃO DOS PROFESSORES QUE PARTICIPARAM DO PROJETO  
 "NOSSA GENTE CONTA NOSSA HISTÓRIA" realizando a coleta e o  
 registro das manifestações culturais, no Município de Guarapuava.

### ZONA URBANA

- |                             |  |
|-----------------------------|--|
| 1- Ariel José Pires         | 9- M <sup>a</sup> . Aparecida C. Knöpper     |
| 2- Bernadete Denck Farah    | 10- M <sup>a</sup> . Apda. R. Siqueira       |
| 3- Cirlele Chemin Moliani   | 11- M <sup>a</sup> . das Graças M. Ferebello |
| 4- Elizabete Maria Pacheco  | 12- M <sup>a</sup> . José Machado            |
| 5- Erondina C. de Mattos    | 13- M <sup>a</sup> . Machula Ricci           |
| 6- Glaucia Ribas Kramer     | 14- Rosilda L. do Nascimento                 |
| 7- Gracita Gruber Marcondes | 15- Sônia Lúcia Ditrel                       |
| 8- Inês Cleto Pacheco       | 16- Terezinha Aguiar Vaz                     |

### ZONA RURAL

#### DISTRITO DE GUARÁ

- 1- Ana R. Taques
- 2- Irenilce Malinoski
- 3- Leonilda Azevedo
- 4- Leonilda Taques
- 5- Roseli Araújo

#### DISTRITO DE CAMPINA DO SIMÃO

- 1- Elvira Apda. Gabardo
- 2- Elza Probst
- 3- Marli Mazur
- 4- Pedro Novacoski
- 5- Vitalina de Lara

#### DISTRITO DE CANDÓI

- 1- Inês Mussolon Turco
- 2- Maria Assunta Turco
- 3- M<sup>a</sup>. Conceição R. Carneiro
- 4- Maria Denechevski
- 5- Nilce Apda. dos Santos

#### DISTRITO DE GUAIRACÁ

- 1- Anastácia Iarenki
- 2- Lúcia Chimiloski

#### DISTRITO DE PALMEIRINHA

- 1- Isabel F. Schreiner
- 2- Maria Lídia Harmach
- 3- Inês Moreira de Souza

#### DISTRITO DA PAZ

- 1- Pedro dos Anjos

#### DISTRITO DE ENTRE RIOS

- 1- João Soares da Rosa
- 2- Marize dos Santos Rosa

#### DISTRITO CIDADE

- 1- Helena Apda. A. Barbosa

GUARAPUAVA - PR

1986

## ANEXO A6 – Mensagem

### PREZADO JOVEM!

Os conhecimentos, as experiências e os estudos contidos neste livro são valores ordenados e colocados ao seu alcance.

Nossa preocupação é a de oferecer-lhe uma interessante oportunidade de adquirir novos conhecimentos.

Acompanhar com atenção a seqüência de aulas aqui organizadas, e o aprofundamento na leitura, certamente o levará à aventura do desconhecido; você caminhará por veredas surpreendentes, de um enredo atraente, contendo eventos com sabor quente de vivência... de uma vivência na qual você também se sente envolvido.

Desbravaremos juntos eitos de terra, sentiremos o cheiro da mata, o zumbir do vento e a imensidão do azul do céu, como que emoldurando o verde das distâncias, que os olhos não alcançam.

Na prosa e nos versos ouviremos o eco do brado de um povo que lutou pela justiça, pelas causas nobres, que sonhou com o bem, que cultivou virtudes e marchou pelo tempo da conquista, até nossos dias. E fez a história!

Ler e estudar neste livro é empreender uma viagem, ora pelo tempo que passou, ora pelo futuro imaginário do tempo que virá.

Vamos partir juntos por esse vôo que, mesmo sendo real, não deixa de ter encantos de fantasia, com o sabor do mistério da conquista de novos horizontes.

Vamos lá.

(ass. Nivaldo Krüger)

## ANEXO A7 – Apêndice do livro (“Os Fundadores”)

## FUNDADORES DE GUARAPUAVA

- a) Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal;
- b) Tenente Antônio da Rocha Loures;
- c) Padre Francisco das Chagas Lima.

## ANEXO A8 – Biografia Diogo Pinto de Azevedo Portugal

### DIOGO PINTO DE AZEVEDO PORTUGAL

Foi o Comandante da Real Expedição Colonizadora de Guarapuava.

Nasceu em São Bartolomeu dos Barqueiros, Província da Beira, Portugal, no ano de 1750.

Era filho de Manoel de Azevedo Pinto e D<sup>a</sup> Josefa Luiza de Jesus. Para evitar confusão com o seu nome, por causa de um homônimo que também pertencia ao Destacamento de Santos, adotou a palavra "Portugal" como sobrenome.

Como Tenente participou da Campanha do Sul, contra os espanhóis.

Depois comandou o Destacamento de Lajes; foi Sargento-mor do Regimento de Milícias de São Paulo e, em 1803, foi nomeado comandante do Regimento da Vila de Curitiba.

A Carta Régia de 1<sup>o</sup> de abril de 1809 nomeou-o Comandante da Real Expedição Colonizadora de Guarapuava, com o posto de Tenente-coronel.

Com uma expedição formada por 300 pessoas, das quais 200 eram soldados do Corpo da Cavalaria, chegou em Guarapuava a 17 de junho de 1810, onde fundou a Povoação de Atalaia.

Retirou-se de Guarapuava em 1816.<sup>40</sup>

Faleceu em Castro, a 3 de maio de 1820, com 70 anos de idade. Seus restos mortais repousam debaixo do altar-mor, da matriz daquela cidade.

<sup>40</sup> FRANCO, Arthur Martins, op. cit. Edição do Museu Paranaense.  
se.  
323

**ANEXO A9 – Biografia Tenente Antônio da Rocha Loures****TENENTE ANTÔNIO DA ROCHA LOURES**

Nascido em 1770, em São José dos Pinhais, PR.  
Filho do Capitão João da Rocha Loures e de D<sup>a</sup>  
Anna Ferreira de Jesus.

Casou-se com D<sup>a</sup> Joanna Maria de Lima, irmã do  
Padre Chagas.

Iniciou sua carreira militar como alferes do Re-  
gimento de Cavalaria de Curitiba, nomeado por ato de D. João  
VI, em 1806.

Promovido a tenente foi nomeado subcomandante da  
Real Expedição Colonizadora de Guarapuava e, no povoado de  
Atalaia, com 36 soldados, sustentou terrível luta contra  
2.000 índios camés (29 de agosto de 1810).

Em data de 14 de setembro de 1818 foi nomeado  
Comandante Interino da Real Expedição Colonizadora de Gua-  
rapuava, em substituição ao Tenente Coronel Diogo Pinto de  
Azevedo Portugal.

Juntamente com o Padre Francisco das Chagas Lima,  
Antônio da Rocha Loures transferiu a povoação, do Atalaia  
para a Freguesia de Nossa Senhora de Belém, hoje cidade de  
Guarapuava, que foi instalada em 9 de dezembro de 1819.

Sobre esse acontecimento deixou importante do-  
cumento histórico, o Formal de 9 de dezembro de 1819, com  
seis capítulos.

Faleceu a 20 de fevereiro de 1849, com 79 anos de  
idade.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Livro Tombo nº 1-B, da Catedral Nossa Senhora de Belém, Gua-  
rapuava. Fls. 36.

## ANEXO A10 – Biografia Padre Francisco das Chagas Lima

### PADRE FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA

Natural de Curitiba, Paraná, nascido no ano de 1757.

Filho do Sargento-mor Miguel Gonçalves de Lima e de D<sup>a</sup> Maria Paes Santos.

Foi vigário da Paróquia de Curitiba, vigário de Queluz e capelão de Aparecida do Norte.

Veio a Guarapuava em 17 de junho de 1810, acompanhando a Real Expedição Colonizadora.<sup>12</sup>

Na catequese dos índios da região foi auxiliado pelo cacique dos camés, Antônio José Pahy, que atraiu os camés e os votorões.

Os cayeres ou dorins, por serem mais rudes foram parcialmente catequizados.

Desse trabalho deixou importantes relatos sobre os usos e costumes dos índios do interior do Brasil, em quais lhe deram a glória de ser o primeiro cronista paranaense.

Em 1818 enviou ao Bispo de São Paulo, um memorial apontando a necessidade de se criar uma igreja matriz para Guarapuava e sugeriu a mudança da povoação, do Atalaia para a entrada oriental dos campos, entre os rios Jordão e Coutinho.

Assim, a 11 de novembro de 1818, por Alvará Régio de S.Majestade, D. João VI<sup>13</sup>, foram criadas a Igreja Matriz e a Freguesia de Nossa Senhora de Belém, no local onde está sentada a cidade de Guarapuava.

A Freguesia foi instalada em 9 de dezembro de 1819, pelo Tenente Antônio da Rocha Loures e o Padre Francisco das Chagas Lima.

(continua)

<sup>12</sup> LIMA, Francisco das Chagas, op. cit.

<sup>13</sup> Livro Tombo nº 1, do Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém, Guarapuava. 325

O Padre Chagas permaneceu em Guarapuava até 1828.<sup>14</sup>

Como já se encontrasse alquebrado pela idade e sofrendo das faculdades mentais foi viver em companhia de seu irmão, José Gonçalves de Lima, Vigário de Sant'Ana do Parnaíba.

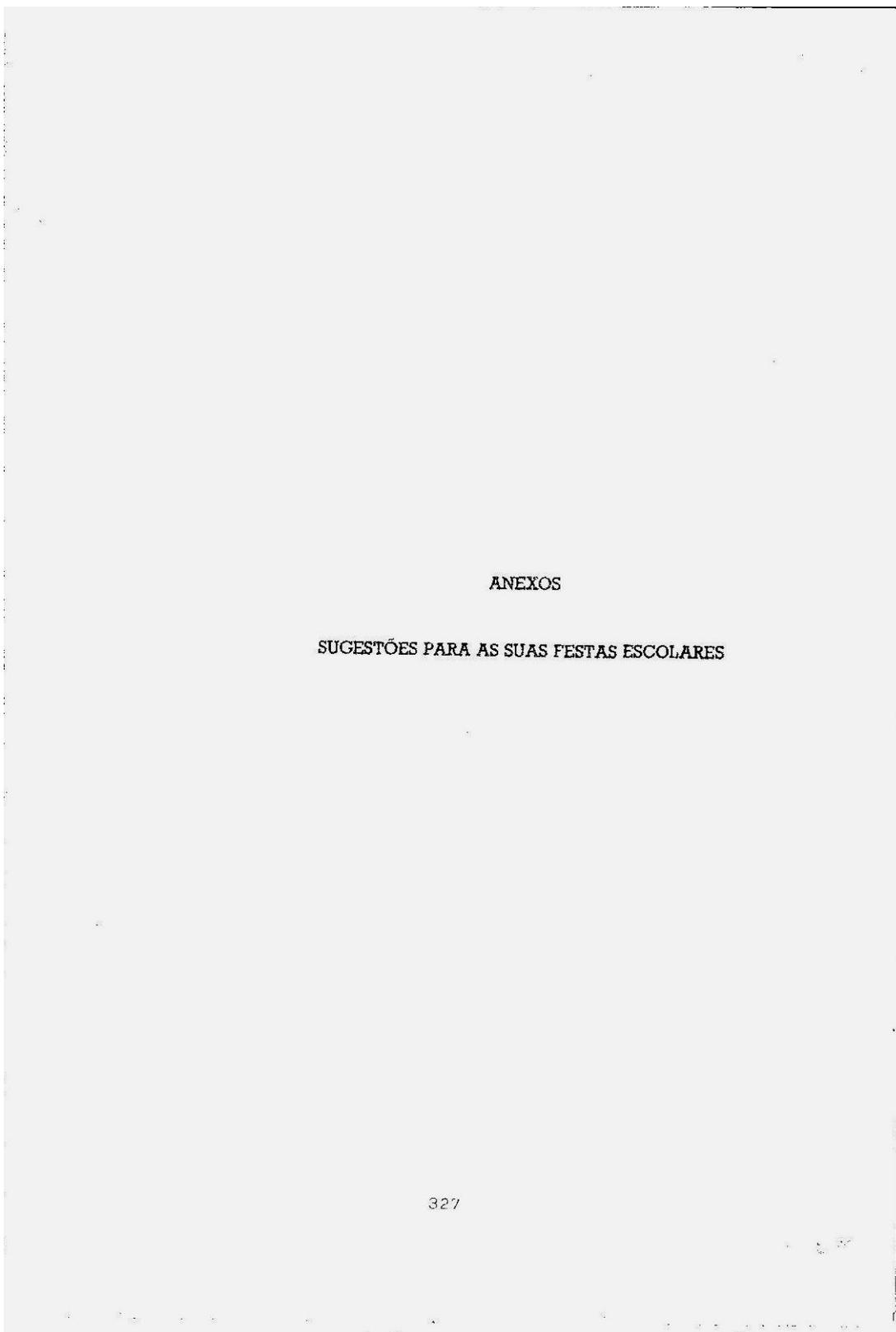
Faleceu em 6 de outubro de 1832, sendo sepultado sob o altar-mor daquela paróquia.

Em 9 de dezembro de 1974, ao se comemorar os 155 anos da fundação da cidade de Guarapuava, o Prefeito Municipal, Nivaldo Passos Krüger, juntamente com o povo guarapuavano, fizeram transladar suas cinzas para o monumento, erguido em sua homenagem, no centro da Praça 9 de dezembro.

---

<sup>14</sup> Livro nº 1 de Batizados, fls.76. Arquivo da Catedral de Nossa Senhora de Belém. Guarapuava. 326

## ANEXO A11 – Anexos do livro



**ANEXO A12 – Peça de teatro para o “dia da ecologia”****FLORESTA DO SUL**

(Teatro para o dia da Ecologia)

CENÁRIO: Alunos representando o pinheiro, erva-mate pequena, erva-mate adulta, Galha Azul, bichos na selva e o desmatador.

PINHEIRO: Eu sou o pinheiro. O mais alto, o mais forte, o maioral! Sou o rei desta floresta. Daqui vejo tudo o que acontece. Vigio todas as árvores. Parece que o mundo está em paz!

ERVA-MATE: Hum! Como ele é orgulhoso! Convencido!  
Eu é que não agüento mais o dia todo esse vento balançando as minhas folhas. E essa galha fofoqueira que vem aí. E esses sapês que o pinheiro gigante derruba, espinhando meus galhos delicados.

ERVINHA: Mãe, pare de olhar para cima. Pare de reclamar da vida na selva. Olhe lá quem vem chegando. É ele, o bicho homem com a serra na mão. Vou fechar os olhos para não ver. Vou dormir.

ERVA-MATE: Chi! Vai acontecer uma coisa terrível!

(O homem anda, observando, medindo o pinheiro)

ERVINHA: A minha única preocupação é se o bicho homem vai acabar com a nossa vida.

ERVA-MATE: Não se preocupe, filhinha. O ervaí continuará brotando para sempre. É o que atestaram nossos ervaís antepassados. Lembra-se daquele índio que cortou todas as minhas folhas para fazer chá ou tinta?

ERVINHA: É mesmo! Agora estou me lembrando.

ERVA-MATE: Pois quando podada, nossas novas folhas voltam mais bonitas. O pinheiro, coitado! Esse uma vez

cortado, nunca mais brota.

ERVINHA: Bem feito! Que adiantou cem anos de orgulho! Não era o maior, olhando de cima da sua grandeza?

ERVA-MATE: É. Tudo o que aparece mais, atrai a cobiça e, um dia, acaba... Era uma vez um lindo pinhal... E eu nunca mais vou reclamar por ser humilde erva-mate.

DESMATADOR: Ah! beleza! Esse pinheiro meu avô comprou em 1950 por 2 cruzeiros apenas. Agora chegou a minha vez de embolsar em dólares. Vou serrar e vou vender. Melhor dizendo, vou exportar essa madeira, ainda que represente o último pinheiro do Paraná!

BICHOS (falam juntos): Não pode! Não vamos deixar cortar o último pinheiro do Paraná. Essa espécie está em extinção. Protestamos. Chega de ganância! Esse é o último pinheiro da região. Salvem o pinheiro!

DESMATADOR: Afastem-se ou morrerão todos, seus idiotas! Para trás... (mata os bichos) - Vou cortar sim, o último pinheiro, pois preciso de dinheiro, de dinheiro... Ouviram bem? De dinheiro...

(Derruba o pinheiro)

GRALHA AZUL: (Chega gritando) Ai! Ai! Cansada de tanto voar, procuro onde descansar. E o que vejo? O que encontrei?

O homem derrubou todos os pinheiros. Descascou as toras e a serraria comeu. A floresta, já de outras bandas, também ficou moída. Os pinheiros tombaram por cima dos pés de erva-mate. O trator roncou engolindo as árvores menores. Pisaram todas as flores. Nada se salvou. Os bichos fugiram. Até os rios secaram entrando dentro da terra, apavorados! Ai! Ai! Pinheiro cortado não brota mais! Vou de-

pressa juntar os pinhões. Vou plantar e esperar 30 anos, 40, 50, cem anos para ter de novo um pinhal como aquele!

Silêncio! A floresta jaz por terra. Respeitem o luto da noite com as velinhas acesas lá em cima, chorando orvalho de tristeza! Ai! Ai!

(Fundo musical: canção triste, gemidos) FIM.

(Profª Terezinha Aguiar Vaz)

## ANEXO A13 – Poema

## À GUARAPUAVA

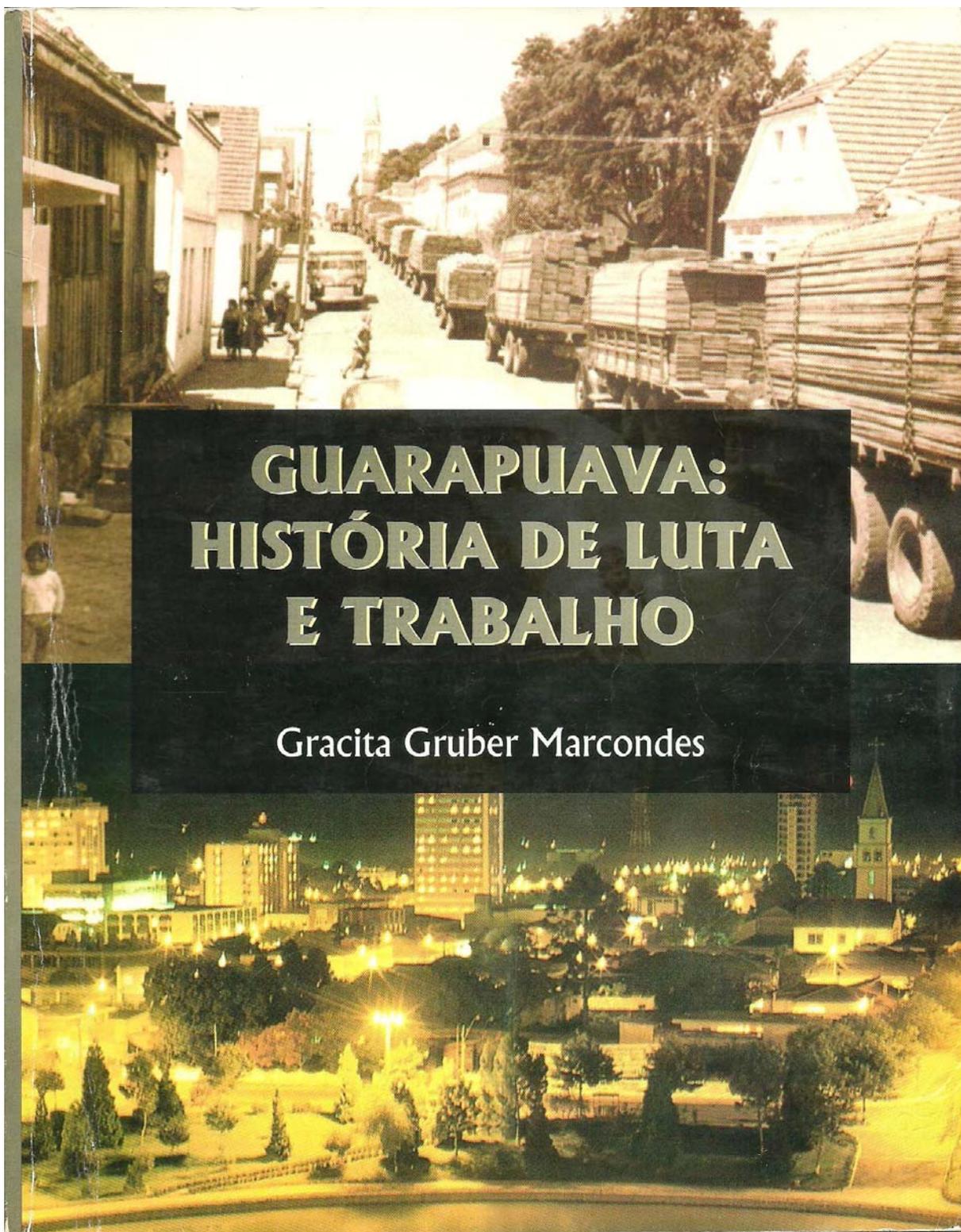
(Déris S. Matos)

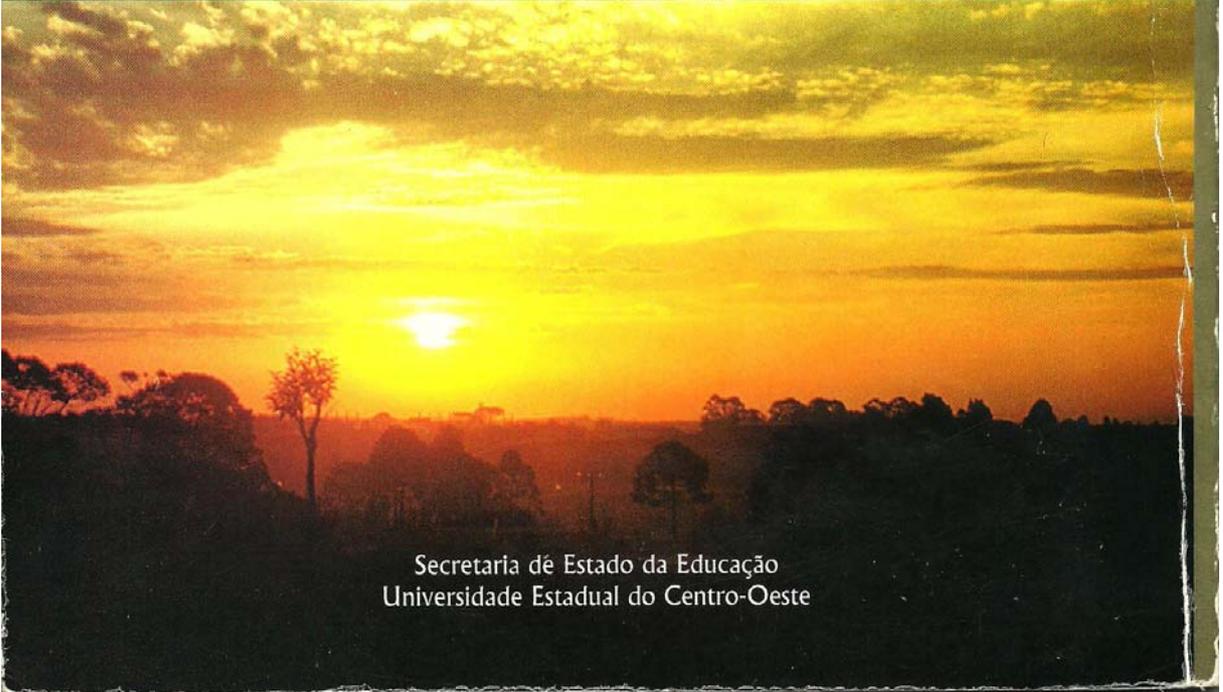
Rincão gentil, ó terra hospitaleira,  
Plena de encantos, cheia de dulçor;  
És para mim, querida Guarapuava,  
A Primavera linda, multicolor.

Ergo os meus olhos, vejo o teu semblante  
Altaneiro, de pinhais cercado.  
E, mais além, os teus rebanhos pastam  
Junto à frescura do erval plantado.

És tudo para mim: Torrão Natal...  
Ó Guarapuava, tens encantos mil.  
Meu coração te oferto, alegremente,  
Pedacinho querido do Brasil!

**ANEXO B – Capa do livro paradidático “Guarapuava: história de luta e trabalho”**





Secretaria de Estado da Educação  
Universidade Estadual do Centro-Oeste

**ANEXO B1 – Ficha catalográfica****GUARAPUAVA: HISTÓRIA DE LUTA E TRABALHO****SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Secretário: Dr. Ramiro Wahrhaftig

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO**

Reitor: Prof. Carlos Alberto Gomes

**APOIO**

Dep. Estadual: Dr. César Augusto Carollo Silvestri

**COLABORAÇÃO**

**Prefeitura Municipal de Guarapuava**

Dr. Vitor Hugo Ribeiro Burko

Prefeito Municipal

Profª Laura Maria Bastos Pupo

Secretária Municipal da Educação

Profª Sônia Lúcia Ditzel Delle Done

Diretora de Deptº de Cultura e Patrimônio Histórico

Marcondes, Gracita Gruber, 1924 -

Guarapuava: História de luta e trabalho/

Gracita Gruber Marcondes; textos históricos.

Guarapuava: UNICENTRO, 1998.

Textos sobre a História de Guarapuava.

Levantamentos sistematizados de fatos relevantes.

1. Obra histórica. 2. Guarapuava: História de luta e trabalho

IMPRESSÃO E ACABAMENTO FINAL



GRÁFICA DA  
UNICENTRO  
GUARAPUAVA - PR

## ANEXO B2 – Créditos

## GUARAPUAVA: HISTÓRIA DE LUTA E TRABALHO

**Pesquisa e redação:**

**GRACITA GRUBER MARCONDES\***

**Orientação da pesquisa científica:**

**ALCIOLY THEREZINHA GRUBER DE ABREU\***

**Revisão de ortografia:**

**NEONILA DEMCZUK GOMES\***

**Digitação e assistência de arte:**

**DOMILDA CHICOSKI**

**Projeto gráfico e editoração:**

**SEBASTIÃO ADEMIR DA SILVA**

**MPA COMUNICAÇÃO**

**Capa:**

**MPA COMUNICAÇÃO**

**Fotos:**

**LÚCIO POLI, ROBERTO YANAGAWA, HIROSHI SASAKI, CHICO  
GUIL WILLIAMS S. AMÂNCIO, ABIMAEI VALENTIN e NILSON  
CAMPOS**

**Foto-Fios e Arte Final: MARCO AURÉLIO B. POSSIEDE**

**Professoras** aposentadas da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava.

**Revisão** prévia e formal, nenhum dos trabalhos ou qualquer parte desta publicação poderá ser

**reproduzida** fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos e outros quaisquer. Excetua-se a utilização de

**imagens** e citações para fins didáticos ou divulgação, desde que mencionada a fonte.

CRÉDITOS

## ANEXO B3 – Apresentação

## GUARAPUAVA: HISTÓRIA DE LUTA E TRABALHO

## APRESENTAÇÃO

No pórtico de um livro da professora Gracita Gruber Marcondes, que vem enriquecer de modo inestimável a história de Guarapuava, seja-me permitida uma colocação preliminar: considero um privilégio a missão de escrever esta mensagem, muito embora seja este um daqueles livros que, por sua alta qualidade torna-se desnecessário, se não supérflua, qualquer apresentação.

Por quase duas décadas venho acompanhando de perto, com sincera admiração, o labor intelectual desta iminentíssima professora que Guarapuava inteira conhece e aplaude.

Nesse gênero difícil que é a história, pois requer muita pesquisa e dedicação, a historiadora guarapuavana firmou sua reputação e colhe merecidos louros.

Além disso, é uma escritora consagrada que registra de forma segura e clara, aliada a uma cultura invulgar, os fundamentos básicos dos fatos que foram a origem do nosso município. Assim, sem estar fazendo uma apresentação, que como disse é dispensável, estarei fazendo uma outra revelação: a autora também é uma das mais brilhantes professoras de História do Paraná, com quem tive a honra de conviver e admirar, na Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Esta nova obra, a recomendo aos leitores que certamente se sensibilizarão, mais uma vez, com páginas realmente emocionantes de uma Guarapuava que sempre cultivou sua história, sua tradição, a arte e o belo, que reverencia Guairacá, o cacique indômito que nos ensinou que esta terra tem dono! Uma Guarapuava que trabalha, que sonha, de homens que amam a terra e de uma terra que ama seus homens.

Parabéns, professora Gracita Gruber Marcondes, por mais esta valiosa obra que enriquece a história de Guarapuava.

Vitor Hugo Ribeiro Burko  
Prefeito de Guarapuava

## ANEXO B4 – Mensagens

## GUARAPUAVA: HISTÓRIA DE LUTA E TRABALHO

À professora Gracita Gruber Marcondes

Como representante de Guarapuava na Assembléia Legislativa, acima de tudo quero dedicar essa mensagem à grande cidadã que adotou e dedicou à Guarapuava todo seu conhecimento e sentimentos de uma mulher que se voltou para reconstituir as lacunas da História do Paraná, através de uma incansável pesquisa da História de nossa rica Guarapuava.

A professora Gracita modestamente classificou como um livro texto, o que na realidade é uma obra cívica, no qual sinto-me profundamente honrado em poder contribuir para a sua realização. Ela mostra a todas as gerações, que vem de longa data a tradição de luta e trabalho deste bravo povo guarapuavano.

Cezar Silvestri  
Deputado Estadual

Caríssimo Leitor

Conhecer a história de Guarapuava é transitar por um imenso e rico espaço por onde o cavalgar dos tropeiros, com suas numerosas boiadas, deixaram marcas profundas ao desbravar caminhos, abrindo clareiras nas densas matas.

Viver a história de Guarapuava é flutuar neste mesmo espaço, onde a realidade tem sentido de fantasia e por onde nossa imaginação se perde, desvendando fatos e cenas que se fizeram perpétuas, através das gerações.

Ler a história de Guarapuava é sentir a grandeza dos feitos dos nossos antepassados, que nos deixaram como herança a garra de um povo forte, gente com sede de conquista, sabendo o que quer e o que faz e, sobretudo, com a sabedoria de quem ama e preserva sua cultura.

Saibamos, portanto, apreciar esta magnífica obra.

Laura Maria Bastos Pupo  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

MENSAGEM

**ANEXO C – Livro “História de uma cidade contada por ela mesma”**

*Júlia de Santa Maria Pereira*

**HISTÓRIA DE UMA CIDADE  
CONTADA POR ELA MESMA**

**Ilustração de Valdir Moreira**

1ª edição  
Gráfica IMPRESSET

Guarapuava  
2007

**ANEXO C1 – Ficha catalográfica**

**PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
Luiz Fernando Ribas Carli

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
Dorotil Teresinha Casagrande Melhem

**TEXTO**  
Júlia de Santa Maria Pereira

**ILUSTRAÇÃO**  
Valdir Moreira

**COLABORAÇÃO**  
Dilceméri Padilha de Liz  
Elizabeth Pacheco

**APOIO**  
Prefeitura Municipal de Guarapuava  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

PEREIRA, Júlia de Santa Maria

“História de uma Cidade Contada por ela Mesma”  
Júlia de Santa Maria Pereira, Guarapuava; Impresset, 2006.

## ANEXO C2 – Apresentação

### *Apresentação* *Apresentação*

O livro **"HISTÓRIA DE UMA CIDADE CONTADA POR ELA MESMA"**, é obra da ilustre historiadora guarapuavana, professora Julia de Santa Maria Pereira, que presenteia os educadores e educandos da Rede Municipal de Ensino de Guarapuava, com subsídios para o trabalho na Escola, incentivando a pesquisa e ampliando os conhecimentos sobre a história de Guarapuava.

Apresenta o fazer, o pensar e o sentir dos antepassados, para os que fazem parte do presente e representam o futuro.

O texto e as ilustrações permitem que conheçam, valorizem e contextualizem a história, vislumbrando um amanhã promissor para nossa Guarapuava.

**Luiz Fernando Ribas Carli**  
**Prefeito**

## *Apresentação* *Apresentação*

**"HISTÓRIA DE UMA CIDADE CONTADA POR ELA MESMA"**, é um livro sobre a história de Guarapuava, que foi escrita por quem estuda, faz, gosta e acredita em Guarapuava e seu povo, a historiadora Júlia de Santa Maria Pereira. Faz parte do Projeto "A História de Guarapuava pela Ótica da Arte e de seus Valores Culturais", desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que incentiva o aprofundamento do conhecimento histórico e difunde a iniciação para a pesquisa.

Vem no momento certo, trazer uma rica contribuição para todos os que estão engajados numa ação educativa de qualidade.

De maneira clara e concisa, proporciona subsídios aos professores e alunos que no dia-a-dia de sala de aula procuram conhecer a história de Guarapuava, apresentando ilustrações e linguagem adequadas à faixa etária para a qual se destina.

Este é mais um trabalho da ilustre Professora, merecedor do nosso aplauso e da nossa gratidão.

**Dorotil Casagrande Melhem**  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

**ANEXO C3 – Prefácio***Prefácio*  
*Prefácio*

O livro ***"HISTÓRIA DE UMA CIDADE CONTADA POR ELA MESMA"***, é um texto resumido para leitura, ao alcance do leitor do Ensino Fundamental nas séries iniciais, e, que tem uma única pretensão: contribuir, embora modestamente, para um melhor conhecimento do que é nosso, na esperança de ser útil aos meus colegas professores das Escolas Municipais, que a partir de sua leitura com as crianças poderão desenvolver um plano de estudos sobre a história de Guarapuava, incentivando a pesquisa sobre os diversos temas que nele são abordados.

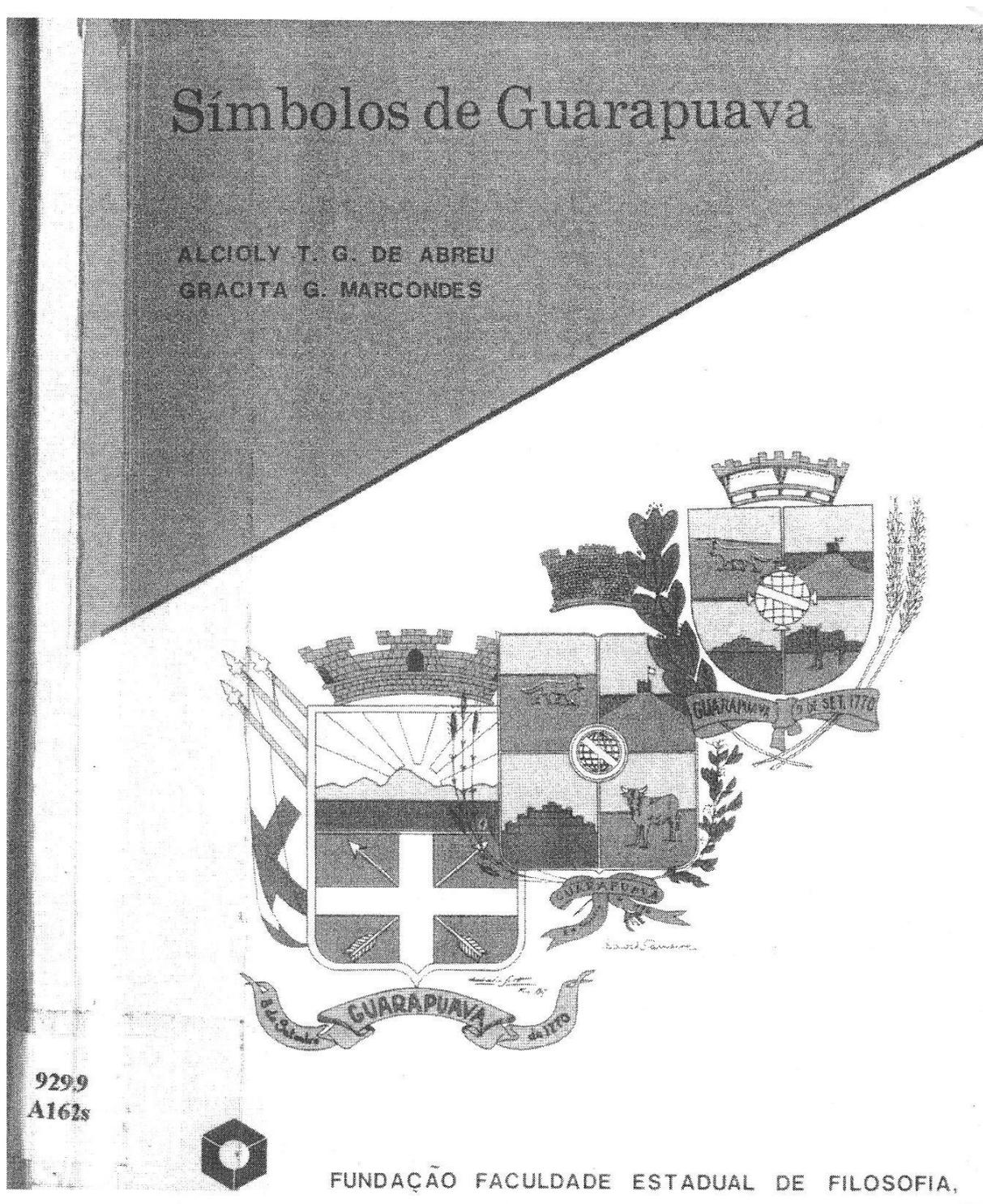
É um despertar tanto quanto possível, fiel ao contexto histórico, que possa levá-los à leitura e ao estudo permanente da história de Guarapuava.

Disposto o texto em quadros, com conteúdos sobre a nossa Cidade, pretende realizar a experiência original de proporcionar ao público infantil a organização da história de sua Cidade.

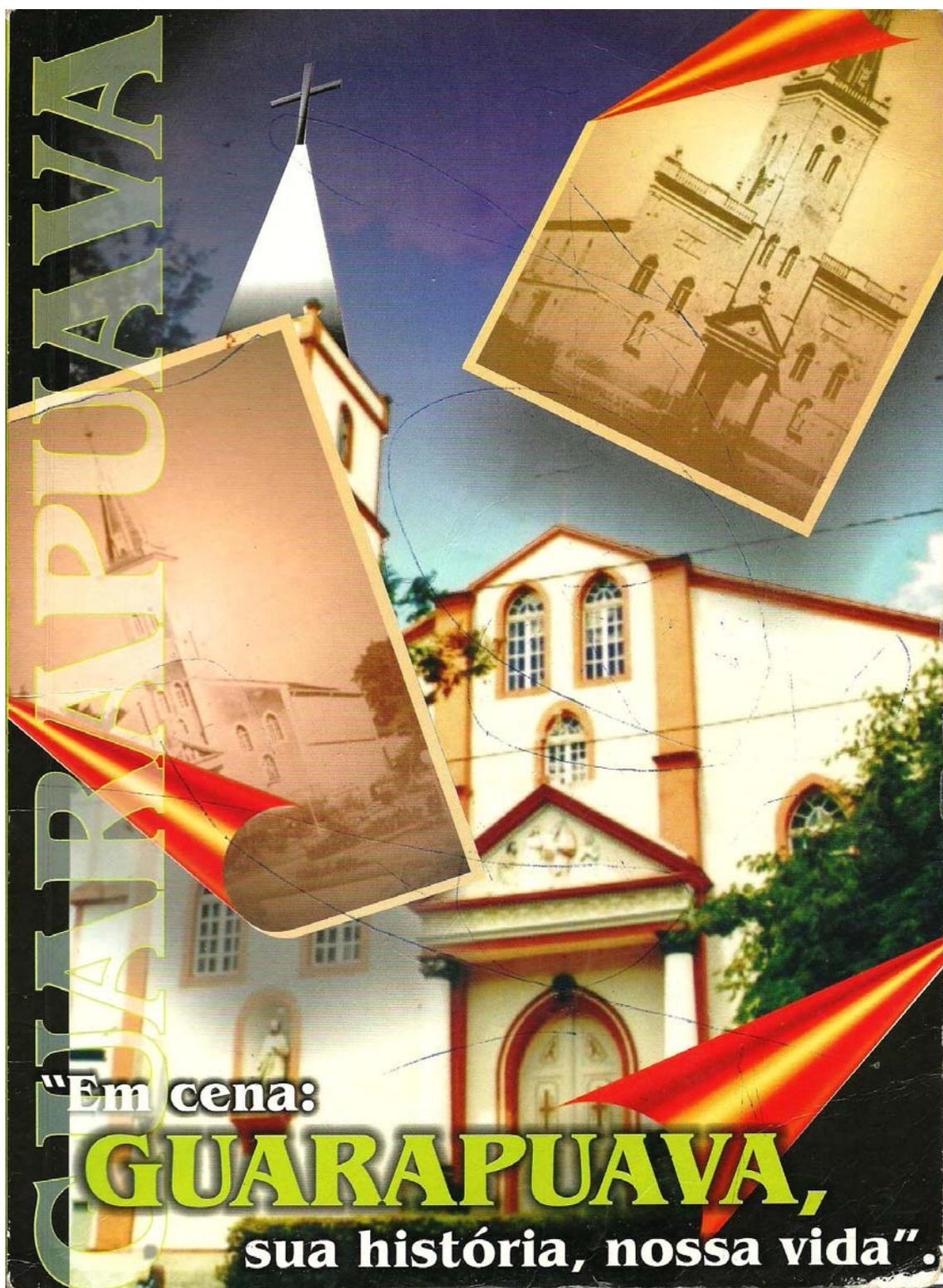
Penso que o primeiro cuidado do professor é tornar a história de Guarapuava conhecida, fazendo sentir suas tradições gloriosas, seus recursos e sua natureza.

A Autora

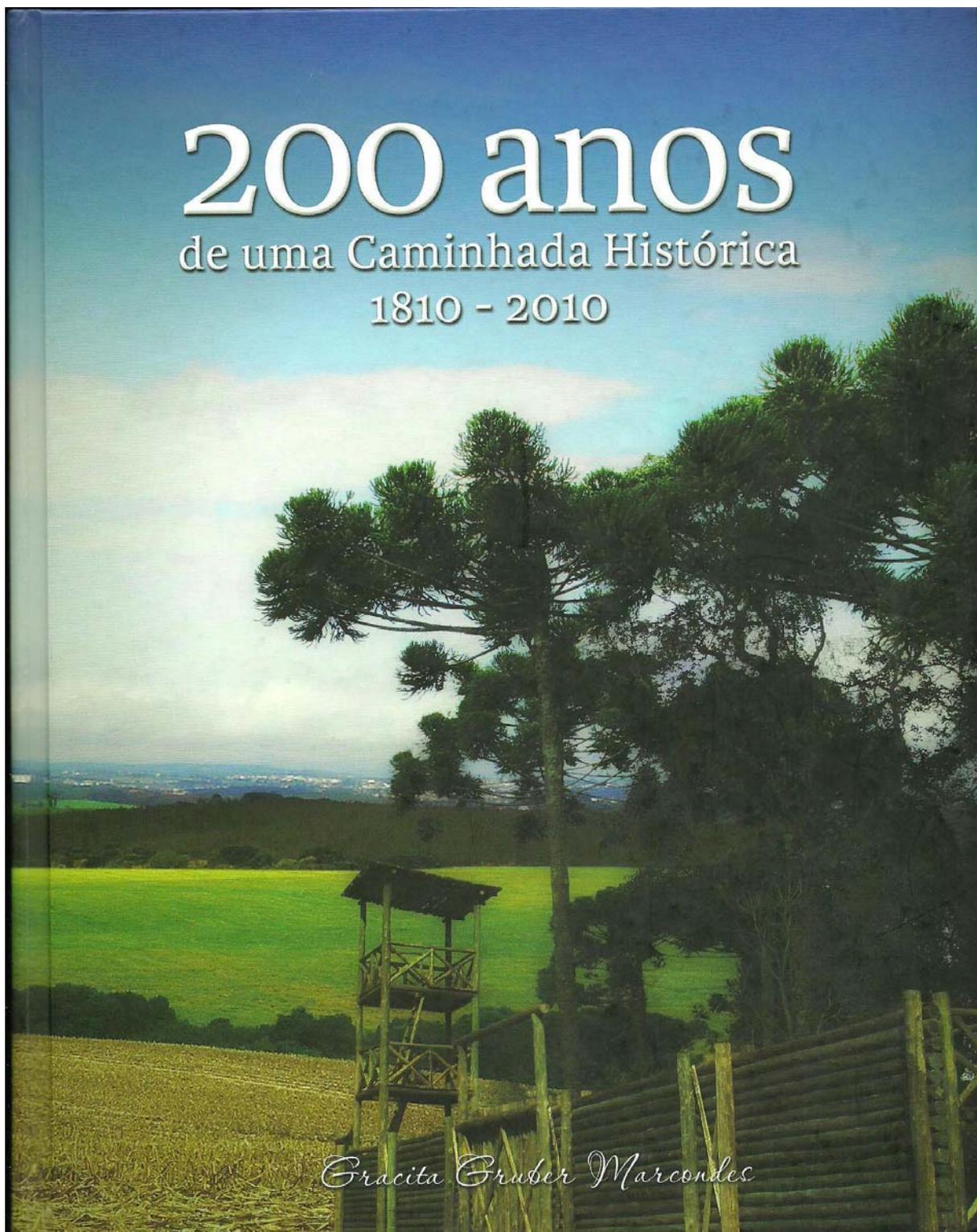
## ANEXO D – Capa do livro “Símbolos de Guarapuava”



ANEXO E – Capa do livro “Em cena: Guarapuava, sua história, nossa vida”



**ANEXO F – Capa do livro paradidático “Duzentos anos de uma caminhada histórica: 1810-2010”**



*Esta é uma obra de múltiplas facetas. Apresenta pesquisas de cunho científico bem como histórias, lendas e causos que fazem parte da cultura regional e mexem com o imaginário popular.*

*A proposta deste trabalho é verificar quais as atividades desenvolvidas em Guarapuava nos 200 anos, contados a partir da chegada da Real Expedição Colonizadora aos seus Campos até a presente data (17 de junho de 2010), que marcaram presença na vida política, econômica, social e cultural, em âmbito municipal e nos contextos, estadual e federal*

*Igualmente tem por objetivo servir como bibliografia básica, aos professores e alunos do ensino fundamental e médio, reunindo numa só obra informações colhidas em fontes primárias e secundárias (documentais e bibliográficas) sobre os temas que compõem o universo dos currículos escolares. O estudo mais aprofundado de um determinado assunto poderá ser feito através da bibliografia citada, em cada um de seus capítulos, cujos conteúdos são inúmeros e variados, sintetizando a caminhada dos 200 anos da ocupação dos Campos de Guarapuava.*

